

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A Ordem Hospitaleira de São João de Deus e a Primeira República Portuguesa

Maria Amélia Bordalo Machado Cardoso de Sampaio

Orientador: Prof. Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História,
na especialidade de História e Cultura das Religiões

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A Ordem Hospitaleira de São João de Deus e a Primeira República Portuguesa

Maria Amélia Bordalo Machado Cardoso de Sampaio

Orientador: Prof. Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História e Cultura das Religiões

Júri:

Presidente: António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Director da Área de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutora Sara Maria de Azevedo e Sousa Marques Pereira, Professora Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;

Doutor Francisco António Lourenço Vaz, Professor Auxiliar com Agregação da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;

Doutora Maria Alice Dias Albergaria Samara, Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

2019

Dedicatória

Dedico este meu trabalho de doutoramento ao meu filho Artur, a quem tanto devo.

Resumo

O presente trabalho pretende a análise do papel desenvolvido pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus no tratamento e apoio aos doentes psiquiátricos, atendendo ao carácter inovador dos métodos aplicados. Não é possível dar a conhecer a Ordem Hospitaleira de São João de Deus sem que primeiro tenhamos uma ideia da vida do seu Fundador. Aí radica toda a compreensão da acção de um punhado de homens e mais tarde de mulheres que, privilegiando o tratamento dos outros, deixaram para trás as suas vidas e comodidades. É portanto um pequeno, mas esperamos que elucidativo apontamento, da vida de São João de Deus, que vamos integrar neste trabalho.

Por outro lado, pese embora o entusiasmo que nos queira arrastar para uma obra imensa, sem fronteiras, capaz de causar legítima admiração, - hoje esta Obra está em numerosos países e possui muitas Casas e Instituições – temos de balizar o nosso trabalho de modo a torná-lo mais acessível. Assim, vamos contê-lo, com recurso às duas grandes coordenadas da História: o espaço e o tempo, debruçando-nos sobre a acção dos Irmãos e Irmãs em Portugal (espaço nacional: Continental, Insular e Ultramarino) e durante um período de tempo, extremamente agitado e controverso do nosso país posto que breve: a 1ª República Portuguesa, 1910-1926.

Planificar e organizar o trabalho deste modo é chegar à conclusão de que escrever sobre a Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal, há cem anos atrás, é, na prática, escrever sobre a Casa de Saúde do Telhal e também, um pouco, sobre a Casa do Sagrado Coração de Jesus da Idanha.

Palavras-Chave: Ordem de São João de Deus, Primeira República Portuguesa, doença psiquiátrica

Abstract

The present work intends to analyse the role played by the hospitable Order of Saint John of God in the treatment and support to the psychiatric patients, considering the innovative nature of applied methods. It is not possible to make known the Hospitable Order of Saint John of God without first having an idea of the life of its Founder. Therein lies the whole understanding of the action of a handful of men and later of women who, privileging the treatment of the others, have left behind their lives and comforts. It is therefore a small but we hope, lucid point, of the life of Saint John of God that we will integrate in this work.

On the other hand, despite the enthusiasm that we are wishing to take to an immense work, without borders, capable of causing legitimate admiration – today this Work is in many countries and has many Houses and Institutions – we must mark our work in in order to make it accessible. Thus, we will restrain it, using the two great coordinates of history: space and time, focusing on the action of the Brothers and Sisters in Portugal (national space: European, Islands and overseas) and for a period of time extremely agitated and controversial in Portugal which is the First Portuguese Republic, since 1910 to 1926.

To plan and to organize the work in this way is to arrive at the conclusion that writing about Hospitable Order of Saint John in Portugal, a hundred years ago is, effectively, to write about the Heath Institution of Telhal and also, a little, on the House of the Sacred Heart of Jesus, in Idanha.

Key- Words: Hospitable Order of Saint John, First Portuguese Republic, psychiatric disease

Índice

Resumo/Abstract	p. 4/5
Introdução/ Agradecimentos	p.7
I Parte	
1.1 São João de Deus – Vida e Obra	p. 13
1.2 Assistência Hospitalar e Hospitalidade	p. 26
1.3 A Ordem Hospitaleira de São João de Deus e Portugal – antes da I República	p. 37
II Parte	
2.1 Prenúncios de mudança – antecedentes próximos da República	p. 48
2.2 De 1910 a 1914. Os primeiros anos da República	p. 67
2.3 A República e a Ordem Hospitaleira de São João de Deus perante a Grande Guerra	p. 128
2.4 De 1918 a 1920. Portugal no rescaldo da Guerra. A Ordem São João de Deus afirma-se	p. 175
2.5 De 1920 a 1926. O papel da Ordem dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus	p. 195
Conclusão	p. 221
Bibliografia	p. 237

INTRODUÇÃO

AGRADECIMENTOS

Ao iniciarmos a nossa tese de doutoramento não podemos deixar de referir um pequeno trabalho - por nós apresentado durante um Seminário, para a realização do Mestrado – sobre São João de Deus: *São João de Deus, um santo português*, porque, na eventualidade de vir a propósito, não hesitaremos em nos plagiarmos¹

Estávamos então longe de imaginar que iríamos ter o gosto de desenvolver um tema tão rico e aliciante como o que nos ocorreu abordar e que iria afinal servir de base a esta tese de doutoramento. Sem dúvida rico pela grandeza e profundidade do assunto e aliciante porque nada nos deixa indiferentes no acompanhamento, de quase cinco séculos, da história do sofrimento humano.

São João de Deus é um caso ímpar no universo da santidade. E, se olharmos para a sua obra hoje, não podemos deixar de concordar com aqueles que mencionam o resultado do pequeno grão de mostarda lançado à terra... Perante obra tão fecunda sentimos quão pequeninos somos e que atrevimento o nosso em quereremos dar a conhecer um pouco mais São João de Deus e os seus Irmãos e Irmãs.

¹ Entrevista realizada por João Céu e Silva a Umberto Eco, escritor, ensaísta e semiólogo, e publicada no Diário de Notícias de 27 de Dezembro de 2015. Diz a certa altura o entrevistado: «...fiz um autoplágio ao reproduzir partes de textos meus que tinha escrito para a revista l'Espresso e que tinham que ver com esta temática. Fi-lo tranquilamente porque não é um crime plagiar-me a mim próprio. Por isso é que demorei só um ano a escrever este enquanto os outros livros levaram seis anos e o Pêndulo oito».

Contudo não deixaremos de tentar, até porque temos o apoio da Ordem de São João de Deus através da *Biblioteca* e do *Museu da Casa de Saúde do Telhal* onde a Dr.^a Carmina Montezuma, a Dr.^a Estela Rodrigues e o Sr. Valter Correia nos acolheram todas as semanas com a maior cordialidade e disponibilidade. Bem hajam!

Por outro lado devemos, em grande parte, a realização deste trabalho, à compreensão, estímulo e orientação da Professora Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Directora do curso de Estudos Europeus, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a quem patenteamos publicamente a nossa gratidão. Por pedido formal da Professora Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes ao Superior Provincial da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, Província Portuguesa, Irmão Vítor Manuel Lameiras Monteiro, foi-nos dada permissão para, caso se justifique, podermos aceder a informação privilegiada, sempre que devidamente solicitada.

Também por orientação da mesma Professora tivemos oportunidade de fazer uma proveitosa pesquisa no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo do Ministério da Justiça. Neste último Arquivo queremos salientar a maneira extremamente afável e de incondicional cooperação do Dr. Vítor Manuel Salgueiro, Diretor de Serviço de Apoio Especializado, Recursos Documentais e Relações Públicas do Ministério da Justiça, e das mais directas colaboradoras deste Serviço, nomeadamente a Dr.^a Leila Balcky e a Dr.^a Cristina Ferreira. Outro Arquivo, que não podemos deixar de referir, é o Arquivo do Patriarcado de Lisboa cuja directora, Dr.^a Teresa Ponces, merece também o nosso mais vivo reconhecimento.

Devemos também mencionar as bibliotecas e arquivos que percorremos desde a Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca da Faculdade de Letras, a Biblioteca de Sintra, e a Biblioteca de Cascais, onde fomos sempre muito bem atendidas. Não esquecendo a Hemeroteca de Lisboa, que, aliás, já se encontra parcialmente em linha, pelo menos no que diz respeito à Ilustração Portuguesa.

E que faríamos nós sem a ajuda e suporte constante do nosso filho que nos ministrou um autêntico curso de informática para que, com independência, pudéssemos redigir esta tese? Obrigada, Artur! E agradecemos, também no âmbito da informática, ao nosso sobrinho, Artur Figueirinha, a quem recorremos em situações pontuais. Obrigada, Artur!

Agradeço também à minha irmã Judite o acompanhamento que me prestou disponibilizando-se a acompanhar-me a Espanha sempre que precisei. Obrigada, Ditinha!

Já referimos a Casa de Saúde do Telhal, praticamente a Casa Mãe da Ordem em Portugal, mas podemos apontar também outras Casas e locais relacionados com São João de Deus e que tivemos ocasião de conhecer: a Casa do Sagrado Coração de Jesus da Idanha, das Irmãs Hospitaleiras, a Casa de São João de Ávila em Lisboa, o Hospital de S. João de Deus e a Igreja de São João de Deus em Montemor-o-Novo, construída sobre o que resta da casa dos pais do Santo e lugar onde terá nascido e passado a primeira infância. Recentemente tivemos oportunidade de visitar, em Espanha, mais propriamente em Granada, a igreja e hospital do santo protector da cidade, justamente São João de Deus. É nessa lindíssima igreja que repousam os seus restos mortais num precioso relicário de prata lavrada.

Este nosso santo, porque o consideramos nosso, pelo nascimento em terra portuguesa, é para os espanhóis um santo espanhol, tal qual Santo António é considerado um santo italiano em Itália. Digamos que são os nossos santos emigrantes! Só que com uma grande diferença: Santo António é extremamente popular entre nós, como sabemos, enquanto São João de Deus é mais conhecido no estrangeiro do que em Portugal. Num breve apontamento vemos a diferença: quantos homens em Portugal se chamam António, e quantos João de Deus? O autor a *Cartilha Maternal* é o mais conhecido e recebeu o nome de João de Deus por ter nascido no dia do santo. A título de curiosidade, podemos referir que, no Arquivo

Histórico Militar, tivemos nas mãos uma folha² com nomes de militares portugueses feitos prisioneiros na Grande Guerra, após a batalha de La Lys, e que os nomes que aí constavam e era a folha preenchida de alto a baixo, eram todos começados por António! Não podemos, não devemos, nem isso é possível, comparar os dois santos em santidade e em méritos. Foram dois portugueses ilustres, cada qual no seu tempo. Mas São João de Deus, talvez pelo tipo de obra a que se dedicou, provocou até hoje um certo afastamento e estranheza. E, no entanto, ele é o único santo português, Patriarca, ou seja, Fundador de uma Ordem Religiosa masculina e, neste sentido, está entre os Grandes Fundadores de Ordens Religiosas, como de S. Bento, S Francisco, de S. Domingos, de Santo Inácio, etc.

Também é o santo cuja estatuária é rica em número, representação e localização, basta dizer que se encontra entre as estátuas da fachada da Basílica de S. Pedro em Roma, entre as estátuas que ornamentam a colunata da basílica de Fátima, entre as estátuas da fachada do Convento de Maфра, para não falar das inúmeras imagens em igrejas, muitas delas com o seu nome, como acontece em Lisboa. Mas é, sem dúvida, em Espanha que este santo é venerado com maior número de manifestações religiosas. Muitas destas referências encontram-se no prefácio do livro escrito pelo P. J. Gameiro, O.H. sobre *Os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal – 1606-1834*1893-1943*. Foi o Irmão Natal³ que incumbiu o Irmão João Gameiro de escrever uma pequena história da Ordem Hospitaleira, pois, do Fundador, vários autores se interessaram em dar a conhecer a sua vida, não assim a sua Ordem. Os Irmãos durante muito tempo descuraram a escrita pelos muitos afazeres que, nos seus dias a dias, os tinham ocupados. Acresce ainda que através dos tempos se perderam documentos ou foram destruídos.

² Arquivo Histórico Militar, legislação avulsa.

³ Natal, Irmão Cassiano Maria, Provincial da Ordem. Prefácio ao livro do P. J Gameiro, O.H, Os Irmãos Hospitaleiros de D. João de Deus em Portugal 1606-1834; 1893-1943. Bodas de Ouro da Casa e Restauração da Ordem, 29 de Junho de 1893 a 29 de Junho de 1943, Casa do Telhal.

Durante a Grande Guerra o Director da Casa de Saúde do Telhal, Irmão Elias Pereira de Almeida, terá feito um acordo com o Estado, pelo qual grande parte das camas do estabelecimento se destinariam a feridos e enfermos dementes, militares, regressados da guerra. Esse documento, desapareceu. Parece que chegou a haver uma segunda via, que também desapareceu! Mas não foi só antes de 1943 que estas situações se verificaram. No livro *São João de Deus, homenagem de Portugal ao seu glorioso filho*⁴, encontramos uma lista de 21 obras fotocopiadas que ficaram guardadas no arquivo da cripta da igreja de São João de Deus em Montemor-o-Novo. Consta que estas obras também desapareceram... E, possivelmente, o desaparecimento de cartas, escritas pelo P. Bento Menni às Irmãs Hospitaleiras, e que reportam a dois períodos chave da nossa história: o assassinato do rei D. Carlos de Portugal e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe e a implantação da República.

Diz-nos o Irmão Natal no seu prefácio de 1943:

«Além do que se encontra na História da Igreja de Fortunato de Almeida, na Vida Popular de São João de Deus pelo P. Inácio Maria Magnin, e de várias notícias dispersas em publicações espanholas, pouco mais temos acerca da Ordem em Portugal do que a Hospitalidade, crónica trimestral, que particularmente se tem escrito na Casa de Saúde do Telhal, por ordem superior, desde 1936».

Foi o Irmão P. Júlio dos Santos, director da Casa entre 1922 e 1928 quem, dez anos depois de terminar a nossa Primeira República, fez, no Telhal, na festa da Anunciação de Nossa Senhora, a 25 de Março e 1936, a apresentação do nº1 da revista *Hospitalidade*⁵.

É natural que, de então para cá, se tenha escrito mais sobre a Ordem Hospitaleira, mas são publicações, pelo que nos tem sido dado ver, cuja temática é sobretudo a actividade dos irmãos no campo da Medicina e da Enfermagem,

⁴ Gameiro, P. Aires (Apres.), *São João de Deus-Homenagem de Portugal ao seu glorioso filho, 1550-1950*. Edição Fac-Símile, ALCALÁ, MMVI, p. 289

⁵ Revista Hospitalidade, Tomo I, 1936-1937, pp. 3 e 4.

complementada com o elemento humano, que faz toda a diferença, a Hospitalidade, o Acolhimento, do que sobre a orgânica da Ordem, os seus Estatutos, os Irmãos que ao longo dos tempos a orientaram e a fizeram crescer e os acontecimentos mais relevantes da sua vida como instituição religiosa a trabalhar no mundo e para o mundo.

Ambiciosamente, é neste sentido que procuramos orientar o nosso trabalho.

Primeira Parte

1.1.

SÃO JOÃO DE DEUS

Vida e Obra

No ano de 1495, reinava então em Portugal D.João II, nasceu numa terra do Alto Alentejo, Montemor -o-Novo um menino, a quem, no baptismo, puseram o nome de João. E como seu pai era de apelido Cidade, o menino chamou-se João Cidade. De sua mãe, pouco se sabe, o que indica tratar-se de gente simples, modesta, mas temente a Deus. Aliás, tudo isto cairia no esquecimento, se o futuro de João Cidade não o trouxesse à memória.

Aos oito anos de idade, João saiu de Montemor-o-Novo, abandonou a casa dos pais e foi para Espanha, para Oropesa. Porquê? Não se sabe. Há quem diga que foi sozinho, há quem diga que foi na companhia de um frade que por ali passou⁶. A verdade é que em Espanha viveu a maior parte da sua vida: parte da meninice, a adolescência e a idade adulta até aos 55 anos, vindo a falecer em 1550, em Granada, com grande fama de santidade.

Um ano depois de ter saído de Montemor-o-Novo, sua mãe morreu, talvez de desgosto pela ausência do menino, e seu pai, duplamente desgostoso, dirigiu-se a Lisboa onde professou no convento do seráfico Pai S. Francisco de Enxobregas (Xabregas), onde esteve até falecer “santamente.”

Entretanto, em Espanha, João trabalhou como pastor ao serviço de Francisco Maioral, carcereiro da Vila de Oropesa – que o apreciava tanto a ponto de pensar

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 64.

casá-lo com uma das suas filhas – e depois como soldado, já com 22 anos, sob o comando do capitão João Ferruz que o conde de Oropesa, D. Francisco Alvarez de Toledo, enviou a Fuenterrabia contra o rei Francisco da França.

Aqui começam a ser mencionados acontecimentos que são narrados como muito especiais na vida do futuro santo: terá tido um acidente nessa vida militar e terá sido socorrido pela Virgem Maria, Nossa Senhora. Presumimos que o jovem soldado já seria merecedor dessa atenção da Senhora dos Céus pelo seu comportamento e carácter e pela grande devoção que tinha à Mãe de Jesus que se traduzia na reza diária do Rosário e, muitas vezes ao dia, da reza da Salvé Rainha, sua oração preferida.

Mas desse tempo também nos chega uma descrição do seu aspecto físico:

«Era o bendito São João de Deus alto de corpo, robusto e de barba preta, de estatura que prometia ser homem de forças, curtido no exercício de pastor, e assim muito a jeito para soldado»⁷.

Ao serviço do capitão, João foi preso e condenado à forca por lhe terem roubado umas roupas que lhe tinham sido dadas a guardar, mas um cavaleiro intercedeu por ele e foi perdoado, embora expulso do campo. Regressado a Oropesa, possivelmente a pé, teve novamente ajuda milagrosa com o aparecimento junto dele de três pães e um copo de vinho para que recuperasse forças. Atribuiu esta ajuda de novo à Virgem Maria. Em Oropesa serviu mais quatro anos como pastor, findos os quais se alistou de novo no exército, desta vez acompanhando D. Fernando Alvarez de Toledo contra o Grão-Turco Solimão, na companhia do Imperador Carlos V da Alemanha.

Foi então que, regressando com o conde a Espanha, por mar, João se lembrou da sua terra natal e pediu uma licença para vir a Montemor-o-Novo. Antes, porém, passou por Santiago de Compostela “onde esteve uma novena e mandou dizer missa

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 66.

cantada e se confessou e comungou”⁸. Tinha 38 anos quando chegou a Montemor-o-Novo. Tudo lhe deve ter parecido muito estranho: os pais tinham morrido, da casa onde nascera deram-lhe indicações vagas e ninguém já se lembrava dele; até que encontrou um homem idoso, que era seu tio, mas que o julgava morto. O tio ainda lhe falou em ficar a viver com ele, mas João Cidade não quis e regressou a Espanha. Entrando por Andaluzia foi ter a Ayamonte onde trabalhou algum tempo no hospital que ali havia, procurando ajudar os doentes mais pobres, seguindo uma inclinação que sentia desde criança: ser útil aos mais carenciados em bens e em saúde. Mas não durou muito esse seu trabalho. Algum tempo depois voltou a ser pastor, agora em casa de uma fidalga chamada D. Leonor de Zuñiga. E novamente toma outro rumo. Resolve passar a África partindo de Gibraltar onde conheceu um fidalgo português, que era D. Luís de Almeida, acompanhado da mulher e quatro filhas, que ía desterrado para Ceuta. Chegados a Ceuta, João apercebeu-se de que o fidalgo e a família passavam necessidades, mal tendo para comer e, além disso, adoeceram. Então empregou-se nas obras de fortificação da cidade e com o que ganhava, ajudava-os. As obras, porém, pararam, mas João não se atrapalhou: vendeu dois gabões que tinha e deu o valor deles ao fidalgo. Consta que o fidalgo lhe terá dito: “Em verdade, João, se a caridade se perdesse, poderia encontrar-se em vós”⁹.

Retomando o trabalho nas obras conheceu um companheiro, trabalhador como ele, que era de Évora e, em pouco tempo, se fizeram amigos. Um dia João deixou de o ver, mas ele mandou-lhe notícias de que se tinha convertido ao islamismo e que vivia bem. João sentiu a tentação de fazer o mesmo mas, um confessor que procurou, deu-lhe o conselho abandonar Ceuta para não perder a sua alma. O fidalgo e a família, que ele continuava a ajudar, ficaram preocupados quando tomaram conhecimento da resolução de regressar a Espanha. João animou-os

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 70.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 72.

exortando-os a terem confiança em Deus... e rezava a Deus por eles. Pouco tempo depois o rei de Portugal perdeu o fidalgo e libertou-o do desterro.

No seu regresso a Gibraltar João sofreu uma grande tempestade. No barco em que seguia pensaram mesmo em atirá-lo ao mar, pois ele próprio estava disposto a sacrificar-se para aliviar a carga do barco, julgando-se culpado de tamanha aflição. Mas quando rezava uma última Avé Maria o mar acalmou e chegaram em segurança. Ia começar uma nova fase na vida deste homem que ainda não sabia bem o que Deus queria dele. A partir desta altura João Cidade vai partir a passos largos para a sua vocação. Deixa para trás a vida de pastor, de soldado e de operário para, com algum dinheiro que tinha, “montar um negócio”. Comprou livros, cartilhas e estampas piedosas que começou a vender aconselhando sempre as pessoas, que compravam, a escolherem o melhor para as suas almas e as que tinham filhos pequenos a comprarem cartilhas da doutrina cristã. As crianças gostavam dele. Um dia encontrou uma criança pobremente vestida e descalça. Quis dar-lhe as suas sandálias, mas eram demasiado grandes para o menino.

Ofereceu-se então para o levar aos ombros, o que a criança aceitou e João verificou, tal como S. Cristóvão¹⁰, que o menino era pesado... Chegados a uma fonte João parou e pediu para o menino descer dos seus ombros pois queria refrescar-se. Colocou a criança à sombra de uma árvore e viu que o menino lhe mostrava uma romã aberta encimada por uma cruz ao mesmo tempo que lhe dizia: “João de Deus, Granada será a tua cruz”¹¹.

João de Deus! É aqui que está a explicação deste nome que o irá acompanhar até ao fim dos seus dias. A conversão de João está próxima. Por motivo desta inspiração divina vai viver para Granada, para uma pequena casa na Porta Elvira

¹⁰ S. Cristóvão também colocou aos ombros uma criança para atravessar um rio e achou o menino muito pesado... S. Cristóvão é o protector dos viajantes. Curiosamente Montemor-o-Novo tem uma freguesia chamada de S. Cristóvão, cuja igreja, igreja de S. Cristóvão, é um templo do século XVI.

¹¹ Granada é o nome de uma cidade espanhola, mas também significa romã em Espanha

onde continua a vender livros. E no dia 20 de Janeiro de 1538, dia da festa de S. Sebastião, ouve pregar um grande orador, João de Ávila¹², e fica tão impressionado que sai da igreja aos gritos, dando saltos, agredindo-se e confessando publicamente os seus pecados invocando a misericórdia divina. Julgaram-no louco e atrás dele corriam rapazes e homens que lhe gritavam: “Ao louco! Ao louco!” e o comportamento dele era de tal modo que foi levado ao Padre-Mestre Ávila com quem conversou bastante tempo. Mas depois de deixar o Doutor, Apóstolo da Andaluzia, continuou a comportar-se de tal forma que lhe atiravam terra e lama na rua e ele próprio se espojava no chão como que em penitência pelos seus pecados. Acabaram por levá-lo para o hospital e interná-lo como louco.

Não é fácil continuarmos a contar a vida deste Santo, segundo os seus biógrafos, sem nos compenetrarmos bem do caminho trilhado por ele daqui em diante e das maravilhas que Deus operou nele e através dele. Com uma grande devoção à Virgem Maria, que invocava de maneira constante, recebeu da Mãe de Jesus o Menino Deus em seus braços e conheceu os padecimentos maiores de Cristo pois experimentou a Sua coroa de espinhos!

Uma vez internado num hospital de loucos João foi tratado como tal: castigos físicos, por vezes violentos, açoites que o deixavam em ferida e com nódoas negras, prisão com correntes nos tornozelos e banhos frios^{13,13} Em breve se apercebeu dos tormentos que atingiam todos os que ali estavam e, recuperando a lucidez, oferecia a Deus os seus sofrimentos em desconto dos seus pecados e, ao mesmo tempo, ia pensando de que maneira poderia no futuro ajudar os outros doentes. A pouco e pouco foi considerado curado e o Mordomo do hospital deu-lhe mesmo um certificado para poder provar que estava bem.

Ao sair do hospital resolveu fazer uma peregrinação a Guadalupe para pedir a

¹² Depois, S. João de Ávila (1499). Apóstolo da Andaluzia. Doutor da Igreja.

¹³ Já Aristóteles achava que o tratamento a dar aos loucos era com chicote.

Deus, por intercessão da Virgem Maria, que lhe manifestasse o que queria dele. Foi em jeito de peregrino, despojado de tudo, com um cajado e uma sacola ao ombro. Ia arranjando lenha pelo caminho que vendia para seu sustento e ainda para dar aos pobres. Esta peregrinação está repleta de momentos surpreendentes: uma fogueira que não se apaga à chuva, o que o faz passar por feiticeiro; um sacristão tolhido de um pé ao querê-lo levantar contra o Santo, que depois o curou...

Ficou João de Deus no santuário, durante 22 dias, a convite do Prior do Convento, findos os quais regressou a Granada à procura da sua cruz, como aquele menino da romã lhe predissera. Passa por Oropesa e cura uma mulher, que sofria de chagas incuráveis numa perna, chupando-lhe o mal que depois cuspia...

Damo-nos conta que já começamos a tratar João de Deus por *santo*, sendo verdade que os momentos de maior espiritualidade e comunhão com Deus se vão intensificando: ouvia missa todos os dias pela manhã e, todos os momentos que tinha livres, entrava nas igrejas para rezar. E foi numa igreja, onde viu uma imagem de Cristo crucificado, tendo ao lado sua Mãe e o apóstolo João Evangelista, que sentiu uma grande dor na cabeça parecendo-lhe que a Virgem e o apóstolo lhe tinham colocado uma coroa de espinhos enquanto a Mãe de Deus lhe dizia: “Por espinhos e trabalhos, João, quer meu filho que alcanceis grandes merecimentos”¹⁴.

Saindo desta igreja, João viu uma casa para arrendar cujo anúncio dizia: “Aluga-se esta casa para pobres”, e logo o Santo sentiu que era isso que Deus queria dele: arrendar aquela casa e destiná-la a pobres e enfermos, que abundavam nas ruas de Granada, e tratar deles com respeito e carinho.

Como tinha terminado a venda dos livros e estampas, libertando-se de tudo, começou a pedir esmolas e conseguiu do Capelão da Casa Real trezentos e doze reis que lhe permitiram comprar quarenta e seis camas, com esteiras e cobertores e uma almofada para cada uma, para deitar os seus primeiros protegidos. Por cima de cada

¹⁴ Gouveia, O.S.A., D. Frei António, op. cit., p.95.

cama colocou uma cruz de madeira, símbolo de sofrimento e redenção. A casa logo ficou cheia de gente. João de Deus corria a trazer mais doentes e pobres e a todos tratava como se fossem o próprio Cristo. Por isso, um dia, ao lavar os pés a um pobre, viu-lhe uma chaga brilhante e reconheceu que estava a lavar os pés ao próprio Cristo.

Para fazer face às necessidades constantes saía de noite a pedir esmola e pedia com a frase: “fazei bem a vós mesmos” pelos benefícios espirituais que ele entendia lembrar às pessoas que elas podiam auferir com a sua caridade. O Santo desdobrava-se em actividade, tanto mais que fazia questão de que a casa estivesse sempre muito limpa, os pobres e os doentes na maior higiene, tendo acontecido que um dia, demorando-se fora, mais do que contava, ao regressar, encontrou tudo muito limpo e arrumado. Perguntando quem fizera aquilo responderam-lhe que ele próprio ao que o Santo respondia não ser possível por não poder estar em dois sítios ao mesmo tempo. Atribuía esta ajuda ao Arcanjo S. Rafael, de quem era grande devoto. Começaram entretanto a aparecer jovens, impressionados pela sua obra, a quererem trabalhar com ele. João de Deus admitiu alguns que lhe pareceram mais capazes e vocacionados para aquela vida de sacrifício. Também afluíram as esmolas e as ofertas de roupas, alimentos e remédios. Mas, mesmo assim, não chegavam para as necessidades porque João, além de manter aquela casa-hospital, dava muito por fora a quem precisasse: homens, mulheres e crianças. Pelas crianças tinha particular carinho, como já referimos, a ponto de ter tido uma visão da Virgem Maria que lhe colocou nos braços o Menino Jesus e uns panos dizendo-lhe que O vestisse.

E não dava só bens materiais, mas empenhava-se em que essas pessoas buscassem os sacramentos, não se afastassem das práticas religiosas, realizando mesmo várias conversões. A sua acção junto dos mais carenciados, material e espiritualmente, levou-o a dedicar também uma especial atenção às mulheres da

Casa Pública¹⁵ a quem pregava, às sextas-feiras, a Paixão de Cristo, para que mudassem de vida, conseguindo até que algumas dessas mulheres se casassem e outras fossem trabalhar para casas honestas.

Já nos fomos adiantando a chamar-lhe João “de Deus”, mas foi um bispo, D. Sebastião Ramirez de Fuenleal, bispo de Tui, que o aconselhou a tomar esse nome que o menino da romã lhe dera e aconselhou-o também a vestir um hábito que ele mesmo lhe mandou fazer de burel preto. A partir daí, de cada vez que alguém lhe chamava *João de Deus*, ele respondia com muita humildade: “se Deus quiser”.

Não vamos alongar-nos mais em pormenores, pois teríamos de percorrer os sete anos que S. João de Deus despendeu numa actividade constante, num desgaste enorme ao serviço dos pobres e doentes, em que os doentes mentais lhe mereciam particular carinho e atenção. A sua obra foi crescendo mercê das vocações de jovens com o mesmo ideal de servir a Cristo através dos mais necessitados. Viviam de esmolas, mas as carências foram sempre muitas, de sorte que as dívidas se foram acumulando e alguns credores chegaram a ameaçar o Santo que, mesmo assim, continuava a transportar às costas, para junto de si todos os infelizes que encontrava e toda a gente se admirava como é que João de Deus, que estava magro e debilitado pela vida que levava, conseguia deslocar um e por vezes dois doentes que não podiam caminhar pelo próprio pé.

No dia 3 de Julho de 1549 deflagrou um incêndio no Hospital Real de Granada. As pessoas atemorizadas não se atreviam a salvar os doentes. S. João de Deus entrou no edifício em chamas e não só trouxe para fora todos os doentes, como móveis e roupas. Depois subiu ao telhado para, com um machado, tentar impedir que as chamas se propagassem mais e viram-no rodeado de labaredas convencendo-se que tinha morrido, mas João de Deus reapareceu são e salvo, só com as sobrancelhas chamuscadas.

¹⁵ Entenda-se prostitutas.

Como já dissemos as dívidas iam-se acumulando e S. João de Deus recorreu várias vezes à caridade de pessoas ricas que admiravam a sua obra e a quem se dirigia por carta¹⁶. Seis dessas cartas ainda existem: duas cartas a Guterres Lasso de Veja, Nobre Cavaleiro da Ordem de Santiago; três cartas a D. Maria de los Cobos Mendoza e uma carta a um jovem, João Baptista, a quem dá os seus conselhos. Estas cartas, que chegaram até nós, não estão assinadas com o seu nome, mas com uma sigla. O principal destas cartas encontra-se no Arquivo da Ordem, na Cúria Geral, na Ilha Tiberina em Roma. Mas também se deslocava pessoalmente a pedir, como aconteceu quando viajou a pé a Valhadolid, onde se encontrava a Corte, a 700 quilómetros de Granada, para pedir aos reis e aos nobres ajuda para fazer face às suas dificuldades económicas. Sem dúvida que aplicou bem os auxílios prestados, não como faziam no hospital, onde esteve internado como louco, financiado com o dinheiro dos Reis Católicos, que não chegava aos doentes.

Regressando às cartas, elas deixam-nos entrever bem o carisma da hospitalidade, núcleo de toda a acção de S. João de Deus. Na 1ª carta a Guterres Lasso diz o Santo: “...Tenho cento e cinquenta pessoas a sustentar”.

E logo, no que parece ser uma contradição, mas que é afinal uma afirmação da sua generosidade sem limites: “...Mandai-me quantos pobres chagados aí houver”¹⁷. Na 2ª carta ao mesmo¹⁸: “...são tantos os pobres que aqui se acolhem que eu próprio fico muitas vezes alarmado como se hão-de poder sustentar [...] e muitos meninos; e afora estes muitos outros peregrinos e viajantes que aqui acodem e aos quais se oferece lume, água, sal e vasilhas para prepararem a comida [...] vejo-me aqui empenhado e preso só por Jesus Cristo. Pois devo mais de duzentos ducados de camisas, capotes, sapatos, lençóis, mantas e de muitas outras coisas que são

¹⁶ Província Portuguesa. *Ordem Hospitaleira de S. João de Deus*. Constituições. Cartas de S. João de Deus. Regra de Santo Agostinho. Telhal, 1985. p.128

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 134,

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 137.

necessárias nesta casa de Deus, e ainda para a criação de meninos que para aqui deitam”¹⁹. “[...]Vendo-me tão empenhado que muitas vezes não saio de casa pelas dívidas que tenho, com o dinheiro que trouxer temos de comprar algumas roupas para os pobres [...] e para pagar a carne e o azeite, pois já não mos querem fiar, por eu dever muito...”²⁰

Nas cartas para a Duquesa de Sesa, as preocupações são semelhantes:

Na primeira carta: “O anel está bem empregado: mandei vestir dois pobres chagados e comprei uma manta com o que me deram por ele. [...] A alva e os castiçais coloquei-os logo sobre o altar em vosso nome”²¹. Nesta missiva, dá também alguns conselhos espirituais nesta missiva: “Quando vos fordes deitar, boa duquesa, persignai-vos e benzei-vos, e confirmai-vos na fé, dizendo o Credo, o Pai-Nosso, a Avé-Maria e a Salvé Rainha, que são as quatro orações que manda rezar a Santa Madre Igreja”²².

Na segunda carta: “...muitos (pobres) dos quais sem roupa, descalços, chagados e cheios de piolhos, de modo que é forçoso que um ou dois homens não façam outra coisa senão escaldar piolhos numa caldeira a ferver”. Esta carta é muito importante pelos conselhos à Duquesa, pelas apreciações que faz da vida, referindo Jesus e Maria como exemplos a seguir.

Também pelas notícias que transmite dos seus trabalhos e aflições e dos seus protegidos. Mostra-se grato ao Mestre Ávila que sempre o ajudou e menciona aquele que parece ser o seu homem de confiança para lidar com as esmolas, em especial em dinheiro – Angulo, cujo verdadeiro nome, como o Santo explica, é João de Ávila. Pede à Duquesa de Sesa que lhe mande outro anel ou qualquer outra coisa que possa empenhar em oiro ou prata e bem assim às damas e donzelas e à governanta que se

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 138.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 140.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 141.

²² Idem, *Ibidem*, p. 143. O original desta carta perdeu-se. A cópia que serviu na beatificação do Santo conserva-se no Arquivo da Ordem, na Cúria Geral, Ilha Tiberina, Roma, pp. 145-146.

tiverem qualquer “coisita de ouro ou de prata para oferecer aos pobres e mandar para o Céu, ma enviem para que eu me lembre delas. Boa Duquesa, lembro-me muitas vezes dos presentes que me ofereciéis em Cabra e em Baena, e daqueles pãezinhos fofos que me dáveis. Deus vos dê o Céu e vos faça participante dos seus bens. Amém Jesus”²³.

Na terceira carta à Duquesa de Sesa²⁴, São João de Deus dá mostras de um grande abatimento. A missiva parece ter sido escrita no final da vida, pois esta não foi concluída, ou porque lhe faltaram as forças para escrever, ou mesmo para ditar. “É tão grande a dor que me causa este meu mal, que não posso fazer sair as palavras nem sei se poderei acabar de vos escrever esta carta”.

E antes tinha escrito: “pois não sei se vos tornarei mais a ver ou a falar”. Depois recomenda à Duquesa o seu companheiro Angulo e a mulher, que ficariam muito pobres quando ele morrer. Tece, considerações de carácter espiritual, acerca dos inimigos da alma: mundo, demónio e carne e também sobre a morte, penas do Inferno e bem-aventurança no Paraíso.

Explicámos que esta carta não está assinada, mas é curioso reparar como termina a carta a Luís Baptista: “O irmão menor de todos, João de Deus, se Deus quiser, morrendo, mas entretanto calando e em Deus esperando, escravo de Nosso Senhor Jesus Cristo, desejoso de O servir. Amém Jesus”.

Aos 54 anos, S. João de Deus estava muito doente. Tinha cometido muitos excessos ao serviço do bem. Começou a sentir que as forças lhe faltavam. O seu último esforço, digamos assim, foi ter-se atirado ao rio para salvar um rapazinho que se afogava. A água fria e o cansaço que experimentou completaram os males de que já sofria. A sua grande preocupação era agora pôr as suas contas em dia e conseguir

²³ Idem, *Ibidem*. Nota: o original desta carta encontra-se em Granada, no Camarim da Basília de S. João de Deus, p. 155

²⁴ Idem, *Ibidem*. Maria de los Cobos y Mendonza, mulher do nobre e virtuoso senhor dom Gonçalo Fernandez de Córdoba, duque de Sesa, p. 156

que os seus pobres e enfermos ficassem protegidos. Anotou escrupulosamente tudo quanto devia, mandou confirmar junto dos seus credores e caiu à cama.

Houve então uma grande consternação entre os seus protegidos, os Irmãos que trabalhavam com ele e muitas pessoas na cidade de Granada que o conheciam e apreciavam. Entre essas pessoas contava-se uma senhora muito “cristã e exemplar”, D. Ana Osório, por quem o Santo tinha grande apreço e que o foi visitar. Ao ver as condições de desconforto e carência em que se encontrava convidou-o para sua casa e insistiu porque João de Deus não queria aceitar, queria morrer ao pé dos seus pobres e doentes.

Ali se preparou para morrer. Muitas pessoas importantes estiveram à sua cabeceira entre elas o seu Arcebispo e seu grande amigo a quem entregou o cuidado da sua obra e a incumbência de lhe pagar as dívidas que contraira ao serviço de Jesus Cristo. Na hora derradeira levantou-se do leito e ajoelhou-se no chão, onde morreu assim²⁵, causando admiração a todos os que o viram. Fazia por essa altura 55 anos, a 8 de Março de 1550. Precisamente havia 55 anos, quando nasceu em Montemor-o-Novo, que os sinos da pequena igreja matriz tinham tocado de alegria sem intervenção humana... Segundo reza a tradição! Agora, mãos piedosas faziam tanger os sinos de tristeza, por toda a cidade, porque um santo morria.

O enterro de João de Deus foi por demais impressionante. Aquele que com tanta humildade transportara aos ombros os pobres e doentes, sujos e maltrapilhos, durante tantos anos, via-se agora transportado num belo ataúde aos ombros de nobres e de membros de Ordens Religiosas que disputavam entre si o privilégio de o conduzirem à sua última morada. Em volta muito povo humilde acompanhava o imponente cortejo que se formou e, por causa da sua fama de santidade, estendiam para o seu corpo rosários e medalhas e tudo o que a piedade lhes lembrava para que ficasse santificado.

²⁵ Visitámos em Granada o quarto onde o Santo morreu e onde uma imagem se encontra ajoelhada junto ao leito.

Ficou o Servo de Deus sepultado na Capela dos Fidalgos Pisas, no Convento da Vitória, pertencente à Ordem de S. Francisco de Paula. A cidade de Granada orgulha-se até hoje de guardar as relíquias deste grande Santo numa igreja que levantou depois com o seu nome. Na sua terra natal, também foi construída, no século XVII, uma bela igreja, por cima do que restava da casa dos pais onde nasceu (cripta). Foi lançada a primeira pedra a 24 de Julho de 1625.

Morto, João de Deus começou a corresponder às preces dos que o invocavam, de tal modo que a Igreja o beatificou e canonizou: “Foi beatificado por Urbano VIII em 21 de Setembro de 1630. Canonizado por Alexandre VIII em 16 de Outubro de 1690.

Proclamado com S. Camilo de Lélis, Patrono dos Hospitais e dos Doentes pelo Papa Leão XIII em 27 de Maio de 1886. Declarado celeste Patrono dos Enfermeiros e das suas Associações pelo Papa Pio XI em 28 de Agosto de 1930. Proclamado celeste Co- patrono da cidade de Granada pelo Papa Pio XII em seis de Março de 1940”²⁶.

²⁶ Andrade, Manuel Moreira de, *Cartas de S. João de Deus e Síntese da Sua Vida*, Telha, Editorial Hospitalidade, 1998, p. 46.

1.2.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E

Hospitalidade

Vimos como S. João de Deus ficou impressionado com os tratamentos a que se viu sujeito no hospital onde foi internado como louco. E não só pelo que padeceu, mas pelo que viu padecer aos que estavam nas mesmas circunstâncias que ele. Aí começou a germinar um projecto de vida que iria concretizar-se mais tarde com o primeiro hospital para pobres e doentes, sob a sua inteira orientação e responsabilidade.

Dois aspectos podemos salientar desde já: a sua grande preocupação com o arranjo e higiene dos doentes e a humanização nos tratamentos. Os infelizes, que ele transportava às costas até casa, eram homens que encontrava nas ruas de Granada, na maioria das vezes descalços, rotos, sujos e cheios de piolhos. Afadigava-se pois, em primeiro lugar, em os lavar, vestir-lhes roupa limpa e libertá-los dos parasitas, depois em alimentá-los com o que podia a partir das esmolas que lhe davam e que ele angariava durante a noite. Todos estes cuidados eram acompanhados de uma sensibilidade humana que procurou transmitir aos que vieram a trabalhar com ele: muita paciência, respeito e carinho pela pessoa que sofre. Ao mesmo tempo não podia prescindir da ajuda de um médico para os casos mais graves e de um sacerdote porque, como já mencionámos, à saúde dos corpos aliava a preocupação com as almas.

Uma das doenças a que S. João de Deus deu prioridade foi a doença mental. Na época a medicina encontrava escassa solução para os problemas do foro psiquiátrico. Tal desconhecimento traduzia-se em tratamentos desumanos: os doentes eram muitas vezes postos de parte ou encerrados em cubículos ou em quartos

isolados, afastados de todos, incompreendidos; tantas vezes ridicularizados e tantas vezes maltratados. S. João de Deus, ele próprio, passou por tudo isso e estava em condições de avaliar o que, dentro dos condicionalismos da época, era possível fazer para minorar tão grande sofrimento: muito amor, compreensão e carinho.

Eram, sem dúvida, os doentes mentais “os pobres dos mais pobres”, aqueles para quem S. João de Deus, “o profeta da caridade” tinha especiais desvelos, e que beneficiaram mais com este acolhimento. Mas o seu hospital não se fechava para nenhuma enfermidade: alcoólicos, sífilíticos, estropiados, leprosos, todos eram igualmente recebidos e tratados²⁷. E de que maneira?

Naquele tempo os tratamentos eram à base de mezinhas, infusões, purgantes, sangrias, unguentos, banhos frios ou quentes, conforme os casos, duches e, para algumas doenças, havia o recurso a privações de vária ordem e mesmo prisão de movimentos, quando se justificava, para bem dos próprios doentes e para evitar algum mal maior: “Sem violência e com muito amor,” segundo o preceituado por São João de Deus. Também podiam utilizar-se drogas, prática “quase tão antiga como a própria humanidade: o ópio, a sicuta, os sais de cobre e o óleo de rícino...”²⁸ Já se utilizavam estas drogas no Antigo Egipto e durante toda a Idade Média.

A confecção dos medicamentos estava entregue ao boticário, que para isso estudava, servindo-se de livros da especialidade sob o título de *Farmacopeia*²⁹. O Museu do Telhal possui preciosos exemplares de livros antigos, entre eles, livros de Medicina, de Enfermagem e de Farmácia. No que diz respeito à Farmácia podemos

²⁷ Na segunda carta de S. João de Deus a Guterres Lasso encontramos esta passagem: “Assim como esta casa é geral, assim se recebem nela geralmente de todas as enfermidades e classes de pessoas, de modo que aqui há tolhidos, mancos, leprosos, mudos, loucos, paralíticos, tinhosos e outros muito velhos e muitos meninos e, fora estes, muitos outros peregrinos e viajantes que aqui se acolhem”. *Dimensão Apostólica da Vida e Obra de São João de Deus*, Lisboa, Secretariado Internacional de Pastoral da Saúde, Cúria Geral, 1984, p. 36.

²⁸ Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de D. João de Deus em Portugal – 1892-2002*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2003, p. 204.

²⁹ *Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História. Ordem Hospitaleira de S. João de Deus – Província Portuguesa*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 107.

referir os seguintes:

II.2.31

António, D. Caetano de Santo, *Pharmacopea Lusitana, Augmentada, Methodo Pratico De preparar os medicamentos na forma Galénica, & chimica*, Lisboa Occidental, na Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

22x30x5cm BCM 1,18.9,16

II.2.32

Correa, Carlos da Sylva, *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, 1733.

20x29x6cm

PPOHSJD, Inv.º2548

II.2.33

Pharmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal

Lisboa, na Regia Officina Typográfica, 1794, Tomo II, 14,5x20,5x2,5cm PPOHSJD,

Inv.º4513

Como podemos comprovar trata-se já de uma “farmácia” mais adiantada do século XVIII, porque “ao princípio o Santo fazia tudo, ou quase tudo, sozinho, improvisava, inventava, criava estruturas quase do nada, fazia o melhor que podia com poucos recursos e bem geridos, resolvia problemas urgentes de fome e prevenia mortes por frio”³⁰. Também é natural que fizesse de enfermeiro porque, ao ter alta do hospital, ainda aí permaneceu algum tempo, ajudando nos cuidados a prestar aos doentes, o que lhe deve ter conferido alguma experiência além do que foi observando durante essa triste estadia.

Para Erasmo de Roterdão, a conduta do cristão assemelha-se a loucura. Loucura de Deus de que S. Paulo falava aos Coríntios. Ora São João de Deus, que passou pela loucura e recuperou a saúde, tendo-lhe até sido passado um atestado a comprovar a cura, não se libertou nunca da loucura do amor cristão: amar os outros

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 7.

como a si próprio, amar até os inimigos. Amar por amor a Cristo!

Com o tempo, a maneira de tratar os doentes foi-se modificando porque a medicina evoluiu e o atendimento foi-se humanizando, mas esse dia tardou a chegar e será só nos alvares do século XX que se começam a notar progressos neste campo, estando os Irmãos de São João de Deus na vanguarda dos procedimentos e dos métodos a utilizar. É natural que se fossem aperfeiçoando pelo estudo e pela prática, se bem que muito dependia das esmolas angariadas sem as quais não podiam passar e que lhes roubavam muito tempo ao terem que percorrer, por vezes, longos caminhos a pé para esmolar.

Alguns doentes do foro psiquiátrico ajudavam os Irmãos em trabalhos leves que se revelaram, com o tempo, benéficos para alguma melhoria na sua saúde. Essa será talvez a origem, mais tarde da *ergoterapia*³¹. Diferente da *terapia ocupacional* que, como o nome indica, consiste em ocupar o doente em pequenos trabalhos de natureza lúdica, jogos, passeios ao ar livre, por exemplo. É uma terapia que pode ser aplicada quer a esquizofrénicos, quer a maníaco-depressivos mais calmos.

Aos esquizofrénicos mais violentos aplicavam-se meios de contenção, imobilizando-os. Um dos tratamentos mais utilizados para a depressão, foi a hidroterapia que consistia num banho de imersão e duche escocês. Os doentes alcoólicos eram acompanhados de modo a fazerem uma abstenção da bebida. Por aqui podemos avaliar o trabalho que era exigido aos que destes doentes se ocupavam, a começar pelo próprio São João de Deus cujo trabalho era incansável e que não recusava ninguém.

A este hospital, em Granada, de 1539, seguiu-se um outro em Toledo, em 1548 que ficou a ser dirigido por um seu discípulo. Estes homens, que tomaram o nome de Irmãos, faziam três votos: Castidade, Pobreza e Obediência e ainda o voto de Hospitalidade, daí virem a chamar-se Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus.

³¹ Idem, *Ibidem*, Ergoterapia: do grego ergon=trabalho; therapeía=tratamento, p. 205.

Não tardou que, por toda a Espanha, surgissem mais hospitais e que, a breve trecho, se fossem espalhando pela Europa e pelo Mundo.

O primeiro companheiro de São João de Deus foi Antão Martin (1500-1553), que fundou um hospital em Madrid a que virá a ser dado o seu nome. A ele se seguiram Pedro Velasco (1512-1567), Simão de Ávila (1506-1558), Domingos Piola (1492-1564), João Garcia (1499-1569), todos eles exemplares pela “vida de oração e penitência, grande amor pelos pobres e doentes, socorro aos necessitados: órfãos, viúvas e envergonhados, peditório de esmolas para socorrer os pobres e doentes”³².

Ainda no século XVI, podemos apontar, entre muitos outros Irmãos, Rodrigo de Siguenza, Pedro Soriano (f. 1588) que vai para Itália e funda em Nápoles o primeiro hospital da Ordem, entretanto aprovada pelo Papa Pio V, por mediação de Rodrigo de Siguenza. Pedro Pecador (1500-1580), fundou vários hospitais na Andaluzia. Beato João Grande (1546-1600), com 28 anos, fundou o seu primeiro hospital e, tal como Pedro Pecador, acabou por se unir à Ordem Hospitaleira de São João de Deus .E outro Irmão, Pedro Egipcíaco (1569-1630).

Já no século XVII salientou-se pelas suas virtudes, o P. Camacho (1629-1691), comparável a São João de Deus. Morreu em Lima, no Perú, o que nos mostra como a Ordem se estendeu pelo Mundo, posto que, na Europa, já se encontrava em vários países. Paulo Magallon (1784-1859), francês, restaurador da Província Francesa. P. João Maria Alfieri (1807-1888), “grande impulsionador da restauração da Ordem em várias províncias”. “Cuidou da promoção dos Irmãos por meio do estudo, da medicina e sobretudo do sacerdócio”³³.

P. Bento Menni (1841-1914), italiano, restaurador da Ordem em Espanha, Portugal e México. Fundador da Ordem das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, a 31 de Maio de 1881. “Foi introduzido o processo de beatificação e foram

³² *Dimensão Apostólica da Vida e Obra de São João de Deus*, Lisboa, Secretariado Internacional de Saúde, Cúria Geral, Tradução de Moreira de Andrade, 1984, p. 89.

³³ *Idem, Ibidem*, p. 92

declaradas heroicas as suas virtudes pelo Papa João Paulo II, a 11 de Maio de 1982”³⁴. Hoje é já Santo Bento Menni, canonizado a 21 de Novembro de 1999.

Beato Ricardo Pampuri (1897-1930), licenciado em medicina e cirurgia, foi beatificado pelo Papa João Paulo II, a 11 de Maio de 1981. P. Eustaquio Kugler (1867- 1946), alemão, passou grande parte da sua vida como Superior e desenvolveu por tal forma o seu ministério que, no dia 1 de Março de 1963 foi iniciado o processo para a sua beatificação.

“Austeridade e simplicidade de vida, penitência, observância regular, espírito de oração, são exemplos constantes ao longo da biografia destes Irmãos. Mas é sobretudo o exercício da hospitalidade, a entrega aos doentes, a caridade, o cuidado com os moribundos, a nota mais alta que o cronista sublinha”³⁵.³⁵

Já existiam Hospitais Reais que procuravam dar resposta às necessidades da população, tanto em Espanha como em Portugal, posto que a maior parte das pessoas fosse tratada em casa. Na mesma época, em Portugal, foi criado o Hospital Real de Todos-os-Santos (1492-1504), considerado modelar para aquele tempo. Será que o Santo terá tido conhecimento deste nobre hospital? Talvez. S. João de Deus também vai criar no seu hospital condições para os doentes, que são das melhores para a época: uma cama para cada enfermo, uma enfermaria para cada tipo de doença.

É assim que, em breve, os Irmãos são requisitados para fundar hospitais em vários pontos da Península e depois por toda a Europa e fora dela, como já atrás referimos e nunca é demais salientar. “E muitos Grandes de Espanha e Senhores de título edificaram em seus Estados Hospitais sumptuosos, convertendo em benefício de seus vassallos a caridade destes Pais que têm caminhado com tanta felicidade que, em breve espaço de setenta anos, têm hoje no mundo treze Províncias. Algumas delas abrangem a Itália, Alemanha, França, Polónia e Flandres, e outras Espanha,

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 94

³⁵ Dimensão Apostólica da Vida e Obra de São João de Deus, Telhal, Secretariado Internacional Da Pastoral De Saúde, Cúria Geral, Editorial Hospitalidade, 1984, p. 213.

Foi este tempo o que coincidiu com a governação dos Reis Católicos em Espanha e depois com a época dos Filipes conjuntamente em Espanha e Portugal. As guerras europeias e a expansão ultramarina, levaram os soberanos a pedir aos Irmãos ajuda no tratamento dos enfermos, nos exércitos e armadas e também em situações de peste. Nalgumas circunstâncias trabalharam, como é de calcular, com perigo de vida, tendo morrido muitos religiosos contagiados pelas doenças e às mãos de inimigos e infiéis.

Houve soberanos que dotaram os Hospitais “desta bendita religião” (Ordem Religiosa de São João de Deus) de bens e esmolas, o que não impedia que os religiosos continuassem a esmolar. Assim também o facto de tratarem, por vezes, pessoas abastadas, servia de auxílio ao tratamento dos pobres. Na Alemanha, o Imperador Fernando II, além de criar hospitais para os Irmãos gerirem, pediu-lhes ajuda nos exércitos. Na Polónia, serviram os doentes pobres e, em 1655, 24 religiosos foram martirizados pelos moscovitas. Em França, Henrique IV e a rainha Maria de Médicis integraram estes Irmãos nos seus exércitos e armadas. Em 1639 os Religiosos acudiram à peste em Arrochela, tendo morrido doze Irmãos de contágio. Em Itália, em várias cidades, acudiram à peste tendo morrido muitos Irmãos, e também trataram os militares feridos no exército do Papa Urbano VIII contra os duques de Parma e Florença.

“Em Portugal, Pátria ditosa do Santo Patriarca, foram recebidos: serviram nas Armadas, e no ano de 1635 no Brasil, por ocasião da Mata Redonda, foram pela Fé Católica Romana degolados às mãos dos hereges dois religiosos portugueses, Fr. Francisco de Sparse e Fr. Sebastião, voando ambos para o Céu com duplicado martírio. E depois da feliz aclamação do Augustíssimo e Grande Rei D. João IV, servem nos exércitos, desde cujo tempo também assistem nos Hospitais Reais das

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 219.

Fronteiras do Reino, realizando o que é manifesto ao mundo, em cujo exercício e contínuo trabalho foram mortos mais de quarenta Religiosos nos ditos Hospitais”³⁷.

A “feliz aclamação do Augustíssimo e Grande Rei D. João IV” não terminou com a Revolução de 1640, antes foi o início de uma guerra entre os dois países ibéricos chamada, em Portugal, da Restauração. E essa guerra, que durou 28 anos, saldou-se por mortos e feridos a que era preciso acudir. É nesta conjuntura que, por determinação real, os Irmãos de São João de Deus são convidados a administrar e a fundar Reais Hospitais Militares em Portugal, também chamados Hospitais de Fronteira. Neles vão exercer, durante 295 anos – desde 1640 até à exclausuração das Ordens Religiosas, pelo Decreto de 29 de Maio de 1834, advento do liberalismo, - as funções de administradores, enfermeiros e capelães³⁸.

Os mapas que conhecemos sobre a localização dos Reais Hospitais, apontam para uns vinte edifícios, muitas vezes integrados em fortificações militares: Ponte de Lima, Valença do Minho, Monção, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Almeida, Penamacor, Salvaterra do Extremo, Castelo de Vide, Elvas, Campo Maior, Estremoz, Montemor-o-Novo, Olivença, Moura, Castro Marim, Lagos, Castelo de S. Jorge e Peniche.

O exemplo de caridade e abnegação destes homens levou a que muitas pessoas reais e da nobreza se comesçassem a exercitar na caridade distribuindo esmolas e alimentos pelos pobres, chegando mesmo a dar-lhes comida pelas próprias mãos. O facto de os Irmãos de São João de Deus se encontrarem espalhados pelo país, nos atrás citados hospitais, levou a que, na época, São João de Deus e a sua Obra fossem mais conhecidos e apreciados.

Mas o trabalho destes Religiosos não se compreenderia se não tivesse a

³⁷ Gouveia, D. Frei António de, *Vida e Morte de S. João de Deus*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, Edições Távola Redonda, 1996, p. 213.

³⁸ Segundo Augusto José Moutinho Borges, num seu trabalho sobre: “Os reais hospitais militares em Portugal administrados e fundados pelos irmãos de S. João de Deus, 1640-1834”, a melhor maneira de pesquisar e analisar o desempenho dos Irmãos nesses hospitais é conhecer os seus Regimentos, Alvarás, Regulamentos e Ordens do Dia.

iluminar-lhe aquele esteio feito de fé cristã onde se iam alimentar através de exercícios espirituais e uma vida de regras, jejuns e abstinências. O prêmio e a glória de tantos sacrifícios esperavam-no eles do Céu.

Levantavam-se todos os dias cedo, antes das quatro da manhã, e iam todos à igreja fazer uma hora de oração mental. A seguir iam ver os doentes às enfermarias, fazendo-lhes as camas, ver do que precisavam. Voltavam novamente à igreja para ouvir Missa, finda a qual, e depois de uma parca refeição, uns Irmãos saíam para pedir esmola, outros iam para as enfermarias tratar do arranjo das mesmas enquanto os que eram sacerdotes, ouviam confissões e prestavam apoio espiritual.

Por volta das oito horas, era a altura das consultas médicas e de cirurgia com a presença do Prior, do enfermeiro-mor e do boticário. Em seguida serviam-se as refeições aos pobres o que era feito pelos Religiosos que só depois iriam comer. De novo voltavam às enfermarias para medicarem os doentes segundo as prescrições médicas, mas os esmoleiros andavam por fora a pedir esmolas. Às quatro da tarde apareciam com o cirurgião e o médico a visitar os doentes e a tratá-los com a ajuda dos enfermeiros. O boticário confeccionava os medicamentos.

À tardinha, antes do toque das Avé- Marias, era a ceia dos doentes depois da qual os Religiosos iam à igreja onde ficavam uma hora em oração. Só depois iam cear e iam à Contadoria onde faziam o balanço das esmolas do dia que eram guardadas numa arca de três chaves e lançadas num livro de assentos. Por fim recolhiam-se para dormir, ficando só alguns de vela aos doentes. Com algumas alterações, que os novos tempos justificam, acreditamos que ainda hoje seja assim. “Os Religiosos confessam-se em comunidade todos os Domingos e Festas indicadas pela Igreja: tomam disciplina todas as sextas-feiras do ano, e no Advento e Quaresma os três dias da semana”³⁹.

Onde iam os Religiosos buscar a sua orientação espiritual? Ou melhor

³⁹ Gouveia, D. Frei António de, op. cit. p.219.

dizendo, onde vão ainda hoje? É preciso ter em conta que, quase desde o início da Ordem, ela pautou-se por Regras ou Constituições, desde 1585 até aos nossos dias. Em mais de quatrocentos anos de existência houve evolução, começando, numa fase de origem, por surgirem Constituições baseadas na regra de Santo Agostinho. As primeiras foram concedidas pelo Arcebispo de Granada, Mons. Méndez Salvatierra e constituíram base para as constituições subsequentes. Eram “concisas, jurídicas e democráticas” porque aprovadas em Capítulos Gerais.

À medida que a Ordem progredia, as Constituições acompanhavam essa expansão. Vamos só citar datas:

Fase de extensão: Constituições de 1587 e de 1589.

Fase de estruturação: Congregação Espanhola: Constituições de 1611, 1640, 1686, 1741, 1761, 1799; Congregação Italiana: Constituições de 1596, 1616, 1665, 1713, 1718, 1882.

Fase de Unificação e actualização (união da Congregação Espanhola à Congregação Italiana): Constituições de 1884, 1885, 1926, 1950, 1971, 1982.

As Constituições são fonte de Espiritualidade e Oração para os Religiosos, acentuando o carisma da Ordem, o acolhimento, o serviço assistencial e a solicitude espiritual. Até aos nossos dias, conseguiram manter vivo o espírito de São João de Deus que, para além do homem doente vê o ser humano em todos os seus aspectos por vezes complexos: sociais e afectivos, como nos diz o ap. Pierluigi Marchesi numa carta circular:

“Atrevo-me a dizer que hoje o doente, mais do que meios técnicos muito avançados, necessita de coração e alma, tem necessidade de hospitalidade no sentido autêntico da palavra. [...] Ao doente interessa ter um ponto seguro a que se possa dirigir, um porto a que possa atracar a sua barca: a sua existência posta em perigo pela doença. E quem representa o porto senão o religioso que, a tempo inteiro e por vocação, queima a própria vida pelo bem do próximo?”

A partir de meados do século XIX o doente mental vai começar a ser observado segundo uma perspectiva diferente. Os teóricos franceses Pinel e Esquirol apontam para uma “psiquiatria iluminada”: “assistência em hospitais psiquiátricos organizados segundo o modelo do “manicómio moral,” tratamento humanitário dos pacientes, consideração da loucura como doença, primazia da decisão médica na terapia, importância da terapia ocupacional e da ergoterapia, atenção para os aspectos religiosos e espirituais”⁴⁰.

Os Irmãos de São João de Deus adoptaram estas orientações e foram até à criação de hospitais psiquiátricos especializados. Punham-se assim de parte aqueles métodos de acalmar os doentes com cadeias e chicotes como resulta, em Espanha, da “Lei da Beneficência” em 1849, “coincidindo com a primeira estatística sobre doentes mentais existentes no país”⁴¹.

Um século depois com a quimioterapia, os doentes, desde que compensados, podem fazer uma vida praticamente normal. São utilizados os neurolépticos desde 1952 e os anti-depressivos desde 1957, e cada vez com menos efeitos secundários. Vamos aguardar, com esperança sempre renovada e com fé no exemplo de São João de Deus, que não ficou de braços cruzados face à magnitude da empresa a que meteu ombros, que se possa chegar um dia à cura destas doenças, em especial da esquizofrenia, graças aos avanços da ciência médica do foro psiquiátrico. Entretanto é bom que se vá combatendo o *estigma* que tão prejudicial é para estes doentes. Já D.Frei António de Gouveia comentava: “E não sei o que tem aquele que uma vez perdeu o juízo que, mesmo depois de recuperado, ou nunca ou muito devagar perde a fama de louco”⁴².

⁴⁰ Montonati, Angelo, *O preço da coragem, S. Bento Menni*, Ancora, Arti Grafiche, 1999, p. 96.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁴² Gouveia, D. Frei António de, op. cit., p. 42.

1.3

A Ordem Hospitaleira de SÃO JOÃO DE DEUS E PORTUGAL (Antes da República)

Portugal, “Patria ditosa do Santo Patriarca” - segundo palavras de D. Frei António de Gouveia, que temos vindo a citar amiúde – só em 1606/1607 mereceu a atenção da Igreja no sentido de se prestar culto ao grande Santo na sua terra natal. Recordemos que nesta data o Santo ainda não tinha sido beatificado, mas já o povo e os seus Irmãos em Religião lhe chamavam Santo. É assim que a casa onde nasceu é adquirida e ali irá surgir um oratório sobre cujo altar foi colocada uma imagem de João Cidade. Montemor-o-Novo adquire mais uma valia: além de vila abastada, rica em frutas, é agora um local de peregrinação e onde se instalará o primeiro hospital de São João de Deus em Portugal.

Em 1629 os Irmãos Hospitaleiros começam a gerir o Hospital Geral na Rua das Janelas Verdes em Lisboa. Tratavam nobres, sacerdotes e oficiais do exército. Estas duas casas estavam ligadas à Congregação Hospitaleira Espanhola aprovada pelo Papa Urbano VIII que também aprovou a Congregação Hospitaleira Italiana. De 1640 a 1668, no decorrer das guerras da Restauração em Portugal, houve um afastamento da Congregação Espanhola e os Irmãos de Portugal deslocaram-se para as fronteiras a fim de dar apoio ao exército português. A direcção dos Hospitais de Fronteira foi entregue aos Irmãos por Alvará de 4 de Maio de 1645. Só em 1671, no Concílio Geral, foi constituída a Província de São João de Deus em Portugal, já depois dos Irmãos terem dado sobejas provas de competência e dedicação ao cuidado dos doentes.

Os acontecimentos políticos em Portugal e em Espanha refletiram-se na vida das Casas dirigidas pelos Irmãos. As Comunidades portuguesa e espanhola sofreram, por vezes, situações semelhantes e ou paralelas, como por exemplo: “as dificuldades surgidas em Portugal com D. José I e o Marquês de Pombal foram vividas no país irmão com Carlos III e o Conde de Aranda”⁴³. As Invasões Francesas, por sua vez, convulsionaram toda a Europa e particularmente a Península Ibérica de 1807 a 1812. Seguiram-se os movimentos liberais, e anticlericais que culminaram na expulsão das Ordens Religiosas masculinas em Portugal (1834) e em Espanha (1850).

Se é verdade que nessa altura havia em alguns conventos uma decadência do espírito religioso, também é verdade que não era ao poder civil e nomeadamente ao regente D. Pedro, que competia fazer a restauração da vida conventual e, com esse pretexto, fechar conventos e mosteiros, alienar os seus bens, dispersar os Religiosos e ainda criar uma cisão entre aqueles Religiosos que D. Pedro considerava da sua confiança e os que apoiavam seu irmão D. Miguel. E mais, essa situação chegou ao corte de relações com a Santa Sé, sendo expulso o Núncio Apostólico em 29 de Julho de 1833.

As forças liberais apoderaram-se do destino das Ordens Religiosas em Portugal extinguindo-as da seguinte forma:

“Hei por bem, em nome da Rainha, decretar o seguinte artigo 1º Ficam já extintos em Portugal, Algarves, Ilhas Adjacentes e Domínios Portugueses todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, Instituto ou Regra.” Decreto de 30 de Maio de 1834”⁴⁴.

Sem dúvida a Ordem Hospitaleira sofreu um rude golpe, pois desapareceu de Portugal e mais adiante de Espanha, mas mais sofreram os doentes, privados do seu

⁴³ Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal, 1892-2002*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2003, p. 27.

⁴⁴ In *Chronica Constitucional de Lisboa*, 1834, p. 127.

amparo e cuidados, principalmente os pobres. Só em Portugal havia na altura dezassete Casas-Hospitais.

A pouco e pouco, porém, e partindo de Itália, operou-se o ressurgimento da Ordem na Península Ibérica. Com os ânimos políticos mais calmos, diversos contactos e acção diplomática, ao nível mesmo da Santa Sé, o P. João Maria Alfieri conseguiu, em 1867, encontrar um jovem sacerdote que promoveu a restauração da Ordem Hospitaleira em Espanha e Portugal, o P. Angel Hercules Menni, mais conhecido por P. Bento Menni.

Este padre italiano de 26 anos, sem conhecer a Península Ibérica, nem os costumes, nem a língua, munido de poucos recursos económicos, qual novo São João de Deus, agiu - em espírito de obediência, em missão de grande responsabilidade - e levantou uma obra que, anos mais tarde, se verificou exceder todas as expectativas. Porque, além de implantar de novo a Ordem dos Irmãos Hospitaleiros, na Península, criou a Ordem das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Entrou em Espanha por Barcelona e apresentou-se ao Bispo da diocese que não lhe garantiu o apoio esperado. Recorreu às esmolas para construir um pequeno hospital com doze camas para crianças deficientes e escrofulosas. Tratava-se do primeiro hospital pediátrico em Espanha e foi denominado de “Centro Civil de assistência de carácter filantrópico” porque os ventos que sopravam em Espanha ainda tinham muito de anticlericalismo. Foi o primeiro passo da Ordem em Espanha que teve o seu epicentro na localidade de Ciempozuelos a 32 quilómetros de Madrid. O P. Menni transferiu para ali os noviços que entretanto lhe surgiram em Barcelona e criou um manicómio para homens que viria a transformar-se num hospital psiquiátrico de vanguarda.

Em 1884, o P. Menni foi nomeado Provincial da nova Província de Espanha com 70 Religiosos professos e 25 noviços e foi reeleito sucessivamente por 19 anos consecutivos. Em 1903, quando deixou o cargo de Provincial, tinha fundado 15 casas

da Ordem: quatro hospitais ortopédicos para crianças raquíticas e escrofulosas, 6 hospitais psiquiátricos para homens, uma colónia agrícola para ergoterapia dos doentes de Ciempsoyelos, um hospital para epilépticos, uma casa para idosos, uma residência para sacerdotes, escola para crianças pobres e um colégio para órfãos sem posses.

Em 1880, convidou duas jovens de Granada, Maria Josefa Recio e Maria Angustias Giménez, a iniciarem uma Congregação Religiosa feminina para atender às doentes mentais e às meninas deficientes. Em breve a Congregação começou a angariar mais vocações e não tardaria a registar a primeira mártir: Maria Josefa Recio morria a 30 de Outubro de 1883, na sequência dos ferimentos inflingidos por uma paciente. Foi sepultada em Ciempsoyelos perto do local onde, mais tarde, virá a ficar o túmulo do P. Menni.

Canonicamente, o noviciado das Irmãs começou a 31 de Maio de 1881. No ano seguinte o P. Menni redigia as primeiras Constituições em cujo prólogo se declarava que as Religiosas se destinavam à assistência caritativa e contínua das doentes mentais. Onze anos depois já era Congregação de Direito Pontifício.

Em 1903, as Irmãs contavam com nove casas: seis para doentes mentais e três para meninas raquíticas e escrofulosas pobres, em Ciempsoyelos, Malaga, Madrid, Das Corts, Palencia, Paris, San Baudílio de Llobregat, Santa Águeda. Idanha (Portugal), continuando para Pamplona (1904), Roma (1905), Viterbo (1909), Neptuno (1910), etc. Actualmente são mais de 100 Casas dispersas por 25 países. O lema destas Irmãs é: “Rogar, Trabalhar, Padecer, Sofrer, Amar a Deus e Calar”, segundo a orientação do seu Fundador.

As primeiras Irmãs Hospitaleiras Portuguesas foram a Irmã Maria da Luz Martins, natural de Vila Fernando, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, de 21 anos, falecida na Idanha a 7 de Março de 1952, e a Irmã Maria do Carmo Gil Manso, de 21 anos, natural de Alfaiates, também da mesma zona. Foi esta Irmã a fundadora da

Casa da Idanha, onde faleceu a 7 de Outubro de 1953.

A Casa da Idanha foi adquirida a 30 de Janeiro de 1894, no ano seguinte à compra da quinta do Telhal. A propriedade chamava-se Convento de Baixo. “Era esta propriedade constituída por olival de 60 pés, rés-do-chão, primeiro andar e pequeno oratório privado. Custou 7500 pesetas /30.000 reais e foi paga a prestações, sem juros e com muitas dificuldades. Ajudou nesta compra D. Mariana Pereira da Silva com 400\$000 e uma pensão de 18\$000 durante seis meses. Foi o Irmão Bernardo, Vice-Prior do Telhal, que a pedido do P. Bento Menni, encontrou esta propriedade para adqirirem”⁴⁵.⁴⁵

Só em 1890 o P. Bento Menni veio a Montemor-o-Novo e visitou o local da casa de São João de Deus. Celebrou missa na igreja e assinou o livro de visitas onde deixou a data de 15 de Maio de 1890. Também esteve no Hospital de Santo André, que tinha sido dos Irmãos e se encontrava na situação de hospital civil.

Dois dias depois teve uma reunião em Lisboa, com membros da Irmandade dos Clérigos Pobres, na qual ficou assente a vinda dos Irmãos para dirigirem o hospício de Santa Marta. Entretanto, o P. Bento Menni fora convidado a hospedar-se no Paço Episcopal de S. Vicente, em Lisboa, onde teve esta oportunidade de verificar o interesse em que a sua Ordem se estabelecesse de novo em Portugal, que era afinal o objectivo que o trazia ao nosso país e o desígnio também do Santo Padre.

Mas as coisas não correram exactamente como esperavam, apesar de todas as facilidades que parecia serem-lhes oferecidas, até porque, à partida, não era bem o trabalho que os Irmãos se achavam vocacionados para exercer e aspiravam concretizar, mas, apesar disso, aceitaram como “uma porta aberta para a restauração em Portugal”⁴⁶. Segundo Lavajo, “Esta ligação da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus aos clérigos pobres não foi única em Portugal. Já em 1619, ao serem

⁴⁵ Franco, José Eduardo, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 443.

⁴⁶ Lavajo, op. cit. p.38.

convidados pelo Deão da Sé de Lisboa, D. António de Mascarenhas, para se instalarem no antigo convento dos Carmelitas Descalços, o actual edifício das Janelas Verdes, era para aí dirigirem um hospício de clérigos pobres”⁴⁷.

A data da instalação dos Irmãos em Santa Marta, depois de algumas dúvidas, parece estar confirmada a 1 de Julho de 1890 pelo próprio P. Bento Menni. Mas houve, nesta restauração da Ordem, muitos contratempos não só de ordem política como também de natureza religiosa. No primeiro caso, continuava a não ser favorável em Portugal o restabelecimento das Ordens Religiosas; em segundo lugar, no próprio seio da Igreja portuguesa, havia desentendimentos, daí que, a aprovação canónica da Ordem em Santa Marta tenha a data de 7 de Março de 1892, só dois anos depois da entrada dos Irmãos no hospício!

De complicações com esta residência dos clérigos pobres trata uma intervenção do deputado, sr. Luiz José Dias, na Camara dos Senhores Deputados, na 76ª Sessão de 15 de Maio de 1903, que pede a palavra para, na qualidade de presidente da Assembleia geral dos sócios do Hospício dos Clérigos Pobres fundado em Santa Marta, expor toda uma intrincada situação em que são mencionados os Irmãos de São João de Deus.

É muito curiosa esta intervenção do sr. Luiz José Dias, mas por demais extensa para que possa aqui ser transcrita, pelo que nos limitaremos a três passagens que nos parecem mais elucidativas. Tão extensa, que a Câmara acabou por impedir que terminasse a sua exposição porque os outros deputados queriam passar à ordem do dia!

E começa assim o ilustre deputado orador: “Sr. Presidente: começo por agradecer ao Sr. Presidente do Conselho a deferência que teve para comigo, cedendo a palavra em meu favor; e agradeço-lha tanto mais quanto é certo que nem sou patricio de S. Ex.^a nem credor de qualquer serviço, nem seu partidário, antes sou

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

adversário político, intransigente, embora leal e sincero. A Câmara compreende bem a delicada situação, erçada de dificuldades em que estou colocado. Sou Deputado há mais de vinte anos... O Sr. Mazziotti (interrompendo): Há vinte e três. O Orador: - Há vinte e três anos, segundo diz o meu velho e dedicado amigo Sr. Mazziotti, e declaro a V. Ex.^a que nunca usei da palavra tão contrariado: nunca me vi tão violentado, nunca me encontrei sob o peso de uma tão dolorosa impressão como hoje, porque me repugna essencialmente abordar o assunto a que fui chamado e a que vou referir-me. V. Ex.^a e os meus colegas mais antigos d' esta Câmara são testemunhas de que por várias vezes se têm aqui ventilado, ou propositadamente ou por incidente, questões relativas à Igreja, à religião e aos seus ministros, e que eu me tenho absterido de entrar nelas, de a elas me referir. E tenho assim procedido, porque as primeiras sessões parlamentares a que assisti convenceram-me de que as questões religiosas e as questões a elas anexas são impróprias deste lugar, que lhes é avesso, que não é o meio adequado para as versar”⁴⁸.

Assim iniciou o deputado a sua intervenção que demorou em abordar o ponto a que se queria referir porque se enredou em considerações sobre religião, ciências, Bíblia e tradição, filosofia e história, Deus e o homem... Concluía: “A Câmara sabe já a razão porque eu hoje, altamente contrariado me vejo coagido e arrastado para esta ingrata matéria. Levantou-se aqui a questão do Hospício dos Clérigos Pobres, erecto em Santa Marta, e eu como presidente da assembleia geral fui visado e atingido, como todos ouviram e presenciaram. Não posso deixar de apelar para os factos, que habilitarão a Câmara e o país a fazer juízo recto das pessoas e dos acontecimentos. Esta questão tem prendido durante alguns meses as atenções públicas, porque parte da imprensa se tem referido a ela e alguma com bastante desenvolvimento”.

⁴⁸ *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, nº 76, 11 de Maio de 1903, p. 3.

E continua até nos dar este esclarecimento: “Aquela irmandade⁴⁹ era, há 17 anos, pequena, em capital e em número de irmãos. Nessa época, pouco mais ou menos, foi eleito juiz dela, Monsenhor Elviro dos Santos. Este benemérito cidadão, vendo que os poderes públicos não podiam ou não queriam realizar as suas promessas, tantas vezes feitas, da dotação do clero, e que tão repetidamente o foram pelos Ministros respectivos, a mim mesmo nesta casa do Parlamento, vendo que não se cumpriam essas promessas, que ao produto da venda dos bens da Igreja se dava um outro destino diverso do marcado na lei; ferido ainda pelo tristíssimo espectáculo de ver nas ruas de Lisboa alguns padres mendigando esmolas, e outros jazendo nos leitos das enfermarias do Hospital de S. José, ao lado de indigentes e miseráveis, concebeu desde logo a ideia de transformar aquela irmandade num montepio que servisse de aposentação ao clero pobre e indigente, construindo ao mesmo tempo uma casa que fosse hospital e asilo dos inválidos e lhes assistisse na velhice, nos últimos dias de sua vida”.

Foi assim que surgiu a Casa de Santa Marta cujo edifício foi cedido pelas Côrtes depois de muitas instâncias e trabalhos, muito angariar de esmolas para reparar o edifício que estava velho e que precisava também de ser mobilado... E concluía: “Sr. Presidente: a casa e a cêrca, depois de reparadas, começaram a despertar apetites de muitos, apetites que invadiram os paços reais, os paços episcopais e casas religiosas de toda a ordem e feitios. Contra isto tem lutado este juiz, acompanhado por aqueles que são amigos dos pobres envergonhados. Há anos, vai para dez ou onze, presidi eu a uma assembleia bem tempestuosa, onde apareceu um grupo que se dizia enviado do Sr. Patriarca e que queria obrigar a assembleia a votar uma proposta que ela entendia ser prejudicial aos interesses e à própria dignidade da corporação; era uma proposta dos frades chamados irmãos de S. João de Deus que consistia em eles ficarem absolutos senhores de tudo, a

⁴⁹ Irmandade de sócios, que se interessava pelos problemas dos clérigos pobres, tendo à frente um juiz, Monsenhor Elviro dos Santos, prior de Santa Engrácia, e uma assembleia cujo presidente era o deputado sr. Luiz José Dias.

irmandade pagando as despesas e sendo os sócios seus subordinados. Essa proposta está aqui para quem a quiser ver. Desde essa época o hospício incorreu no desagrado da autoridade superior da diocese; retirou-lhe todos os benefícios e a casa foi submetida à jurisdição ordinária do prior do Coração de Jesus. Apesar dos tumultos e dos protestos a assembleia funcionou e ao prelado foi remetida cópia da acta para se conhecer que eram erradas as informações que por parte desse grupo lhe haviam sido fornecidas”.

O hospício de Santa Marta ainda funcionou como hospedagem, também para eclesiásticos, mas os Irmãos de S. João de Deus, que ali estiveram dois anos, tinham entretanto sido contactados por dois sacerdotes irmãos, os padres Graíña, da Covilhã, para abrirem uma Casa em Aldeia da Ponte, no concelho do Sabugal, distrito da Guarda, onde um benfeitor, Dr. Corbilha, estava disposto a ajudar. Assim fizeram, conforme carta do P. Menni ao Bispo da Guarda de 27 de Janeiro de 1892. Era uma Casa para meninos desamparados, órfãos e aleijados.

O P. Menni esteve várias vezes em Aldeia da Ponte e no Sabugal. Ia a cavalo, muitas vezes, onde o comboio não chegava. Também esta fundação não foi muito longe, por ter faltado o apoio prometido. Desta região (comumente considerada a região mais religiosa de Portugal) saíram muitas vocações de Irmãos e Irmãs indo os rapazes para um seminário em Espanha, enquanto não havia um em Portugal.

A necessidade de um noviciado em Portugal e, ao mesmo tempo, a passagem tão breve dos Irmãos, mas proveitosa, por Santa Marta e Aldeia da Ponte, levaram o Provincial a procurar um lugar que fosse adequado para hospital e seminário. Porquê as duas coisas? A ideia era ligar, digamos assim, a teoria à prática: os seminaristas iam lidando logo de entrada com os problemas da saúde mental, segundo o espírito de S. João de Deus.

Levantou-se então a hipótese de se comprar uma quinta perto de Lisboa, na região de Sintra. Havia duas à venda, uma na Agualva, a outra no Telhal, uma

propriedade da família Van Zeller que acabou por ser escolhida. A escritura de compra e venda foi assinada em Lisboa, a 29 de Julho de 1893. Compreendia a quinta «diversos edifícios para habitação, moradia de caseiros celeiro, adega, palheiros, arribanas, terras de sementeira, matos, pinhal, azenha, nascente de água, cerrados fora dos muros e tinha ainda direito a um curso de água que vinha do lado norte»⁵⁰. «A Casa de Saúde do Telhal só em 1911 conseguiu pagar à Província de Espanha da Ordem Hospitaleira a dívida que contraíra com a compra»⁵¹. Mais tarde comprariam propriedades adjacentes.

Mas foi uma boa compra. Os Irmãos começaram a trabalhar nesta quinta com grandes dificuldades económicas. Aliás, dificuldades e trabalhos são apanágio das obras de Deus...no pensamento dos religiosos. Embora houvesse pessoas que procuravam auxiliar, eram em pequeno número e as esmolas escassas. Os Irmãos valiam-se do que produziam na quinta, que arroteavam com desvelo, para os gastos da casa. Poucas vezes comiam carne ou bebiam vinho. Além do próprio sustento, do dos doentes e do que reservavam para pagar as dívidas, não podiam esquecer que era necessário ir adaptando e aumentando as instalações nas quais, quando calhava, os próprios irmãos trabalhavam fazendo de pedreiros, carpinteiros, pintores e por aí fora, lançando mão onde era preciso. E ainda continuavam a esmolar por todo o país.

Desta maneira foram vivendo, mas já sobressaltados por mudanças que se adivinhavam. A quinta do Telhal localizava-se num local isolado, chamado de *deserto*, daí que, pelo pouco respeito que alguns populares tinham à Igreja e aos Irmãos, serem estes por vezes assaltados, roubados e incendiados nos seus bens, geralmente de noite. Esta situação de insegurança inspirou o apelo à protecção da rainha Cristina de Espanha, mãe de Afonso XIII, que se encontrava em S. Sebastian. Alguns Irmãos deslocaram-se a essa cidade, para que fosse feito um pedido à coroa portuguesa no sentido de esta ter em conta a salvaguarda dos Irmãos, pedido este tão

⁵⁰ Lavajo, op. cit., p. 130.

⁵¹ Idem, p. 71.

bem atendido que, as duas casas, do Telhal e da Idanha, ficaram sob a protecção do casal real português.

Contudo os Irmãos sabiam que não estavam totalmente seguros. Mais do que o clero secular, era o clero regular o que estava mais exposto à perseguição das forças republicanas, socialistas e anarquistas, em virtude da acumulação de bens das Ordens Religiosas, (muitas vezes provenientes de doações pias) e que geravam a cobiça destas e de outras forças progressistas. Este anticongreganismo estava associado à luta contra a monarquia e contra o capitalismo, de modo que, a laicização da sociedade portuguesa era considerada etapa indispensável deste ideário.

Se bem que a entrada do século XX não deixasse dúvidas quanto à orientação das movimentações políticas e sociais, a verdade é que os ventos de mudança se foram tornando mais fortes de tal maneira que, em 1907, há uma preocupação dos Irmãos de S. João de Deus em legalizarem as suas Casas, com receio de que o Estado se apoderasse delas. Mas que Estado? As forças da oposição no Parlamento, nomeadamente as forças republicanas, que pressionavam os governos “a criar um contencioso aberto com a Igreja”⁵².

⁵² Lavajo, op. cit., 96.

2ª PARTE

2.1

PRENÚNCIOS DE MUDANÇA

Antecedentes próximos da República

A primeira década do século XX foi uma época de grande instabilidade e de tensão política e social em Portugal. O reinado de D. Carlos começou (1889) sob maus auspícios e não se curou das tortuosas situações que o minaram. À cabeça temos o desastrado conflito com os ingleses, determinante do Ultimato (1890), que veio mesmo a jeito para o aproveitamento que dele fizeram as forças políticas contrárias ao regime, nomeadamente o Partido Republicano que ganhou ânimo e avultou. No mesmo contexto já se vivera o terceiro centenário da morte de Camões (1880) com extraordinária vibração.

O liberalismo trouxera consigo uma oportunidade de mudanças que invadiram todos os aspectos da vida nacional. A democracia surge como uma meta a atingir, a República como uma estrutura política mais adequada às novas aspirações. Aliás, ela aí está, a primeira tentativa de implantação da República, através de uma revolta militar no Porto, prontamente sufocada: o 31 de Janeiro (1891).

Como forja destas ideias alicerça-se mais forte a Maçonaria cujos filiados, e não podemos deixar de citar Magalhães Lima, se encarregam de alterar mentalidades e procedimentos. Muitos dos maçónicos e dos republicanos estão entre as elites intelectuais do país: homens que passaram pela Universidade e que apresentam a maior abertura ao progresso e modernização da Pátria.

No sistema da vida nacional, persistia uma instituição a combater, ou mesmo, se

fosse possível, a eliminar: a Igreja. Encarada como obstáculo ao progresso e à modernização era entendida como retrógrada e visionária. Criou-se, a partir do século XVIII uma concepção laica da sociedade que bania a ideia religiosa das manifestações do quotidiano e remetia-a para as consciências. O anticlericalismo era uma das bandeiras do liberalismo e posteriormente do republicanismo. Perdeu-se, como um item do liberalismo no princípio do século XIX em Portugal, o respeito pelo Bispo e pelo Rei, caricaturados e criticados em breve pela imprensa cuja liberdade era ampla. Tal fragilizava a Religião e a Monarquia. O Rei sentia que os verdadeiros monárquicos escasseavam, o clero confrontava-se, cada vez mais, com os indiferentes e os que se declaravam ateus. Porém Portugal padecia ainda de outra debilidade incontornável: o país vivia à beira da bancarrota com uma enorme dívida pública externa. A somar a estas preocupações o problema, ainda por resolver, dos adiantamentos à Casa Real.

Neste cenário decorreu a primeira década do século XX em Portugal, tendo como pano de fundo uma população maioritariamente carenciada e analfabeta, Por muito que as autoridades civis e religiosas se esforçassem por alcançar melhores níveis de desenvolvimento nos sectores da saúde, da educação, do nível de vida, nada parecia ser suficiente para recuperar o atraso que o país apresentava. Então gerou-se a convicção de que ocorreria uma mudança de fundo, completa, radical, revolucionária, para pôr fim a estas situações verdadeiramente com carácter de prioritárias, se fosse instaurada a República.

Desde a famosa *Geração de Setenta* que a agitação política crescera significativamente. Jovens irreverentes e destemidos confrontavam as autoridades e o Poder constituído. Alguns foram presos, levados a tribunal, admoestados. De nada serviu. O rastilho passou da Academia e da rua para o Parlamento e aí instalou-se e frutificou mercê da verve de tribunos que marcaram o seu tempo com discursos inflamados e contundentes. É a época de ouro de um António José de Almeida e de

um Afonso Costa, de um Bernardino Machado e de um Teófilo Braga, de um Manuel de Arriaga...

O Rei parecia disponível a ampla intervenção no jogo político, - como referia o Joseph Galtier, jornalista do *Le Temp*, vindo a Portugal a entrevistar D. Carlos, - resolveu agir, tomar o controlo da situação. Chamou João Franco e deixou-o governar ditatorialmente (1907), embora lhe recomendasse cautela. Tarde demais. Esta política de João Franco acirrou os ânimos que se exaltaram e levaram a um desfecho radical: o assassinato do Rei, 1 de Fevereiro de 1908; o fim da Monarquia avizinhava-se!...

Quem culpar? Os assassinos próximos caíram logo ali, no Terreiro do Paço, quase ao mesmo tempo que as suas vítimas: o Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe. Consternação geral? Alguns rejubilaram!... O novo Rei, D. Manuel II, ferido no atentado, tomou posse e, com sua mãe, a Rainha D. Maria Amélia, tentou uma “acalmação”. João Franco exilou-se.

Só mais dois anos, e o país estava verdadeiramente a caminho da República! Mas urgia preparar o povo, alfabetizá-lo, abrir-lhe os olhos, fazê-lo compreender as vantagens das mudanças pretendidas. O Partido Republicano Português desdobrava-se em comícios ou sessões de esclarecimento, os *meetings*. Os Centros Republicanos multiplicavam-se e multiplicavam as suas actividades. Bernardino Machado que aderira ao republicanismo em 1903, estava a dar, com a sua probidade e rigor, um grande contributo à credibilidade da causa republicana.

Em boa verdade, quem governava efectivamente em Portugal era a elite política que, no início da década, alternava no poder com a complacência do Rei. Progressistas e Regeneradores tinham protagonizado o *rotativismo*, mantendo largos entendimentos entre os seus membros e acreditando que os republicanos não os ultrapassariam. Utilizavam mesmo os republicanos para intimidar o Rei⁵³ e o que

⁵³ Barreto, António, *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, Lisboa, 1987, p. 125.

acontecia com D. Carlos passou a acontecer com D. Manuel II. Portanto, não havia a percepção de que os republicanos estavam a ganhar terreno e que, em breve, podiam controlar o Governo.

“Ora acontecia que os antigos grandes partidos de Hintze e de José Luciano nunca pararam de se fragmentar. Em 1900 havia dois líderes reconhecidos nessa área, Em 1905, quatro – Hintze, José Luciano, Franco e Alpoim. Em 1910, sete – Júlio de Vilhena, Artur Alberto de Campos Henriques, António Teixeira de Sousa, José Maria de Alpoim, José Luciano de Castro, António Castro Coelho de Vasconcelos Porto e José Adolfo de Mello e Sousa. Havia ainda os nacionalistas de Jacinto Cândido e os republicanos. Tornou-se impossível governar com um governo atomizado, com nove grupos políticos, nenhum com maioria [...]. Houve seis governos em dois anos”⁵⁴.

D. Manuel devia recordar o que acontecera com o rei, seu pai, quando apoiara João Franco; mesmo assim vai nomear, porque era essa uma das suas funções, um dos notáveis, atrás referidos, para Chefe do Governo: António Teixeira de Sousa. Médico, natural de Celeirós, Teixeira de Sousa era regenerador, próximo da Dissidência Progressista e logo se quis revelar como anticlericalista. É o que nos diz Lavajo: «Tudo se agravou quando o governo de António Teixeira de Sousa desferiu um golpe frontal contra a Igreja, ataque que não conseguiu levar até ao fim porque entretanto foi surpreendido pela implantação da República»⁵⁵.

A 12 de Setembro de 1910 acabou com a Congregação dos Padres Marianos de Aldeia da Ponte, confundindo-a com a Companhia de Jesus que, segundo o Decreto: “não tem existência legal no país”. Alguns dias depois, António Teixeira de Sousa submeteu à aprovação do rei um novo Decreto que determinava o encerramento de todas as casas da Companhia de Jesus em Portugal. Já não

⁵⁴ Ramos, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 573.

⁵⁵ Lavajo, Joaquim Chorão, op. cit. p.96.

conseguiu a assinatura do monarca, mas ainda dissolveu a comunidade jesuítica da Rua do Quelhas, por Portaria do *Diário do Governo* de 4 de Outubro. Podemos imaginar como se sentiram as outras Ordens Religiosas! Não devemos portanto admirar-nos ao termos conhecimento das preocupações dos Irmãos de São João de Deus no Telhal e das Irmãs na Idanha.

Por toda esta década perpassou uma insegurança no que dizia respeito às Ordens Religiosas. Já em 1901, Hintze Ribeiro tivera que legislar para acalmar os ânimos, perante nova agitação anticlerical “motivada por introdução de Ordens Religiosas”⁵⁶.

Entretanto 1% dos deputados no Parlamento eram membros do clero, representação do Partido Nacionalista, mas sem peso político. Aliás, mesmo os bispos eram muitas vezes objecto de críticas pelo seu papel pouco interventivo, o que levou Pio IX a censurar o episcopado português pela sua tibieza e comodismo⁵⁷. O clero secular nem sempre cumpria com as orientações da Igreja, e essa descoordenação provocava natural desconforto e algum escândalo. “Não estamos muito distantes d'aquele célebre dia em que na igreja da Lapa da cidade do Porto, se realizaram exéquias solenes, exibindo-se nelas, com descaramento propositado e hostil, insígnias e símbolos maçónicos, sem que o respectivo Prelado procedesse como devia”⁵⁸.⁵⁸ Pior ainda quando um Prelado fazia como orientavam as leis canónicas e outro, nas mesmas circunstâncias, procedia em sentido contrário, como aconteceu nas exéquias de António Augusto de Aguiar (1887). Contudo isto não significava que não houvesse Religiosos seculares exemplares.

Para os republicanos, porém, todos os Religiosos eram de banir. “Uma República

⁵⁶ Ramos, op. cit. p. 568.

⁵⁷ Martins, António Manuel, *Recepção em Portugal sobre as Encíclicas e o liberalismo*. Pio IX emite a bula *Quanta Cura* e o catálogo *Syllabus*, “A reacção em Portugal aos documentos pontifícios, da parte dos bispos, pauta-se quer pelo silêncio de alguns quer pela timidez doutros”, p. 14.

⁵⁸ Pacheco, Cónego A. Ayres, *A expulsão do Senhor Patriarca D. António I. Documentos para a história da perseguição religiosa em Portugal*, Lisboa, Editor António d'Almeida e Costa, 1912, p. 2.

com padres é o maior de todos os absurdos”⁵⁹. Era o que dizia um activista em 1883. E à cabeça dos padres a banir estavam os Jesuítas.

Toda esta atmosfera política, que acabamos de referir, e que culminou com a morte de D. Carlos e do Príncipe herdeiro, atingia a Igreja Portuguesa nomeadamente as Ordens Religiosas. O anticongreganismo era um facto e a Ordem de São João de Deus acabava, com o regicídio, de perder os seus protectores. Já em vésperas desse tristíssimo acontecimento, a Ordem intentava resguardar os seus bens: as duas Casas que possuía perto de Sintra e que eram o amparo e o sustento de tantos doentes.

A partir de meados de 1907, os Irmãos procuraram apoio legal junto do advogado Pinto Coelho e, com a ajuda de amigos da Ordem e junto da Santa Sé, encaminharam o assunto da doação dos bens, então em nome do padre Bento Menni, à Associação dos Irmãos de São João de Deus, legalmente considerada uma Associação de beneficência, uma das condições impostas em 1901. O padre Bento Menni dirigiu então uma petição ao Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação dos Bispos, em 8 de Dezembro de 1907, para ser autorizado “a proceder aos actos necessários à resolução do problema”⁶⁰.

A autorização foi-lhe concedida em 22 de Abril de 1909 e mandada executar em 7 de Maio do mesmo ano. Entretanto, e apesar do empenho do advogado, considerado bom pelos seus pares, houve factores que concorreram para protelar o assunto, entre eles justamente a morte do rei. O problema só será resolvido, e não ainda completamente, já entrada a República, com a preciosa iniciativa do Irmão Elias Pereira de Almeida, Superior da Casa do Telhal, de 1911 a 1919, precisamente no período mais conturbado da espulsão das Ordens Religiosas. Foi preciso muito engenho e arte, como veremos mais adiante, para salvar as duas Casas dos Irmãos de São João de Deus da cobiça dos republicanos.

⁵⁹ Ramos, Rui, op. cit. Não é referido o nome desse activista. p. 585.

⁶⁰ Antunes, P.G.M, *Hospitalidade*, 1936, p. 95.

Outra aspiração dos Irmãos, nesta altura, era tornarem-se independentes da Província Espanhola. Queriam restaurar a antiga Província Lusitana de São João de Deus «que os satânicos vendavais de 1834 tinham feito desaparecer da nossa querida Pátria»⁶¹. Mas, para isso, era preciso terem três conventos-hospitais. Em 1907, dois representantes da Ordem foram à Ilha da Madeira para verificarem da possibilidade de ali fundarem uma Casa de Saúde. Não conseguiram esse objectivo nessa ocasião, mas iriam concretizá-lo mais tarde, em 1922, com a fundação da Casa de Trapiche, no Funchal.

Depois de restaurada a Ordem, em Portugal, os primeiros quatro Superiores foram espanhóis, mas em 1908 foi eleito o primeiro Superior português, o Padre Augusto Carreto. A Comunidade começou com três Irmãos portugueses que tinham professado em Ciempozuelos, enviados para Portugal pelo P. Bento Menni, então Superior Provincial em Espanha, para servirem como Comunidade Canónica. A estes três Irmãos vieram juntar-se outros, quase todos espanhóis. Também na Idanha havia Irmãos espanholas.

Este ano de 1908, foi, como sabemos, um ano de luto oficial para o regime monárquico em Portugal. O Irmão que esteve à frente da Casa do Telhal, antes do P. Augusto Carreto foi o espanhol, Irmão Cosme Milián, que escreveu uma carta ao P. Menni, precisamente no dia seguinte aos funerais de D. Carlos e do príncipe D. Luís. Nessa carta mostra-se indignado com o ambiente social “tisonado de ódios e exaltações”: «los hombres sensatos y de critério religioso están aterrorizados por las consecuencias que se avicinan. Inútil es soponer que la corriente revolucionária se detenga después de su primer triunfo; paso á paso irá ganando terreno, retirando del poderá los pocos dignos que quedan, substituyendo com elementos propios los que le son hostiles, porque estas concesiones hechas á la fera, no sacian sus malvados instintos, sólo sirven para que concentrando sus iras, en ocasión propicia consumen

⁶¹ Idem, *Ibidem*.

su obra de iniquidad»⁶².

É natural que o P. Bento Menni tenha respondido a esta carta animando os seus filhos e filhas nestas horas difíceis. A actividade epistolar do P. Menni era extraordinária, tirando muitas vezes horas ao sono para responder a quem lhe escrevia ou para se dirigir a alguma Comunidade quando achava necessário fazê-lo. Também a sua mobilidade física mereceu reparos elogiosos: tão depressa estava numa localidade como noutra, desde que fosse necessária a sua presença e que para isso tivesse autorização superior.

Em 1920, as Irmãs Hospitaleiras publicaram as cartas que lhes tinham sido dirigidas pelo seu Fundador, durante os 47 anos de labor intenso ao serviço da Ordem. São 870 cartas cujos originais se encontram em Roma no Arquivo Geral das Irmãs Hospitaleiras. O volume, em espanhol, a que tivemos acesso, intitula-se: *Cartas Del Siervo de Dios – P. Bento Menni O.H. a las Hermanas del Sagrado Corazón de Jesús por El fundadas (1883 – 1913)*⁶³.

Como é de calcular folheámos as Cartas e lemos as mais pertinentes para o objectivo do nosso estudo. A primeira é de 12 de Dezembro de 1883 e dirigida a Sor Catalina de Santa Escolástica Rebollar, Superiora Geral interina do nascente Instituto. A última, do mês de Abril de 1913, foi enviada de Paris à Superiora da Casa Mãe de Ciempozuelos. Mas a nossa curiosidade recaiu, principalmente, em dois períodos de tempo sobre os quais nos interessava saber a opinião do Santo⁶⁴: o início do ano de 1908 e o final do ano de 1910. Que comentários terá feito S. Bento Menni sobre os acontecimentos em Portugal, que conselhos terá dirigido às suas filhas? Eis o que encontrámos: Nada! Quase nada!

O P. Bento Menni estava em Ciempozuelos a 27 de Janeiro de 1908, data de uma carta, e, a missiva seguinte, é de 16 de Fevereiro de 1908, também de

⁶² Milián, Ir. Cosme, in *El Archivo Religioso Hospitalario*, t. II, p. 1/5, 1/6.

⁶³ José Gonzalez Editor, Rona, Casa Generalicia, 1975 (ano da reedição).

⁶⁴ O P. Bento Menni foi beatificado pelo Papa João Paulo II a 23 de Junho de 1985 e canonizado pelo mesmo Papa, dez anos depois a 21 de Novembro. É portanto mais um Santo da Igreja Católica com direito a ser venerado nos seus altares.

Ciempozuelos. Explica nesta qual deve ser a atitude dos fiéis na altura da elevação da hóstia na missa... Nem uma palavra sobre os trágicos acontecimentos no nosso país. Quase o mesmo acontece com a implantação da República em Portugal, como teremos ocasião de referir oportunamente. A maior parte destas missivas tem carácter religioso, podendo afirmar-se que através delas, o Santo procurava aperfeiçoar o Instituto nas virtudes cristãs. Dá conselhos, responde a dúvidas de consciência, clarifica aspectos da doutrina e da liturgia e refere várias vezes as Constituições. Por vezes aborda aspectos práticos das obras de construção ou restauro, que se estavam a realizar, o custo delas ou a oportunidade. Compras que considerava desnecessárias e até modelo de vestuário usado pelas Irmãs.

Na introdução desta “correspondência epistolar” encontramos este parágrafo:

«El Siervo de Dios Benito Menni durante los 47 años de su fecunda actividad como Restaurador de la Orden Hospitalaria de San Juan de Dios en España, Portugal y Mejico, fundador de la Congregacion de las Hermanas Hospitalarias del Sagrado Corazón de Jesús, Visitador Apostólico e General de la Orden, escribió muchísimas cartas...»⁶⁵. Mas não é, como já vimos, através destas muitas cartas que conseguimos obter informações políticas, ou porque as que continham qualquer dado a esse respeito desapareceram ou porque simplesmente São Bento Menni não se quis comprometer, nem comprometer o Instituto, expressando qualquer opinião por escrito, dado o melindre da situação em Portugal.

Enquanto tumultuavam as paixões políticas lá fora, dentro das Casas religiosas a vida procurava fazer-se com serenidade ocupando-se os Irmãos e as Irmãs dos seus deveres para com os doentes e carenciados. Era preciso acudir a muita coisa que não podia deixar de ser feita, não podia ser adiada. Confiando em Deus e no Sagrado Coração de Jesus a quem as Casas estavam consagradas por

⁶⁵ *Cartas del Siervo de Dios – P. Bento Menni O. H. A las Hermanas Hospitalarias del Sagrado Corazón de Jesús por el fundador (1883-1913)*. José Gonzalez, Editor, Casa Generalícia, 1975.

especial devoção do seu fundador⁶⁶, os Irmãos do Telhal fizeram imprimir um precioso livrinho, em 1909, que é um documento de muito interesse para o conhecimento da Casa, dos serviços prestados e das condições em que ali podiam ser admitidos os doentes. Por esta altura, a Casa do Telhal tinha aproximadamente 100 doentes.

Reza assim o livrinho na sua folha de rosto: “CASA DE SAÚDE – Ao cuidado dos – IRMÃOS HOSPITALEIROS DE S. JOÃO DE DEUS – TELHAL – SABUGO – Typographia do «Bem Público» de Germano da Silva, Rua da Padaria, 48, 1º, Lisboa, 1909».

O livrinho consta de 25 folhas: 15 folhas de texto e 10 preenchidas por fotografias. Vamos transcrever quase todas as passagens, nomeadamente as razões da sua reedição: “Por se tratar de um documento precioso, pelas informações que contém acerca da Casa de Saúde do Telhal, numa época em que elas rareiam, e por só serem conhecidos dois exemplares existentes no Arquivo da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, o Secretariado do Quíntuplo Jubileu das Ordens Hospitaleiras achou por bem, por ocasião do 1º Centenário da fundação da mesma Casa, fazer uma edição fac- similada de dois mil exemplares deste guia, datado de 1909. Telhal, 29 de Junho de 1993. Pelo Secretariado Aires Gameiro, O.H.”⁶⁷⁶⁸.

Na terceira página, explica-se a natureza da Instituição, que se trata de uma Casa de Saúde só para tratamento de homens “affectados de doenças mentais”.E

⁶⁶ Gameiro, P. João O.H., *Os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal, 1606 – 1834 *1895 – 1943*, Telhal, 1943.

⁶⁷ Na leitura deste livrinho se patenteia a fidelidade do Sagrado Coração de Jesus em cumprir a sua promessa de derramar as suas bênçãos sobre as empresas a Ele consagradas. O Reverendíssimo Padre Restaurador, Frei Bento Menni, bem seguro da eficácia desta promessa teve a boa ideia de lhe consagrar a Casa de Saúde do Telhal, desde o seu início e, por isso, cresceu, prosperou e tornou-se, qual semente de mostarda, o princípio da nossa cara Província lusitana. Hoje apraz-me confessar a minha sincera convicção: tudo devemos ao Divino Titular da Casa de Saúde do Telhal. Nas mesmas dificuldades que nos permitiu nestes 50 anos, é forçoso reconhecer benefícios e mostras de predileção daquele Senhor a quem é grato que as nossas maiores delícias sejam saborear as amarguras do seu calis. Por tudo, pois, seja louvado Nosso Senhor Jesus Cristo e sua Mãe Maria Santíssima, Medianeira de todas as graças. Casa de Saúde do Telhal, 29 de Junho de 1943. Ir. Cassiano Maria Natal. Provincial.

⁶⁸ Em Novembro de 2015 tivemos o privilégio de conhecermos pessoalmente o Irmão Aires Gameiro que fez gentileza de se interessar por este nosso trabalho e nos forneceu algumas pistas. Muito obrigada!

segue-se uma belíssima descrição da localização:

“Telhal – Sabugo – Este estabelecimento, situado num dos mais amenos e pitorescos arredores de Cintra, entre pinhaes e toda a classe de árvores junto da linha de Lisboa a Torres Vedras, entre as estações de Cacem e Sabugo, ao lado esquerdo do apeadeiro de Meleças, é um dos que no nosso paiz reúne melhores condições, como provam as várias vistas que acompanham este Regulamento.

“Está situado num ponto muito saudavel e aprasível, possuindo bons quartos, espaçosos salões, ventilados dormitórios, regulares banhos, lindos jardins, frondosas mattas, magnifica horta, varias fontes das melhores aguas, sendo uma d'elas ferroginosa, e todas as dependências precisas, andando outras em construcção ainda em melhores condições”.

Na página seguinte, apresenta-se a explicação da finalidade do estabelecimento:

“Fim do Estabelecimento – Tratar com a maxima caridade e zelo da cura e alívio dos infelizes alienados, vendo nelles a viva imagem de Deus soffrente, que recebe como feito a Si próprio, quando se faz a quem soffre, eis o fim unico dos irmãos hospitaleiros, filhos de S. João de Deus, heroe portuguez da caridade christã.

Esta Casa está legalmente approvada. O seu regimen phrenopatico está baseado na mais ampla liberdade individual, que é possivel em taes doenças, evitando sempre qualquer aspereza e subjeição desnecessaria, passeando os nossos queridos doentes frequentemente pelos jardins, horta, pinhal etc., não lhes faltando jogos e outros entretimentos, o que muito contribui para o seu alívio e ainda para a sua cura”.

Apresentada a Casa de Saúde, a sua localização e a sua finalidade, tiveram os Irmãos o cuidado de lhe traçar o ITINERÁRIO:

“Querendo ir em trem, toma-se bilhete para Queluz-Bellas, onde os há de alugar a todos os comboios. Indo a pé, toma-se para o apeadeiro das Meleças, linha de Torres Vedras, dando depois um passeio de 8 a 10 minutos por magnifica estrada. Também se pode ir pelo apiadeiro das Mercês, linha de Cintra, onde ha comboios, quasi todas

as horas, dando um passeio de meia hora pouco mais ou menos, desde ali até á casa de saude”.

Seguem-se as condições de admissão:

“1º Um attestado medico, indicando a doença mental e a conveniencia ou necessidade do internato do doente, assinado por dois medicos, que não sejam parentes em 1º ou 2º grau, nem do doente, nem da pessoa que requiere o internato nem finalmente do Director ou medicos do Estabelecimento, que exerçam clínica publicamente sendo indispensavel o reconhecimento das suas assinaturas.

2º Certidão de idade.

3º Um requerimento, dirigido ao Director da Casa, assinado pela pessoa interessada em que o doente seja internado, responsabilizando-se pelo pagamento da mesada estabelecida, segundo a classe a que pertencer o doente, fornecendo a Casa este requerimento impresso.

Estes documentos são todos indispensaveis, iguais para todos os doentes e feitos em papel sellado, advertindo que não será recebido doente algum antes de os apresentar na devida forma”. Os doentes podiam receber visitas das pessoas encarregadas por eles, mas só nas “quintas-feiras e domingos das 11 da manhã ás 4 da tarde.” Nos outros dias da semana só “avisando o Director antecipadamente. A nenhuma pessoa extranha é permitido visitar qualquer doente sem licença por escrito da pessoa encarregada do mesmo”.

Os pensionistas são instalados segundo as suas possibilidades financeiras, ou das suas famílias, daí as diferentes pensões respeitantes ao “serviço, alimentos, habitação, etc ”.

“1ª Classe, 36\$000 Reis = Habitação particular correspondente á mesma classe. Alimentação: Almoço – Café com leite, torradas e ovos. Jantar – Sopa, cosido e tres pratos e sobremesas variadas. Ceia – Sopa, um prato de hervas ou legumes, um frito ou assado e sobremesas.

“2ª Classe, 25\$000 Reis = Habitação. Quarto correspondente á mesma classe. Alimentação: Almoço – Café com leite e torradas. Jantar – Sopa, cosido, dois pratos e sobremesas. Ceia – Sopa, um prato de hervas ou legumes, um frito ou assado e sobremesas.

“3ª Classe, 18\$000 Reis = Habitação. Dormitório correspondente á sua classe.

Alimentação: Almoço – Café com leite e pão. Jantar – Sopa, cosido, um prato e sobremesa. Ceia – Sopa, cosido, um prato e sobremesa”.

O Telhal contemplava, no seu interessante regulamento, pensionistas extraordinários, doentes cujas famílias procuravam que fossem objecto de maiores cuidados e conforto, saindo fora do já previsto para as classes apreciadas. A pensão, nestes casos, seria ajustada:

“Todas as classes mencionadas teem vinho ao jantar e ceia, não havendo prescrição facultativa em contrario. Os pensionistas de 1ª e 2ª classe podem ter um Irmão ao seu serviço particular, que os acompanhe nos passeios e sirva com especial cuidado, não sendo permitido que os doentes andem sós fóra dos pateos para evitar desgostos de varios generos. Para isto pagarão, além da pensão, 500 reis diarios. Meia pensão – Além das tres classes mencionadas, há uma outra chamada de meia pensão. O seu importe é de 10:000 réis por mez. Estes enfermos nem teem o trato dos pensionistas nem o dos pobres. Teem abundante e boa comida mas sem vinho, nem as delicadezas dos senhores pensionistas.

Pobres – Ha tambem grande número de pobresinhos sustentados com as esmolos que os Irmãos recolhem e são em número muito superior ao dos pensionistas. São recebidos segundo os recursos da casa. Estes comem, dormem, etc., separados dos pensionistas, mas sem lhes faltar nada do necessário”. E quase a terminar:

“Recomenda-se muito a leitura das seguintes NOTAS:

“1ª – As pensões são pagas indispensavelmente por meçadas inteiras e adeantadas. Começado o mez que se conta do dia da entrada do enfermo, e paga a pensão, não se

devolve o que faltar, se por qualquer motivo o doente não terminar o mez na casa.

2^a – O concerto, lavar e engommar das roupas de vestir é por conta das famílias. A casa encarrega-se de lavar, engommar e pequenos concertos mediante a quantia de: 1:000 réis por mez se a muda é uma vez por semana, sendo o dobro se duas. O arranjo de calçado e concertos maiores de roupa, fica por conta das famílias, salvo especial ajuste. 3^a – Não se permite que os doentes guardem as suas malas e roupas nos quartos nem que tenham dinheiro consigo. Objectos de valor, como relógios, anéis de ouro, etc. poderão usa-los se as famílias quizerem, mas a casa não se responsabilisa pela sua conservação, etc.

4^a – O tabaco é por conta das famílias; mas a casa encarrega-se de o fornecer, recebendo depois o seu importe. Se as famílias quizerem para os seus doentes qualquer coisa, não mencionada no Regulamento, será paga como extraordinário.

5^a – As famílias estão obrigadas a satisfazer a importancia dos objectos que os seus doentes destruam em suas agitações, sobre tudo se são de certo valor.

6^a – O tratamento é segundo as prescrições facultativas, e as medicinas são por conta da casa, exceptuando os especificos.

7^a – A correspondencia é por conta da Casa uma vez cada mez; o que passar d'isto será por conta das famílias dos doentes que o exijam. Toda a correspondencia é vista antes pelo Director, que lhe dá o destino que julgar conveniente ao bem dos doentes.

8^a – Quando, passado um mez, depois da sahida dos doentes, suas famílias não mandem buscar seus objectos, o Director fica entendendo que póde dispor de tudo em favor dos pobresinhos”.

As dez fotografias, ilustrativas do livrinho, são da fachada do edificio principal, da mata, do jardim, de alguns doentes acompanhados por Irmãos, de várias dependências no interior (dormitório, sala de jantar, banhos, corredor, lavandaria) e uma fotografia, muito interessante, da reconstituição da Gruta de Lourdes, que podemos ver, ainda hoje, à entrada da zona da quinta que nos conduz à igreja.

Todo este viver pautado por regras, baseado na doação aos outros, principalmente aos mais carecidos de ajuda e compreensão na doença, e doença difícil de compreender e de tratar, processava-se longe dos olhares da maioria da população que, ignorante ou de má-fé, se afastava o mais que podia dos então, e até à bem pouco tempo, chamados: “manicómios”.

O que se passava lá fora era o país das querelas políticas, da contestação à monarquia e à Igreja, que alguns consideravam suporte da mesma monarquia, das sociedades secretas, da dureza da vida para os pobres que labutavam sem descanso, da emigração para o Brasil; mas também das festas mundanas, do teatro, da ópera, da máquina falante (grafonola), do desporto, do foot-ball, das touradas, das burricadas, das idas a Paris no Sud-Express, dos primeiros automóveis e dos primeiros aeroplanos, dos comboios com as suas carruagens de 1^a, 2^a e 3^a classes. Enfim, um sem número de situações e novidades de que se apercebiam os que contactavam directamente estas realidades ou então os que liam os jornais. Podemos afirmar que os jornalistas e os escritores e bem assim os artistas plásticos estavam em alta à época. A cultura, sendo embora privilégio de alguns, tinha expressão positiva no país.

A Sociedade de Geografia, centro dedicado ao conhecimento do contexto imperial, fundado em 1876, a 10 de Novembro de 1909, no âmbito de um projecto de maior aproximação das duas nacionalidades, Portugal e o Brasil, apresentado pelo seu presidente Consiglieri Pedroso, republicano, ouviu do sr. José Barbosa, bom conhecedor da realidade brasileira, algumas discordâncias às opiniões do ilustre professor. O José Barbosa teve mesmo a seguinte frase: «a monarquia não resolverá o problema das relações de Portugal com o Brasil»⁶⁹.

Porquê a Monarquia? Para os brasileiros, que já tinham a República, a Monarquia parecia-lhes obsoleta e, no caso de Portugal, um regime condenado pelos

⁶⁹ Ilustração Portuguesa, nº 212, 1910.

acontecimentos trágicos e com um rei fraco, jovem e sem apoios consistentes. D. Manuel II procurou reforçar a sua posição com a ajuda do tio, D. Afonso. Precisamente a 28 de Março de 1910, o Rei nomeia o Príncipe, herdeiro ao trono, numa cerimónia na Câmara dos Pares onde D. Afonso prestou juramento e ouviu do seu Rei e sobrinho elogiosas palavras sobre o seu prestígio cívico e militar. Este acontecimento, largamente fotografado pelo fotógrafo Benoliel, terminou com um solene Te Deum, na Sé, oficiado pelo Patriarca de Lisboa⁷⁰.

Por outro lado pensava-se num casamento entre D. Manuel II e uma princesa inglesa, como forma de ter mais segura a intervenção da Inglaterra, caso fosse necessária. Mas os ingleses não se mostraram interessados em intervir nos assuntos internos de Portugal. “Em Julho de 1910, o subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros recebeu no Foreign Office uma delegação republicana portuguesa, a quem disse acerca do derrube da monarquia: «esse é um problema doméstico e exclusivamente doméstico»⁷¹.

Os republicanos não paravam com as suas actividades no país e no estrangeiro, actividades que não só visavam o derrube da monarquia como a laicização do regime a implantar. É muito curioso um artigo, de Carlos Malheiro Dias, publicado na *Ilustração Portuguesa* sob o título: «Quanto custam os padres»⁷². Nesse texto, profusamente ilustrado com fotografias dos bispos principais do país, a começar pelo de Lisboa, Cardeal D. António Mendes Bello, e com algumas fotografias que procuram clarificar aspectos da prosa, elabora-se toda uma teia de raciocínios, extremamente engenhosa, destinada a provar que a Igreja em Portugal é riquíssima e o que se poderia fazer no país com toda essa riqueza, caso houvesse uma separação da Igreja do Estado. O autor tenta apresentar um rol dos bens da Igreja e do seu valor aproximado e obtém uma soma astronómica que procura

⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

⁷¹ Ramos, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, 4ª Edição, p. 575.

⁷² Idem, *Ibidem*.

converter em situações delirantes. E ainda, depois de nos dar uma ideia da proveniência dessa riqueza e referindo-se às verbas auferidas pelas paróquias, tem a seguinte frase: «desapareceriam desde que houvesse a separação da instituição catholica do Estado».

Se dúvidas houvesse sobre a animosidade que despertavam os bens da Igreja, elas desapareceriam aqui. Aliás, o passado não muito longínquo, trazia à memória o que foi o fechar de conventos e o recolher pelo Estado de bens da Igreja, móveis e imóveis. Adivinhavam-se tempos semelhantes, que deixavam o clero justamente preocupado. No entanto, o ano parecia decorrer sem incidentes de maior: o Rei fizera visitas oficiais, a rainha D. Amélia estivera em Abril em Espanha e França, visitara sua mãe, a condessa de Paris; comemoraram-se os centenários de José Estêvão e Alexandre Herculano; enfim, um ano parecido com tantos outros ao qual não faltou a morte de um soberano: Eduardo VII. Um ano parecido como tantos outros, embora prenhe de tensões políticas: havia que ter cautela com as palavras em público porque os ares iam conspirativos⁷³. Até o tempo se comportou dentro e fora das previsões: no inverno choveu e houve inundações em Lisboa e em Paris, o Etna entrou em erupção e o cometa Halley fez a sua aparição radiante...⁷⁴

De 1908 a 1911, esteve à frente da Casa do Telhal o Reverendo Padre Augusto Carreto de Barros, sobre quem recaíram responsabilidades acrescidas face aos graves acontecimentos desse período e que atingiram esta comunidade. O Irmão Carreto chegou ao Telhal em Fevereiro de 1894, ainda muito novo, acabado de fazer o noviciado em Ciempozuelos, onde ouviu pela primeira vez o nome da Casa do Telhal, segundo ele próprio conta numa carta escrita mais tarde. Estavam no refeitório quando foram anunciados os nomes dos Superiores que acabavam de ser eleitos no Capítulo celebrado dias antes (Junho de 1893) para governarem as diversas Casas, entre elas a Casa em Portugal que estava em fundação. Foi então

⁷³ Idem, *Ibidem*.

⁷⁴ Idem, *Ibidem*.

enviado para o Telhal pelo Superior Provincial em Espanha, P. Bento Menni, e já assistiu à inauguração solene da Casa durante a qual leu a acta do acto, acta essa que desapareceu «por ocasião da mudança de regime político em Portugal, em 1910, sendo eu então Prior da Casa»⁷⁵. É ao Irmão Carreto que se deve o primeiro guia do utente da Casa do Telhal e algumas obras de ampliação e construção de novos edifícios. Ao chegar pela primeira vez ao Telhal julgou chegar ao paraíso, tal a beleza do lugar. Aformoseá-lo e dotá-lo cada vez mais das melhores condições para os utentes foi uma das preocupações sempre presentes dos Superiores da Casa de Saúde, à época mais conhecida como *asilo*. Durante a Primeira República estiveram como Superiores os seguintes Reverendos Padres: 1908 - 1911, Augusto Carreto; 1911- 1919, Elias Pereira de Almeida; 1919 – 1922, José dos Santos; 1922 – 1928, Júlio dos Santos⁷⁶. Entretanto, ao aproximar-se o mês de Outubro, deste ano de 1910, graves acontecimentos vão ter lugar em Lisboa. No dia 3 é assassinado o médico, bem conhecido, Miguel Bombarda, director do Hospital psiquiátrico de Rilhafoles, professor, alienista, político e filósofo positivista. Um doente saído do hospital tempos antes, a pedido do pai, para ir a uma consulta a Paris, quis, no regresso, ser recebido pelo psiquiatra e, quando na presença deste, desfechou-lhe quatro tiros à queima-roupa. Miguel Bombarda não morreu logo. A sua primeira preocupação foi pedir que não fizessem mal ao doente. Foi transportado para o Hospital de São José onde viria a falecer durante a intervenção cirúrgica para extracção das balas. Como tinha o doente um revólver? Tratava-se de um militar, o Tenente de Infantaria Aparício Rebelo dos Santos, que esteve internado, em 1909, alguns meses, em Rilhafoles. Acontece que, além da natural consternação que este acontecimento provocou por todo o país, o Tenente Aparício vai ter uma ligação muito estreita com o Telhal, pois é aqui que ele irá terminar os seus dias. Quanto ao médico, Miguel

⁷⁵ Gameiro, Aires O. H. e Outros, *Casa de Saúde to Telhal – 1º Centenário – 1893-1992. Editorial Hospitalidade. Documentos Históricos e Clínicos*. Carta do Irmão Carreto escrita por ocasião do Cinquentenário da Casa do Telhal. 1943.

⁷⁶ Gameiro, P. João, op. cit. p.126.

Bombarda, um dos republicanos mais empenhados na mudança de regime e um anticlericalista convicto, não chegou a ver o seu sonho concretizado...

Mas os acontecimentos trágicos não se ficaram por aqui. Na noite de 4 de Outubro, dá-se «o bárbaro assassinato por díscolos anarco-republicanos, dos lazaristas P.e Bernardino Barros Gomes, irmão do ministro dos estrangeiros na altura do *Ultimato*, Henrique Barros Gomes, e do cidadão francês P.e Alfredo Fragues, provincial e confessor da rainha D. Amélia, a juntar à prisão da comunidade e de trinta alunos do seminário de Carnide da Congregação do Espírito Santo; todos levados para o forte de Caxias, com o arrolamento e confisco dos móveis. Era prenúncio do que sucederia depois: a expulsão das ordens conventuais, a lei da separação, a hostilidade ao episcopado. A questão religiosa agrava-se e o confronto entre a resistência católica e a execução do projecto republicano de cunho fortemente anti-religioso e laicista, recrudesceria»⁷⁷.

Estes padres Lazaristas (o nome deriva de Lázaro, Priorado de S. Lázaro, em França), assim chamados em Portugal, eram Vicentinos, da Ordem fundada por S. Vicente de Paulo em França. Se procurarmos num dicionário sobre as ordens religiosas, não encontramos em *Lazaristas*, mas sim em *Vicentinos*. Quando vieram para Portugal estiveram primeiro na propriedade de Rilhafoles, o que também lhes valeu o nome de *rilhafolenses*. Passaram depois para uma residência em Arroios, onde tinham um colégio. Colégio esse que foi assaltado, como acabámos de referir, o que ocasionou a morte de dois homens de reconhecido valor intelectual e não só, de reconhecidas qualidades religiosas. Estava aberto um precedente para a Revolução sair à rua...

⁷⁷ Marques, João Francisco, “Ordens e Sociedade Portuguesa entre o Liberalismo e a República”, in *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da 1ª República*, Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco (coords), Lisboa, Gradiva, 2010. p. 65.

2. 2.

De 1910 a 1914

Os primeiros anos da República e o impacto

das novas ideias e legislação na Ordem Hospitaleira de S. João de Deus

O *Diário de Notícias*, por ocasião do seu aniversário de 150 anos, a 29 de Dezembro de 2014, fez uma edição especial que nos deu oportunidade de perpassar acontecimentos históricos respeitantes a Portugal ou que com ele se relacionam. Um deles é, justamente, *A REPÚBLICA PORTUGUESA, 5/10/1910*, página 50, que passamos a transcrever:

«A monarquia afundara-se em sucessivos escândalos financeiros, desde a “questão dos adiantamentos” à “questão dos tabacos”. D. Carlos tentou reformar o regime e acabou assassinado. D. Manuel II procurou salvar a monarquia com a “acalmação” mas falhou. Nos dias 3 e 4 de Outubro de 1910, a revolução saiu para a rua em Lisboa. Os revolucionários concentraram-se na Rotunda, mas, na manhã de dia 4, perante a convicção de que o movimento falhara, os oficiais abandonaram as barricadas, todos menos um: o comissário naval Machado Santos manteve a posição com um punhado de sargentos. No dia 5, depois da adesão à revolta dos navios de guerra no Tejo, as tropas governamentais confraternizaram com o povo, no Rossio. O rei seguiu para a Ericeira, onde embarcou para o exílio. O jornalista Eduardo Schwalbach, futuro director do *Diário de Notícias*, resumiu os acontecimentos num telegrama para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro: “Ao cabo de longos e porfiados esforços, os monárquicos acabam de implantar a República em Portugal”».

Este pequeno apontamento compendia toda uma situação que nos leva a um trabalho de hermenêutica cautelosa. Vamos destacar três frases: “perante a convicção de que o movimento falhara”, “as tropas governamentais confraternizaram com o povo” e, “os monárquicos acabam de implantar a República em Portugal”. Na primeira frase temos a esclarecer que essa convicção foi tão forte que por isso se afirma que o vice- Almirante Cândido dos Reis se terá suicidado. As duas frases seguintes corroboram a expressão lida em vários historiadores de que a “revolução do 5 de Outubro foi feita por todos.” E ainda podemos fazer mais um comentário, precisamente ao facto de ter sido enviada ao Brasil a notícia “pelo telégrafo”. É a expressão usada quando se quer explicar como se chegou ao conhecimento do que se passava em Lisboa e se contou com a adesão de todo o país. Foi “pelo telégrafo”.

Não sabemos se também foi assim que no Telhal se soube do que se estava a passar em Lisboa. O que sabemos é que a Casa ficou em alvoroço, determinada embora a permanecer no seu posto. Todos temiam pelo que lhes podia acontecer, aos Irmãos e aos doentes, nas mãos dos *façanhudos* dos republicanos⁷⁸. E não era para menos, dado que no mesmo dia 5 de Outubro se soube no Barro e em Torres Vedras da proclamação da República e isso teve as consequências que registamos: dia 6, pelas nove horas da manhã, uma força de Infantaria 15, acompanhada de umas 50 praças de cavalaria, vinha pôr cerco ao colégio do Barro, colégio dos Jesuítas. O P. Reitor saiu a saber o que se passava e logo lhe disseram que no colégio havia armas, que as entregassem, Juntamente com a tropa vinha o Administrador do Concelho e alguns republicanos de Torres Vedras. Foram convidados a percorrer o colégio e não encontraram nada. Mesmo assim disseram aos padres que iam presos para Lisboa com a Infantaria 15 e que tinham meia hora para saírem⁷⁹.

Entre os Jesuítas, que estavam no colégio nessa altura, encontrava-se o P.

⁷⁸ Filipe, O. H. Nuno, *Boletim Informativo. Maio, 1985*. Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus. (Edição da Cúria Provincial). p.2.

⁷⁹ Castelo, Alexandre Coutinho, *O Doutor António Mendes Lages, 1838-1916* (4^omilhar), Porto, Livraria “Apostolado da Imprensa”, Cap. XVI A prisão e o exílio. 1920. p.115.

Lages que tinha sido o primeiro médico da Casa da Idanha. Quando estudante pertenceu àquela geração que ficou marcada pela impiedade e pela contestação: a *Geração de Setenta*. Foi portanto contemporâneo de Antero de Quental, Eça de Queiroz, Manuel de Arriaga... Chegou a pertencer à Maçonaria. Entretanto casou, teve dois filhos e, após a morte da esposa (1908), já reconvertido aos princípios religiosos que seus pais lhe haviam ministrado na infância e na adolescência em Loriga, na Beira Alta, concelho do Sabugal, pediu a sua entrada na Companhia de Jesus.

Foi, de facto, o primeiro médico da Casa da Idanha, à qual dava apoio clínico, enquanto era também médico no Hospital de São José. Tentou ser director do Hospital de Rilhafoles, (mais tarde Hospital Miguel Bombarda), mas foi preterido, precisamente a favor do médico Miguel Bombarda “conhecido no plano religioso e político pelo seu ateísmo materialista e ódio à Igreja católica”⁸⁰.⁷⁸

Um dos aspectos mais curiosos da nossa primeira República foi o confronto com a Igreja e a febre de profundas mudanças a que os republicanos se atiraram de alma e coração. Mal a República foi proclamada, num ápice se lançaram a legislar sem cuidarem de preparar o país para o choque que essas medidas, assim trazidas à luz do dia, iria provocar. Os primeiros corifeus da República, instalados no Governo Provisório, apresentavam já alguma unanimidade, previamente firmada, e de normas redigidas na gaveta, para surpreenderem o país que, de um dia para o outro, se viu de monárquico a republicano, de religioso a laico.

É certo que o partido republicano tinha feito campanha política de esclarecimento por todo o território. Havia centros republicanos que a faziam sob os olhares tolerantes do rei e dos monárquicos, mas ver as reformas em letra de forma, concretizadas através de leis, atingiu toda a gente de maneira avassaladora. De 1910 a 1916 a mudança foi radical, pelo menos nas intenções e no papel, que nas

⁸⁰ Idem, *Ibidem*. p. 76

consciências e nos costumes tudo se processou mais lentamente.

A 8 de Outubro de 1910, apenas três dias após a proclamação da República, o Governo Provisório fez publicar um decreto que, no essencial, afirmava permanecerem em vigor aquelas a que Miguel Bombarda⁸¹ chamara “as leis puras de Pombal e Aguiar”⁸². E o Artº 6, do mesmo decreto, explicitava: «Os membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares serão também expulsos do território da República, se forem estrangeiros, serão compelidos a viver vida secular ou pelo menos a não viver em comunidade religiosa»⁸³.

Este decreto é assinado por Joaquim Teófilo Braga – António José de Almeida – Afonso Costa -António Xavier Correia Barreto – Amaro de Azevedo Gomes – Bernardino Machado. “...existia na mente dos dirigentes e legisladores republicanos, uma distinção nítida entre três realidades: (1) A Companhia de Jesus e os seus membros; (2) as ordens e as congregações religiosas; (3) a Igreja Católica no seu todo”⁸⁴. Quanto a esta última viria a ocorrer a grande mudança com a *Lei da Separação*, de Abril de 1911.

Mas porquê começar por expulsar os Jesuítas? Que sanha, que ódio os perseguia para assim serem, mais uma vez, obrigados a abandonar o país e debaixo de “impropérios, chufas e apupos” dos populares enfurecidos?⁸³ Temos que ter em conta, e isso é-nos muito bem explicado por José Eduardo Franco no seu livro, *O Mito dos Jesuítas*,⁸⁴ que Portugal, com tão largos séculos de existência, criou os seus mitos, uns positivos, outros negativos. Entre os mitos negativos destaca-se este nascido com a própria fundação da Companhia de Jesus. Fundação do espanhol Inácio de Loyola, no século XVI, aprovada pelo Papa Paulo III em 1540. E o mito nasceu a partir das Ordens Religiosas já instaladas desde a Idade Média,

⁸¹ Miguel Bombarda, *O Estado e o Clericalismo*, Conferência, Lisboa. Tipografia Eduardo Roza, 1909. p. 7.

⁸² António Araújo, “As Ordens e Congregações Religiosas e o Direito Republicano”, in *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da 1ª República*, Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco (coord.), Lisboa, Gradiva, 2010, p.83

⁸³ Idem, *Ibidem*. p.84.

⁸⁴ Idem, *Ibidem*. p. 85.

Franciscanos e Dominicanos, que viam nesta nova Ordem uma instituição que vinha concorrer com elas, precisamente num campo de extraordinária projecção na época: a evangelização das terras descobertas por portugueses e espanhóis. É claro que estamos a dar aqui uma explicação simplista do assunto, porque houve mais factores que concorreram para alimentar a fogueira imensa que se levantou à volta destes padres de forma tão negativa. Até porque o “antijesuitismo não conhece fronteiras”⁸⁵⁸⁶.

Em Portugal, “O rei D. João III abre aos Jesuítas a porta do mundo”⁸⁷. E de Oriente a Ocidente exerceram a sua acção pedagógica, civilizadora e cristianizadora. Basta citar dois nomes: Francisco Xavier e António Vieira. Não temos dúvidas de que os Jesuítas trabalharam bem em prol de Portugal, e, no nosso caso, de portugueses, não houve só atitudes negativas para com a Companhia de Jesus: o *filojesuitismo* procura contrabalançar os procedimentos hostis, mas não chega para acabar com a predominância da sombra negativa que se instalou e que constitui, em síntese, *o mito dos Jesuítas*.

A quem se pode apontar o dedo em Portugal por ter alicerçado esta situação? Ao primeiro ministro de D. José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. José Eduardo Franco coloca-o como “o fundador do mito da Companhia de Jesus em Portugal”. É o Marquês de Pombal que vai expulsar, pela primeira vez, de Portugal, os Jesuítas (1759). Depois, Joaquim António de Aguiar (1834) e, por fim, os republicanos, logo que é proclamada a República, (1910).

Portugal foi o primeiro país a expulsar os Jesuítas, num quadro de fortalecimento do poder real empreendido pelo Marquês de Pombal. Depois, como por efeito dominó, eles vão sendo expulsos, de todos os países onde estavam

⁸⁵ Castelo, Alexandre Coutinho, *O Doutor António Mendes Lages – 1838-1916*. «Capítulo XVI – A prisão e o exílio» Porto, Livraria «Apostulado da Imprensa» 1920. p.115.

⁸⁶ Idem, *Ibidem*. p.304, nota 3. “STEFAN GATZIIAMER, “O antijesuitismo europeu: relações político- diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)”, in *Lusitania Sacra*, Vol. V, 1993, p. 159.

⁸⁷ Franco, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX*. Lisboa, Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano V, 2006, nº9/10 – 303-314.

radicados, até serem acolhidos na Rússia, por Catarina a Grande. O próprio nome *Jesuítas* começou por ser pejorativo; só no século XX adquiriu uma conotação normal, aceite até pela própria Companhia de Jesus: um exército ao serviço de Cristo e sob a autoridade directa do Papa⁸⁸. Esta ligação a Roma era por si só mais um elemento negativo perante o preconceito de ultramontanismo e subordinação ao estrangeiro.

Os padres do Barro foram levados para Lisboa e presos no forte de Caxias onde permaneceram alguns dias. O P. Lages recebeu a visita dos dois filhos, que ali se foram despedir do pai. Eram 82 religiosos, aos quais se juntaram outros 48 Irmãos do colégio de Campolide e alguns Salesianos da Congregação do Espírito Santo. No dia 10, o Diário do Governo tinha publicado o Decreto de expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, assinado no dia 8, tudo feito com a maior celeridade. Saíram de Portugal de barco, pagando a viagem. “Os noviços e estudantes de menos de 21 anos não saíam sem licença por escrito dos pais e ainda tinham todos de se remir por dinheiro do serviço militar, serviço que o Governo entendeu deveriam fazer mais tarde à Pátria que acabava de os desnaturalizar e exilar para sempre”⁸⁹.

No princípio de Novembro embarcaram no navio *Bürgermeister* com destino à Holanda, depois de terem percorrido Lisboa até ao Limoeiro debaixo das vaias, insultos e tentativas de agressão dos populares. Tinham-se juntado a este grupo religiosos estrangeiros de outras congregações cuja saída fora requerida pelos seus cônsules que, apesar do que ia sendo publicado pelos republicanos, temiam pelas vidas e bens dos seus compatriotas.

Com efeito, entre os vários comunicados que logo no dia 5 saíram – a República foi proclamada às onze da manhã, pelo Dr. Eusébio Leão da varanda da Câmara Municipal – podemos ler os seguintes, dirigidos ao povo de Lisboa pelo próprio Dr. Eusébio Leão, na qualidade de governador civil:

⁸⁸ Esta ligação nunca foi tão forte como hoje, quando no Vaticano está o primeiro Papa pertencente à Companhia de Jesus! O Papa argentino (Bergoglio) Francisco I

⁸⁹ Castelo, Alexandre Coutinho, op. cit. p.115.

«Ordem e trabalho é a divisa da pátria libertada pela República. A todos os cidadãos de Lisboa se pede que sejam os primeiros a manter a tranquilidade pública. Respeito pelas pessoas e propriedades dos estrangeiros, respeito pelas pessoas e propriedades dos portugueses, sejam quais forem as suas classes, profissões e opiniões políticas ou religiosas».

E ainda outro edital, da mesma proveniência, para ser afixado em lugares públicos, como o anterior, e ser lido pelo povo: «Para garantir a liberdade individual, condição necessária da segurança social e da honra do Governo Republicano, faz-se saber a todos os cidadãos que é indispensável haver todo o respeito pelas pessoas dos polícias, dos soldados municipais e dos padres, assim como de indivíduos de qualquer outra condição, castigando - se rigorosamente qualquer desacato que se pratique. Lisboa, 6 de Outubro de 1910. O governador civil, Eusébio Leão»⁹⁰.

Portanto, perante o que acabámos de expôr, parecia que qualquer pessoa, mesmo religioso ou padre, estaria segura e seria respeitada no país, bem como os seus bens e os bens da sua Ordem ou Congregação, nomeadamente na capital. Na prática porém, não era bem assim e o próprio Estado foi o primeiro a criar situações conflituosas e inseguras. Um popular, por exemplo, tinha autoridade para prender um religioso em situação considerada de “flagrante delito,” (apresentar-se em público com as vestes talares, por exemplo...)

Neste contexto revolucionário português os Irmãos de São João de Deus traziam consigo um “pormenor” preocupante, se assim nos podemos expressar: é que o hábito negro que usavam confundiam-nos com os jesuítas, cuja sotaina negra era conhecida em todo o país. Por outro lado também havia quem achasse que utilizavam as mesmas iniciais. Por isso era fácil ao republicano mais fervoroso e exaltado, confundir os Religiosos de ambas as Ordens.

Foi o que aconteceu ao Padre Carreto, Director da Casa do Telhal, em

⁹⁰ Ventura, António, *O 5 de Outubro por quem o Viveu. Reportagens, Depoimentos e Relatórios*, Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 218- 223.

Outubro de 1910: «No dia 8 foi preso pelos sargentos Ulpiano e Moreira o padre Carreto, Director da Casa de Saúde do Telhal, que se dirigia para Burgos (Espanha). Pertencia à Ordem de S. João de Deus. O padre Carreto era natural de Rapoula do Côa, Concelho do Sabugal e fora educado pelo tio Francisco de Barros. O padre Augusto Carreto de Barros quando foi preso (viu-se) em meio de muito povo, que soltava improperios, chufas e apupos contra ele. Ainda foi para o quartel, para um quartinho. Aí serenou. Acabou por ser solto por um telegrama do Conselheiro Augusto José da Cunha, que tinha um filho na Casa de Saúde de que o padre Carreto era Director. Ainda se trocaram mais telegramas até que o padre Barros foi solto. Um dos telegramas era do Ministro dos Negócios Estrangeiros de dia 11, que dizia: Sirva-se Vossa Senhoria de pôr em liberdade o padre Barros»⁹¹.

Não é de admirar que o Padre Carreto fosse a Espanha. Como sabemos as Casas da Idanha e do Telhal pertenciam à Província Espanhola e era natural que, dados os acontecimentos preocupantes em Portugal, o Director da Casa de Saúde do Telhal fosse expor, de viva voz, ao Padre Menni as preocupações da Comunidade portuguesa, Em Espanha vivia-se o que se estava a passar em Portugal com grande apreensão.

Em El Archivo Religioso Hospitalário, Tomo IV (Organo de La Orden de San Juan de Dios), na página 521 encontramos apontamentos sobre o Telhal (Portugal): uma carta escrita em espanhol, sem identificação do autor, mas é datada de 10 de Outubro de 1910 com referência ao decreto de expulsão das Ordens Religiosas e à consulta feita pelo Irmão Cassiano ao Administrador de Sintra. Precisamente no dia 13 o Administrador de Sintra visita o Telhal para conhecer a situação e informar o Governo, pois constava que as Casas eram propriedade de um estrangeiro e eram administradas por sociedades por acções detendo esse estrangeiro a maioria das

⁹¹ Apontamento de uma folha avulsa existente na Biblioteca da Casa de Saúde do Telhal e que diz: Padre Carreto, Outubro de 1910. Relatório memória do administrador das Caldas da Rainha, Joaquim Correia (no arquivo pessoal da sua neta Dr^a Maria Natália Correia Neves).

acções. No dia 14 as Irmãs, na Idanha, são confrontadas com as diligências de oficiais que vão fazer o inventário e comunicarem à Comunidade que devem banir o hábito religioso.

O mesmo se vai passar no Telhal. A República queria substituir as Ordens e Congregações Religiosas em todas as suas actividades, a partir da lei da secularização de 8 de Outubro de 1910. Só que no Telhal e na Idanha encontravam-se mais de duas centenas de homens e mulheres, doentes mentais, na maioria pobres e indigentes⁹² que, para se manterem dependiam, em grande parte, das esmolos que os Irmãos recolhiam por todo o país. Por este motivo os Irmãos e as Irmãs ouviram do Administrador de Sintra que só seriam expulsos depois da República arranjar pessoal para os substituir!

No dia 15, o Ministro da Justiça, Afonso Costa, apresentou-se de improviso no Telhal, com o seu “séquito ministerial”, para visitar os dois manicómios! Foi uma visita que fez história pelo inédito da situação – devidamente documentada pela imprensa, até com fotografias⁹³ - e pelo significado. A República estava mesmo determinada, ao mais alto nível a “limpar”, tanto quanto fosse possível, o país, da influência “nefasta” da Igreja. Mas o Governo não podia fazer tudo o que queria; um aspecto em que “esbarrava” era no facto de haver bens da Igreja em nome de estrangeiros e esse facto foi a salvaguarda dos bens do P. Bento Menni, que envidou diligências junto do advogado, do cônsul e do embaixador italiano em Lisboa, bem como do Ministério dos Estrangeiros italiano em Roma, para defenderem as Casas. Ao mesmo tempo foi hasteada na Idanha a bandeira italiana e o Telhal adquiriu a designação, à maneira italiana, de “Villa de São João de Deus”, colocada na fachada.

Mas a visita de Afonso Costa culminou de uma forma inesperada que, há quem afirme, pesou no ânimo do estadista. Estava ali internado um antigo discípulo de Afonso Costa, o Dr. Teopisto Figueiredo Vial, advogado, filho do

⁹² *Gameiro, Aires e José de Oliveira, O Telhal à prova na transição republicana*, 1996, ps. 137/138.

⁹³ Na edição semanal de *Ilustração Portuguesa*, nº 244 de 24 de Outubro de 1910, foi inserida uma reportagem (texto e fotos) referente a este acontecimento, com Afonso Costa bem em evidência.

Conselheiro António José Vial. Muito excitado com a presença dos visitantes aproximou-se e reconheceu Afonso Costa a quem disse: Olha o Afonso! Então, também estás aqui? Parece que Afonso Costa só pôde murmurar: pobre Teopisto! Ao que tu chegaste!

Desta visita resultou a supressão das vestes talares. Os Irmãos passaram a usar um fato preto, podendo ter atrás da lapela uma medalha; foi extinto o noviciado; as Irmãs espanholas foram expulsas da Idanha e foi nomeado pelo Governo um director clínico, Luís Cebola, logo a partir de 1911, para, veladamente, vigiar a Casa de Saúde do Telhal. Claro que Luís Cebola era um republicano convicto! Tudo estava a ser feito de acordo com a lei, o célebre decreto de 8 de Outubro, cujo artigo 40º enunciava:

«Os membros das associações religiosas a que se refere o artigo 6º e seus parágrafos do decreto de 8 de Outubro de 1910, e que foram autorizados a viver em Portugal em vida secular, não poderão exercer o ensino ou intervir na educação, quer como professores, quer como directores ou administradores de quaisquer institutos ou estabelecimentos de ensino, seja directamente, seja por interposta pessoa».

E no artigo 41º acrescentava-se:

«Os indivíduos mencionados no artigo anterior só poderão ser empregados em estabelecimentos de saúde, higiene, piedade e beneficência, ou noutros de natureza análoga, em número não excedente a três, e mediante autorização do Governo, especial para cada estabelecimento e que será permanentemente afixada numa das suas salas acessíveis ao público».

E podemos concluir por aqui com o artigo 42º:

«Fica proibido aos indivíduos mencionados nos artigos antecedentes o uso de qualquer hábito talar, devendo ser presos pelas autoridades e podendo sê-lo por pessoa do povo, em flagrante delito, os que infringirem as disposições deste

artigo»⁹⁴.

Que os Irmãos não foram logo mandados sair da Casa do Telhal, já explicámos porquê, mas ficaram numa situação de “tolerados” como tão bem referiram os Irmãos espanhóis:

«Cienpозuelos (Madrid) 22 Nov. - Nuestros Hermanos de Portugal continuan por ahora en la misma situación de tolerados, pero sin poder vestir el santo hábito.» - El Provincial⁹⁵. Esta preocupação com o hábito era comum a todas as Ordens e

Congregações religiosas. Talvez hoje, que as coisas mudaram e muito, não tenhamos a percepção do que significava para um religioso ou para uma religiosa o “santo” hábito! Aquela peça de vestuário que os distinguia e identificava e em que se “amortalhavam” para toda a vida. Esta preocupação levou mesmo a uma queixa de uma Irmã da Idanha ao P. Bento Menni que lhe respondeu animando-a e exortando-a a ter paciência: « Ave Maria Puríssima Madrid a 24 Noviembre 1910, Mi muy amada Sor María da Luz, pues aunque no llesves toca en la cabeza, la debes llevar siempre en el corazón, haciendo lo que ha encargado el Santo Padre a Clotilde(1), de no perder el espíritu religioso, aunque tenga que dejar la toca, al contrario procurar de ser aún más en lo interior. Se refiere a Sor Clotilde Irsibarren, Superiora de la casa de Idenha (Portugal) y a la situación política por la que entonces atravesaba el País»⁹⁶.

Por estranho que pareça, é esta a única referência que encontramos, da parte do P. Menni, aos graves acontecimentos que estavam a ocorrer em Portugal. Se cartas houve, mais esclarecedoras, ou foram destruídas, ou não nos chegaram às mãos. O que podemos assinalar, entretanto, é a grande preocupação do P. Carreto com a situação decorrente do decreto de 8 de Outubro de 1910, situação que se prendia ainda com a legalização das Casas da Idanha e do Telhal, Mas a insegurança que se vivia aterrorizou o P. Carreto quando a 20 de Abril de 1911 saíu a Lei de Separação

⁹⁴ Araújo, António, “As Ordens e as Congregações Religiosas e o Direito Republicano”, *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*, Abreu, Luís Machado, Franco, José Eduardo (coord.), Lisboa, Gradiva, 2010. p.87.

⁹⁵ El Archivo Religioso Hospitalério, Tomo IV, Organo de la Orden de San Juan de Dios, p. 564.

⁹⁶ Concordâncias das Cartas de São Bento Menni, Congregación de Hermanas Hospitalarias del Sagrado Corazón de Jesús – Gobierno General – Roma, Anebri, SA Madrid, 2000. Carta 81 nºp. 1291.

das Igrejas e do Estado⁹⁷.

Precisamente, no dia 22 de Abril, o P. Augusto Carreto, dirigiu uma carta ao P. Bento Menni, que dá conta do ambiente vivido no Telhal e dos cuidados a ter com a correspondência no país: «hoje saíu a lei da separação da Igreja e o Estado, é o que se pode fazer de mais despótico e infame. Deus nos perdoe e ilumine. Não acredito que exista um país mais atrasado nem um governo mais despótico e avançado». E continua cheio de preocupações com a situação legal da Casa. «O pobre P. Carreto estava cheio de medo e inconsolável»⁹⁸. Pede que a propriedade volte ao antigo dono, o P. Menni, um estrangeiro, e não em nome de pessoas (seculares) como estava, pois temia serem incriminadas de contrato-burla. Depois termina nestes termos: “não me atrevo a mandar-lhe estes assuntos a partir daqui, pois não há dúvida de que abrem as cartas e mais ainda quando vão para fora do país (...) Penso metê-la no correio em Madrid”⁹⁹. “É uma carta cheia de entrelinhas e difícil de compreender para quem não estiver dentro do assunto.” Este comentário é do P. Nuno Filipe O.H., que temos vindo a citar, num estudo realizado por ele a propósito de um inquérito¹⁰⁰:

«Episódios de uma luta longa e difícil: A próxima beatificação do venerável Bento Menni e o centenário da morte do nosso saudoso Ir. Elias que este ano decorre (1985) levaram-me a estudar alguns documentos sobre a tremenda luta que foi necessário travar para conseguir que a nossa Casa do Telhal não desaparecesse rapinada pelos façanhudos republicanos de 1910».

Face à carta do P. Carreto, e porventura outros contactos, o P. Bento Menni em fins de Setembro de 1912 veio a Portugal – tinha estado em Roma onde renunciara ao cargo de Geral e passou por Paris, agora o seu “retiro”, devidamente

⁹⁷ Filipe O. H. Nuno, *Um homem aterrorizado*, Boletim Informativo Maio 1985. Província Portuguesa da Ordem Hospitalreira de S. João de Deus. (Edição da Cúria Provincial). p. 3.

⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*. Trata-se de um inquérito ordenado pela Sagrada Congregação para a Causa dos Santos, para esclarecer alguns pontos difíceis e delicados sobre a vida do ven. Bento Menni. *Djsgquisitio Historica de selectis questionibus*. Roma, 1976.

autorizado pela Santa Sé, - para salvar essas propriedades que ainda estavam em seu nome. A 3 de Outubro encontrava-se no Telhal onde escrevia ao Cardeal Vive, Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, e dava notícias nada animadoras da situação religiosa em Portugal. Mas começa por dizer que precisa de mais tempo em Portugal, dada a complexidade da matéria a tratar. Informa que na rua não se pode usar o hábito sob pena de medidas punitivas graves. Abrir as janelas e tocar os sinos antes do nascer do sol, também é proibido. Lembra que Jesuítas e Salesianos conseguiram salvar algumas casas por estarem em nome de estrangeiros. E dá conta das suas diligências junto do ministro plenipotenciário de Itália (embaixador) que prometeu interessar-se pelo assunto.

Seria, porém, preciso primeiro resolver um problema: a estadia mais alargada do P. Menni em Portugal. Preso pela obediência ao Vigário Geral, que só lhe concedia alguns dias em Portugal, foi preciso libertá-lo dessa obediência. O Ir. Elias Pereira de Almeida, que sucedeu ao Padre Carreto na direcção da Casa, tomou a iniciativa de garantir que o P. Menni ficasse em Portugal o tempo necessário de acudir às dificuldades levantadas pelas leis portuguesas. Assim, o Ir. Elias escreveu uma carta, com data de 12 de Outubro, assinada por todos os Irmãos professos solenes, dirigida ao Vigário Geral, em que lhe expõe a situação. Assinaram a carta: o Irmão Elias Pereira de Almeida, então o Superior do Telhal, o Irmão Cassiano Maria Natal, vice-prior, o P. Lázaro Ribeiro, capelão, e os seguintes Irmãos professos solenes: Hermínio Francisco da Silva, Casimiro Marques, Severo, Gonçalo Milheiro, José dos Santos, João da Cruz, Gabriel Rodrigues, Inocêncio Rodrigues, Benjamim Antunes e Miguel Gonçalves. O facto de não aparecer aqui o nome do Irmão Júlio dos Santos deve-se ao facto de só ter feito os votos solenes em 1919, precisamente a altura em que se tornará o sucessor do Ir. Elias na direcção do Telhal.

O P. Menni ficou em Portugal até 5 de Novembro de 1912. Esteve no nosso país pouco mais de um mês, o suficiente para deixar tudo encaminhado. Ainda

escreveu do Sabugo uma carta ao Vigário Geral, Agostinho Koch, a dar-lhe conta das diligências a fazer. Esta carta tinha no remetente Angelo Hércules Menni. Mas só em 1913 podemos dizer que tudo parece ter ficado em ordem! Foram nomeados administradores de “plena confiança” e com “plenos poderes” e o P. Menni redigiu o seu testamento conforme as leis portuguesas¹⁰¹.

Em Agosto de 1911 foi eleito o primeiro Presidente da República Portuguesa, o Dr. Manuel de Arriaga, terminando assim o Governo Provisório chefiado pelo Dr. Teófilo Braga (dois açoreanos no poder, que, na Universidade, tiveram como condiscípulo Antero de Quental, também açoreano). Abrandava a febre legislativa que levava a que, em sete meses, os repulicanos portugueses conseguissem superar a III República Francesa que levou trinta anos a fazer o mesmo percurso político.

Senão vejamos: em 8 de Outubro de 1910, a partir das leis de Pombal, de Joaquim António de Aguiar e de Loulé, o Governo Provisório decretou a expulsão das ordens religiosas; a 12, do mesmo mês, extinguiu os feriados religiosos; a 18, aboliu os juramentos religiosos; a 22, suprimiu o ensino religioso nas escolas públicas, substituído pelo fomento da educação moral e cívica; a 23, fechou a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e aboliu as orações e juramentos dos lentes nos actos académicos; a 28, procedeu à governamentalização das irmandades e confrarias; a 3 de Novembro, aprovou a lei do divórcio; a 20 de Abril de 1911, promulgou a lei de separação das Igrejas e do Estado. Entretanto também instituiu o registo civil obrigatório e impôs a secularização dos cemitérios¹⁰².

Manuel de Arriaga foi um presidente que gozou de largo consenso, apoiado, entre outros, por António José de Almeida a quem tinha defendido em tribunal por questões políticas, quando este era ainda estudante. Republicano da primeira hora, incompatibilizado com o pai, monárquico miguelista, Manuel de Arriaga foi um dos

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰² Catroga, Fernando, “A Maçonaria, as Congregações e a Questão Religiosa (sécs. XIX e XX)”, in *Ordens e congregações religiosas no contexto da 1ª República* de Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco (coords), Lisboa, Gradiva, 2010. p. 108.

fundadores do Partido Republicano Português, mas defendia a evolução, considerando prematura a revolução. Contudo, entre 1911 e 1915, teve de acatar os acontecimentos tal como eles se iam apresentando: o Partido dividido em três correntes, a de Afonso Costa, a de Brito Camacho e a de António José de Almeida; a instabilidade governativa: os governos caíam com a maior facilidade; a insegurança no país, associada à carbonária armada, transformada em formiga branca; as consequências do decreto respeitante ao registo civil... Os seus poderes presidenciais eram limitados.

A pouco e pouco, foi-se desiludindo, acabando, se assim podemos afirmar, amargurado. Não completou o mandato, abalado por incompreensões e agitação popular. Numa tentativa de resolver a situação, talvez sob a pressão das cartas anónimas que recebia e de muitas críticas nos principais jornais, como o *Intransigente*, a *República*, *O Mundo* e a *Luta* e depois de um levantamento militar: “O Golpe das Espadas”, pediu a ajuda do General Pimenta de Castro que ensaiou uma experiência ditatorial. A 14 de Maio de 1915 dá-se uma revolução em Lisboa para derrubar o Governo: duzentos mortos e um milhar de feridos! A 26 de Maio de 1915 pediu a demissão do cargo de Presidente.

Mesmo a contragosto, senhor de uma fina ironia e poeta, também prosador, deixou-nos versos muito curiosos de crítica a aspectos da sua vivência política, por exemplo: versos sobre a enorme popularidade alcançada quando foi eleito, que levou a que os mais diversos objectos tivessem a sua imagem; versos ao *quico*, como ele lhe chamava, o chapéu alto usado pelos políticos e que ele detestava¹⁰³. Este mandato presidencial conturbado, que afectou a vida dos portugueses na época, e sem dúvida a de todos os religiosos, não ficou isento à acção do P. Lages, médico e jesuíta que, do exílio, escreveu uma carta, aliás uma segunda carta, datada de 6 de Abril de 1912, ao Presidente Manuel de Arriaga, pedindo ao antigo discípulo em

¹⁰³ Freitas, Joana Gaspar de, *Manuel de Arriaga, Fotobiografia*, Horta, Câmara Municipal de Horta, 2011, p. 154.

Coimbra o envio das suas Cartas de Formatura que, com a saída precipitada de Portugal, não tinha conseguido levar para a Holanda. Sem esses documentos, não poderia exercer a medicina.

O P. Lages nunca recebeu os documentos pedidos nem qualquer resposta do punho do Presidente. Talvez este não tivesse gostado de ver em letra de forma o que se estava a passar no país: «...sonharia V. Ex^a nos desenganos de hoje? Essa pátria ameaçada de ruína, as suas colónias mais ameaçadas ainda, a dívida pública cada vez mais volumosa, os capitais em fuga, o comércio paralisado, os cidadãos mais prestantes, ou presos ou no exílio ou expulsos, a emigração para o estrangeiro redobrando de intensidade dia a dia, a anarquia *n' um crescendo* pavoroso, os assaltos à bolsa dos transeuntes nas ruas de Lisboa à plena luz do dia, os assassinatos, as brutalidades demagógicas e a negra fome de fauces abertas prestes a tragar os indigentes; as divisões e subdivisões a decompor a família republicana, os ódios recíprocos cada vez mais vivos...»¹⁰⁴.

Quando Manuel de Arriaga chegou ao poder, a maior parte da legislação anticlerical já tinha sido promulgada. Vai no entanto a tempo de assinar outros documentos não menos importantes para a laicização e democratização do país. Um dos primeiros é a obrigatoriedade de entrega dos registos paroquiais ao Estado:

«Paços do governo da República, 28 de dezembro de 1911 O Presidente da República Manuel de Arriaga, O Ministro da Justiça António Caetano Macieira Junior, Sentença original

«Nos termos dos artigos 13º e 48º mais disposições aplicáveis da lei da separação, e usando da faculdade que me é concedida pelo artigo 145º da mesma lei, aplico a pena da perda de benefícios materiais do Estado aos signatários deste ofício que ainda os gosem. Nestes termos officie-se-lhes para que entreguem aos respectivos conservadores do registo civil os livros do registo paroquial que têm em seu poder.

¹⁰⁴ Castelo, Alexandre Coutinho, *O Dr. António Mendes Lages- 1838-1916*. «Capítulo XVI - A prisão e o exílio». Porto, Livraria «Apostolado da Imprensa», 1920, p.115.

Esta entrega deve ser feita mediante inventário e perante o senhor governador civil ou seu delegado, em dia por ele marcado. O duplicado do inventário será arquivado na conservatória geral. Lisboa, 24 de Janeiro de 1912. (a) A.Macieira»¹⁰⁵.

Todas estas mudanças e determinações não podiam ter deixado em silêncio as autoridades eclesiásticas que reagiram desde a primeira hora. Os Bispos reuniram-se em S. Vicente de Fora, onde assinaram, a 2 de Dezembro de 1910, uma célebre pastoral, redigida pelo arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes. Nela os Bispos protestavam “veementemente” «contra a legislação anti-católica, caracterizando-a como anti-social, anti-nacional e anti-patriótica, pois atentava contra o direito natural de acreditar e honrar a Deus e contra os 997,72 por mil dos portugueses que, nas estatísticas de 1900, se haviam declarado católicos»¹⁰⁶.

Mais, os Bispos declaravam submeterem-se às leis e instituições do Estado, desde que não fossem contrárias à sua consciência. Este documento desagradou profundamente ao Estado que, através do Conselho de Ministros e por telegrama, endereçou aos Bispos e Governadores Civis directivas para conter o clero sob o beneplácito do Estado e, nomeadamente aos Governadores Civis, controlarem as actividades do clero. Também seriam encerradas as tipografias que publicassem a dita pastoral.

Como é de calcular a situação piorou, aproveitando Afonso Costa para radicalizar a questão com a lei “fulminante” de separação do Estado das Igrejas, condimentada com a afirmação, que se lhe atribui, de que em duas gerações Portugal terá eliminado o catolicismo! «Por ocasião da Pastoral colectiva o sr. Afonso Costa... Resolveu então fazer uma lei de Separação fulminante. Traçou-a com vagar, meditadamente, retocou-a à vontade... Depois, concluída a obra e revendo-se nela, apresentou-a, com espalhafatoso entusiasmo, às agremiações maçónicas e de livre pensamento como o *non plus ultra* do génio anti-católico e sectarista. Essas

¹⁰⁵ Cf. Fernando Catroga, *A Maçonaria, as Congregações e a Questão Religiosa* (Sécs. XIX e XX) 2014. p.108.

¹⁰⁶ Pacheco, Cónego A.Ayres, *A expulsão do Senhor Patriarca D. António I – Documentos para a história da perseguição religiosa em Portugal*. Editor: António de Almeida e Costa. 2013, p. 108.

agregiações rejubilaram e com exuberância de aplausos e felicitações aprovaram-lhe *nomine discrepante* a sua obra demolidora. Fez uma lei não tão boa como a do Brasil, mas não tão má como a da França. Mudou de resolução fazendo uma lei de cruel cazarismo, mentirosamente classificada por sua ex^a de lei à portuguesa»¹⁰⁷.

Um ano depois, D. António, em Dezembro de 1911, emitiu uma circular proibindo o clero e o povo católico de fazer parte de associações culturais, considerando-as cismáticas. Isto originou a defesa do sr. Patriarca da parte da Igreja, mas da parte do Estado um decreto que proibia «o patriarca de Lisboa, António Mendes Bello, o arcebispo da Guarda, Manuel Vieira de Matos e o governador do bispado do Porto, João Maria Luíz Coelho da Silva, de residirem durante dois anos dentro dos limites dos distritos respectivamente, de Lisboa, Castelo Branco e Porto, além de perderem os benefícios materiais do Estado a que porventura tivessem direito»¹⁰⁸.¹⁰⁷ Era-lhes concedido o prazo de cinco dias, a contar da publicação do decreto no *Diário do Governo*, para saírem dos referidos distritos.

Portugal continental, de norte a sul, entrou em situação de conflito religioso, não escapando mesmo as Ilhas e até o Ultramar. Fomos encontrar no Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, ao qual estavam ligados os Cultos, sobejas provas das proporções que tomou o diferendo Igreja-Estado, e vice-versa. Bispos deslocados das suas dioceses, padres afastados das suas paróquias, processos levantados contra estes, questionários para averiguações, e telegramas das autoridades, Administradores dos concelhos, a pedirem orientações a seguir em casos pontuais. Depois, a apropriação pelo Estado de bens da Igreja, inclusivé alfaias destinadas ao culto diário. Vamos tentar dar uma ideia do que acabámos de referir transcrevendo alguns documentos.

Referimo-nos a dois telegramas bem elucidativos, dirigidos, com urgência, ao Ministro da Justiça em Lisboa (não se consegue perceber a data no carimbo):

¹⁰⁷ Cf. Cónego A. Ayres Pacheco, *Expulsão do Senhor Patriarca D. António I.* p.7.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

«s ls aveiro 251 80 5 1/45' t

tenho aqui os 5 padres a q já me referi entre esses o da murtoza em arouca ha alguns q a leram e eu mandei me remetam pondera o administrador q esses e outros diocese no porto leram pastoral por motivo do bispo respetivo ter ordenado isso v excia resolvera como melhor julgar da feira disem me tambem haver padres delinquentes aqui os juntarei as ordens de v excia = o gov civil rodrygo rodrygues»

O segundo telegrama é do teor seguinte:

« s lsboa aveiro 335, -59-7-4,-26, - hs

=tenho aqui seis padres detidos todos menos um do bispado do porto carta do bispo q tenho em minha mao prova a subserviencia dos padres a estes q promettem não ler mais nem receber ordens sem a sanccao administrativa – posso deixal os aqui na cidade em homenagem ate ulterior resolucao? =: rodrigues governador civil».

Uma nota avulsa, sem assinatura, parece ser a resposta aos telegramas porque diz o seguinte: «Administrador Concelho Estarreja Urgente É preciso autuar, deter e fazer remetter Aveiro padres rebeldes, que leram pastoral, osquaes não poderão tornar a exercer funções parochiaes. Peço informes espeziaes sobre caso sucedido igreja Murtosa. Ministro da Justiça».

O Ministro da Justiça, ou seja, Afonso Costa, andava por esta altura muito atarefado, como é de calcular, sem tempo por vezes para assinar documentos. Conseguimos encontrar a sua assinatura em dois despachos, que supomos não tenham sido escritos pelo seu punho. Todos estes documentos aparecem-nos escritos à mão e por vezes com caligrafias de elegante desenho. Estes despachos referem-se à organização ao Registo Civil. E são documentos que devem ter proporcionado grande prazer a Afonso Costa, cuja assinatura temos pena de não podermos aqui reproduzir, o que não impede de transcrevermos as nomeações a que se referem: «Hei por bem, nomear o bacharel Manuel José Coelho, conservador do registo civil no primeiro bairro do Porto. Paços do Governo da Republica, em 18 de Fevereiro de

1911.»

«Hei por bem, nomear o bacharel Americo da Silva e Castro, conservador do registo civil no segundo bairro do Porto. Paços do Governo da Republica, em 18 de Fevereiro de 1911».

Voltando aos sacerdotes feitos prisioneiros pelos Administradores dos Concelhos, temos um questionário do Concelho de Arraiolos que se applicava para averiguar da culpa do detido.

“Questionário: 1º. Recebendo a pensão que lhe foi atribuida pelo Estado nos termos da Lei denominada da Separação de 20 de Abril de 1911, teve e tem a intenção de reconhecer e approvar a referida Lei? 2º. Ou antes, como Sacerdote Catholico, reprova e condena em consciencia, quaesquer disposições d' esse ou de outros diplomas legislativos ou governativos que sejam contrarios aos direitos da Santa Egreja Caholica – acatando alias, como cidadão portuguez, o regimen politico e os poderes constituídos da nação? 3º. Está disposto a renunciar à pensão, se não puder conserval-a sem ter de praticar qualquer acto que implique transgressão das leis da Deus e da Egreja? 4º. No caso de ter necessidade de se ausentar da freguezia ao seu cargo, pediria licença sòmente ao seu legitimo Prelado Ordinario; ou, pelo menos, não a solicitaria do Governo sem prévia autorisação do mesmo Prelado?
Arrayollos 7 de janeiro de 1913

O Adm.dor do Con. Iho Augusto Henrique da Costa Simões».

Deste documento gostaríamos de salientar um aspecto: o Estado attribuia uma pensão a alguns sacerdotes, segundo a Lei da Separação, e que serviu de chantagem, digamos assim, tanto do lado do Estado como do da Igreja. À Lei da Separação vem contrapor-se um decreto da Igreja, o decreto consistorial *Maxima Cura*, que permitiu aos bispos perseguirem os *padres pensionistas*, ou seja, aqueles padres que aceitaram a pensão do Estado. Temos também sobre este assunto, esta autêntica *guerra*, documentos muito claros e elucidativos que vêm de todo o país a informar o

Governo através do Ministro da Justiça. Se o clero regular sofreu a expulsão e a apropriação pelo Estado dos seus bens patrimoniais, o clero secular não lhe ficou atrás em preocupações e perdas materiais, caindo numa situação não menos complicada. Estes primeiros quatro anos da República foram, sem dúvida, de grande tensão religiosa.

Vejamos uma carta proveniente da Horta, nos Açores:

« Exmo. Snr. Ministro da Justiça,

Os poucos padres d' este districto, que aceitaram pensão, por esse motivo tem sido alvo da mais accintosa guerra e perseguição da parte dos seus colegas e dos seus superiores ecclesiásticos. De tudo se tem servido para os prejudicar e malquistar com os povos. Agora porem a audacia clerical sóbe de ponto, porquanto o vigario capitular, fundando- se n'um decreto da congregação consistorial de 20 de Agosto de 1910, conhecido por Maxima cura e que foi publicado em o N.º. 481 do boletim do Governo ecclesiastico dos Açores, em Junho de 1912, começa a destituir vigarios colados e a deslocal-os das suas parochias, sob a ameaça de suspensão de officio se não obedecerem. Ao vigario pensionista da freguezia de Santa Luzia concelho de São Roque da ilha do Pico, acaba de ser intimado um decreto do vigario capitular removendo-o de parocho da dita parochia! Ora o mencionado decreto – maxima cura – nunca obteve o beneplacito do governo portuguez e como d'ele se está abusando, em acinte ás leis da Republica, por isso, confirmando o meu telegramma sobre este assumpto, venho novamente chamar a esclarecida atenção de V. Ex.^a. para ele, e rogar-le que seja expressamente negado o beneplacito ao dito decreto, e mandado ficar sem effeito tudo quanto se tenha processado em virtude d'ele, fazendo-se disso a necessaria communicacão telegraphica. É a meu ver o modo de responder á guerra dos clericães. E por isso confio que V. Ex.^a. Se dignará de adoptar esta, ou outra melhor providencia tendente a quebrar a temivel arma que os padres adversos ao novo regimen começaram a empregar.

Saude e Fraternidade.

Governo Civil da Horta, 28 de Março de 1913

O Governador Civil, E Prieto ? (assinatura parcialmente ilegível)»

Num outro documento, intitulado *Memorial*, do mesmo Governador Civil da Horta, é explicado que, não podendo a Igreja alegar, no afastamento dos padres pensionistas, essa mesma causa (terem aeitado a pensão do Estado, o que a Igreja considerava uma vergonha!), recorria a “desculpas” para justificar o processo. Assim, segundo o decreto *Maxima Cura*:

«São, entre outros, motivos para um parochio ser destituido pelo bispo das respectivas funcções, ser remmido da sua parochia e ser-lhe cassada toda a jurisdicção espiritual sobre os fieis: 1º. A imperícia do parochio; 2º. Se o parochio tem contra si o odio da plebe, embora injusto e não unanime; 3º. Se o parochio perdeu a boa estima dos parochianos; 4º. A nociva administração pelo parochio, das cousas temporaes, e 5º. A negligencia dos deveres do parochio».

Mas também temos o reverso da medalha: os habitantes de um lugar, de uma freguesia, a quererem destituir o pároco queixando-se dele e instaurando-lhe um processo com testemunhas de acusação. Os motivos de queixa eram quase sempre os mesmos pelo que basta termos acesso a um processo para calcularmos o que diziam os outros, aliás as testemunhas de acusação também, de uma maneira geral, referiam as mesmas situações. Temos perante nós uma carta que é bem o exemplo do que acabámos de afirmar:

«Ex.mº Snr. Presidente da Comissão da Lei da Separação do Estado das Igrejas

Sendo de toda a urgencia e necessidade retirar d' esta vila o parochio José Antonio Marrana, por isso que é prejudicialissimo para a Obra Grandiosa da nossa florescente Republica, pois consegue com ameaças de penas eternas no inferno, obsecar este pobre povo, bem digno de ser olhado pelo nosso regimen querido, venho rogar a V. Exª. Se digne informar-me se teve já seguimento o processo que enviei a V.Exª com

o meu officio N° 104 de 11 de Março ultimo ou se nele se não encontraram provas suficientes para ser julgado, a fim de proceder a novas investigações e oferecer outras testemunhas. Este padre retém na Igreja diariamente e durante quase todo o dia, sob a pressão terrorista de maldições e excomunhões, centenas de pessoas, principalmente mulheres, que abandonam nas ruas os seus inocentes filhinhos, rôtos, descalços, cheios de vermes e de estrume e até com fome! Conservam os seus lares sem conforto nem carinho, sem fazerem um “caldo” a seus infelizes maridos que, ao recolherem do seu arduo e mal remunerado trabalho, vão procurar na taberna o “esquecimento” da miseria e desconforto em que vivem! De nada tem tambem servido o denodado esforço de dedicados republicanos para organizar as “cultuaes” nos termos do art.º 16.º e seguintes da Lei da Separação do Estado das Igrejas, por isso que o mesmo Padre tem intimidado, com a “excomunhão”, todos aquêles que délas fiserem parte.

Para testemunhas destas minhas informações offerêço. Dr. Aurelio Mexêdo, casado, inspector escolar; Dr. Orlando Marçal, solteiro, advogado e official do registo civil; Louis Feliciano Garrido, casado, Proprietario e comerciante António Julio Pereira, casado, Capitalista; João António Marçal, solteiro, ajudante do official do registo civil David Moreira Fernandes, casado, comerciante; Joaquim Saraiva Róso, casado, industrial Julio Inacio da Silva, casado, industrial.

Saude e Fraternidade,

Foscôa 26 de Maio de 1913

O Adm.or do Concelho, Louis Antonio da Silva Tavares de Carvalho»

O processo seguiu os trâmites e o padre Marrana foi chamado para prestar declarações ao mesmo tempo que as testemunhas de acusação se pronunciavam, por escrito, corroborando o que o Administrador do Concelho já tinha exposto. Foi lavrado então um auto de declarações que é a defesa do próprio pároco de Foscôa colocado entre duas posições antagónicas: a obediência à Igreja ou a concordância

com as determinações do Estado. Perante esta situação vejamos o que o padre declarou em consciência:


«Auto de declarações, Anno de mil nove centos e treze, aos seis dias do mez de Junho do dito anno, n'esta Secretaria d' Administração do Concelho de Villa Nova de Fozcôa aonde se achava presente o Meretissimo Administrador do mesmo, Luiz Antonio da Silva Tavares de Carvalho, comigo Adelino Augusto Carrapatoso, ahi compareceu o Pe. José Antonio Marrana, Parocho d'esta freguezia de Fozcôa, o qual na presença das testemunhas ao deante mencionadas e assignadas, declarou o seguinte: Que nunca desrespeitou as leis da Republica e pelo contrario as tem acatado, o que prova com toda a freguezia de Fozcôa, assim: Não tem uzado habitos talares fóra do exercicio do culto; Para exercer o culto externo muniu-se da competente autorização administrativa, que conserva; Não provocou dezordens ou tumultos por ocasião dos arrolamentos dos bens da igreja, que n'esta freguezia decorreram placidamente; Nunca excitou o povo a rebelião, antes pelo contrario o aconselhou a respeitar as autoridades constituídas; Tem cumprido o seu dever de Padre catholico dentro do templo sagrado, como lhe garante a lei de vinte de Abril. Não lhe consta que a referida Lei prohiba o exercicio do culto dentro dos templos e entre o nascer e o por do sól, o que se tem limitado a fazer. Accuzam-no de reter, durante muito tempo o povo catholico da sua freguezia na igreja! Se a lei lh'o não prohibe, vê-se bem que tal accuzação parte apenas dos seus inimigos pessoaes, que outras infundadas teem feito, como o póde provar. De mais as devoções que exerce na sua igreja não foram estabelecidas por elle, como todo o povo de Fozcôa o sabe, já as encontrou e a sua consciencia de crente e de sacerdote impoem-lhe (lhe) o dever de as conservar, como é falso que essas devoções sejam prolongadas como vae provar: De manhã diz a sua missa como qualquer padre, demora n' ela meia hora, depois do que vem para sua caza: Que culpa tem pois que pessoas devotas se queiram depois demorar na igreja? Em devoção particular? Hade po-las fóra? A lei

não o manda nem o permite. Sim a lei, por que ella diz terminantemente, que a consciencia do cidadão é livre, que é livre o exercicio do culto dentro dos templos. Pelo exposto pois, a sua consciencia lhe diz que não transgrediu as leis da Republica n'este ponto. Acuzam-n'o de ensinar a cathechese? Qual o Padre catholico, digno d'este nome, que o não faz? Prohibe-o a lei? Não, porquanto conhece bem que a lei de vinte de Abril, em qualquer disposição prohibe a estada das creanças na igreja durante as horas da escola, para as que estão na idade escolar. Conhece-a e por isso a tem respeitado, pois só tem ensinado a doutrina em dias feriados e se por accazo a ensinou em algum dia util, foi depois das horas das aulas, como o prova com todo o povo de Fozcôa.

Assim no dia trinta do passado mez de Maio, necessitava d'algumas creanças para o auxiliarem no canto da missa, mas como as mesmas creanças o pódem dizer disse-lhes que não queria o auxilio n' aquelle dia e áquella hora por ser da escola sujeitando-se até a convidar outros collegas para fazer o serviço que as creanças poderiam ter feito. Onde está pois o desrespeito á lei? São demoradas as devoções na igreja? Devoções a que chamam novenas, trezenas ou présses? Quem o diz mente, porque as couzas não se dizem, é necessario que se provem, e isso não póde provar-se, porque taes devoções nunca excedem meia hora a tres quartos d'hora, e se depois d'ela alguém se quer conservar na igreja, é porque muito bem quer. A igreja está aberta entre o nascer e por do sól, n'ella entra quem quér, está lá o tempo que quér e sahe quando quér; isto é o que faculta a lei e aqui se vê a má vontade prevalece, digo vontade pessoal para com o depoente, do individuo que o accuza. Quer ir além do que a lei exige, é ser mais papista do que o Pápa. Accuzam-n'o de não ter formado a cultural na sua freguezia? É esta a unica accuzação verdadeira, e antes de responder a ella pergunto; quaes foram os padres d'este concelho, mesmo pensionista do Estado, que a formaram? Em quantas freguezias de Portugal estão ellas formadas? Só o accuzam a elle, bem se vê que tal accuzação é gerada por odio, mas declara não

formou, não forma e não formará jamais a associação cultural na sua freguezia. Prefere tudo, a fome, a miséria, a cadeia, a expulsão, a trahir a sua consciencia de padre catholico; porque as associações cultuaes foram condemnadas pela Santa Sé, Catholica, Apostolica, Romana, pelos bispos portuguezes a quem presta e prestará sempre obediencia e respeito. Sim, não formou e nem formará taes associações, porque repugnam á constituição divina da igreja, a quem elle pertence e quer pertencer até morrer, e por isso declara que não é pior desrespeitar as leis da Republica que as não forma, mas sim porque isso lh'o impede a sua consciencia. Sujeita-se ás consequencias que d'ahi se seguirem. Prefere soffrel-as passivamente, mas trahil-as nunca, digo mas trahir a igreja nunca. Declarou mais que não cuadjvou a secularização da capela do cemiterio, denominada de Santo Antonio, porque isso lhe é prohibido pelas leis da igreja e assim lhe é ordenado. E mais não declarou e sendo-lhe lido o presente auto o achou conforme as suas declarações, o qual vae assignar com o Senhor Administrador, testemunhas a este acto presentes, José Joaquim Margarido, cazado, digo viuvo, proprietario e António Joaquim Margarido Pacheco, solteiro, aspirante de finanças, moradores em Fozcôa e comigo Adelino Augusto Carrapatoso, secretario da Administração que o escrevi e leram Luis Antonio da Silva Tavares de Carvalho Pe José Antonio Marrana José Joaquim Margarido Antonio Joaquim Margarido Pacheco Adelino Augusto Carrapatoso Carrapatoso, secretario da Administração que o escrevi e li: Luis Antonio da Silva Tavares de Carvalho João Antonio Marçal José Joaquim Margarido Salomão Eurico Farinhote Garrido Adelino Augusto Carrapatoso»¹⁰⁹.

Na carta, por nós já referida, escrita pelo P. Lages ao Presidente da

¹⁰⁹ Os nomes no final deste texto são assinaturas no documento original. As transcrições efectuadas desde a página 52 (inclusivé) resultam de cópias gentilmente cedidas pelos serviços do ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / Fundos custodiados pela SGMJ / Fundo do Ministério da Justiça e dos ltos.

República, Manuel de Arriaga, sublinhamos um parágrafo, de oportuna referência oportuna neste contexto; aquele que enfatiza o «golpe mortal» da Maçonaria contra a Igreja a que se opoem «as eternas promessas de Cristo»: «Para amostra já V. Ex.^a o poderá ir vendo na atitude inesperada e digníssima do clero e no aumento da religiosidade portuguesa! É a repetição das cenas dos primeiros séculos da Igreja! Se algum bem a República tem feito, foi o despertar da fé»!¹¹⁰

Parece termo-nos esquecido dos Irmãos de São João de Deus! O que não é o caso. Tudo o que se estava a passar em Portugal tinha reflexos preocupantes na Casa de Saúde do Telhal e bem assim na Idanha: os Irmãos estavam sob a vigilância apertada do director clínico, o médico Luís Cebola; já o Administrador de Sintra não os perdia de vista. Em 21 de Março de 1914, pelo ofício nº 95 da Administração do Concelho de Sintra, foram pedidos quesitos sobre a Casa do Telhal relativos a 1913, a que os Irmãos tiveram que responder:

«Quem foi o fundador, em que data e porque foi fundado o hospício?

Com que fundos proveu ao estabelecimento? Com nota discriminada dos donativos, oferentes e datas respectivas;

Como depois de fundado foi custeado o estabelecimento com nota detalhada dos maiores donativos, heranças etc. e datas;

A que Congregação estava subordinado até Outubro de 1910? A que regra ou instituto obedecia?

Qual o hábito?

Que transformação depois daquela data se operou no seu funcionamento e superior consentimento, tudo documentado.

Quais as bases económicas actuais do seu funcionamento enfermarias, doentes, clínicos, média do movimento e resultados.

Sendo possível duas fotografias do edifício e nota da área ocupada.

¹¹⁰ Castelo, *O Doutor António Mendes Lages: 1838-1916*. Porto: Tip. Da Viúva Fonseca, 1920, p. 151.

«Illmo. Exmo. Snr. Administrador do Concelho de Cintra

Accusando a recepção do officio nº 95 de 21 do corrente tenho a honra de responder o seguinte:

Ao art.º 1.º:Foi o Reverendo Padre Ângelo Menni, que adquiriu os bens e fundou o hospicio no anno de 1893. Ao art.º 2.º Com fundos seus. Ao art.º 3.º Nunca se receberam heranças. O que tem havido, como receita, são, além de um legado de um conto em 1909, pequenos donativos de um escudo, 50 centavos etc. de diversos benfeitores, alguns anuais outros mensais, outros eventuais, e por outro lado, as receitas dos internados pensionistas. As deficiências de receita tem-nas suprido o dito Padre Menni. Ao art.º 4.º À Congregação e regra dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, cujo hábito é preto, confundindo-se com os hábitos talaes. Ao art.º 5.º Quanto ao hábito, suprimiu-se. Todo o pessoal estrangeiro retirou-se. Hoje a casa funciona isoladamente e sobre si, continuando porém, a receber subsidios do Padre Menni, quando não chega a sua receita própria. Ao art.º 6.º Tomando como base a receita e despesa de 1913, foi ela a seguinte:

Receita 12.435\$70 Despesa 12.373\$00

Saldo 62\$70

Que se reserva para obras, às quais, entretanto, não convém dar começo senão quando houver o necessário para custear as mesmas, sendo certo que elas devem importar em quantia avultada.

A receita proveio do seguinte: Pensões 12.223\$00; Donativos_ 212\$70; Total: 12,435\$70

A despesa foi a seguinte, por capítulos: Comestíveis 10.435\$00; Rouparia 545\$00; Farmácia 310\$00; Médico 630\$00; Trabalhos agrícolas 200\$00; Reparções nos edifícios 253\$00; total, 12.373\$00.

O movimento das enfermarias em 1913 foi o seguinte:

Existiam no dia 1 de Janeiro 108 doentes; Entraram durante o ano 26; total 134;

Sairam curados 8; Sairam melhorados 8; Falecidos 6; Ficaram 112.

Às Repartições públicas já foi comunicada a área deste edifício

Saúde e Fraternidade

Casa de Saúde do Telhal, 31 de Março de 1914 O Director

Elias Pereira d'Almeida»¹¹¹.

Apesar de todo este ambiente conturbado e de crispação entre as várias forças políticas e religiosas e do trabalho tão desgastante que era feito no Telhal e na Idanha, junto dos doentes, a Ordem de S. João de Deus, mesmo com o seminário fechado, não deixou de continuar a ter vocações. Os aspirantes a esta tão exigente vocação só eram admitidos depois de terem prestado provas cabais da sua determinação e comprometimento. Assim, passada a primeira fase, o *Aspirantado* ou escola hospitalar do Sagrado Coração de Jesus, seguia-se o *Postulantado*, "vestíbulo da vida religiosa". Sem sede própria, funcionou em vários sítios da Casa de Saúde do Telhal. Neste momento não nos é possível elencar de forma completa lista dos Religiosos encarregados de educação dos postulantes¹¹².

E, o mais importante, chegava a entrada no *Noviciado*. Este tempo era o mais aguardado pelos candidatos por se tratar do último degrau para a profissão tão desejada. Segundo o Direito Canónico não devia durar menos de um ano "para que os pretendentes à Religião dêem provas da sua vocação e para que a Religião examine e saiba se lhe convém receber esses pretendentes"¹¹³.

Durante esse período, o Irmão noviço toma conhecimento dos deveres que se espera venha a cumprir pontualmente. Convive mais intimamente com o carisma da Ordem. Procura imitar S. João de Deus no espírito e nas acções. Aperfeiçoa-se no desprendimento dos bens materiais, na observância da obediência aos superiores hierárquicos, no reconhecimento da importância da castidade para o bom desempenho da missão que o aguarda que se consubstancia numa entrega total aos

¹¹¹ Documento existente no Arquivo da Província.

¹¹² Gameiro, P. João, O.H. *Os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal 1606-1834*1893- 1943*. p.176.

¹¹³ Idem, *Ibidem*. p.182.

mais desvalidos, aos mais doentes, aos que aguardam pela hospitalidade.

Também é neste contexto que o Irmão noviço toma conhecimento mais aprofundado das Constituições e, bem assim, de algumas normas avulsas que determinam o bom funcionamento de toda a vida religiosa e o desejável bom desempenho da missão dos Irmãos. S. Bento Menni, ao restaurar a Ordem, fez questão de, em carta circular, chamar a atenção para alguns aspectos a que os Irmãos deviam atender, numa preocupação de uniformizar comportamentos em todas as Casas. O apelo à limpeza pessoal, dos doentes e das instalações faz lembrar S. João de Deus e o seu esmero nesse particular. Às Irmãs Hospitaleiras, cuja Ordem acabava de criar, deu Constituições que, em carta particular, orientou no sentido que as Irmãs as soubessem de cor, exemplificando o modo como deviam estudá-las.

Recordemos que foi a pedido do P. Bento Menni que a Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares concedeu a abertura do novo Noviciado no Telhal a 21 de Junho de 1898. Puderam assim os jovens noviços portugueses deixarem de ir a Espanha e tiveram como Mestres de Noviços, além de alguns Religiosos espanhóis, os sacerdotes P. Augusto Carreto (1904 a 1908) e o P. Lázaro Ribeiro (1908 a 1910). A partir dessa data e até 1921, os jovens portugueses candidatos a Irmãos de S. João de Deus, passaram a ir de novo a Espanha devido às leis “governamentais” portuguesas.

É interessante salientar que esta Ordem Religiosa assume-se como laica: «A nossa Ordem é um Instituto laical; contudo desde a sua aprovação, foi concedido que alguns Irmãos pudessem ser ordenados sacerdotes para exercer o sagrado ministério entre os doentes e as nossas comunidades e obras hospitaleiras»¹¹⁴. No ponto 52 das mesmas Constituições acrescenta-se: «Os Irmãos sacerdotes, a não ser por dispensa da Sé Apostólica, não podem ser eleitos para cargos de Geral, Provincial ou Superior local, em virtude da sua ordenação vocacionada para o serviço pastoral»¹¹⁵.

Terminado o noviciado, o noviço passava a professo pedindo para realizar os

¹¹⁴ *Ordem Hospitaleira de S. João de Deus (Província Portuguesa). Constituições. Cartas de S. João de Deus. Regra de Santo Agostinho.* Telhal, 1985.

¹¹⁵ *Idem, Ibidem.* p.53.

votos da profissão religiosa primeiro de forma simples e depois, passados três anos, de natureza solene. Esses votos eram pronunciados perante um Superior que lhes conferia carácter sagrado e eram acompanhados de fórmulas especialmente criadas para a ocasião. Podemos exemplificar com a fórmula pronunciada pelo Ir. Júlio dos Santos perante o P. Augusto Carreto que naquela altura era o Superior da Casa do Telhal e recebeu a profissão em nome do Superior Geral:

«Prometo a Deus Omnipotente, à Bem-aventurada Virgem Maria, aos nossos Bem-aventurados Padres Santo Agostinho e São João de Deus: Obediência, Pobreza, Castidade e Perpétua Hospitalidade, servir os pobres enfermos em todo o tempo da minha vida, e observar as Constituições da Ordem. Telhal 8 de Setembro de 1909.»

A estes compromissos sagrados o professante juntava na altura, como estava estabelecido, esta declaração: Prometo ir a qualquer parte ou nação aonde os legítimos superiores julgarem conveniente mandarem-me, e observar em toda a parte, quanto de mim depender, a vida perfeitamente comum. - Eu, Irmão Júlio dos Santos»¹¹⁶.

As estatísticas que foi possível realizar, com base em elementos colhidos da época, permitem-nos ter uma ideia mais completa do número de Irmãos que professaram e zonas do país donde provinham.

Estatísticas dos Irmãos 1910 – 1916

Postulantado

Diocese	Freguesia	Postulante	Saída	Falecidos
1 Guarda	Teixoso (Covilhã)	28 – 02 - 1910		
2 Guarda	Teixoso (Covilhã)	30 – 04 - 1910		
3 Guarda	Monte Margarida (Guarda)	15 – 06 - 1910	06 – 03 - 1911	

¹¹⁶ Nuno Filipe, O.H. *O Irmão Júlio dos Santos. Um grande religioso*. Editorial Hospitalidade – 1998.

4 Guarda	Barco	04 – 10 - 1910	05 – 02 - 1911	
5 Porto	S.Vicente de Loredó(Feira)	29 – 06 – 1911		
6 Guarda	Covilhã	09 – 02 - 1913		
7 Leiria	S.Simão de Litem(Pombal)	23 – 03 - 1913		
8 Guarda	Rendo (Sabugal)	23 – 07 - 1913		
9 Guarda	Baraçal (Sabugal)	20 – 08 - 1913		
10 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	17 – 10 - 1914		

11 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	11 – 03 - 1915		04-06-1923
12 Guarda	Teixoso (Covilhã)	13 – 03 - 1915		
13 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	16 – 03 - 1915		
14 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	19 – 03 - 1915		
15 Viseu	Meimoa (Satão)	08 – 11 - 1915		
16 Guarda	Quadrasais (Sabugal)	14 – 11 - 1915		

Estatísticas dos Irmãos 1910 - 1916

Noviciado

Diocese	Freguesia	Noviciado	Saída	Falecidos
1 Viana do Castelo	S.Miguel de Alvarães (Viana)	04 – 04 - 1910	10 – 04 - 1911	
2 Guarda	Monte Margarida (Guarda)	08 – 12 - 1910		
3 Guarda	Urgeira (Guarda)	08 – 12 - 1910		
4 Guarda	Teixoso (Covilhã)	08 – 12 - 1910		
5 Guarda	Teixoso (Covilhã)	08 – 12 - 1910		
6 Leiria	S.Simão de Litem(Pombal)	24 – 09 - 1912		

7 Porto	S.Vicente de Loredó(Feira)	24 – 09 - 1912		
8 Porto	S.Vicente de Loredó(Feira)	04 – 05 - 1913		
9 Guarda	Covilhã	16 – 08 - 1914		
10 Leiria	S.Simão de Litem(Pombal)	16 – 08 - 1914		
11 Guarda	Teixoso (Covilhã)	13 – 03 - 1915		
12 Guarda	Baraçal (Sabugal)	19 – 03 - 1915		
13 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	19 – 03 - 1915		
14 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	23 – 05 - 1915		
15 V. do Castelo	Ponte de Lima	08 – 09 - 1915	08 – 08 - 1916	
16 Viseu	Meimôa (Satão)	20 – 03 - 1916		

Postulantado

Noviciado

Anos	Entrada	Saída	Falecidos	Anos	Entrada	Saída	Falecidos
1910	4	2		1910	6		
1911	1			1911		1	
1912				1912	2		
1913	4			1913	1		
1914	1			1914	2		
1915	6		1	1915	5		
1916				1916	1	1	

Estas tabelas conduzem-nos à conclusão que foram jovens do norte do país, nomeadamente da região da Guarda, que pelas vocações deram à Ordem Hospitaleira

de S. João de Deus nos seis primeiros anos da República. É de recordar que os Irmãos estiveram em Aldeia da Ponte, onde a sua acção ficou conhecida.

Estatísticas dos Irmãos 1910–1916

Profissão Simples

Diocese	Freguesia	Prof. simples	Saída	Falecidos
1 Guarda	Monte Margarida (Guarda)	03 – 06 - 1910		
2 Funchal	Água de Pena (Machico)	08 – 09 - 1910		
3 Guarda	Monte Margarida (Guarda)	08 – 12 - 1910	08 – 12 - 1919	
4 Guarda	Monte Margarida (Guarda)	11 – 12 - 1911		10 – 10 - 1913
5 Coimbra	Vale de Talvas(F.dosVinhos)	19 – 12 - 1911	02 – 09 - 1918	
6 Guarda	Seixo do Côa (Sabugal)	19 – 12 - 1911	05 – 06 - 1914	
7 Guarda	Urgeira (Guarda))	19 – 12 - 1911	17 – 05 - 1923	
8 Guarda	Teixoso (Covilhã)	19 – 12 - 1911		
9 Guarda	Teixoso (Covilhã)	19 – 12 - 1911		
10 Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	28 – 09 - 1913		
11 Porto	S.Vicente de Loredo (Feira)	28 – 09 - 1913		
12 Porto	S.Vicente de Loredo (Feira)	07 – 05 - 1914		23 – 10 - 1918
13 Guarda	Covilhã	08 – 09 - 1915		
14 Leiria	S. Simão de Litem (Pombal)	08 – 09 - 1915		
15 Guarda	Baraçal (Sabugal)	20 – 03 - 1916		
16 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	20 – 03 - 1916		

17 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	04 – 06 - 1916		
-----------	--------------------------	----------------	--	--

Estatísticas dos Irmãos 1910 – 1916

Profissão Solene

Diocese	Freguesia	Profissão Solene	Saída	Falecidos
1 Guarda	Póvoa do Mileu(Guarda)	27 – 02 - 1910		25 – 04 - 1910
2 Guarda	Monte Margarida(Guarda)	04 – 04 - 1910		03 – 10 - 1913
3 Guarda	Tortusendo (Covilhã)	04 – 04 - 1910		
4 Guarda	Aldeia de S, António(Sabugal)	04 – 04 - 1910	14 – 06 - 1931	
5 Guarda	Rendo (Sabugal)	04 – 04 - 1910		
6 Guarda	Monte Margarida (Guarda)	04 – 04 - 1910		
7 Porto	Lagares (Penafiel)	04 – 04 - 1910		

Profissão Simples

Profissão Solene

	Entrada	Saída	Falecidos		Entrada	Saída	Falecidos
1910	3			1910	7		1
1911	6			1911			
1912				1912			
1913	2		1	1913			1
1914	1	1		1914			
1915	2			1915			
1916	3			1916			

Por estas tabelas verificamos que há, de facto, bom acolhimento de Irmãos na Casa de Saúde do Telhal. E quase todos eles têm nas suas fichas pessoais, a indicação de *enfermeiro*. Mas seriam suficientes para o número de doentes ali internados? Entre 1910 e 1916, o número de pacientes rondava a centena, com tendência para aumentar, como podemos comprovar através de uma tabela sobre este assunto:

«Movimento dos doentes havido na Casa de Saúde do Telhal durante os cinquenta anos da sua fundação que teve lugar a 29 de Junho de 1893¹¹⁷.

Anos	Doentes	Entradas	Curados	Melhores	Na mesma	Crónicos	Falecidos	Totais	No fim de cada ano
1910	101	30	10	11	3		14	38	93
1911	93	27	4	2	3		6	15	105
1912	105	21		8	4		4	16	110
1913	110	26	1	6	9		9	25	111
1914	111	42	3	15	8		5	31	122
1915	122	41	9	16	6	1	15	47	116
1916	116	48	6	15	2	1	12	44	120

Se bem que a Ordem de São João de Deus actuasse neste campo com toda a experiência, estudo e dedicação, não podemos esquecer que o Estado tinha também os seus hospitais psiquiátricos pois, infelizmente, o número de doentes, no país, era

¹¹⁷ Cf. Gameiro, J, *História dos Irmãos Hospitaleiros em Portugal – 1606–1834 * 1893–1943*. p.129.

muito superior ao que aqui se apresenta¹¹⁸.

Já em 26 de Maio de 1908, na 17ª Sessão da Camara dos Senhores Deputados¹¹⁹, Adriano Anthero, advogado, mesário da Misericórdia do Porto, que administrava o Hospital do Conde de Ferreira e na qualidade de membro da comissão administrativa do mesmo hospital, se referia à lei de 4 de Julho de 1889, que pretendia prevenir lacunas no campo dos estabelecimentos hospitalares, dado que eram insuficientes para o elevado número de doentes do foro psiquiátrico.

Segundo esta disposição legislativa, o reino e as ilhas foram divididas em quatro grandes circunscrições, ao serviço destes doentes, e com muitos distritos, e «tendo como capitais Lisboa, Coimbra, Porto e Ponta Delgada. O Governo foi autorizado a construir um hospital em Lisboa para 600 alienados, outro em Coimbra para 300, outro no Porto, ou suas imediações, para 200 idiotas inofensivos e outro em Ponta Delgada para 200 alienados». Autorizou ainda «a mandar construir duas enfermarias anexas ao hospital central de Lisboa, onde pudessem instalar os doentes de ambos os sexos sequestrados por ordem pública. Autorizou também o Governo a construir enfermarias anexas às penitenciárias centrais e ordenou que nessas enfermarias, bem como naquelas outras anexas ao hospital de Lisboa, se recolhessem criminosos alienados»¹²⁰.

O ilustre deputado aludia também à proveniência das verbas que a lei entendia serem necessárias a estas obras, entre elas «a metade do produto da venda dos conventos suprimidos». E depois de algumas considerações mais, afirmava: «Nós temos em Portugal, pelos cálculos mais seguros, 12.000 alienados». Adiante

¹¹⁸ A recolha destes dados e da apresentação destas tabelas, sobre os Irmãos de São João de Deus, entre 1890 - 2006, foi efectuada pela Drª Estela Rodrigues, técnica superior do *Museu de S. João de Deus - Psiquiatria e História* da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus.

A Drª Estela Rodrigues acaba de falecer subitamente - 30 de Junho 2017, deixando consternadas todas as pessoas que a conheciam e que muito a estimavam.

¹¹⁹ Diário da Câmara dos Deputados, nº 17 26 de Maio de 1908 p. 5. Pesquisa efectuada, sob a orientação do Sr. Dr. Vitor Salgueiro, Director de Serviços, para o nosso trabalho. Muito obrigada

¹²⁰ Idem, *Ibidem*. p. 6.

desenvolvia: «Ora, para este número de alienados, temos o Hospital de Rilhafoles, que pode receber 758; o hospital do Conde de Ferreira, que pode conter 520; o Instituto de São João de Deus, no Telhal, que pode hospitalizar 84; o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, na Idanha, que pode receber 150; e o Manicómio Câmara Pestana, no Funchal, com capacidade para 22 doentes, ao todo 1534»¹²¹.

Considerando que as medidas a tomar, segundo a mesma lei, seriam senão ambiciosas, pelo menos suficientes, o mesmo deputado ponderava, com desilusão: «Creio que nada d'isso, ou pelo menos muito pouco, se tem feito...» E mais adiante: «E, o que é mais, Sr. Presidente, segundo creio os fundos provenientes da mencionada lei teem sido desviados para outros destinos»¹²².

O mesmo deputado entregava na mesa um requerimento com quatro pedidos de esclarecimento: “Requeiro que, pelos Ministérios competentes, me sejam fornecidas as seguintes informações: 1ª Qual o imposto da receita cobrada para o fundo de beneficência publica dos alienados, nos termos da lei de 4 de Julho de 1889; 2ª Qual o importe das inscrições ou títulos de dívida publica portuguesa não amortizáveis averbados para a beneficência publica dos alienados nos termos da mesma lei; 3ª Se já se principiou alguns dos hospitais ou enfermarias de que se fala nessa lei ou se tem alguma cousa nesse sentido, ou se empregou alguma parte da mencionada receita; 4ª Finalmente que uso tem feito o Governo das autorizações que essa mesma lei lhe concedeu»¹²³.

E o deputado Adriano Anthero encerrou a sua intervenção manifestando a razão de ser de ter abordado este assunto, que muito o impressionava, por contactar com doentes deste foro clínico e presenciar o seu sofrimento. Por outro lado,

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

oferecia a sua disponibilidade, e um terreno da Misericórdia do Porto, para construir o hospital que ficou destinado para o Porto e mobilá-lo e administrá-lo à sua custa, caso o Governo lhe desse a quantia, que já por diversas vezes havia pedido, de 100.000\$00 reis.

Creemos que este apontamento nos permite fazer uma ideia do que se passava com a saúde mental em Portugal, sendo certo, pelos números atrás apresentados, que nem todos os pacientes chegavam a ter oportunidade de ser atendidos e que outros se “amontoavam” nos hospitais, com prejuízo de todos os pacientes, conforme explicações mais detalhadas do mesmo deputado. Por outro lado, a dois anos da República, como vamos ver, as coisas não mudaram muito.

A 13 de Maio de 1911, a República acudia ao problema da saúde mental no *Diário do Governo*¹²⁴, onde podemos ler no sumário do dia, entre outros diplomas, o seguinte: “Autorizando a criação de novos manicómios e de colónias agrícolas para alienados, e regulando os respectivos serviços”. O articulado apresentava-se de forma extensa e compacta, intitulado: “Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial”. Isto significa, sem sombra para dúvidas, o quanto a República estava preocupada e atenta ao problema da saúde mental e quão pouco se tinha progredido neste campo. Aliás a República, como é de calcular, não poupará críticas à Monarquia.

«O último censo da população portuguesa revela a existência de 6.600 alienados. Há porém sobejas razões para crer que este número está muito áquem da verdade. Uma estatística feita em 1883 pelo professor António Maria de Sena e publicada n'*Os alienados em Portugal*, denunciava então, apesar de confessadamente incompleta, 8.000... Ora, tendo-se tornado a vida portuguesa indiscutivelmente mais difícil e penosa, nos últimos 28 anos, não é de modo

¹²⁴ *Diário do Governo*, nº 111, 13 de Maio de 1911, pp. 1945-1950.

nenhum provável que aquele número baixasse; [...] Por outro lado, o alcoolismo, que há 28 anos era ainda entre nós uma intoxicação muito rara, tem-se, desde então, acentuado progressivamente»¹²⁵.

«Sentindo vivamente esta degradante situação, conseguiu o Prof. António Maria de Sena, primeiro director do manicómio do Conde de Ferreira, fazer aprovar no Parlamento, em 1889, uma lei pela qual o Governo ficava autorizado à construção de quatro novos manicómios e de enfermarias especiais anexas às Penitenciárias. Essa lei, porém, não teve, durante os vinte e dois anos que decorreram sobre ela, um começo, ao menos, de execução, conquanto integralmente fossem cobradas as receitas, numerosas e abundantes, que criou para as novas edificações.

O Prof. Miguel Bombarda, director do manicómio de Rilhafoles, calculou em 1909, sobre alguns dados oficiais, que essas receitas deviam exceder então reis 1.465,000\$000. Tudo se sumiu na voragem do extinto regime! É preciso reparar a monstruosidade que a monarquia nos legou. A isso tende este decreto, que autoriza o Governo da República a edificar sete novos manicómios e a criar dez colónias agrícolas, para assistência de alienados incuráveis e validos, ao mesmo tempo que regula técnica e administrativamente este abandonado serviço público»¹²⁶.

É neste decreto que a República presta homenagem a um dos seus mais prestigiados mentores - o Prof. Miguel Bombarda, director do manicómio de Rilhafoles - mudando o nome ao hospital: «O Hospital de Rilhafoles, que tomará o nome de Manicómio Bombarda, ficará, uma vez construído o manicómio de ensino, pertencendo à 4ª categoria, com 500 leitos. Até então funcionará como manicómio

¹²⁵ *Diário do Governo*, nº 111, 13 de Maio de 1911, pp. 1945-1950,

¹²⁶ *Idem, Ibidem.*

de 1ª categoria, com a população máxima de 700 alienados»¹²⁷.

O texto do diploma está dividido em sete partes: uma primeira parte introdutória, apresentando seis divisões e depois seis capítulos: Capítulo I – Instrumentos públicos de assistência (Manicômios e colônias agrícolas); Capítulo II – Pessoal técnico e administrativo (Sua nomeação e atribuições); Capítulo III – Instrumentos particulares de assistência (Casas de saúde e policlínicas); Capítulo IV – Admissões, saídas, visitas e correspondência; Capítulo V - Serviços de inspeção (Técnico e administrativo); e Capítulo VI – Despesas e receitas¹²⁸.

Um dos aspectos que o decreto não deixa de salientar é o da importância do pessoal clínico. Dotar os hospitais psiquiátricos de médicos psiquiatras competentes e de pessoal de enfermagem bem preparado é fundamental e a República quer atingir um patamar de excelência neste campo, pelo menos no plano das intenções. Estatui, portanto, e com grande minúcia, as exigências destas carreiras para bem dos doentes e do país. Também os Irmãos de São João de Deus têm as mesmas preocupações: convidar os melhores clínicos para prestarem serviço na sua Casa de Saúde e preparar os seus enfermeiros da melhor forma possível para desempenharem bem as funções que lhes estavam reservadas. Não raro lemos, a propósito, que a Casa de Saúde do Telhal era considerada *um hospital de vanguarda!*

Aos Irmãos desta Ordem Hospitaleira de enfermeiros exigia a Ordem, e continua a exigir, uma preparação completa no exercício de uma profissão que complementa a do médico. «Os enfermeiros, não menos que os médicos, têm nas suas mãos a vida dos pobres doentes, e, por isso, a própria sociedade está interessada em que possuam a instrução conveniente e a formação adequada à sua

¹²⁷ *Ibidem*, p. 1949.

¹²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 1450.

missão»¹²⁹. Sobre este ponto as Constituições da Ordem, referindo os Superiores, recomendam: «Procurem com todo o cuidado que os Irmãos se instruem nas coisas que a ciência considere necessárias, para que possam desempenhar com mais eficácia os ofícios que lhes forem confiados» e, referindo-se aos súbditos dizem também: «Todos os Irmãos devem ser solícitos em aprender tudo o que pelos Superiores for mandado, para que se tornem mais aptos na assistência aos enfermos»¹³⁰.

Já nos séculos passados os Irmãos frequentavam escolas públicas. Em Portugal a Universidade de Coimbra. Aprendiam Ciências Naturais, Medicina e Cirurgia, para serem melhores enfermeiros¹³¹. A Casa de Saúde do Telhal irá ter, mais tarde, em 1925, a sua própria Escola de Enfermagem, por inspiração do então ainda director clínico, Luís Cebola, a quem já nos referimos a propósito da célebre visita de Afonso Costa ao Telhal.

À data da implantação da República era Director Clínico, do manicómio, como então se chamava, embora também fosse conhecido por *asilo* do Telhal, o médico Rodolfo Augusto da Silva Teles, “hábil, diligente e sympático” no dizer de José de Sena Freitas¹³². Quando Afonso Costa visitou o Telhal, resolveu ordenar uma sindicância para o afastar e substituir por alguém mais da confiança do Governo Provisório e portanto da República. Alguém que garantisse que os Irmãos não se oporiam ao progresso da revolução republicana. Assim, Rodolfo Augusto da Silva Teles foi destituído do cargo e, no seu lugar, colocado o Luís Cebola, em 2 de Janeiro de 1911. A ninguém passou despercebido que ficava, na Casa do Telhal, um vigilante da República. Podemos afirmar que é aqui que se vai buscar a ideia de

¹²⁹ Gameiro, J., «Os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal – 1606-1834*1893-1943». *Formação técnica dos Irmãos Hospitaleiros – Curso de Enfermagem*. p. 184.

¹³⁰ Idem, *Ibidem*.

¹³¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, t. IV, P.III. p.239 – (Matosinhos, Tp. Leixões, 1921).

¹³² Freitas, José de Sena, *Ao veio do Tempo*, Lisboa 1908, p.232, (Aires Gameiro e outros, 1993, pp.52- 61).

intitular um singular estudo sobre Luís Cebola de: *Um Republicano no Convento*¹³³.

Os autores dão-nos precioso esclarecimento com o resumo da obra:

«Um Republicano no Convento Resumo

Os autores dão a conhecer uma figura notável da psiquiatria portuguesa, na transição da Monarquia para a República, que incompreensivelmente tem sido ignorada.

Competente clínico, Luís Cebola foi autor de textos e manuais didáticos, docente e inovador na área das ergoterapias, colónias de doentes mentais e museologia da loucura. Sempre actualizado, aplicou o que de melhor observou lá fora.

Foi ainda escritor literário, dramaturgo e poeta. Outro fascínio desta figura ilustre é o facto de ter sido por 37 anos director clínico de uma Casa de Saúde de frades, que os republicanos não conseguiram expulsar do país em 1910».

Neste resumo, enfatiza-se o facto de, a figura e a obra do médico Luís Cebola¹³⁴, terem sido incompreensivelmente ignoradas. Não são os únicos autores a fazê-lo ou talvez provenha essa informação da mesma fonte, a própria Casa de Saúde do Telhal que, de certa forma, se via “esquecida”, para não dizermos “marginalizada”, face a outros organismos de saúde mental pertencentes ao Estado, como Rilhafoles, Câmara Pestana ou Conde de Ferreira. Em todos eles trabalharam grandes alienistas cujos nomes são comumente citados pelo vulgo. O médico Luís Cebola não teve o renome de um Miguel Bombarda, de um Sobral Cid, de um Júlio de Matos e muito menos de um Egas Moniz. Será tempo de lhe dar um lugar de merecido relevo entre os seus pares. Ele desenvolveu, sem dúvida, uma obra notável no aperfeiçoamento do trabalho já realizado pelos Irmãos e encontrou neles uma receptividade e cooperação excelentes.

O médico José Luís Rodrigues Cebola Júnior, natural de Alcochete, nasceu a

¹³³ Gameiro, Aires, Augusto Moutinho Borge, Ana Mateus Cardoso, Fernando d'Oliveira, *Um Republicano no Convento*, Cadernos do Ceis20, Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, Imprensa de Coimbra Lda., Coimbra, 2009.

¹³⁴ Ibem, *Ibidem*, p.35.

5 de Setembro de 1876, vindo a falecer em Lisboa, a 11 de Março de 1967. Estudou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, entre 1899 e 1906, altura em que defendeu a sua tese *Mentalidade dos Epilépticos*, sob a orientação do Professor Miguel Bombarda. Ainda estudante, fundou e dirigiu um jornal académico *O Planeta* e a revista *Alvorada*. Participou com outros estudantes do movimento liberal de 1898. «Tomou parte em diversos congressos de Medicina realizados em Paris, Bruxelas e Londres e nos Internacional e Nacional de Medicina reunidos em Lisboa em 1909 e 1924 e em todos eles apresentou teses notáveis»¹³⁵.

Colaborou no *Diário de Notícias*, na secção: *Psiquiatria Social* e em muitos outros jornais como o *Século* e a *República* e em revistas de Portugal e do Brasil. Também a sua presença se fez sentir em homenagens a João de Deus, Eça de Queiroz e nos centenários da Índia e de Almeida Garrett. Proferiu discursos na Sociedade de Geografia, Ateneu Comercial e Associação dos Logistas.

A sua produção literária foi variada e abundante, muita dela proveniente da sua experiência e saber no desempenho das suas responsabilidades como director clínico. Por outro lado há nitidamente uma influência das leituras feitas na adolescência e no período universitário que lhe conferiram grande admiração pela *Ciência* e suas possibilidades a partir do *Positivismo* de Comte (1798-1918), desembaraçado o homem de ideias religiosas, e a sociedade orientada segundo o *Contrato Social* de Rousseau (1712-1778). No que diz respeito à sua preferência pela medicina na área da psiquiatria, a influência parece ter-lhe vindo de Paul Charles Dubois (1848-1918) e da sua obra *Les Psychoneuroses et Leur Traitement Moral* (1904) e de professores que lhe mereceram respeito e admiração como foi o caso de Miguel Bombarda. Crê-se, por uma breve referência do próprio, que leu também, em novo, a vida de S. João de Deus que o terá impressionado, não sob o

¹³⁵ “Cebola (Luiz)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, vol. VI, p. 376.

ponto de vista religioso, visto que era avesso à religião, mas sob o ponto de vista humano.

Na obra literária de Luís Cebola é curioso salientar que, no que respeita à poesia, ela o acompanhou sempre e, no Telhal, não raro a compartilhava com os doentes, lendo e dando a conhecer, por exemplo, alguns dos seus sonetos (*Canções da Vida*, 1905). Quanto à prosa, digamos que esteve em gestação até praticamente terminar a primeira República. A partir de 1925 começam a ser editadas as suas mais de vinte obras, algumas como edições do autor, num afã de quem quer transmitir as suas ideias antes de desaparecer. Da extensa bibliografia do autor, respeitantes à actividades profissional, do foro psiquiátrico, e às ideias políticas sublinham-se as seguintes:

Almas Delirantes, 1925; *História de um louco*, 1926; "Coerência", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga, (1843-1924)*, 1929; *Psiquiatria Social*, 1931; *Sonetos e Sonetinhos*, 1932; *Enfermagem de Alienados*, 1936; *Psiquiatria Clínica e Forense*, 1940; *As Grandes Crises do Homem: Ensaio da Psicopatologia Individual e Colectiva*, 1945; *Ronda Sentimental*, 1948; *Democracia Integral*, 1951; *Musa Feiticeira*, 1951; *Cartas a um Advogado Provinciano*, 1954; *Estado Novo e República*, 1955; *Patografia de Antero de Quental*, 1955; *Quando descí ao Inferno*, 1956; *Memórias de Este e do Outro Mundo*, 1957; *Atrás do Sol*, 1957; *Por Terras de Espanha e de França*, 1959; *Diálogo com uma Desconhecida*, 1959; *Clero, Nobreza e Povo*, 1959 ; *O Homem livre na Terra livre*, 1964¹³⁶. Transversalmente

¹³⁶ Pereira, Denise, (Tese de Doutoramento-Outubro de 2015), *Visões da Psiquiatria, Doença Mental e República no Trabalho do Psiquiatra Luís Cebola (1876-1967): uma abordagem Histórica nas encruzilhadas da Psiquiatria, Ideologia, Política e Ficção, em Portugal, na Primeira Metade do Século XX*. Tendo em vista que a obra de Luís Cebola é muito extensa e elaborada, a Dr^a. Denise, na sua excelente tese de Doutoramento, optou por escolher cinco das vinte e três publicações para uma atenção mais demorada. As obras escolhidas foram as seguintes: III 2 *Almas Delirantes*, (1925): a consciência da fragilidade da saúde mental e a poética da psiqué humana. III 3 *Psiquiatria Social* (1931): a loucura enquanto ameaça ao tecido social. Delineamento de medidas concretas para alterar a organização da sociedade. III 4 *Patografia de Antero de Quental* (1955): a medicina enquanto instrumento de interpretação literária e a arte como terapia. III 5 *Quando descí ao Inferno. Contos Psicopatológicos* (1956) a teoria da degeneração e uma visão fatalista da doença mental, numa representação ficcional da psicopatologia,

perpassam por todas estas obras as suas convicções mais emblemáticas. Luís Cebola era um homem independente e profundamente convicto e fiel a tudo aquilo em que acreditava. Nunca quis pertencer a nenhum partido político, nem à Maçonaria. A sua dedicação à Casa de Saúde do Telhal foi total. Nunca criticou os Irmãos e acabou mesmo por admirá-los. Procurava estar sempre actualizado e aplicar no Telhal o que lhe parecia melhor para a saúde e bem-estar dos doentes. Assim, são da sua inspiração os modernos pavilhões, na época a que nos reportamos; o Museu da Loucura, primeiro em Portugal e um dos primeiros no mundo; as colónias agrícolas, que os Irmãos já tinham, mas a que deu especial atenção por ser grande entusiasta da ergoterapia:

«A linha de acção de tratar os pacientes por meio de ocupações diversas, foi expressa da seguinte forma: “Readaptar o doente à vida social pelo trabalho dirigido, foi uma das minhas antigas aspirações da psiquiatria. Eu tinha verificado lá fora os resultados salutareos da laborterapia, tão conveniente à dinâmica fisiológica”»¹³⁷.¹³⁶

Manter numa instituição fradesca de enfermeiros, até quase ao fim dos seus dias, um director clínico que desde sempre se confessou republicano, ateu, racionalista, anti-clerical e, por suposto, anticongreganista, não deve ter sido fácil. Mas a verdade é que isso foi conseguido graças ao respeito mútuo e ao reconhecimento dos valores que estavam em causa e que de ambas as partes se privilegiavam: a saúde dos doentes que lhes estavam confiados. Mas chegado a uma idade em que a reforma seria uma decisão natural Luís Cebola resignou das suas funções um pouco para alívio dos Irmãos que já se encontravam de certo modo pressionados pelas ideias do clínico, dadas à estampa com a publicação dos seus livros.

Segundo nos explica o Irmão Cândido OHSJD, numa memória de 1993, na

enquanto retórica de crítica sociopolítica e elogio à profissão médica. III 6 *Estado Novo e República (1955): o conhecimento psiquiátrico e científico autorizando a defesa do Republicanismo e a crítica ao Estado Novo*, p.135.

¹³⁷ Gameiro, Aires. *Um Republicano no Convento*, Cadernos Ceis20. Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, Imprensa de Coimbra, 2009, p.15.

revista *Hospitalidade*, o director clínico foi afastado devido à idade avançada, mas também em virtude das suas ideias dissonantes com o espírito religioso da Casa que, no ano seguinte, 1950, iria celebrar precisamente o quarto centenário de S. João de Deus com festejos e cerimónias religiosas. Acresce ainda que os Irmãos já tinham sido inquiridos sobre a circunstância deste director não parecer adequado à Ordem que dirigia clinicamente. Em resposta a estas dúvidas o Irmão João Gameiro respondeu que, embora os Irmãos não compartilhassem das suas ideias, consideravam os livros da sua autoria responsabilidade sua e, como tal, assunto externo e independente à Ordem, o que não impedia Luís Cebola de ter sido um "inesquecível e operoso colaborador"¹³⁸.

No domínio clínico, Luís Cebola também comungava daqueles aspectos que enformavam os clínicos da saúde mental do seu tempo e que se traduziam pela adopção da teoria da degenerescência com implicações a nível da hereditariedade e, portanto como modelo etiológico. Num plano mais alargado, a doença mental transcende o indivíduo e vai tocar a sociedade, pelo que os clínicos aparecem mais indispensáveis ainda no plano da psiquiatria e da neurologia.

Nos finais do século XIX e princípios do XX há um conjunto de factores que propiciam um interesse cada vez maior e mais esclarecido pela saúde mental. Vêm-nos de fora obras da especialidade e podemos citar por exemplo Morel (1809-1873) que, justamente, apresenta a teoria etiológica da degenerescência, segundo a qual haveria progressiva degeneração mental conforme se sucedessem as gerações. Também podemos lembrar Paul Broca (1824-1880), fundador da *Sociedade Antropológica de Paris*, que relacionava o tamanho do cérebro com o grau de inteligência.

Na Universidade são criadas as cadeiras de Psiquiatria e de Neurologia;

¹³⁸ Irmão Cândido, "A Casa de Saúde do Telhal, dados biográficos", in *Hospitalidade, revista de saúde mental relações humanas e problemas de marginalização*, nº 223, Ano 57, Editorial Hospitalidade, 1993, p 9.

saiem do Parlamento leis conducentes a melhorar o sistema hospitalar e a instituir certas regras no atendimento aos doentes e suas famílias: decreto redigido por Júlio de Matos em 13 de Maio de 1911; e são muitos os médicos que, no início da 1ª República, exerceram a medicina nesta área, sendo politicamente afectos ao republicanismo desde a primeira hora. “É o médico que ... protegido e capacitado pelo domínio científico, possui o poder de transformar o homem afectado pela loucura em alguém apto para regressar à sua vida familiar e afectiva, constituindo-se novamente como elemento social produtivo¹³⁹.

É muito interessante observar, na obra política e literária¹³⁹ do médico Luís Cebola¹⁴⁰, como este clínico tece rasgados elogios ao republicanismo, principalmente na sua vertente democrática e civilizacional. Ao mesmo tempo salientava o papel do psiquiatra sem o qual nada se poderá adiantar ao tratamento do doente mental e, conseqüentemente, ao bem-estar da sociedade. A *medicalização* torna-se um factor preponderante na sociedade combatendo a superstição e aquelas práticas tradicionais que deixavam muito a desejar na ansiada cura do doente. O médico é aquele que se eleva pelo saber, pelos êxitos alcançados nas práticas clínicas que, ao mesmo tempo que curam o enfermo, saneiam o ambiente e a sociedade. Mas o entusiasmo pela psiquiatria ultrapassou o razoável. Sem dúvida nos causa hoje estranheza certas tomadas de posição dos clínicos, e clínicos conceituados, no que respeita ao diagnóstico que foi feito em certas áreas sociais que, e é pertinente referir, vinham ao encontro de aspectos políticos predominantes na altura.

É assim que, neste contexto, nos surgem as teorias da insanidade dos

¹³⁹ Pereira, Denise, *Quando descí ao Inferno. Um retrato ideológico, clínico e moral da loucura pelo psiquiatra Luísa Cebola (1876-1967) em meados do século XX*. Análise inserida “num projecto de tese de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 69452 / 2010), e cujo objectivo, em linhas muito gerais, será o de elaborar uma biografia científica e ideológica deste médico alienista português, personagem científica bastante esquecida na história da psiquiatria portuguesa”. Revista (In) visível-Edição 2 de Abril de 2014, p.31

¹⁴⁰ Luís Cebola irá revelar-se um crítico acérrimo do Estado Novo e de Salazar, verberando a morte da República e da Democracia, transformadas agora numa Ditadura e num partido único, a União Nacional.

jesuítas, das mulheres e daqueles e daquelas que manifestavam especial apetência pelas coisas espirituais e religiosas. Chegou-se ao ponto de se fazerem estudos com o resultado da medição do crânio de alguns Jesuítas que estavam presos no forte de Caxias em vésperas da expulsão, e de prender e enclausurar mulheres por se discordar das opções por elas tomadas que foram consideradas, pelas famílias e pelos médicos, de sintomas de loucura.

Por exemplo, em 1901, o caso de Rosa Calmon, filha do Consul brasileiro no Porto, que queria ser religiosa, sendo impedida pela família e pelo médico, precisamente Júlio de Matos, que se prestou a medicalizar. Também o caso de Maria Adelaide Coelho da Cunha, casada que, em 1918, recebeu um diagnóstico de loucura, por se ter enamorado do motorista da casa, diagnóstico esse elaborado pelos médicos Magalhães Lemos, Júlio de Matos, Sobral Cid e Egas Moniz, acabando por ser internada no Hospital Conde de Ferreira de onde foi retirada em 1919.

Muitas vezes o poder dos médicos aparece ligado ao judicial pois que, para certas situações, o parecer do clínico é importante para a decisão do juiz. No que diz respeito às mulheres, e porque são consideradas, à partida, um grupo social facilmente influenciado pelos padres, portanto um grupo social degenerado, a par dos loucos, pobres, prostitutas, alcoólicos, criminosos e indígenas das colónias¹⁴¹, elas não vão beneficiar de uma plena cidadania na 1ª República, sendo o aspecto mais flagrante o estar-lhes interdito o direito ao voto, mesmo para aquelas que se assumiram como republicanas desde a primeira hora. O próprio Afonso Costa remete as mulheres para o lar a tratar dos filhos...

É do conhecimento geral que a primeira mulher que votou em Portugal aproveitou uma "fragilidade" da lei e conseguiu depositar o seu voto, para a

¹⁴¹ *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*. Cadernos de Cultura Nº 25, Novembro 2011. 5. Prescrição discriminativa do método, p.112.

Assembleia Constituinte, na urna, em 28 de Maio de 1911. Mas logo foi contestada a validade desse voto, até por António José de Almeida, obrigando a médica, Carolina Beatriz Ângelo, a interpor recurso nos tribunais, no que foi atendida pelo juiz João Baptista de Castro que lhe deu razão porque, sendo ela viúva e portanto “chefe de família”, estava de acordo com a lei que não especificava o sexo do chefe de família. Mas os republicanos não descansaram enquanto não corrigiram a mão: a 3 de Julho de 1913, pela Lei nº 3 as mulheres ficaram impedidas de votar! Motivo? Anticlericalismo...

«A teoria da degenerescência serviu a ideologia “messiânica” do republicanismo e a sua missão regeneradora e pedagógica da sociedade considerada um grande “manicómio” de degenerados: “eduquemos [...] os cérebros. Não os deixemos cair nas trevas e na barbárie. Eduquemo-los na independência, na liberdade, na consciência da dignidade do ser humano”. A alternativa ao educar era fechá-los em asilos como fizeram Miguel Bombarda e grandes alienistas dos séculos XIX e XX»¹⁴².

Este procedimento inspirou o grande escritor brasileiro Machado de Assis a escrever uma obra, cheia de ironia, chamada: *O Alienista*. Mas temos algo mais a referir da preocupação dos alienistas com a purificação da raça: as ideias nazis...

«Medicalização e ideias republicanas, unidos, tentavam conciliar a frenologia cientista degenerativa com a opção eugenizante da purificação da raça que iria desabrochar nas "soluções" do pesadelo nazista»¹⁴³.

«Cebola adoptou a teoria da degeneração explorando-a ao longo da sua obra. Por exemplo seu livro *Psiquiatria Social* (1931)¹⁴⁴ Cebola fazia a apologia de ideias

¹⁴² Pereira, Denise, *Quando descí ao inferno*. Revista (In)visível-Edição dois, Abril/2014. p.23.

¹⁴³ *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao século XXI* - Cadernos de cultura nº XXV /Nov. 2011. p.112.

¹⁴⁴ A obra do Luís Cebola foi editada em época tardia em relação ao período que abordamos, como já vimos. Por exemplo, esta *Psicologia Social* é de 1931. Dos doze contos que compõem a obra *Quando descí ao Inferno*, o primeiro conto foi escrito em 1932. Entre 1951 e 1959 publicou 13 livros.

eugenistas sugerindo que “para o exercício de muitas funções sociais se deveria exigir um certificado de sanidade mental” e explicitando que uma destas funções seria o acto de contrair matrimónio. Esta medida reduziria “o perigo de se gerarem filhos anormais, nados-mortos e doentes” sendo decerto aplicada “em prol da espécie humana, conservando-a e melhorando-a” e para proteger a saúde da família e dessa forma “salvaguardar o vigor da raça”. Cebola apelida estas medidas de “medicina preventiva”»¹⁴⁵.

Como director clínico, Luís Cebola permitiu e acompanhou, na Casa de Saúde do Telhal, tratamentos e intervenções clínicas, nomeadamente do Prémio Nobel da Medicina, Professor Egas Moniz, que ali se deslocava para o efeito. Isto dá bem a importância desta Casa onde as instalações permitiam as práticas cirúrgicas mais adiantadas para a época. E, no entanto, “O ostracismo a que foi votado (Luís Cebola) estendeu-se, segundo tudo leva a crer à própria Casa de Saúde do Telhal, que nem sequer com as inovadoras leucotomias de Egas Moniz foi alguma vez referenciada, como se muitas destas intervenções tivessem sido levadas a cabo nalguma instituição fantasma”¹⁴⁶.

No Museu, organizado por sugestão e orientação do director clínico, como já referimos, podemos ver objectos que são recordações desses tempos e entre eles um curioso desenho de Stuart de Carvalhais, que esteve internado na Casa de Saúde do Telhal em tratamento ao alcoolismo, e que representa o perfil de Luís Cebola desenhado numa cebola, com a legenda: “cebola telhã!” (1928). «Talvez possamos considerar hoje um trunfo, para a Casa de Saúde e para os Irmãos, a sua presença na Casa de Saúde do Telhal»¹⁴⁷. A sua acção foi benéfica até em termos políticos e, se ali entrou de prevenção contra o instituto religioso, acabou por admirar e reconhecer

¹⁴⁵ Pereira, Denise, cf. op. cit. Cebola, 1931: 95-97. p. 23.

¹⁴⁶ Gameiro, Aires, cf. op. cit. *Um Republicano no Convento*. p. 27.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 14.

o desempenho e dedicação dos Irmãos no seu trabalho em prol dos doentes, “os mais pobres dos pobres” no dizer de São João de Deus. Luís Cebola confessará, a dada altura, acerca do Telhal: «Uma grande parte da vida e funda amizade tenho-as ligado ao referido estabelecimento onde, mercê de observações e experiências demoradas, fui colhendo os elementos básicos do meu livro *Psiquiatria clínica e forense*»¹⁴⁸.

Um dos problemas que os Irmãos tiveram que enfrentar perante as leis de 1910, 1911, foi o Estado não reconhecer a isenção do serviço militar aos jovens que queriam abraçar esta vocação. Ao mesmo tempo, como já referimos, foi fechado o noviciado obrigando os candidatos a deslocarem-se a Espanha. Tudo isto afectou os Irmãos que se viram obrigados a contratar pessoal, podemos dizer, não tão classificado, o que, nalguns casos, trouxe preocupações à comunidade. Todas aquelas normas exaradas nas Constituições e na Carta Circular do P. Menni, que regulamentavam o procedimento dos Irmãos e uniformizavam o seu desempenho, não eram escrupulosamente seguidas por estas pessoas, que não se sentiam vinculadas por votos, como é de calcular.

S. Bento Menni foi minucioso ao apontar aos Piores das Casas religiosas da Ordem a responsabilidade que lhes cabia no bom andamento da vida regular e chamava a atenção, em primeiro lugar, para a obediência ao que fora estabelecido na segunda sessão do Capítulo intermédio, celebrado na Casa-matriz no dia 27 de Abril de 1890: “Y com el fin de obtener los resultados que se há propuesto el Capitulo Provincial, esta circular se leerá á los menos una vez al año á continuación de nuestra ya citada circular de fecha 26 de Mayo de 1888”¹⁴⁹.

Mas o que diz a dita circular? Já dela demos uma pequena informação, mas

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p.25.

¹⁴⁹ *Formulas, visita, indulgencias, para la Orden Hospitalaria de San Juan de Dios*, Madrid, Imprenta de la Viuda é Hija de Fuentenebro, 1890, pp. 9-15.

vale a pena que voltemos a referi-la mais atentamente. Além da obediência ao que estiver determinado; regras de urbanidade sem “exageros” nem “afectação”, mas emanção da virtude da caridade no trato com o próximo; limpeza pessoal e, específica: “especialmente do rosto, das mãos, das unhas, dos hábitos, do calçado, etc.”; estéticos edifícios, ou seja, esmerada limpeza nas dependências, nos móveis e na apresentação dos doentes, e não só, mas também na apresentação nocturna dos Irmãos que devem vestir, para dormir, com modéstia religiosa; também estética no cuidado com os jardins e plantas. Vem depois uma página de recomendações sobre a alimentação e refeições e, por último, uma indicação sobre a maneira de orar: que seja pausada e edificante “que se rece de un modo claro, edificante y unissono”.

São chamadas de atenção que vamos também encontrar dispersas por várias cartas para as Irmãs da Idanha. Impressiona, como já tivemos ocasião de referir, a riqueza epistolar do P. Menni, em número de cartas e em variedade de temas, e também a extraordinária mobilidade da sua pessoa que se deslocava de uns sítios para outros com enorme diligência, se atendermos a que os transportes naquele tempo não eram tantos e tão rápidos como hoje. Era, sem dúvida, o seu zelo apostólico que o impelia a realizar tais “milagres”.

Depois da estada em Portugal, no ano 1912, o P. Menni não regressou mais, vindo a falecer em Dinan, em 24 de Abril de 1914. Entretanto, em Fevereiro de 1913, escreveu uma carta para as Irmãs da Idanha do seguinte teor:

«A Sor Maria Clotilde Iribarren, Priora de la Casa de Idanha Agradece vayan a Paris a visitarle, Paris a 12 Febrero 1913

Mi amada hija en el Señor Sor María Clotilde:

He recibido tu carta del 7 de este mes y me alegro de saber que (Dios mediante) en Marzo, vendrás a verme con la Reverendísima Madre General, en lo cual me procurareis una verdadera satisfacción y alegría y todo será a honra y gloria

del Señor y de la Virgen Santísima. Me alegro de las noticias del Doctor Cruz (1) y os ruego de saludarle y recomendarme a sus oraciones. (1) Padre Francisco da Cruz S.J. apóstol de Portugal. Fué durante varios años confesor de la comunidad de Idanha. Murió en olor de santidad, está introducida la causa de beatificación»¹⁵⁰.

Esta breve passagem da carta do P. Menni revela a satisfação que sentiu por saber que duas Irmãs da Idanha o iam visitar. Talvez sentisse que não voltaria a Portugal. Por outro lado, as referências ao P. Cruz foram-lhe também agradáveis e pede que lhe dêm recomendações suas e que o P. Cruz o tenha presente nas suas orações. O Santo Padre Cruz, santo porque o povo português o santificou em vida, foi uma figura carismática desta época conturbada da nossa história e, tal como o Padre Lages, esteve ligado à Casa da Idanha e de certo modo à Casa do Telhal: o Padre Lages como médico e o Padre Cruz como confessor, e ambos acabaram jesuítas, (S.J.)!

No romance do escritor Manuel Ribeiro *A Catedral*, o autor dedica duas páginas a este sacerdote que se assemelhava a São Francisco de Assis: «Padre Cruz era, de facto, uma extraordinária figura eclesiástica que se popularizára em Lisboa. Um autêntico santo que se resgarrara no século. Sempre de hábitos talares, tanto quanto lho permitiam, alto, esguio, dorso arqueado das prostrações demoradas, a face ascética das vegílias e jejuns, absorto o olhar em cândida beatitude, padre Cruz sugeria logo, na compostura, S. Francisco de Assis das pias imagens com quem, aliás, se não assimilava menos na estrutura moral. Dedicado a um labor apostólico de que fizera o móbil da sua vida, o incansável padre batia a cidade, calcurriava os bairros pobres, forçava os asilos, os manicómios, os hospitais e as cadeias, onde a sua bolsa vertia sempre algum óbulo e o coração a palavra de amor que confortava. Era aos piores lugares que o padre Cruz se comprazia em descer. Tinha especial

¹⁵⁰ *Cartas del Siervo de Dios P. Benito Menni a las Hermanas Hospitalarias del Sagrado Corazón de Jesús por El fundadas (1883-1913)*. Carta n°863, pp.1349/50.(Orig., vol.IV, pp.763/764. José Gonzalez. Editore-Roma. Año Santo 1975.

predileção pelos direitos humanos [...]. Padre Cruz não lia jornais, não falava em política, ignorava os regimes e os governos; sabia apenas que havia pobres, miseráveis desvalidos, bocas à míngua de pão, almas repletas de dôres [...]. Eram as pequenas igrejas, os santuários modestos e pobres que o virtuoso sacerdote frequentava, de preferência às grandes paróquias abastadas [...]. Os torturados, os que sofriam e desejavam alívio, punham-lhe logo a alma aos pés mal o ouviam, porque ninguém entendia melhor do que ele íntimos males discretos, nem havia quem o excedesse na arte de suavizar uma mágua e pôr um penso numa ferida. Não constava, por isso de confessorário tão concorrido como o seu [...]. Não era só nas igrejas que procuravam o padre Cruz. Recebia cartas anónimas, apêlos de gente desconhecida. Abordavam-no mesmo em plena rua, forçavam-lhe até o domicílio. Alvo de mil solicitações, via-se a braços para acudir a tanto encargo. Mas o santo por todos pedia, por todos rezava»¹⁵¹.¹⁵⁰

Por estas breves passagens podemos calcular a popularidade de que gozava o padre Cruz (1859-1948). Mas, na época, foi também bastante conhecido e apreciado o romancista que escreveu *A Catedral*. Ele enquadra-se perfeitamente no seu tempo começando por ser um anarco-sindicalista, trabalhador dos Caminhos de Ferro Portugueses, ateu, membro fundador do Partido Comunista Português, para evoluir depois, através de um processo algo complexo de deslumbramento artístico, para uma conversão cristã católica. Chegou a ser, no plano laboral, conservador da Torre do Tombo. Claro que a sua vida teve mais nuances entre as quais uma detenção no Limoeiro...

Depois da *Encíclica Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), os problemas sociais ganharam nova dimensão que tiveram repercussão nos movimentos do laicado católico. Procura-se o retorno à pureza evangélica e conseqüentemente à

¹⁵¹ Ribeiro, Manuel, *A Catedral*, romance. 4ª edição, Lisboa, Livraria editora Guimarães & Cª, 1923. pp. 150,151,152.

pureza das linhas arquitectónicas dos edifícios católicos mais emblemáticos. A catedral em causa é a Sé de Lisboa que estava a ser restaurada no início do século XX. A intervenção feita coube aos arquitectos, primeiro Augusto Fuschini, de 1902 a 1911, ano em que faleceu, e depois ao arquitecto Couto de Abreu.

Manuel Ribeiro (1878-1941) conheceu Couto de Abreu em 1916 e com ele trocou impressões sobre pormenores da obra em curso que lhe vão permitir criar uma figura central do seu romance: o arquitecto Luciano. Mas os profundos conhecimentos de Manuel Ribeiro não se limitavam aos aspectos arquitectónicos, estendiam-se à liturgia, e à história das Ordens Religiosas e seu florescimento na época medieval¹⁵².

A 1ª República Portuguesa vai afirmar-se mercê de tomadas de posição controversas que serviram na perfeição os interesses dos republicanos. Os leigos católicos portugueses reagiram até chegarem ao movimento da Acção Católica! Pensarmos nos republicanos como um corpo coeso é errado. Os republicanos apresentam-se divididos desde o início, predominando entre eles o Partido Republicano Português (vulgo Partido Democrático). Afonso Costa ganha notoriedade acrescida com a Lei de Separação do Estado das Igrejas e com todas as afirmações contra o clero e a Igreja que constam dos seus discursos parlamentares e em sede maçónica. O país sofre numerosos embates que desiludiram muitos e transformaram este período da nossa História num período de grande instabilidade a tal ponto que eram frequentes as perseguições e os atentados.

Em meados de 1911, havia 170 padres na prisão¹⁵³ e, em 1912, havia 2382 presos políticos¹⁵⁴. Os próprios republicanos tiveram que dizer *basta!* às greves e

¹⁵² Ribeiro, José Alberto, *A Catedral de Papel – O escritor Manuel Ribeiro (1878-1941): Um esteta da Medievalidade e da Espiritualidade Cristã*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002. *Lusitana Sacra*, 2ª Série, 16 (2004). pp. 179-202.

¹⁵³ Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*, Lisboa. 1976. p.180.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 215.

tiveram que as regulamentar. Os princípios democráticos foram subvertidos: os analfabetos e as mulheres não tinham direito de voto. Evitaram-se eleições locais e até legislativas receando o perigo de as perderem. O Estado, dizendo-se indiferente em matéria religiosa, manteve no entanto o Beneplácito Régio, agora Beneplácito do Estado. Enfim, um sem número de incongruências que levavam a população a sentir-se insegura, até porque, uma arma da República, era semear essa mesma insegurança e temor. É neste contexto que surge uma novidade: *Seguradoras*, que procuram garantir, isso mesmo, segurança às pessoas e seus bens.

Em Espanha os Irmãos de São João de Deus acompanham, com preocupação, o que se passa em Portugal. Encontrámos no Arquivo Religioso Hospitaleiro¹⁵⁵ um apontamento sobre o Telhal que nos diz o seguinte:

«Telhal (Portugal) – Comunicam-nos dessa casa que no dia 4 de Abril (1910), festividade da Encarnação do Senhor, fizeram a sua profissão solene os Irmãos Anacleto, Gabriel, Benjamim, Miguel, Modesto e Inocência.

Verdadeiramente é necessário estar disposto para o martírio, ao estender a mão sobre o Sagrado Evangelho e professar a vida religiosa nos tempos que atravessamos, sobretudo neste Portugal tão maltratado por maçons e protestantes (?). Deus bendiga os generosos propósitos desses valentes jovens e faça que os seus suores, penas e sofrimentos redundem em benefícios, não só dos pobres a cujo serviço acabam de oferecer a sua juventude e os seus brios, mas também sobre a pátria desgraçada onde nasceram».

Mal sabia a República o que a esperava! Persiste latente na alma do povo a religiosidade ancestral, que mais se afirma quando o sofrimento aperta. O clero até estava de acordo com a separação desde que fossem respeitados o seu ministério e os seus bens. Mas ver-lhe cerceada a sua autoridade, substituída pela do Estado,

¹⁵⁵ *El Archivo Religioso Hospitalario*, Tomo IV, Organó de la Orden de San Juan de Dios, (com censura eclesiástica). Manicomio de San Baudilio de Lobregat. (Barcelona, 1910). p.246.

arrestados os seus edifícios e as suas alfaias, transformados alguns dos seus membros em funcionários públicos, que recebem um vencimento, é mais do que se possa suportar. No entanto já não estava vivo Miguel Bombarda, que costumava dizer que havia de enforcar a Religião Católica em Portugal nas tripas do último padre! Em consonância, sem dúvida, com Afonso Costa, cuja extinção do catolicismo em Portugal parecia assunto da sua inteira responsabilidade e que em pouco tempo ele resolveria...

Acontece porém, que a França, mentora do republicanismo português numa expressiva caricatura de Leal da Câmara¹⁵⁶, a França laica, tem em Lourdes um santuário mariano onde acorrem milhares de peregrinos de todo o mundo católico que ali vão venerar a Virgem Maria, a Mãe de Jesus, e implorar saúde e paz. Os portugueses também aí se dirigiam antigamente, e ainda hoje, pelos mesmos motivos. Vem esta referência a propósito da religiosidade que o povo mantém, apesar das correntes contrárias, e não só, vem a propósito porque, justamente, na Casa do Telhal, foi construída uma reconstituição da gruta de Lourdes.

Segundo o R.P. João Gameiro¹⁵⁷: “A gruta de Lourdes, reproduzida em milhares de lugares, tornou-se uma das devoções mais populares. Aqui no Telhal, levantou-se uma em 1898”¹⁵⁸.

A Casa de Saúde do Telhal não é apenas uma casa, mas um conjunto de

¹⁵⁶ Ribeiro, Aquilino, *Leal da Câmara, Vida e Obra*. Direcção artística de Abel Manta. Livraria Bertrand. Lisboa, Outubro de 1951. p.79.

¹⁵⁷ ~~*Hospitalidade, Revista trimestral da*~~ *Revista trimestral da* Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus. Outubro – Dezembro. Redacção e Administração, Telhal – Algueirão. Composto e Impresso nas Oficinas de S. José em Lisboa. Lvº do tomo X. Nº 76. Ano 1954. p. 233.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*. Esta gruta foi demolida em 1949 para dar lugar à igreja da Casa de Saúde do Telhal. Cinco anos depois, 1954, foi reconstruída, « no topo da estrada que passa entre o aspirantado e a padaria», onde ainda hoje se encontra. O significado desta devoção é relembrar a homenagem prestada à Virgem Maria, pelo Papa Pio IX, em 1854, ao definir na bula *Ineffabilis Deus* o dogma da Imaculada Conceição, que foi confirmado, quatro anos depois, em Lourdes, quando Nossa Senhora disse a Santa Bernardette:

«Eu sou a Imaculada Conceição.» No dia 8 de Dezembro de 1954, passava portanto o 1º Centenário desta definição. Podemos acrescentar que em Portugal, principalmente depois que D. João IV, nas cortes de 1646, coroou a imagem da Imaculada Conceição de Vila Viçosa e a declarou padroeira e rainha de Portugal, o 8 de Dezembro passou a ser uma data não só religiosa como também histórica ligada à independência do país

edifícios que mais parecem uma povoação. Ao princípio, como já tivemos oportunidade de referir, S. Bento Menni adquiriu uma quinta de família abastada, a família Van-Zeller. Depois, foram sendo adquiridas outras propriedades que lhe estavam contíguas: “o Casal do Meio do Chão, o Casal da Serra e o da Mata”¹⁵⁹, atendendo a uma directiva, que já vinha do fundador, S. João de Deus – e crê-se que o Santo foi pioneiro nesta matéria – a necessidade de separar os doentes por afecções, físicas ou psíquicas, levou à construção faseada, conforme as possibilidades económicas, de pavilhões rodeados de espaços arborizados com lindas flores, árvores de esbelto e frondoso porte e decorativos arbustos. Pretendeu-se com isto rodear os doentes das melhores condições, principalmente os que, não tendo cura, irão passar o resto dos seus dias institucionalizados.

Surgiram assim vários edifícios independentes e o mais possível autónomos, tendentes a satisfazer o melhor acolhimento dos doentes nas suas patologias específicas: o Pavilhão S. Camilo, o mais antigo, o do Sagrado Coração de Jesus, o da Imaculada Conceição, de S. José, Enfermaria de S. João de Deus, Sanatório de S. João de Deus e o Pavilhão do Beato João Grande¹⁶⁰.

Apesar das condições adversas, criadas pela situação política em Portugal, o Telhal foi progredindo graças ao espírito de sacrifício dos Irmãos e à boa administração dos recursos auferidos cuja base eram, até aos primeiros anos da República, o que os Irmãos esmoleiros iam conseguindo percorrendo o país, algumas doações de particulares e o que lhes era pago pelo seu trabalho com pensionistas que podiam pagar. É interessante referir que Afonso Costa, na sua célebre visita ao Telhal, não proibiu os Irmãos de continuarem a esmolar. Mas, a breve trecho, a vida nacional e a dos Irmãos irá sofrer uma modificação imprevista

¹⁵⁹ Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Portugal – 1892-2002*. Editorial Hospitalidade. Lisboa, 2003. p. 130.

¹⁶⁰ *Idem, Ibidem*. p. 71.

e significativa. Não nos atrevemos a dizer que há males que vêm por bem, porque, neste caso, os males foram devastadores: a eclosão da 1ª Guerra Mundial!

Não sabemos se existe alguma estátua de homenagem ao Irmão esmoleiro, mas também não é necessária porque, a imagem de S. João de Deus aparece-nos muitas vezes revestida dessa simbologia: o hábito negro do religioso, o cajado do caminhante e a bolsa das esmolas. Ele foi o primeiro Irmão esmoleiro. Aliás, «nas 1^{as} Constituições da Ordem, ao prescrever-se a cor e a forma do hábito, ordena-se que os irmãos tragam o cajado e a alcofa «como insígnia que é da nossa Ordem» e insiste-se: - « Non se dejem de traer las capachas e cayados, pues ya comunemente son conocidos por esta insignia».«Esta regra é ainda renovada nas Segundas Constituições, as de 1589. Estes três objectos que eram parte integrante da divisa dos primeiros irmãos de S. João de Deus, constituíram o primeiro braço da Ordem, que mais tarde foi substituído pela romã encimada pela cruz »¹⁶¹.

Podemos fazer uma ideia do sacrifício que representava andar a pedir esmola, percorrendo o país a pé, sujeitos não só ao cansaço físico, ao clima, às intempéries, como á incompreensão de muitas pessoas que tratavam os irmãos com impaciência, senão com agressividade. Mas temos um relato precioso, que não deixaremos de transcrever, e que é da autoria de Hernani Cidade:

«Devia eu andar pelos meus 12 anos, quando assisti a espectáculo que nunca mais pude esquecer: um magote de gente do povo, rapazes, sobretudo, enfurecidos no apedrejamento de dois pobres homens de batina, braços erguidos a proteger a cabeça, sob a chuva das pedras e dos insultos: -Jasuítas! Jasuítas! E lá seguiram sem pressa excessiva, pela estrada que da minha terra conduz a Vila Viçosa, certamente na expectativa de tratamento igual, por aqueles sítios trabalhados pela propaganda anti- congreganista dos jornais de maior circulação do tempo. Mais tarde, em aldeia

¹⁶¹ Gameiro, P. Aires, (apresentação), *S. João de Deus – Homenagem de Portugal ao seu glorioso filho- 1550-1950*. Edição Fac-Simile- ACALA – MMVI.

próxima, onde fui com minha família visitar parentes, ouvi uma aldeã contar, com sincera comoção, ante o espanto compadecido de todos nós:

Estava a noite a fechar-se, quando eles apareceram na freguesia. Eram dois homens ainda novos, coitadinhos, e não traziam para o frio, que era muito, senão aquelas pobres batinas de pano barato. Bateram à porta do Sr. Prior, que os não quis receber, vejam lá. Pediam esmola para os seus doentes e abrigo para passar aquela noite. O Sr. Prior, não sei lá porquê, não deu nem uma coisa nem outra. Pobres, que os havia na freguesia e não tinha esmola para os que não conhecia. E abrigo, que a casa era pequena e não dava para hóspedes.

Que lhes desse abrigo no palheiro ou na cavaliça – pediam os pobrezinhos. Que nem uma coisa nem outra eram para tais senhores: que se fossem com Deus.

E lá se foram mais tristes do que a noite. Eu bem quis recolhê-los na minha casa, mas que haveram de dizer? O meu homem não estava...

Algum tempo depois, e novo episódio do drama intérmino das brutalidades simiescas do instinto contra as forças que sobre-humanizam o espírito: dois outros religiosos refugiaram-se na portaria do Seminário de Évora, onde eu então estudava, da perseguição da gentalha que os corria à pedrada como cães danados: *Jasuítas! Jasuítas!* Já então eu estava informado da categoria dos perseguidos: *Eram irmãos de São João de Deus*»¹⁶².

¹⁶² *Idem, Ibidem. Dr. Hernani Cidade, CapítuloVIII-São João de Deus perante olhos profanos, p.241.*

2. 3.

De 1914 a 1918

A República e a Ordem Hospitaleira de São João de Deus perante a 1ª Guerra Mundial

Na *Cronica* do dia 27 de Abril de 1914 da *Ilustração Portuguesa* nº 427, encontramos uma nota muito curiosa que vem a propósito referir: «Jesuitas:

É formidável o poder retorico de certas palavras. Independentemente do seu significado real e da sua representação concreta, elas teem por si sós, o poder de fermentar odios e de mover multidões. São verdadeiros gritos de alarme. Não importa que se conheça ou não a sua significação exacta, que sejam ou não reaes os perigos que essas palavras escondem. É na sua própria obscuridade que está a razão suprema da sua força. Foi, acima de tudo, pelo prestígio rétorico de uma palavra, que a grande sombra do pequeno jesuita ha pouco desembarcado em Caminha ia quasi derrubando um ministerio».

Não cremos que seja necessário tecer grandes comentários a este breve apontamento por demais elucidativo. Ele explica, de certo modo, as atitudes do povo ignaro contra os Irmãos de S. João de Deus. Mas, enquanto os jesuítas permanecem no exílio, alguns sacerdotes e bispos regressam às suas paróquias e dioceses, depois de “exilados” no país, cumpridas que foram as suas penas. Assim aconteceu com o bispo do Porto, D. António Barroso que, no dia 20 de Abril de 1914, veio da sua casa de Ramelhe, em Barcelos, para a quinta de Sacaes no Porto, onde passaria a residir. Chegou, transportado no automóvel de Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos e teve uma entusiástica recepção não só de altas

personalidades do concelho como de muitos populares anónimos. Houve banquete e no dia seguinte solene «Te Deum»¹⁶³.

Mas o ano de 1914 é o ano do início da Grande Guerra, a 1ª Guerra Mundial, 28 de Julho de 1914. Não podemos afirmar com verdade que só entrámos na guerra em 1916. E as colónias, como então se passaram a chamar? Se aqui não tínhamos o inimigo à porta, tínhamos lá: ao norte de Moçambique, onde os alemães já se tinham instalado em Quionga, na foz do Rovuma, e ao sul de Angola onde os mesmos alemães entraram em confronto com tropas portuguesas em Naulila. Sabíamos de há muito que potências europeias nos cobiçavam o nosso ultramar e, de imediato, se começou a pensar na sua defesa. Em Lisboa, nas comemorações do cinco de Outubro desse ano, 1914, os republicanos puseram na rua, numa movimentada parada militar, “seis mil homens, seis mil baionetas!...”¹⁶⁴

Surgem, entretanto, as primeiras caricaturas sobre o conflito que se previa breve e durou quatro longos e sofridos anos. Guilherme II é caricaturado como sendo o «super-homem», aquele personagem criado por Nietzsche que nos apresenta, através de Zarathustra, entre outras considerações, as seguintes sobre a guerra: «...que a guerra (era) o mais espantoso instrumento do progresso; que a piedade cristã, conspiração espantosa dos miseráveis e dos fracos contra os poderosos e os fortes, era a fonte de toda a decadência; que destruir, - era civilizar; que arrasar, - era construir. D' onde se prova que Guilherme II, caricatura do «super-homem» nitzschiano, está pondo em ação na grande tragédia da Europa, o pensamento nihilista de Zarathustra»¹⁶⁵.

A inserção desta *Crónica* na Ilustração Portuguesa permite-nos comprovar que, se Portugal não estava ainda declaradamente em guerra estava pelo menos

¹⁶³ *Ilustração Portuguesa*, 20 de Abril de 1914, 2ª Série, n.º427, p.513.

¹⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁵ *Idem, Ibidem.* 5 de Outubro de 1914.

consciente do que esta representava em termos europeus, e não só, africanos. Trata-se de um conflito entre impérios, alguns com colónias em África, colónias essas limítrofes das portuguesas, que são cobiçadas pelos vizinhos mais fortes e agressivos. Desde o mapa cor-de-rosa e do Ultimato, pelo menos, que Portugal conhece as intenções dos países do norte da Europa, nomeadamente da nossa dita aliada, a Inglaterra, que vai mostrar-se relutante em que façamos parte deste conflito. Mas Portugal, logo em Agosto de 1914, envia tropas para o ultramar, para as duas principais colónias e, em Setembro, chega a Angola o major Alves Roçadas com reforços para marcar a nossa posição e determinação face aos acontecimentos que iriam ter a sua extensão em terras de além- mar.

De repente a República vê-se, em África, confrontada com dois magnos problemas: a aplicação no ultramar da Lei de Separação, que desde o início se tentou concretizar, e o problema da guerra! A questão religiosa, tão acesa em Portugal continental, onde a República tinha uma certa liberdade de acção neste campo, apesar do confronto com a Santa Sé, tornava-se mais complexa nas colónias africanas dada a instalação aí de missões estrangeiras e dos acordos internacionais firmados sobre a actividade missionária naqueles territórios. Ora, justamente, essas missões eram de missionários alemães, escoceses, franceses, ingleses e austro-húngaros e até americanos, e não só católicos, mas também protestantes o que, no seu conjunto, se denominava de missões *crístãs*.

A primeira situação com que os republicanos se veem confrontados é com a dificuldade que representava a expulsão dos jesuítas das missões que estes detinham nas colónias e depois com a expulsão de todas as ordens congreganistas aí existentes. Os obstáculos eram muitos e, à partida, insuperáveis! O parecer republicano era de substituir as ordens religiosas missionárias por clero secular, o que se revelou impraticável dada a escassez de padres em número suficiente para

essa operação; já as paróquias da metrópole se queixavam da falta de sacerdotes... Também se pensou em criar missões laicas, mas era preciso prepará-las de raiz e o tempo escasseava; contudo as missões laicas acabaram efectivamente por serem criadas¹⁶⁶.

Na possibilidade de afastar os missionários portugueses deixando permanecer os estrangeiros, outra questão a equacionar, era se estes dariam garantias de manterem o ensino do português e não iriam afastar os indígenas da sua ligação a Portugal, *desnacionalizando-os*. Neste último caso teria que haver uma vigilância sobre essas missões, o que se tornava também difícil de realizar dada a extensão dos territórios a controlar e a sua fraca implantação populacional. Todas estas preocupações prioritárias para a República, que não abria mão das suas convicções antijesuíticas e antireligiosas em geral, tornaram-se secundárias mal a guerra eclodiu.

Contrariamente à convicção de Nietzsche de “que a piedade cristã, conspiração gigantesca dos miseráveis e dos fracos contra os poderosos e contra os fortes, era a fonte de toda a decadência”, às missões cristãs estava reconhecida a sua acção civilizadora que se efectivava precisamente por uma transmissão de valores religiosos de mais fácil entendimento pelos indígenas. Depois, dado o seu carisma, a sua entrega à missão, a sua disponibilidade inteira, eram elementos de preciosa ajuda para os Estados. E quando escasseavam os meios nacionais havia que recorrer aos estrangeiros que assumiam o compromisso de se sujeitarem às leis do país e de cumprirem lealmente as determinações civis desde que não violentassem a sua consciência de religiosos. A verdade é que os republicanos se deram logo conta, ou não deram totalmente (há opiniões), de que estavam perante duas realidades distintas: Portugal e o seu Império Ultramarino! As leis a aplicar num lado não se

¹⁶⁶ Pereira, Pedro Vaz, *As Missões Laicas em África na I República em Portugal*, II vols, Ponta Delgada, 2013.

podiam aplicar *ipsis verbis* no outro. Foi necessário fazer um ajustamento, se assim podemos dizer, além do que já constava no artigo 190º da Lei de Separação, e esse ajustamento veio precisamente de África, de Moçambique.

O primeiro documento que devemos citar para compreendermos esta questão, é a Lei de 20 de Abril. Transpô-la para terras de missão foi o mesmo que aconteceu no Telhal com os Irmãos de São João de Deus: quem poderia substituí-los? Aí residia o cerne da questão! As missões cristãs eram pilares de civilização e de ocupação efectiva de territórios. Os Estados imperialistas tinham de compreender isso e valorizar a missão, mesmo que os seus ideais fossem escrupulosamente laicos. A guerra vai ajudar a alterar prioridades.

Contudo, sem nos desligarmos ainda da questão religiosa, e analisando a Lei de Separação, verificamos que só encontramos dois artigos, nos seus 196, que se referem concretamente ao ultramar e às missões: o artigo 189º e o artigo 190º.

Vejamos o que nos diz o artigo 189º e especificamente sobre o Colégio das Missões em Cernache do Bonjardim: “É autorizado o governo a reformar os serviços do *Colégio das Missões Ultramarinas* de modo que a propaganda civilizadora nas colónias portuguesas, que haja de ser ainda feita por ministros da religião, se confine exclusivamente ao clero secular português, especialmente preparado para esse fim em institutos do Estado”.

O artigo 190º lança as bases de uma legislação mais ajustada: “O presente decreto com força de lei será aplicado, por meio de decretos especiais, a cada uma das colónias portuguesas, continuando, no entanto, a cumprir-se nelas a legislação actualmente vigente, mas de maneira que as despesas do Estado e dos corpos administrativos, relativas ao culto, sejam reduzidas, desde já, ao estritamente indispensável; se extingam ou substituam, no mais curto espaço de tempo, as igrejas e missões estrangeiras, sem prejuízo do exacto cumprimento das obrigações

assumidas por Portugal em convenções internacionais e se façam respeitar os direitos de soberania da República Portuguesa em relação ao Padroado do Oriente”.

Estes dois artigos, face ao que já desenvolvemos atrás, não vêm acrescentar nada de novo a não ser que “o presente decreto com força de lei será aplicado, por meio de decretos especiais”, e isto irá dar possibilidade a que das próprias colónias surjam tomadas de posição ao encontro desses tais *decretos especiais* mais consentâneos com a realidade colonial, como aconteceu com a atitude crítica de Angola face às determinações de Lisboa e mesmo em Moçambique o aparecimento de uma Portaria, com a data de 13 de Agosto de 1914, Portaria N°1077, que o governante Joaquim José Machado resolveu publicar de modo a satisfazer os missionários que estavam preocupados com as deliberações tomadas na capital. “Assim o Decreto N° 233, promulgado pelo Governo da República, sofria um significativo revés às mãos de um officio colonial”¹⁶⁷.

E os Irmãos de São João de Deus? Deparamos aqui com uma situação muito especial! Se em Portugal continental são “tolerados” e são os únicos a ficar no país com o aval do governo, nas colónias também não são expulsos, não porque se desse a mesma situação que em Portugal mas, simplesmente, porque não possuíam qualquer *casa* no ultramar! Poderemos então afirmar que nada temos a referir, que se trata de um nãoassunto, à época? Achamos, pelo contrário, que devemos fazer uma chamada de atenção para o facto de os Irmãos já ali terem estado, nomeadamente em Moçambique, Goa, Damão e Diu e Baçaim, o chamado Industão¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Dorez, Hugo Gonçalves, *A Missão da República – Política, Religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Prefácio de D. Manuel Clemente. Edições 70. Fevereiro de 2015. p.115. O Decreto N° 233 surgiu da determinação de Afonso Costa, quando regressou ao poder em 1913 e resolveu dar ao ultramar as leis de separação, incumbindo disso Artur de Almeida Ribeiro, ministro das Colónias. O Decreto levou dez meses a ser elaborado.

¹⁶⁸ A principal fonte para o estudo da presença dos religiosos da Ordem de São João de Deus em terras do Industão, no século XVII, continua a ser “a *Relação do Catálogo dos Conventos e Hospitais que tem na Índia Oriental a Religião de S. João de*

O desaparecimento desta Ordem religiosa, dos nossos territórios ultramarinos, deveu-se ao facto de Joaquim António de Aguiar, o *mata-frades*, ter, à semelhança do que o Marquês de Pombal fizera com os jesuítas, expulsado as Ordens Religiosas de todo o território português. Já vimos, no início deste trabalho, quão difícil e morosa foi a restauração da Ordem! Para confirmar, o que escrevemos sobre o assunto, basta acrescentar que só nos anos quarenta do século vinte os Irmãos voltaram ao ultramar!

A regulamentação de Joaquim António de Aguiar foi radical, de tal modo que não deixou margem a quaisquer situações de excepção a não ser o caso das freiras de clausura que ficariam nos conventos até a última freira falecer. Mas não haveria portanto novas entradas; tinham sido extintos os noviciados! Vejamos o texto de 30 de Maio de 1834: «Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos e de todas as Ordens Regulares seja qual for a sua denominação, instituto ou regra: os bens ficam incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional”.

Deste modo se fechou um ciclo que se havia iniciado no século XVII. Os Irmãos de São João de Deus começaram por se instalar primeiro em Moçambique em 1681, por Alvará de 22 de Março. É preciso dizer que falar de Moçambique, naqueles tempos, é falar da *Ilha de Moçambique*: uma pequena ilha de escassos três quilómetros de comprimento por meio quilómetro de largura, pouca vegetação e ausência de água. E no entanto ela foi famosa pela sua localização privilegiada, por ter sido a primeira capital da colónia, antes de Lourenço Marques, e por ter tornado extensivo ao continente o seu nome: Moçambique. Por ali passaram muitos notáveis

Deus. Quem foram os seus fundadores e o ano em que foi fundado cada um dos ditos conventos, que integra o códice nº 177 da Biblioteca Nacional, em Lisboa”. “Hospitalidade Com São João De Deus No Coração Da História” Dr. Manuel Ferreira da Silva e outros. Jornadas de História. Comunicações e informações. (7-15. 03. 92). Co-edição de Editorial Hospitalidade e de Rei dos Livros – 1994, p.175.

e muitos anónimos que demandavam a Índia e ali esperavam a monção. Desde Vasco da Gama, a Pedro Álvares Cabral, a todos os Vice-Reis, a Camões, a Tomás Gonzaga, a São Francisco Xavier, a Mouzinho de Albuquerque... Mas podemos afirmar, sem receio de nos enganarmos, que a Ilha de Moçambique ficou para sempre imortalizada por Camões, que abre o seu poema *Os Lusíadas* colocando a armada de Vasco da Gama no Índico, a aproximar-se da Ilha, onde vai receber a informação que pede: “Esta Ilha pequena que habitamos É em toda esta terra certa escala/ De todos os que as ondas navegamos, De Quíloa de Mombaça e de Sofala. E, por ser necessária, procuramos Como próprios da terra, de habitá-la; E, por que tudo enfim vos notifique,/Chama-se a pequena Ilha: Moçambique”¹⁶⁹.

Os primeiros Irmãos de São João de Deus a chegarem à Ilha tinham embarcado em Lisboa no dia 4 de Fevereiro do mesmo ano atrás referido, 1681. Eram oito Irmãos, de que só se sabe o nome de três: o Superior, Frei João de Deus, Frei Luís Jesus Maria José, e Frei José da Assunção e tomaram lugar na armada que ia levar a Goa o 33º Vice Rei da Índia D. Francisco de Távora, depois conde de Alvor. Chegaram a 11 de Setembro. E porque foi informado das condições precárias em que ficavam os Irmãos o Vice-Rei providenciou no sentido de serem compradas umas casas pertencentes a Vicente Dourado “para serem adaptadas a *novo hospital*”¹⁷⁰.

Novo hospital, porque já existia um hospital na ilha desde 1507. Segundo o Códice da Biblioteca Nacional em breve seriam de oito a dez religiosos e o convento hospital, situado no local mais salubre da ilha, teria dois lanços de dormitórios compridos e largos, bastante cómodos para tratamento dos doentes do Presídio, dos que chegavam do Reino nas naus e doutros lugares que aportavam àquela Praça. Era um Hospital Real decretado a 26 de Fevereiro de 1681 por D.

¹⁶⁹ Camões, Luís, *Lusíadas*, I-LIV, Porto, estúdio ALPHA, 1985, p.24.

¹⁷⁰ Filipe, P. Nuno Ferreira, op. cit., p.78.

Pedro II e inaugurado a 30 de Janeiro de 1682, sendo governador de Moçambique Caetano de Melo e Castro. Este hospital dependia da Fazenda Real recebendo o montante fixo atribuído à data da sua fundação de 3.500 cruzados anuais para as despesas com os doentes e 250 reis diários atribuídos a cada religioso hospitaleiro, até ao número de oito.¹⁷⁰

Porque embarcaram os Irmãos para o Ultramar? “Haviam sido enfermeiros solícitos das guerras da Restauração, continuando depois a exercer esse munus com igual dedicação e desinteresse. Por outro lado, o instituto dos Jesuítas, que nalgumas regiões do Ultramar se haviam encarregado da cura dos doentes, mandava-os antes para a pregação e catequização dos povos e para o ensino da mocidade dos Colégios”¹⁷¹.

É nesta conformidade que os Irmãos de São João de Deus vão encontrar na Ilha os jesuítas, que ali construíram uma grande Casa, o Colégio de S. Paulo, futuro Palácio de São Paulo depois de adaptado a residência dos governadores capitães gerais de Moçambique. Contudo, o Rei Filipe III ordenara que os jesuítas ali construíssem um hospital, por carta régia de 1626, hospital esse cuja administração os Padres da Companhia entregaram “talvez com agrado seu”, aos Irmãos de São João de Deus, quando estes chegaram à Ilha¹⁷².

Com os jesuítas, que eram a Ordem mais rica, “possuidores da maioria das casas de aluguer, que obtiveram por doação, certamente” considerando “que prestaram no sertão serviços relevantes”¹⁷³, estavam também presentes os

¹⁷¹ Cardoso, Ana Mateus, *O Hospital Militar da Ilha de Moçambique*. XVI Colóquio de História Militar, 6-10 Novembro 2006, Na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal, Volume I, p.469. O carácter joandeíno, que se começa a difundir pelo mundo após a morte de S. João de Deus em 1550, dá origem à fundação da Ordem em 1572, à entrada dos Irmãos em Portugal em 1606 e em Moçambique em 1681

¹⁷² Andrade, António Alberto Banha de, *Fundação do Hospital Militar de São João de Deus em Moçambique*, 1958, (Separata de STVDIA – Revista mensal- Nº1- Janeiro 1958) Agência Geral do Ultramar – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Portugal, p.78.

¹⁷³ Lobato, Alexandre, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1945. p. 90.

dominicanos e, por algum tempo, os frades capuchos que não aguentaram o calor por terem de usar uns hábitos grosseiros, muito ásperos e rigorosos. Segundo parece “as rivalidades das diversas organizações religiosas atingiu na Ilha aspectos graves, que deram cuidado aos capitães gerais – designação que a certa altura passaram a ter os capitães de Sofala, Moçambique, Monomotapa e Rios de Cuama antes de 1752”¹⁷⁴.

Segundo nos relata o Dr. Banha de Andrade: “Dois focos divergentes atraem as atenções do leitor da documentação que se conhece referente aos dois primeiros decénios do século XVIII: o das instalações em louvor de um religioso de São João de Deus e o da caridade dos Irmãos Hospitaleiros, envolta na calúnia e na intriga”¹⁷⁵. É longo e pormenorizado o relato dos motivos e ocorrências que levaram aos desentendimentos entre os vários grupos de religiosos, mas Frei João Gameiro que esteve na Ilha em 1970, procurando vestígios da estadia dos Irmãos ali, que parece não ter encontrado, segundo os seus breves apontamentos de viagem, resume o que se passou em tempos com a Ordem ali estabelecida¹⁷⁶:

“Os Irmãos eram os administradores. Aumentando os doentes, naturalmente vieram a faltar os recursos. A certa altura começaram a chover reclamações. Lá diz o provérbio: “Na casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Era o caso. Mas diz outro provérbio: “O ladrão julga todos da sua condição”. Começaram as intrigas e, com elas, a difamação. Chegou a propalar-se que os Religiosos vendiam os remédios, negociavam as dietas e até faziam contrabando de armas!

Com tal ambiente, todos os Irmãos se recusavam a ser superiores daquele convento-hospital. A Ordem viu-se na necessidade de renunciar à administração dos

¹⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p.11.

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁷⁶ Gameiro, Frei João, Boletim Familiar da Ordem Hospitaleira, *Em visita à Ilha de Moçambique*, Outubro de 1970, p. 27. Em 1970 já se encontrava construída uma ponte, a ligar a Ilha ao Continente, com três quilómetros de comprimento e a que foi dado na altura o nome de *Ponte Sarmiento Rodrigues*. Frei João Gameiro já entrou na Ilha por essa ponte, segundo ele próprio conta, dispensando assim o transporte marítimo por lancha ou por rebocador.

bens do hospital, a qual passou ao braço secular. Como era de prever, as coisas não melhoraram. Mas, pelo menos, ficou demonstrado que o mal não estava nos antigos administradores. Ainda se levantou um movimento de desagravo aos Irmãos. Mas já não havia remédio. As coisas tinham tomado outro rumo”.

Não foi fácil, para os Irmãos de São João de Deus, a adaptação e permanência naquelas paragens africanas. A juntar à responsabilidade que assumiam com o tratamento das mais diversas enfermidades, juntava-se o ambiente conflituoso e o clima doentio sem grandes possibilidades de alívio. Na sepultura de um jovem oficial da Armada Britânica está escrito que faleceu de *febre de Moçambique*, o que nos parece ser paludismo¹⁷⁷. É interessante referir que, por vezes, os pacientes preferiam tratar-se com os curandeiros locais do que no hospital. Havia mais um pequeno hospital na Ilha, mas estava fechado. Pertencia à Santa Casa da Misericórdia e os irmãos doentes tratavam-se no Hospital Real à custa dos rendimentos da Santa Casa...

Para uma ilha tão pequena, impressiona o número de construções, algumas das quais de importância arquitectónica relevante, consoante a sua aplicação religiosa ou administrativa. Avulta, entre todas a magnífica fortaleza de São Sebastião (homenagem ao Rei D. Sebastião) que foi construída a tempo de repelir, já na época filipina, ataques de árabes, franceses e holandeses. Estes últimos, que por três vezes tentaram tomar a praça, foram repelidos por D. Estevão de Ataíde que comandava 150 homens. Situada na ponta oriental da Ilha, aí se encontra, fora das muralhas, junto ao mar, a pequena capela de Nossa Senhora do Baluarte onde foi sepultado o jesuíta D. Sebastião de Moraes, primeiro bispo do Japão, falecido na

¹⁷⁷ Vivemos dois anos na Ilha de Moçambique, pelo que, em termos climáticos, nos parece não ter havido grandes alterações. Havia sim, mais defesas em termos de saúde, como é de calcular. A toma regular de quinino contra o paludismo ou sezões, as redes mosquiteiras nas janelas, a colocação de barras de ferro nas cisternas para enriquecerem de ferro as águas das chuvas que escorriam dos telhados quando chovia... Devemos referir ainda, que a nossa tese de licenciatura, em Coimbra, 1966, sob a orientação do Professor Doutor Dias Arnaut, versou sobre a *História da Ilha de Moçambique no tempo da Restauração-1640-1668*.

Ilha. Mas o primeiro português que morreu aqui terá sido Damião Rodrigues, um dos dois degredados que Vasco da Gama desembarcou para recolha de informações¹⁷⁸.

Não nos libertamos facilmente de fazer referência aos Padres de Santo Inácio de Loyola até porque, o Presidente da República, Manuel de Arriaga, em 1915, já no fim da sua vida e do seu mandato, do qual resignou depois da revolta de 14 de Maio, não deixou de dirigir aos jesuítas palavras contundentes e de ter apresentado uma versão histórica, segundo a sua maneira de ver, da influência “nefasta” destes padres. Conforme ele próprio fez questão de explicar, pelo seu próprio punho, nas suas memórias que escreveu sobre aspectos que lhe pareceram relevantes para compreensão de decisões tomadas e pontos de vista muito pessoais, que bem atestam sua orientação republicana e ateia, temia o pouco tempo que lhe restava para se explicar e a proximidade da morte, que, de facto, o colheu nesse mesmo ano.

No capítulo V desse documento, que vem intitulado «As nossas relações com a Igreja mantendo a supremacia do poder civil»¹⁷⁹, Manuel d' Arriaga escreve a dada altura: “...um dos mais notáveis e famosos estadistas dos tempos modernos, Pombal, o que, destruindo umas instituições freiráticas que foram a ruína da sua pátria, iniciou o seu ressurgimento numa obra grandiosa...

“Este povo, descaracterizado pela acção implacável, esmagadora e omnimoda, dos jesuítas, converteu-se de heroico e livre em fanático e servo, e caíu na imbecilidade de instituir a alma por herdeira entregando a maior e melhor parte dos seus bens à Igreja para esta lhe garantir, depois da morte, a bem aventurança na vida eterna!... Contra este desvio de sua missão histórica a própria natureza se

¹⁷⁸ Lobato, Alexandre, op. cit. p.47.

¹⁷⁹ Manuel d' Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa, Um rápido relatório*, Lisboa, 1916. Estudo Introdutório e Notas, Joana Gaspar de Freitas / Luís Bigote Chorão. Centenário das Memórias Presidenciais (1916-2016). p. 99.

revoltou em 1 de Novembro de 1755 esmagando as cabeças dos fanáticos no dia de Todos-os-Santos com as próprias pedras dos templos onde rezavam, e até o Mar, que elle havia subjugado sahiu do seu leito e investiu contra a cidade e subverteu-a com as suas ondas tumultuosas e indignadas!...”¹⁸⁰

Exposição sem dúvida impressionante, mas, no contexto da 1ª República, há quem explique esta situação, relativamente à Igreja em Portugal, como uma relação de *amor/ódio*¹⁸¹. “Alguns autores consideram a extinção dos Jesuítas um terramoto cultural, religioso e educativo para Portugal e para a Igreja universal, com consequências irreparáveis ainda hoje difíceis de avaliar”¹⁸².

Em 1915, os Irmãos de São João de Deus continuam a cumprir, com humildade e abnegação, os seus deveres de assistência aos doentes que não podiam dispensar os seus cuidados. Ainda pediam esmolas, mas, a pouco e pouco, foram deixando essa ocupação porque algumas fontes de receita começaram a auferir de doentes com posses que procuravam os seus cuidados e pagavam por eles. Puderam assim dedicar-se mais aos cuidados de saúde, ao deixarem de se ausentar para percorrerem a pé longas distâncias que os obrigavam também a longas ausências, nem sempre com justificável proveito. Entre os doentes que vão chegar ao Telhal, nestes tempos conturbados, contam-se alguns soldados, regressados de África, a necessitar de ajuda e, embora o Estado tenha um Hospital Militar em Lisboa, alguns desses soldados vêm para o Telhal a expensas do próprio Estado.

A propósito das deslocações dos Irmãos a pé, encontrámos um pequeno apontamento que nos permite referir que, a certa altura, mais tarde, a CP, durante bastantes anos, ofereceu aos Irmãos passes gratuitos e a Companhia Insulana de Navegação forneceu algumas viagens por ano aos Açores, onde os Irmãos

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p.26.

¹⁸¹ Franco, José Eduardo, *As Expulsões Políticas das Ordens e Congregações Religiosas: na Crista da Onda das Metamorfoses sócio-políticas*. Op. Cit., p.5.

¹⁸² Idem, *Ibidem*.

chegaram a fazer peditórios, bem como na Madeira: “A CP, por ex, durante muitos anos obsequiou os Irmãos com passes gratuitos; a Companhia Insulana de Navegação generosamente tem fornecido também algumas viagens por ano aos Açores”¹⁸³.

Entretanto, já a perseguição política à Igreja está a abrandar. A 1ª Guerra Mundial a entrar no seu auge concita a maior parte das atenções e das preocupações. Os Irmãos de S. João de Deus, conforme lhes recomendara o Padre Bento Menni, logo no início da República, comportam-se com a máxima prudência para evitarem atritos com as autoridades públicas. E, conforme nos patenteia uma fotografia da época, os Irmãos *disfarçam-se*: “Uma fotografia da época mostra-os sem hábito, engravatados e de bigode crescido como qualquer cavalheiro vulgar”¹⁸⁴.

Entre 1910 e 1926 a Casa de Saúde do Telhal conheceu quatro Superiores (omo já mencionámos na página 41) cuja prudência e boa administração contribuíram para a permanência ali da instituição, e para o reconhecimento do seu bom desempenho. Foram eles¹⁸⁵:

6	1908-1911	Fr. P. Augusto Carreto de Barros
7	1911-1914	Fr. Elias Pereira de Almeida
8	1914-1917	Fr. Elias Pereira de Almeida
9	1917-1919	Fr. Elias Pereira de Almeida

¹⁸³ Gameiro, Aires e outros, *Casa de Saúde do Telhal – 1º Centenário 1893-1993*. Editorial Hospitalidade. p.74.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p.109

¹⁸⁵ Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Portugal, 1892 – 2002*. Soartes, Artes gráficas, Lisboa 2003. p. 121.

10	1919-1920	Fr. José dos Santos
11	1920-1922	Fr. Júlio dos Santos
12	1922-1925	Fr. Júlio dos Santos
13	1925-1928	Fr. Júlio dos Santos

Ao Irmão Elias é mesmo reconhecida uma certa habilidade diplomática na condução de acontecimentos importantes para os Irmãos e, conseqüentemente, para os seus utentes. É o Irmão Elias, Frei Elias, que se encontra à frente da Casa de Saúde do Telhal, quando os primeiros doentes militares começam a chegar, para serem tratados ali, com o conhecimento das autoridades e subsidiados pelo Estado. Este religioso faz mesmo um contrato com o Ministério da Guerra no qual dispõe grande número de camas da Casa de Saúde para assistência aos feridos e doentes mentais, provenientes dos cenários de guerra, para serem cuidados pelos Irmãos sob a direcção de médicos militares. Ao mesmo tempo ficava garantido que os enfermeiros, em idade de cumprirem o serviço militar, o fariam ministrando os seus cuidados de enfermagem, ou no Telhal, ou no Hospital Militar em Lisboa, cumprindo também assim uma missão de interesse nacional.

Retomam os Irmãos, portanto, por força das circunstâncias, o serviço ao próximo e à Pátria, que quase lhes fora negado por radicalismo político. Vão ao passado recordar o quanto tinham feito por esse Portugal fora, em especial nas zonas fronteiriças, por via das guerras da Restauração, quando D. João IV, por alvará de 4 de Maio de 1645, delegou nos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus toda a administração dos Reais Hospitais Militares, “papel que desempenharam com enorme zelo e competência e no qual se mantiveram até que o liberalismo expulsou as Ordens Religiosas em 1834. A este “monopólio” dos

Hospitaleiros apenas escapou a Marinha que, por alvará de 1797, criou o Hospital de Marinha que, entre 1797 e 1806, funcionou no antigo Convento do Desterro e, a partir desta última data, no Campo de Santa Clara”¹⁸⁶.

«Podemos por isto dizer que o serviço de Saúde Militar entre os séculos XVII e XIX se alicerçou no saber técnico dos Hospitaleiros, que administraram e prodigalizaram assistência a todos os Reais Hospitais Militares localizados ao longo da raia e nos centros urbanos do litoral do Portugal Continental, mas também aos localizados nos espaços portugueses do Atlântico, da África, do Oriente e do Brasil...»¹⁸⁷

«A partir do Liberalismo outras formas de assistência hospitalar foram encontradas para os militares, desde logo a criação dos Hospitais Militares Centrais e Regimentais, de que é exemplo o Hospital Militar de D. Pedro V no Porto, e a que se seguem as normas, regulamentos e listagens, coerentes de funções do Fontismo ou, mais tarde, já no dealbar do século XX, com a necessidade de novos tratamentos especificamente ligados ao foro psiquiátrico e neurológico consequência da utilização na guerra de químicos que atingiam o sistema nervoso central»¹⁸⁸.

«É nesta fase que Portugal passa a contar, uma vez mais, com o saber técnico dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus, quando para as suas Casas de Saúde foram transferidos os militares enfermos psiquiátricos, situação que se

¹⁸⁶ Pinto, Alexandre de Sousa, TGen Presidente da CPHM. XVI Colóquio de História Militar, 6-10 Novembro 2006. Palácio da Independência – Lisboa. *Ordem Hospitaleira de São João de Deus / Comissão Portuguesa de História Militar. O serviço de Saúde Militar*. Na comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal. Vol. I. Actas. Nota prévia, p. 15.

¹⁸⁷ Idem, *Ibidem*. A propósito da alusão feita às fronteiras terrestres, à *raia*, é de notar que ainda hoje permanecem vestígios bastante significativos da presença dos Irmãos nas fortificações da zona. Por exemplo, em Olivença, tivemos oportunidade de comprovar, quando ali nos deslocámos expressamente, a existência do *Convento de San Juan de Dios*, junto às muralhas da cidade, próximo do *Baluarte de San Juan de Dios*. Durante a Restauração, Olivença foi portuguesa, como já tinha sido desde o tratado de Alcanizes. Com os filipes foi espanhola como todo o resto de Portugal...por isso Portugal não reconhece a jurisdição espanhola sobre a cidade. Também nas fortificações portuguesas, do lado de cá da fronteira, há referências à permanência ali dos Irmãos.

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

manteve até à Segunda Guerra Mundial»¹⁸⁹. Escusado será dizer que, nos anos 60, com as guerras do Ultramar, se vai procurar de novo ajuda aos Irmãos Hospitaleiros. A 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, na sequência do aprisionamento de 70 barcos alemães, que se encontravam nos nossos portos a pedido da Inglaterra. Já em 14, no início da guerra, nos tinha sido dirigido pedido semelhante, mas pela França, pedido que não foi atendido de imediato dado não ser a França nossa aliada. Mas o pedido da Inglaterra veio ao encontro dos desejos dos guerristas, nomeadamente do PRP de Afonso Costa, que achava vantagens na entrada na guerra, principalmente por dois motivos: ocupar Portugal um lugar vantajoso entre as potências beligerantes no final do conflito e ser a República portuguesa mais considerada internacionalmente.

Entretanto, em Moçambique, os missionários alemães que tinham substituído os jesuítas na Zambézia, foram presos e, posteriormente, enviados para Lisboa onde estiveram detidos no forte de Peniche cerca de um ano, 1918/19. Era o “ódio aos alemães”¹⁹⁰ e a convicção de que, qualquer missionário estrangeiro, católico ou protestante, seria um agente do próprio país. Continuavam portanto a organizar-se as missões laicas.

Portugal não perdeu tempo. Começou de imediato a preparar-se para a guerra. Desde as Invasões Francesas que estava em paz, na Europa. Organizou-se uma força expedicionária que, em tempo recorde, estava pronta a seguir para França. Foi o CEP (Corpo Expedicionário Português), que Norton de Matos preparou com soldados que, em grande número, eram mancebos oriundos da província, que nunca tinham saído das suas terras, analfabetos, temerosos do desconhecido, que não compreendiam o significado desta guerra. Muitos deles

¹⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁰ Schebesta, Paul, *Portugal, A Missão da Conquista no Sudeste de África. História das Missões da Zambézia e do Reino do Monomotapa. (1560-1920)*. Lisboa: Missionários do Verbo Divino, 2011.p. 431- 433.

precisavam de apoio e esse apoio vem-lhes dos sentimentos religiosos que suas mães lhes inculcaram. Por ironia do destino os republicanos tiveram que encarar esta realidade! É aqui que a Igreja é autorizada a desempenhar um papel, com o aval do Estado. São autorizados os *capelães civis*, que seguem com as tropas para França.

Se visitarmos a sala referente à Primeira Grande Guerra no Museu Militar de Lisboa, lá encontramos, numa atmosfera sombria, objectos que nos permitem reconstituir, até certo ponto, o ambiente do conflito: o carro de combate, a bicicleta dos mensageiros, os uniformes dos soldados, o quadro das mães sofredoras que choram o seu menino, *O menino de sua mãe*, como tão bem saberá traduzir o poeta, Fernando Pessoa. Mas não veremos nesta sala o uniforme do capelão civil. O capelão civil é um padre secular, que se oferece voluntariamente para o desempenho da missão de exercer o ministério religioso junto dos militares que o solicitem. O Estado, o Exército, impôs-lhes um uniforme e estabeleceu-lhes um vencimento.

Encontrámos no Arquivo Histórico Militar a seguinte instrução:

«Corpo Expedicionário Português – Quartel General – 2ª Repartição – Instruções.
UNIFORMES DOS CAPELÃES CIVIS

Todos os funcionários civis que façam parte do C.E.P. Usarão o uniforme de campanha idêntico ao dos militares a quem forem equiparados, com as seguintes modificações:

1º – Não terão os distintivos de posto colocados como os dos militares graduados, mas apostos nos braços, e com tres centímetros de comprimento.

2º – Os botões de metal oxidados terão, para os equiparados a oficial o escudo nacional em lugar dos emblemas das armas;

3º – Na gola dos dolmans e no barrete terão como emblemas, a esfera armilar em metal oxidado;

4º – No capote será do modelo facultativo para os officiaes montados fóra de formatura de tropas, do modelo junto¹⁹¹;

5º – Ser-lhes-a facultativo o uso de grevas ou polainas;

6º – Todos os referidos funcionários usarão no braço direito um braçal de oito centímetros de largura com as cores e distintivos seguintes:

ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Braçal de mescla cinzenta com uma cruz em azul, ao centro, com a forma dos antigos emblemas dos capelães militares; aos lados dela os distintivos do posto de equiparação».

Também a Igreja, além do Estado, que seguia normas internacionais, se pronunciou a respeito e, entre as várias tomadas de posição encontrámos a seguinte: “EXHORTAÇÃO a respeito dos capellães militares “Está decidido que partam brèvemente para os campos de batalha importantes contingentes de tropas portuguezas. Se em todos os passos da vida, o homem precisa dos auxílios da religião, essa necessidade é tanto mais imperiosa, quanto mais numerosos e graves sam os perigos que o amiaçam; e estes em conjunctura nenhuma o sam mais do que no meio dos horrores da guerra.

Razão têm pois tido os cathólicos portuguezes, desde o primeiro dos Prelados até ao último dos simplez fieis, em reclamar com louvavel e indefessa insistência, que as nossas tropas que houverem de partir para a guerra, sejam acompanhadas de sacerdotes que lhes possam ministrar os socorros da religião, mormente na hora suprema dos grandes perigos. Ora os seus justíssimos clamores, ainda que com dolorosas restricções e condições, foram ouvidos: acaba de ser decretada a possibilidade de os cathólicos fazerem acompanhar os seus irmãos de sacerdotes que lhes assistam.

¹⁹¹ Não encontrámos qualquer desenho junto à referida instrucção.

Embora lastimando que este tam necessário benefício não seja prestado aos nossos soldados com maior amplitude e em melhores condições, não devemos por pretexto nenhum, nós, os cathólicos, deixar de ir até aos limites do possível, para assegurar a salvação eterna de nossos irmãos, e também a honra do nosso nome: o possível não deve ser viciado pelo impossível.

Duas coisas nos cabem, dentro dos limites e condições em que os regulamentos officiaes permitem a assistência religiosa ao exército em campanha: uma pertence ao clero, outra a todos os cathólicos.

Quanto à primeira, como a legislação militar em vigor não admite senão capellães que voluntariamente se offereçam para acompanhar as tropas, é necessário que os sacerdotes que desejarem desempenhar esse nobilíssimo officio, façam o seu offerecimento documentando-o em harmonia com o regulamento respectivo ultimamente publicado. Escusado será lembrar que a disciplina ecclesiástica exige a prévia annuência do Ordinário diocesano, de quem os capellães escolhidos terão de receber as necessárias habilitações.

Havendo porém, segundo o dito regulamento militar, tres categorias de sacerdotes que se podem offerecer como capellães para acompanhar as tropas a saber: a dos que estão incorporados no exército como soldados ou officiaes, a dos antigos capellães militares, e a daquelles que por nenhum destes títulos fazem parte do exército; é manifesto que os sacerdotes da primeira categoria são os que com menos sacrificio seu e dos serviços ecclesiásticos da diocese podem prestar às tropas expedicionárias a assistência religiosa permittida. Esperamos que nenhum dos nossos amados cooperadores que se encontrarem em taes condições, deixará de se offerecer, nos termos acima ditos, para ir continuar a exercer, em novo campo, o glorioso ministério de consolar corações e salvar almas. Se porém esses não bastassem para encher o número, infelizmente limitadíssimo, dos capellães

permitidos pela legislação militar, de mui boa mente, apesar da grande falta de clero que temos na diocese, autorizaríamos outros a ir desempenhar tam necessário e glorioso officio”.

E a exortação continua, apelando aos católicos da diocese que contribuam generosamente para a sustentação dos capelães militares e as despesas do culto religioso em campanha. Apela-se neste caso ao coração dos católicos da diocese de Bragança onde se abriu uma subscrição cuja comissão coordenadora da recepção das ofertas será conhecida através da Crónica Diocesana do primeiro número de *O Semeador*. Assim terão os católicos da diocese a certeza que a sua contribuição será devidamente aplicada. E o documento termina com a data: “Guimarães, 26 de Janeiro de 1917 e José, Bispo de Bragança.”

Não ficou desiludida nem a Igreja, nem o Estado. Houve numerosos sacerdotes a oferecerem-se para partirem para França. Encontrámos listas de nomes, mas também folhas individuais, como, por exemplo, a que se segue em papel timbrado da Secretaria da Guerra.

« SERVIÇO DA REPÚBLICA Secretaria da Guerra Repartição do Gabinete N.º 674
Lisbôa, 8 de Fevereiro de 1917

Ao Sr. Comandante do Corpo Expedicionário Português Do Chefe da Repartição do Gabinete

Comunico a V:Ex^a para os fins convenientes, que S.Ex^a o Ministro da Guerra lançou no requerimento em que o padre, José Manuel de Sousa, pede para acompanhar as tropas portuguesas para França o despacho do teor seguinte: “Deferido e com este deferimento não é prejudicado o requerente de forma alguma em quaisquer regalias que tenha conferidas pela Lei de Separação ou por outro qualquer diploma. A pensão a que tenha direito nos termos da Lei de Separação continuará a ser-lhe paga e no local ou à pessoa que indicar”.

Pelo chefe

Julio José Domingues cap. Inf.

À margem: Comunique-se o despacho ao requerente logo que se apresente.

8/II/1917. E no canto superior direito: CORP. EXP. PORT.- 2ª Repartição- Ent. 9-2-917

Num.410»

Como vemos, acabou por ser decretado que os “justíssimos clamores” dos católicos fossem ouvidos, fazendo-se acompanhar os soldados “de sacerdotes que lhes assistam”, não mais de 15, segundo as autoridades. Esses clamores chegaram por diversas vias aos poderes superiores, nomeadamente ao Presidente da República, na altura já Bernardino Machado, que chegou a deslocar-se a França em apoio às tropas portuguesas. Entre outras intervenções podemos citar uma carta dirigida, precisamente ao Presidente da República, pelo Círculo Católico da Imaculada Conceição, em 22 de Abril de 1916. Vejamos algumas passagens, bem elucidativas, do referido documento: “Ex.mo Sr. Presidente da República

“Na hora solene que o país atravessa e que de todos exige a maior serenidade, a maior dedicação e porventura os maiores sacrifícios, não necessita o Círculo Católico da Imaculada Conceição de reafirmar os seus sentimentos patrióticos, tantas vezes manifestados, e que constituem, sem dúvida, um dos mais fortes motivos da sua existência. [...] São eles (os católicos portugueses) os primeiros a dar o exemplo de uma isenção modelar e a esquecer agravos que rasgam sulcos profundos. Mas quando de todos os lados se prèga a «União Sagrada», necessário é, Senhor Presidente, que aos católicos se não neguem, sistematicamente, as suas liberdades e os seus direitos de «católicos». Não se estranhará, pois, Senhor Presidente, que eles reclamem, respeitosamente, sim, mas com a honrada altivez de quem cumpre um alto dever, aquele respeito pelas suas crenças que naturalmente implica a satisfação dos impulsos e legítimas exigencias da Consciencia

religiosa. Vão partir da metrópole expedições militares com objectivos elevados, com difícil mas gloriosa missão. O soldado português ainda tem Fé. O exército português foi sempre temente a Deus. Pois bem! Que os Poderes Públicos não nos neguem a incorporação de capelães militares. [...]

Em nome dos nossos principios, das nossas convicções, dos interesses da Igreja e da Patria, da nossa consciência de catolicos e de portugueses, de Vossa Excelencia, Senhor Presidente, solicitamos o deferimento desta ardente e purissima aspiração das nossas almas, e que tanto suavisaria a amargura em que nos ultimos tempos temos vivido: a incorporação dos capelães militares, aprovados pelos seus Prelados, nas expedições que hajam de partir para qualquer das linhas de batalha na Europa ou para as nossas colonias em Africa, regadas com o sangue precioso de tantos mátiros e evangelizadores!

Saúde e Fraternidade Lisboa, 22 de abril de 1916 A Direcção:

Monsenhor Conego Carlos Alberto Martins do Rego, *Presidente*. Zuzarte de Mendonça, *Vice-presidente*. Americo Pereira Lopes, *1º Secretario*. José Augusto da Silva Garcez, *2º Secretario*. Joaquim Rodrigues da Silva, *Tesoureiro*. Manuel Pereira da Silva Lopo, João Custódio Martins [*Vogais*]¹⁹².

Preparados que estavam os sacerdotes, que deviam seguir com as tropas, enfrentaram então uma situação embaraçosa: não tinham as alfaias religiosas para exercerem o seu munus. O vendaval republicano tinha despojado muitas igrejas dos objectos do culto, o Estado tinha-se apoderado de tudo o que achava de valor, inclusivé, livros, imagens, vasos sagrados, que foram objecto de arrolamentos e entregues às autoridades, quando não, objecto de roubos ou de destruição. Em Loures, por exemplo, foram assaltadas três igrejas e as imagens queimadas na

¹⁹² Documentos avulsos, resultado de pesquisa no Arquivo Histórico Militar.

rua¹⁹³. Tratava-se de uma autêntica guerra interna de cariz religioso, mas lá devolveram aos sacerdotes algumas daquelas patenas, calices e pixides, que já se encontravam nas mãos do Estado. Quanto a altares portáteis é natural que também tenham sido recuperados.

Do CORP. EXP. PORT., 2ª Repartição, Ent. 7-2-917, doc. nº 145, no Arquivo Histórico Militar, há o seguinte esclarecimento: «Chefe da Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra - Envio a V. Ex. o Ministro (sic), a adjunta relação de alfaias necessarias para o exercício do culto catolico por cada ministro da respectiva confissão e que me foi entregue pelo padre Avelino de Figueiredo a acompanhar o pedido por ele feito, para as referidas alfaias lhe serem cedidas das que são pertença do Estado ou se encontram entregues à comissão de separação ».

O padre Avelino Simões de Figueiredo e o padre Álvaro Augusto dos Santos tinham pedido, em 30 de Janeiro, para acompanhar as tropas que iam partir para França, como sacerdotes católicos, pedido que foi deferido pelo Ministro da Guerra. Após a derrota em La Lys, 9 de Abril de 1918, a Igreja pediu uma indemnização pela perda de objectos de culto.

Apesar do apelo à *União Sagrada*, os republicanos pareciam cada vez mais divididos, os ânimos andavam exaltados, embora António José de Almeida tenha concordado em fazer parte do Governo com Afonso Costa. Matava-se gente nas ruas com a maior facilidade porque, além de grupos armados havia muitos populares com armas e até as forças policiais não eram nada escrupulosas em alvejar os transeuntes como o deputado João de Meneses contou no parlamento a 12 de Julho de 1917: «Vi pelos próprios olhos o que se passou. Vi a Guarda Republicana disparar sobre um rapazito, na Rua Garrett, depois de o ter mandado seguir o seu caminho. Vi em ruas onde não havia conflitos, nem rebentavam

¹⁹³ Maria Lúcia Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, 2004, p.235. Apud Rui Ramos.

bombas, a guarda disparar sobre pessoas inofensivas», incluindo «mulheres e crianças»¹⁹⁴.

O esforço de guerra foi notável para o país da época. Portugal teve intervenção em três frentes do conflito, com 80.000 homens em combate: 30.000 em África e 50.000 em França. E muitos desses homens iriam regressar doentes, estropiados, mentalmente afectados, gaseados, no mínimo desmoralizados. O culminar da participação portuguesa, diga-se o que se disser, foi uma derrota: a derrota de La Lys, a 9 de Abril de 1918. Em África também as coisas não correram bem e nas Ilhas os alemães atacaram o Funchal, Ponta Delgada e S. Vicente de Cabo Verde. No Continente lutava-se com a insegurança, a falta de abastecimentos, os tumultos, as detenções. A Revolução do 5 de Outubro pode não ter sido sangrenta, mortos que se contam pelos dedos, mas a nossa primeira República contabilizou centenas de mortos entre eles um presidente da República, Sidónio Pais, e, pelo menos, dois republicanos da primeira hora: Machado Santos e José Carlos da Maia!

Como já referimos, muitos dos homens que partiram para a guerra regressaram, quer da Flandres, quer de África, em condições de carência física ou mental deploráveis: doentes, estropiados, mentalmente afectados, gaseados, no mínimo desmoralizados. Era preciso ajudá-los e o Estado encarregou-se de o fazer, como era sua obrigação, primeiro através dos Hospitais Militares, depois contactando entidades competentes, na área da saúde, que pudessem corresponder à situação em presença. É neste contexto que os Irmãos de S. João de Deus são chamados a prestar cuidados que, no passado, aliás, tinham tido a seu cargo.

A alma do Telhal, nesta época, era, sem sombra de dúvida, o seu director, o Irmão Elias, conhecido e apreciado por todos pelo seu fino trato diplomático. Com apenas 25 anos estava à frente da Casa de Saúde do Telhal quando da proclamação

¹⁹⁴ Filipe Ribeiro de Menezes, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra.(1916-1918)*, Lisboa, 2000, p.142.

da República em 1910. Recebeu duas visitas de Afonso Costa, uma antes da vitória republicana, outra, a mais conhecida, comentada, e fotografada, quando o famoso político era já Ministro da Justiça e dos Cultos. Foi nesta visita, como podemos recordar, que Afonso Costa mandou fechar o noviciado, exigiu que os Irmãos deixassem o hábito, substituindo-o por um fato preto e gravata preta e passassem a usar na lapela do casaco uma «chapazinha de lata», ou medalha, que os identificasse, como se fosse um salvo-conduto. Da chapazinha não há qualquer modelo no Museu, porque os Irmãos nunca a usaram por achá-la «irreverente e ridícula»¹⁹⁵. Entretanto, «benèvolmente», consentiu que os Irmãos continuassem a esmolar...

A quinta do Telhal chegou a ser «arrolada» pelas autoridades para ser confiscada, o que levou o Irmão Elias a entender-se com o embaixador de Itália em Portugal, o Marquês de Palluci¹⁹⁶, colaborando assim com o P. Bento Menni, que já conhecia desde 1901, na defesa da Casa de Saúde. Quando o P. Bento Menni vinha a Portugal hospedava-se por vezes em Lisboa, numa residência que os Irmãos tinham na rua do Passadiço, nº79, e onde também se hospedavam os esmoleiros quando andavam pela capital. Como a casa não tinha capela o Irmão Elias acompanhava o P. Bento Menni à igreja de S. Luís dos Franceses onde o ajudava à missa. Esta convivência estreita com o restaurador da Ordem, nos primeiros anos do século, deu-lhe, com certeza, uma preparação significativa para desempenhar os cargos de responsabilidade, que o aguardavam ao longo da vida, dentro do espírito de S. João de Deus tão bem transmitido pelo P. Bento Menni.

Estiveram os Irmãos sempre debaixo da mira da Administração Pública de

¹⁹⁵ Revista *Hospitalidade*, 1966, nº 123, p. 240.

¹⁹⁶ Idem, *Ibidem*, 1963-1964, nº 109-116, O Marquês de Palluci, foi ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e falou directamente com Bernardino Machado que, só então, soube que o Telhal não era dos Jesuítas. “Nessa altura os Jesuítas eram os mais perseguidos de todos os religiosos e tudo aquilo que era da Igreja os maus identificavam-no com eles”. p.79. “Em Portugal inteiro só foram poupadas as casas do Telhal e da Idanha”. p. 80,

Sintra, (e não só, da Maçonaria), que exigia que apresentassem um número elevado de doentes curados, mas “o Dr. Miguel Bombarda (Deus lhe perdoe)”¹⁹⁷ só lhes mandava os incuráveis! Este desabafo dos Irmãos diz bem dos problemas que a cada passo se lhes deparavam e como era difícil a gestão de uma Casa desta natureza. «O P. Menni despediu um dia um médico por achar que tinha poucos conhecimentos de psiquiatria e este encheu-o de insultos por não aceitar o despedimento. O P. Menni perante as palavras duras e desrespeitosas permaneceu calado apertando firmemente o crucifixo do hábito»¹⁹⁸. Também o Irmão Elias, durante o «arrolamento» da quinta, se viu confrontado com um pedido extemporâneo do juiz, que ele conhecia. Se lhe dava uns ovos frescos para uma filha que tinha doente com tuberculose. O Irmão Elias deu-lhe uma cestinha de ovos...¹⁹⁹

O Irmão Elias, aliás, o Rev. P. Elias Pereira de Almeida, nasceu na “freguesia de (Ceissa) Ceixa, concelho de Vila Nova de Ourém, diocese de Leiria. Entrou no Postulantado a 15 de Junho de 1901. Tinha 16 anos de idade. A 28 de Setembro seguinte entrava no Noviciado, e a 19 de Junho de 1903 emitiu os seus votos simples, na Casa de Saúde do Telhal. A 24 de Novembro de 1908 fez a sua profissão solene”²⁰⁰.

“Tem desempenhado os empregos mais variados: esmoleiro, Vice- Prior por várias vezes, Conselheiro Provincial na Província Espano-México-Lusitana bem como na Província Portuguesa restaurada, Prior metropolitano e, em 1927, foi nomeado Delegado Geral para as Casas que nessa altura possuía a Ordem em Portugal”²⁰¹. Faleceu em Barcelos a 19 de Julho de 1966 onde, entretanto,

¹⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p.79.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p.80.

¹⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁰ Revista *Hospitalidade*, 1953, nº70, p.300.

²⁰¹ Idem, *Ibidem*.

desempenhava o cargo de Vice-Prior. Os apontamentos atrás transcritos foram retirados de uma nota referente às Bodas de Ouro de profissão religiosa que o Irmão Elias (o seu nome de baptismo era José) festejou em 1953.

Mas será interessante salientar este relato, do desempenho dos seus numerosos e variados cargos, e das responsabilidades que assumiu durante o meio século de vida consagrada e, principalmente, durante a mudança de regime em Portugal, que obrigou a muito tacto e discrição, daí ter sido considerado uma pessoa de dotes especiais de diplomacia. É também interessante notar que, muitas referências do que se passou com os Irmãos, no período conturbado da nossa 1ª República, são posteriores, a ponto de encontrarmos um hiato, um interregno, na comunicação, durante esse período. Podemos complementar esta asserção com o seguinte: como já tivemos oportunidade de referir, embora que mais ligeiramente, houve documentos e cartas que desapareceram, queimadas ou extraviadas ou mesmo inexistentes, ou até levadas para fora de Portugal, para Espanha ou Itália e até hoje “perdidas”. Quando nos referimos a documentos inexistentes estamos a ir ao encontro da opinião de que houve situações em que por exemplo, o Cardeal Patriarca, neste caso D. José Neto (1841-1920), terá aprovado a Casa de Santa Marta e o colégio de Aldeia da Ponte *verbalmente*. Terá sido o que aconteceu com a comunidade das Irmãs na Idanha? «Têm procurado um documento sobre a erecção canónica da casa em 1894, mas em vão...»²⁰² Também já sabemos que a acta lida pelo P. Carreto na inauguração da Casa do Telhal, desapareceu quando da mudança de regime político em Portugal (1910)²⁰³. E ainda: «o P. Menni pediu um documento escrito ao Patriarcado de Lisboa para o estabelecimento canónico duma Comunidade no Telhal. Até enviou o documento preparado, para ser assinado e

²⁰² Nuno Filipe O.H. *Porque optou Bento Menni pela Psiquiatria com a Fundação da Casa de Saúde do Telhal (1893)*. Dr. Manuel Ferreira da Silva e outros, *Hospitalidade com São João de Deus no Coração da História*. Coedição de Editorial Hospitalidade e de Rei dos Livros, 1994. p. 271.

²⁰³ P. Carreto, «Hospitalidade», I Trimestre, 1943, p.32.

autenticado. Porém não aparece no Telhal a resposta à graça pedida. Aparece sim um outro, em cópia, com data de 22 de Setembro de 1922, em latim, em que se diz: «O Provincial da Província Espanhola da Ordem de S. João de Deus pede humildemente a Vossa Santidade a ereção canónica da Casa do Telhal, com tudo o que é preciso para esta ereção. Em virtude das faculdades concedidas pelo Santo Padre, o Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos (...) concede o que é preciso para a ereção canónica da casa referida. Dado em Roma, no dia 22 de Setembro de 1922, Cardeal Laurenti, Prefeito, Vin. La Puma, Subsecretário».

Este documento, transcrito do artigo do Irmão Nuno Filipe O.H. (ver nota de rodapé 191), vem seguido de *Notas curiosas*: Ao cimo do documento o Irmão Júlio dos Santos escreveu «Foi entregue cópia ao Superior da Casa do Telhal em 3 de Outubro de 1952». E ao fundo o mesmo Irmão escreveu: «Nota - a ereção Canónica da Casa do Telhal foi feita a 29 de Junho de 1893, sendo uma substituição da primitiva a qual se extraviou ao implantar-se a República. Irmão Júlio dos Santos - Prior».

Como pudémos constatar, os capelães militares eram padres seculares, voluntários, provenientes das várias dioceses do país. Mesmo que assim não estivesse regulamentado, a ausência de Ordens Religiosas em Portugal afastava a possibilidade de qualquer religioso conventual ou regrante exercer essas funções. E, contudo, os Irmãos de S. João de Deus tiveram um Irmão que foi capelão militar, antes de entrar na Ordem: José Bernardino e Silva, chamado depois Ir. Bernardino de S. José. Este Irmão «nasceu a 31 de Maio de 1888, na freguesia de Santo Isidoro, Mafra. Foi ordenado sacerdote a 24 de Agosto de 1912. Na I Grande Guerra, foi voluntário como Capelão Militar do Exército Português em França», e só depois ingressou na Ordem fazendo o Postulantado a 15 de Novembro de 1924 e o

Noviciado a 07 de Dezembro de 1926, os Votos Simples a 08 de Dezembro de 1927 e os Solenes a 08 de Dezembro de 1930. Fez o noviciado em Espanha e professou na Colômbia. Nesta altura estava a Ordem restaurada de novo em expansão²⁰⁴. Mas os Irmãos não precisavam de dar provas, neste campo dos capelães militares, indo para fora do país. Para já, naquele tempo, eram poucos os sacerdotes entre os Irmãos, em Portugal, na Casa de Saúde do Telhal. Depois, não se lhes aplicava a legislação militar em vigor e, por último, já tinham tido muitos capelães militares no passado, nos hospitais de retaguarda e com legislação própria, consagrada nas *Constituições* da Ordem, sendo detentores de vasta experiência, se voltasse a ser necessário apoiar militares doentes, como se veio a comprovar.

O P. Aires Gameiro O.H. apresentou no XV Colóquio de História Militar, de 7 a 10 de Novembro de 2005, no Palácio da Independência, em Lisboa, uma *abordagem histórica* sobre «Capelães de Hospitais Militares nos Séculos XVII e XVIII - Papel da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus». Como o próprio também diz, trata-se apenas de uma *abordagem introdutória* para *desbravar terreno* deixando pistas para quem venha a interessar-se com mais tempo por este tema. Começa numa, *Nota Prévia*, por nos dar a definição de Capelão Militar: "sacerdotes que atendem as necessidades espirituais"²⁰⁵ "e religiosas dos militares enfermos de acordo com a sua opção religiosa"²⁰⁶.

"O exercício das funções dos capelães supõem, para além de credenciação e

²⁰⁴ Este Irmão «Após a Restauração da Província Portuguesa, em 1928, regressou a Portugal. Exerceu funções na Casa de Saúde do Telhal, em Sintra, na Casa de Saúde de S. Miguel, em Ponta Delgada, e nas Casas de Saúde de S. João de Deus, em Barcelos e no Funchal. Em 1944, era missionário na Missão de S. João de Deus do Alto Molocué, em Moçambique. Deixou-nos um vasto espólio de publicações, destacando-se a monografia "S. João de Deus: Sua Vida e Sua Obra (Resumo Histórico)", publicado em 1950. Algumas das suas publicações podem ser consultadas na Biblioteca do Museu S. João de Deus. Faleceu a 08.12.1961 na Casa de Saúde do Telhal.» Precisamente no dia em que fez os Votos Simples e Solenes, dia da Imaculada Conceição. *Hospitalidade*, nº104, 1961, pp.468-170.

²⁰⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 5.

²⁰⁶ Gameiro, Aires, O.H., *Capelães de Hospitais Militares nos Séculos XVII e XVIII Papel da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus*, XV Colóquio de História Militar, 7-10 Novembro 2005- Palácio da Independência, Comissão Portuguesa de História Militar. Actas - Volume II, p.755.

ligação canónica à Igreja e aos poderes militares, espaços e meios adequados, tais como capelas, igrejas, sacristias, alfaias litúrgicas, colaboradores, aposentos, meios de subsistência, etc"²⁰⁷.

"Quando lemos a descrição de Caminha sobre a primeira Missa celebrada no Brasil, as crónicas que nos contam como antes das batalhas D. Nuno Álvares Pereira fazia oração e o exército era abençoado, ou quando lemos que nas naus se passou de missa seca (Leituras e Orações sem verdadeira celebração da Missa) para Missas celebradas a bordo das naus das armadas, ou ainda os relatos da assistência dos feridos e doentes em batalhas e armadas, deparamos com cenários da missão dos capelães militares nas suas funções junto dos militares doentes"²⁰⁸.

Mas o cuidado com a assistência religiosa vem de muito mais longe. Já D. Afonso Henriques, na tomada de Lisboa, como nos relatam os cruzados Osborne e Arnulfo²⁰⁹, se preocupou em criar *junto aonde tinha seu arraial (...) uma enfermaria de tendas de campo, e se levantasse um altar no fim dela, em que pos uma devota imagem de Virgem Maria da Conceição²¹⁰, feita de pedra Ançã, que trazia consigo e que por razão do lugar em que foi posta se chamou dali em diante Nossa Senhora da Enfermaria*. Um verdadeiro Hospital Militar de Campanha destinado a tratar os feridos e doentes de guerra.

Voltando entretanto à preciosa ajuda do P. Aires Gameiro²¹¹, que, começando por nos referir a importância do Regimento do Hospital de Todos os Santos de

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p.756.

²⁰⁹ Borges, Augusto Moutinho, *Os Reais Hospitais Militares e a Ordem Hospitaleira de São João de Deus*, Museu de São João de Deus, Editorial Hospitalidade. Lisboa 2009. p.1 17.

²¹⁰ É, precisamente, perante uma imagem de Virgem da Conceição, que D. João IV irá consagrar o Reino à Mãe de Deus e depor a seu lado a coroa real constituindo a Virgem: Rainha de Portugal!

²¹¹ «É licenciado em Teologia pela Universidade Lateranense de Roma e Diplomado em Pastoral pela mesma Universidade. Licenciado em Humanidades e Filosofia pelo Seminário Diocesano de Angra do Heroísmo, em Psicologia do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), pós-graduação em Teologia Sistemática pela Universidade Católica de Lisboa, pré-graduação doutoral da Faculdade Teológica de Roma e Doutoramento em Teologia com especialização em Pastoral da Saúde na Faculdade Teresianum de Roma. Tem exercido funções docentes em diversos cursos e estabelecimentos de ensino. Tem múltiplas intervenções como conferencista e formador, sendo a sua principal área de acção a da conflitualidade social. É autor de diversos livros e ensaios cujas temáticas principais são o alcoolismo e as dependências.» P. Aires Gameiro, op. cit. p.755.

1504, nos encaminha para uma série de esclarecimentos sobre o papel dos capelães militares e seu enquadramento nos vários Hospitais Militares, quer em Lisboa, quer na fronteira. De um modo geral era regulamentada a existência de dois capelães militares por capela. Todos os hospitais deviam ter uma capela que, no caso das fortificações, se encontra geralmente junto a um baluarte²¹². Depois, aparece regulamentado tudo o que é necessário para o culto e bem assim os auxiliares do sacerdote. E, ainda, as obrigações do capelão: *as missas diárias, as confissões, as unções sacramentais, as comunhões, os ofícios e funerais*. Interessante é referir que, na falta de um tabelião, o capelão poderia redigir o testamento de um doente terminal, desde que feito na presença de três testemunhas, ficando com *o mesmo valor dos públicos*.

Como, a partir de 1645, as capelanias e os hospitais militares foram entregues aos Irmãos de S. João de Deus, é, como já referimos, nas *Constituições da Ordem Hospitaleira* que devemos inteirar-nos de como se regiam os Irmãos e regiam os seus hospitais. Muitas das regras estabelecidas de início sofreram alterações, mas, no essencial, mantiveram-se fiéis nalguns pontos considerados fulcrais. A ideia central era prestar os mesmos cuidados ao corpo e ao espírito, fazendo orações «pedindo a saúde dos corpos e das almas» (Título 9, 16). Tanto assim que eram penalizados com o mesmo rigor os capelães e os médicos que faltassem com os seus deveres para com os doentes. Até meados do século XVIII podemos afirmar que este espírito se manteve, mas, a partir de Pombal, com ideias vindas de fora, podemos dizer que os dois pratos da balança se desequilibraram, ao mesmo tempo que a medicina começa a fazer progressos e a dar aos homens a sensação de poderem prescindir de cuidados espirituais.

É o que nos diz o P. Aires Gameiro na conclusão da sua abordagem introdutória:

²¹² Por exemplo, a capelinha da fortaleza de S. Sebastião da Ilha de Moçambique tem a designação de: Nossa Senhora do Baluarte.

«1 - Nos diversos regulamentos manteve-se o princípio de que a assistência espiritual e religiosa faz parte integrante dos serviços e cuidados de saúde militar.

2 - Os doentes nos Hospitais Militares eram tratados de forma global, tanto em relação às necessidades biológicas e psicossociais, com às espirituais e religiosas. Dado que os recursos e técnicas para muitas das doenças eram reduzidos em comparação com as técnicas disponíveis hoje, era dada a maior importância às respostas espirituais e religiosas, pois em muitas situações era frequente as doenças serem graves e conduzirem à morte e daí alguma insistência na sacramentalização.

3 - Hoje assistimos a uma tendência contrária. É dada mais importância às técnicas e remédios biológicos porque se dispõe de grande arsenal de meios; os tratamentos e curas são mais frequentes. São menos valorizados os meios espirituais e religiosos. Alguns doentes interessados e com direito a eles quase têm que os solicitar.

4 - Talvez se possa dizer que no passado os cuidados de saúde eram mais globais e menos fragmentados do que hoje, embora as pessoas sejam hoje tão multidimensionais, relacionais e transcendentais como ontem».

Hoje em dia verifica-se ainda uma nova situação: o padre foi substituído em grande número de casos pelo psicólogo. A Ordem dos Psicólogos tem já milhares de associados cuja formação, partindo de um tronco comum, se diversifica em especializações destinadas a cobrir um determinado número de carências devidamente assinaladas, como por exemplo: " como lidar com um desastre natural" ou como "ser psicólogo em situações de catástrofe". Por outro lado existem psicólogos que são funcionários nos mais diversos organismos, sempre presentes para acorrer a qualquer eventualidade, prestando apoio psicológico quando necessário.

Resta saber, e já fora do âmbito do nosso trabalho, mas por mera curiosidade, se ainda existem capelães militares. Por coincidência, acabámos de ler no *Diário de Notícias* de 28 de Maio de 2017, p.12, um artigo sobre este tema:

*Assistência religiosa aos militares foi institucionalizada há 50 anos*²¹³.

«O primeiro curso para capelães militares na Academia Militar do Exército realizou-se há 50 anos e teve 58 sacerdotes como alunos (no âmbito do serviço militar obrigatório)»; «Defesa/. A partir de 2004, com o fim do serviço militar obrigatório, apenas 13 sacerdotes frequentaram o curso para capelães militares no Exército e só sete continuam nas fileiras». E, «O capelão militar lembra que, com o advento da I República, a tutela política rejeitou a presença institucionalizada da Igreja nos quartéis. Mesmo na I Guerra Mundial, com o envio do Corpo Expedicionário Português para França em Janeiro de 1917, os pedidos da tutela militar foram rejeitados - pelo que os padres foram para o teatro de guerra com o apoio das paróquias e também "acabavam por ser enfermeiros, coveiros...».

Depois de acabada a Guerra da Restauração (1668), os Irmãos continuaram nos hospitais de fronteira, embora o Conde da Torre tenha proposto o seu encerramento e que os militares doentes fossem tratados no Hospital do Castelo de Lisboa. Essa permanência justificou-se algum tempo mais com o envolvimento de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha (1702/1713) e mais adiante com as Invasões Francesas (1807/1811). Principalmente o hospital da fortaleza de Elvas ficou ligado à existência de uma verdadeira escola de enfermagem e à publicação em 1741 do que podemos considerar o primeiro manual de enfermagem escrito e publicado em Portugal: *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiro* de Frei Diogo de Sant Iago. Ainda hoje podemos encontrar referências aos Irmãos de São João de Deus nas praças de fronteira não excluindo a praça de Olivença com o seu Baluarte de São João de Deus e o seu Hospital de São João de Deus.

²¹³ Entrevista feita ao tenente capelão António Santiago por Manuel Carlos Freire sobre este tema: "Assistência religiosa aos militares foi institucionalizada há 50 anos". *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 2017, p. 12.

Quando se começou a organizar o CEP, alguns Irmãos de São João de Deus estavam em idade de fazerem o serviço militar e por isso foram incorporados e seguiram para França. O Irmão Elias ficou muito preocupado pela falta que fariam esses mancebos no serviço da Casa e no tratamento dos doentes. Daí envidar todos os esforços para resolver a questão e, à custa de muitos pedidos, conseguir uma solução conveniente para ambas as partes: o Estado e os Irmãos. Foi acordado com o Ministério da Guerra, não consta que tenha sido por escrito por não se encontrar qualquer documento a respeito, que a Casa de Saúde do Telhal passaria a receber militares enfermos, muitos deles dementados pelos gases e que vinham repatriados de França.

Assim os Irmãos, sem saírem de casa, estariam a prestar relevante serviço às forças armadas. Mas também aconteceu que, pelo menos um Irmão, esteve a cumprir o serviço militar no Hospital Militar da Estrela, em Lisboa: o Irmão Júlio dos Santos. Como militar enfermeiro admirou a disciplina que havia nesse centro *hospitalar*²¹⁴. Quando vinha ao Telhal elogiava a limpeza e a maneira ordenada com tudo se processava. Ele próprio se esmerava no trato aos doentes, principalmente os mais dementados, acorrendo junto deles para os ajudar à hora das refeições e estando atento se careciam de um copo de água nos dias de mais calor. Foi considerado um Irmão exemplar.

Tal como «o Ministério da Guerra resolvia assim o problema da falta de camas no Hospital Militar Principal e noutros hospitais militares (...) a Ordem Hospitaleira minorava três problemas com que se debatia: Passar de alvo de hostilidade, suspeita e indiferença pela sua actividade, ao reconhecimento oficial do seu nível de assistência prestada; Reduzir problemas de sustentabilidade económica da Casa. E, não menos significativo, dar possibilidade de os Irmãos Hospitaleiros portugueses

²¹⁴ Filipe, Nuno O.H. *O Irmão Júlio dos Santos, um grandre religioso*, Editorial Hospitalidade, 1998, p.9.

em idade disso cumprirem o serviço militar nos serviços de saúde militar de retaguarda»²¹⁵.

À medida que iam chegando os militares enfermos, iam sendo registados pelos serviços competentes e arquivados os seus processos no Arquivo da Casa onde se pode fazer pesquisa dos dados que interessam. Em boa verdade já encontrámos muito desse trabalho feito, nomeadamente por Fernando de Oliveira, a quem o Dr. Aires Gameiro agradece a diligência. Podemos portanto referir que, durante o período em que se verificaram entradas, 1917 a 1922, foram acolhidos na Casa de Saúde do Telhal: 10 doentes em 1917, 46 em 1918, 23 em 1919, 3 em 1920, 7 em 1921, 4 em 1922, num total de 93 militares, "alguns com sequelas do stresse de guerra e dos efeitos dos gases usados na frente". Quanto às patentes registaram-se: 1 Tenente-Coronel, 1 Major, 6 Capitães, 5 Tenentes, 4 Alferes, 7 Cabos, 9 Sargentos e 60 Soldados.

Como eram evacuados os militares enfermos de França? Consultando alguns documentos no Arquivo Histórico Militar - Fundo 1º, Série 35º, Caixa 123, Número 9 - sobre o CEP e a assistência religiosa, encontrámos o seguinte: «25 do 6 de 1918: Ao Exmo Sub-Chefe do E.M. do CEP: No porto de embarque (CHERBOURG) estão actualmente concentrados um grande número da praças que não podem certamente ser evacuadas por uma só vez. Para seguir num dos barcos hospitalais com os repatriados proponho a V. Ex. seja mandado apresentar no referido Porto o Capelão Joaquim Antunes Pereira dos Santos, adido a este Q.G.». O CEP aprova e manda dar execução.

Havia portanto barcos hospitalais para os doentes, sendo os falecidos enterrados em França, em cemitérios preparados para o efeito. Não esquecer a homenagem prestada ao soldado desconhecido com dois corpos que foram trazidos para

²¹⁵ Gameiro, Aires, O. H. *Hospitais De Retaguarda Na Primeira Guerra Mundial: Os Gaseados E A Casa de Saúde do Telhal*. XIX Colóquio de História Militar, 16-18 Novembro 2010. Palácio da Independência - Lisboa. p.423.

Portugal, um de França outro do Ultramar, depositados na Batalha e muitos monumentos construídos pelo país nas localidades que perderam homens na Guerra.

Em 2 de Novembro de 1918 morreu, em Lille, o tenente Sousa Romano, vitimado pela *influenza* (gripe maligna e epidémica)...²¹⁶ Esta lacónica informação remete-nos para a área das enfermidades mais correntes, na altura. Entre os militares e que exigiram dos médicos e enfermeiros todo o seu saber, experiência e dedicação. Através do Arquivo da Casa de Saúde do Telhal verificamos que, tendo Portugal entrado na Guerra em 1916, só em 1917 se encontram os primeiros processos clínicos referentes a militares do CEP, estudo que o médico, Dr. José Francisco Castelão conseguiu fazer sobre 58 registos médicos de militares que deram entrada no Telhal nos anos de 1917 (8 casos), 1918 (37 casos).

«Destes 58 casos 39 eram soldados, 6 cabos, 6 sargentos, 1 alferes, 2 tenentes e 4 capitães. Estes doentes procediam de hospitais de retaguarda em França para os hospitais de Lisboa e Porto e daí transitavam para a Casa de Saúde do Telhal. Vinham habitualmente com diagnósticos muito diversos, sendo os mais frequentes Agitação Maníaca, Demência Precoce, Debilidade Mental, Epilepsia, Paralisia Geral, Alcoolismo Crónico, Psicose Periódica etc. a par de terminologia usada na altura e que caiu completamente em desuso como por exemplo "Amência Tóxica" e "Amência Apática".

Sabendo nós que na frente de combate eram utilizados com frequência gases tóxicos demos particular atenção à descrição sintomática numa tentativa de encontrar uma correlação dos sintomas com a toxicidade gasosa. Os gases mais usados foram o Gás Mostarda, o Fosfogénio e o Gás Cloro. Qualquer deles provoca muito mais perturbações físicas (a nível ocular, pele, graves lesões no trato respiratório, que podem levar à morte por edema pulmonar e asfixia), do que

²¹⁶ Arquivo Histórico Militar, C.E.P., Assistência Religiosa, 1ª Divisão/ 35 Secção/ nº 9 / Caixa 1360.

psíquicos.No entanto o Sistema Nervoso Central pode ser atingido e surgirem convulsões, estados de indolência, apatia e letargia que por vezes permanecem durante um ano ou mais.

Depois desta descrição interrogo-me se aquilo a que se chamava "Amência Apática" não seria mais que o resultado da exposição à toxicidade dos gases, especialmente o gás mostarda, definição na qual o médico de então incluía os sintomas semi mutismo, torpor intelectual, apatia, insónia, com ausência de alucinações ou delírio.

Curiosamente não vi nenhum caso com o diagnóstico de Neurose de Guerra, mas algumas das descrições sintomáticas correspondiam seguramente a Reacções Agudas de Stress»²¹⁷. O médico que esteve à frente dos serviços de saúde no Telhal nesta época, o Director Clínico responsável pelo bom andamento sanitário, foi, como já sabemos, Luís Cebola, o que não impedia que, pontualmente, outros clínicos, inclusivé médicos militares, ali viessem dar a sua colaboração. Os Irmãos enfermeiros, agora dispensados de fazerem o serviço militar fora, puderam dedicar-se a cem por cento aos seus doentes. E, com as receitas económicas que o também chamado Manicómio do Telhal passou a auferir do Estado, o Irmão Elias ponde prosseguir com obras de ampliação e modernização das instalações, construindo-se um novo pavilhão sob a designação de Pavilhão de São José.

Com este aumento de pacientes teriam os Irmãos enfermeiros suficientes para os atenderem? Continuariam a surgir vocações depois das dificuldades levantadas à Igreja em Portugal? Podemos ver pelas tabelas seguintes se houve uma satisfação constante de pretendentes a esta vocação:

²¹⁷ Castelão, José Francisco, XVI Colóquio de História Militar. 6-10 Novembro, II vol., Lisboa, pp. 689- 690.

Estatísticas dos Irmãos 1917 - 1918*

Postulantado

Diocese	Freguesia	Postulante	Saída	Falecidos
17 Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	14-08-1917		
18 Guarda	Vila Fernando (Sabugal)	09-12-1917		
19 Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	14-12-1917		
20 Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	14-12-1917		
21 Guarda	Vila do Touro (Sabugal)	02-02-1918		
22 Guarda	Rendo (Sabugal)	20-05-1918		

Estatísticas dos Irmãos 1917 - 1918

Noviciado

Diocese	Freguesia	Noviciado	Saída	Falecidos
17 Guarda	Rendo (Sabugal)	18-07-1917		
18 Guarda	Vila Fernando (Sabugal)	30-03-1918		
19 Guarda	Vila do Touro (Sabugal)	30-05-1918		
20 Guarda	Rendo (Sabugal)	15-09-1918	23-10-1919	
21 Guarda	Quadrasais (Sabugal)	15-09-1918		

Postulantado

Noviciado

Anos	Entrada	Saída	Falecidos	Anos	Entrada	Saída	Falecidos
1917	4			1917	1		
1918	2			1918	4		

Estatísticas dos Irmãos 1917-1918²¹⁸

Profissão Simples

Diocese	Freguesia	Prof. Simples	Saída	Falecidos
Lamego	Meimôa (Satão)	02-04-1917		
Guarda	Rendo (Sabugal)	15-09-1918	13-09-1921	

Vejam agora o que se verificava com o número de doentes neste período, na Casa de Saúde do Telhal, nas várias situações encontradas:

Anos	Doentes	Entrados	Curados	Melhores	Na mesma	Crónicos	Falecidos	Totais dos saídos	No fim de cada ano
1917	120	48	10	12	12	1	9	44	124
1918	124	105	30	22	17	-	39	108	121

Os anos de 1917 e de 1918 podemos classificá-los de sombrios. Ao entrarmos em 1916 na segunda fase da Guerra apanhámos precisamente a fase mais mortífera. As máscaras anti-gás não conseguiram uma completa protecção dos homens que as usaram...e depois houve La Lys... e havia as trincheiras... Em

Portugal o quadro político era tão preocupante como o internacional. A instabilidade no país mantinha-se com muitas dificuldades económicas e de bens essenciais. O governo cria o «pão político». Afonso Costa é afastado por uma conspiração camachista liderada por um militar que conseguirá tomar o poder, mas não antes de o conquistar a partir da Rotunda, com armas. Essa situação, que durou três dias, saldou-se por 100 mortos e 500 feridos. O militar vencedor era Sidónio Pais, praticamente um desconhecido, que depois de um período de glória em que percorreu o país numa demonstração de poder e reconciliação, tomou medidas que pretendiam aproximar republicanos e monárquicos e satisfazer os religiosos.

Neste último caso reatou relações com a Santa Sé, acabou com as cultuais, reviu a Lei da Separação, assistiu a cerimónias religiosas. Não foi o suficiente para poder governar em paz. Eleito presidente em 28 de Abril de 1918, assumiu uma figura de caudilho que se apresentava sempre fardado e rodeado dos mais próximos que representavam o seu séquito em público. Mas os ventos políticos não lhe foram favoráveis. Os Republicanos não se contentavam em ser parte do todo, uma minoria, e os Monárquicos, divididos em dois partidos, os do norte com Paiva Couceiro e os do sul com Aires de Ornelas, também não se acomodavam, nem pelo bem do país. Em 14 de Dezembro de 1918 Sidónio foi assassinado na Estação do Rossio quando se preparava para apanhar o comboio.

Não foram só estes nefastos acontecimentos, principalmente o conflito armado que, pela primeira vez foi mundial, que ensombraram o país. A meio de 1918 declarou-se em Portugal uma pandemia de gripe que ficou tristemente célebre e atingiu o mundo todo: a *pneumónica*, também chamada *gripe espanhola*. Matou mais que a peste negra, matou mais que a Grande Guerra. No nosso país estima-se que 60 mil pessoas terão perecido em consequência da doença, que ceifou principalmente gente jovem e não poupou mesmo pessoas de estatuto social elevado. Os Irmãos, na Casa de Saúde do Telhal, também sofreram as consequências desta

peste. Quase toda a gente estava de cama e, segundo é relatado, quase não havia quem acudisse aos muribundos e dêsse sepultura aos mortos. Os Irmãos, que ainda tinham algumas forças, arrastavam-se pelos corredores para tratar dos doentes, como aconteceu com o P. Lázaro Ribeiro que, sem se poder aguentar de pé, ia administrar a Santa Unção aos enfermos. Faleceram muitos doentes nesta ocasião. O Irmão Elias fazia o que podia nesta triste conjuntura, «como o piloto perante a nau a dismantelar-se»²¹⁸.

A quem recorrer no meio de tanta adversidade? Sendo uma Casa de religiosos é natural que se tivessem intensificado as orações e podemos imaginar dirigidas a que entidades celestes: Sagrado Coração de Jesus, a Virgem Maria sob a invocação de Nossa Senhora de Lourdes, São José, S. João de Deus e o Arcanjo São Rafael. Estas eram as principais devoções dos Irmãos de São João de Deus na Casa de Saúde do Telhal. Mas vamos destacar S. Rafael que teve um papel de tanto relevo na vida de S. João de Deus. O santo acreditou sempre que S. Rafael o auxiliou, por mais de uma vez, nos afazeres domésticos e na distribuição do pão aos pobres, a carregar doentes e a enfrentar as chamas do incêndio que deflagrou no Hospital Real de Granada. Daí uma série de representações, esculturas e pinturas de grande beleza e significado.

O nome do Arcanjo Rafael é traduzido por "Medicina de Deus", o que está de acordo com o espírito de uma obra dedicada aos doentes. Por ligação maior à Ordem estas belas imagens são concebidas tendo S. Rafael um escapulário, peça de vestuário que faz parte do hábito joandeíno, que o Arcanjo segura com a mão esquerda para amparar os pães que vai distribuir e, com a mão direita, estendida, oferece um pão. Em todos os hospitais onde os Irmãos estiveram, e também onde hoje estão, se encontram representações de São Rafael. Algumas imagens mais antigas, barrocas, chegaram até nós mesmo depois de esses hospitais terem

²¹⁸ *Revista Hospitalidade*, 1966, nº123. O Irmão Elias. pp. 238/244.

desaparecido, como foi o caso do Convento Hospital dos Irmãos de São João de Deus, às Janelas Verdes, onde se encontra hoje a GNR - (Brigada de Trânsito). Existe aí uma "Lápide-Memória dedicada ao Glorioso Patriarca da Caridade, texto de Ferreira da Silva:"Aqui se fundou, em 1692, por generosa doação de D. António de Mascarenhas, Conde de Óbidos, o primeiro Convento-Hospital de S. João de Deus. Por Alvará de El-Rei D. João IV, de 4 de Maio de 1645 seria confiada aos Irmãos Hospitaleiros a fundação dos hospitais de Campanha nas lutas da Restauração, sendo, assim, por seu mérito e exemplo patriótico, os pioneiros dos Serviços de Saúde Militar em Portugal"²¹⁹. A imagem de S. Rafael que pertenceu a este hospital encontra-se hoje na igreja do Telhal, no primeiro altar à direita quando se entra. Outra imagem de grande beleza é a que está na igreja do Convento de São João de Deus em Montemor-o-Novo²²⁰. Conhecemos ambas as representações e podemos confirmar que são duas obras de arte de merecida referência. Por vezes São Rafael é invocado, como podemos testemunhar numa carta (XI-X-927) dos Irmãos para o Superior Geral, P. Rafael Mayer, da seguinte forma: «Com grande alegria, elevaremos todos nós ferventes súplicas ao Altíssimo a fim de que Deus Nosso Senhor, por intercessão do glorioso Arcanjo S. Rafael, circunde a sua alma com uma névem benéfica que se dissolva em torrentes de graças e de bençãos, de paz e de consolações»²²¹.

E assim como em todos os hospitais e conventos desta Ordem se encontra sempre uma imagem de S. Rafael, assim devia encontrar-se em todas as igrejas do nosso país uma imagem do Anjo de Portugal! E porquê?

«O reino luso, destinado a cruzar os mares e abrir continentes inteiros para a propagação da Fé, não tinha ainda acabado de nascer e já Deus havia designado um Anjo para protegê-lo. Por ocasião do seu Batismo, em 1109, D.

²¹⁹ Silva, Dr. Manuel Ferreira da, e outros, "*Hospitalidade Com São João De Deus No Coração Da História*" Co-edição de Edição Hospitalidade e de Rei dos Livros - 1994, p.17.

²²⁰ *Museu São João de Deus - Psiquiatria e História*. Editorial Hospitalidade. Lisboa, 2009. p.p. 085/086.

²²¹ *Hospitalidade*, nº63. 1951, p. 89.

Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, foi a ele consagrado, e no decorrer dos séculos firmou-se a devoção popular ao Anjo Protetor dos portugalenses. Em 1504, o Papa Leão X oficializou o seu culto, instituindo a festa do Anjo Custódio do Reino»²²². Está marcada, essa festa, para 10 de Junho, no calendário litúrgico, dia de Portugal.

Sabemos, pelo que era mencionado nas escolas, até escolas primárias, que, por ocasião da batalha de Ourique, e a tradição guardou a notícia na memória colectiva, Jesus Cristo terá aparecido a D. Afonso Henriques prometendo-lhe a vitória. Ora numa retrospectiva mais atenta parece que, ao lado do Salvador, se encontrava outra entidade celeste: o Anjo de Portugal! Também sabemos o problema que se levantou entre Alexandre Herculano e os católicos por o historiador, quando se encontrava a escrever, ou melhor, a reescrever a *História de Portugal*, ter remetido para a lenda o que muitos consideravam um facto histórico. No entanto, consultando as *Lendas e Narrativas* não encontramos nenhuma que descreva o acontecimento...

Mas a que propósito vem esta referência ao Anjo de Portugal? É que, na primavera de 1916, na aldeia de Aljustrel, num lugar chamado Loca do Cabeço, três crianças brincavam tranquilas, depois de terem rezado as suas orações enquanto pastoreavam um rebanho, quando foram surpreendidas por um vento forte e levantando a cabeça viram uma figura que se aproximava delas, "um jovem resplandecente como o brilho do cristal atravessado pelos raios do sol"²²³ e que lhes disse, sossegando-as: "- Não temais! Sou o Anjo da Paz." Ora esta entidade apareceu-lhes mais duas vezes no verão desse ano e, na segunda aparição, quando brincavam num quintal, declarou-lhes ser o Anjo de Portugal!

O Anjo de Portugal ensinou-lhes orações, rezou com eles, pediu-lhes sacrifícios, e tudo para pedir a Deus a paz para Portugal e para o Mundo. Ao mesmo

²²² Pe. Alex Barbosa de Brito, EP. Revista *Arautos do Evangelho*, Associação Internacional de Direito Pontifício. Número 164. Janeiro 2017. p. 12.

²²³ De Marchi, ICM, João M. *Era uma Senhora mais brilhante que o Sol*. 8 ed. Fátima: Missões Consolata, 1966, p.71-76.

tempo pediu-lhes que consolassem Deus que estava triste com os pecados dos homens. As três crianças, Lúcia de 10 anos, Francisco de 9 anos e Jacinta de 7 anos começaram de imediato a corresponder ao apelo do Anjo e, na terceira aparição, receberam a comunhão, sob as duas espécies, das mãos deste mensageiro celeste que se lhes apresentou, com um cálice e uma hóstia, numa gruta onde os pastorinhos se haviam refugiado para orar. "...deu a Sagrada Hóstia a Lúcia e apresentou o cálice a Francisco e Jacinta dizendo: - Tomai e bebei o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo, horrivelmente ultrajado pelos homens ingratos! Reparai os seus crimes e consolai o vosso Deus"²²⁴.

Lúcia tinha recebido a 1ª Comunhão das mãos do santo Padre Cruz, em 1913 e já tinha tido uma visão do anjo em 1915, quando brincava com outras crianças fora de casa. Como é natural contaram o que tinham visto, mas foram objecto de troça, não acreditaram nelas, pelo que a Lúcia e os primos, em situação semelhante, resolveram calar-se. Só mais tarde, quase vinte anos depois, em 1936, Lúcia viria a contar as aparições do anjo, que antecederam as de Nossa Senhora^{225, 226}

São estes acontecimentos, afinal, prenúncio de algo mais extraordinário: A 13 de Maio de 1917, na Cova da Iria, no lugar de Fátima, andando de novo as crianças a guardar o rebanho, apareceu-lhes, colocada sobre uma azinheira, uma "Senhora vestida toda de branco, mais brilhante que o Sol". A mensagem que transmitiu aos pastorinhos, durante seis aparições, todas nos dias 13, de Maio a Outubro (uma não se concretizou na data prevista porque os pastorinhos foram impedidos de estar presentes na Cova da Iria pelas autoridades)²²⁶, era continuação da deixada pelo Anjo, mas mais completa e pormenorizada e não falando apenas de Portugal, mas também da Rússia! A aparição, a uma pergunta feita pela Lúcia

²²⁴ Idem, *Ibidem*.

²²⁵ Irmã Lúcia, apud Martins dos Reis, Sebastião. *A vidente de Fátima dialoga e responde pelas aparições*, Braga:Franciscana. 1970, p. 77.

²²⁶ Lima, Licínio, *Senhora da República – Num altar em Fátima erguido pela Maçonaria – A verdade sobre a derrota da I República na guerra contra os católicos entre 1910 e 1926*. Melhor dizendo, a autoridade, Artur de Oliveira Santos, Administrador de Ourém, que levou os pastorinhos para sua casa e os reteve ali três dias, não se livrando de lhe terem chamado «o carrasco dos pastorinhos». Mais tarde irá exilar-se em Espanha, tendo chegado a trabalhar como fiel de armazém no Hospital São João de Deus em Madrid!, Lisboa, Presença, 2017, p.258.

identificou-se como sendo a Mãe de Deus sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. O apelo maior foi para que se rezasse o terço todos os dias.

Ao serem conhecidas no país estas notícias, de que até a imprensa se fez eco, começaram a afluir à Cova da Iria milhares de pessoas atraídas pelo inusitado da situação. É principalmente o povo humilde, o povo crente, carecido de amparo e protecção no seu sofrimento, que está presente em maior número. A Mãe de Deus, a Senhora do Rosário, prometera um milagre para Outubro e, perante uma enorme multidão de crentes, descrentes, curiosos, gente de todas as classes sociais, jornalistas, de repente, no meiodo um dia chuvoso, o Sol apareceu e começou a rodar vertiginosamente. Era o sinal! Que diria Herculano perante isto se fosse vivo? O mesmo certamente que muita gente que procura dar de Fátima, uma explicação racional: alucinação colectiva! Maquinação da Igreja contra a República! Ou então uma intervenção de seres extraterrestres transportados em discos voadores²²⁷! Por último a ligação dos acontecimentos de Fátima ao espiritismo²²⁸! A Igreja só quarenta anos depois aceitou Fátima e, no entender de muitos, foi Fátima que se impôs à Igreja e não a Igreja que impôs Fátima.

Entretanto, e como a Senhora comunicou aos pastorinhos mais novos que os iria levar brevemente para o Céu, Francisco e Jacinta vieram a falecer pouco tempo depois em consequência da epidemia de 1918. Francisco morreu em casa com 10 anos, em 1919, e Jacinta com 9 anos, em 1920, em Lisboa, no Hospital Dona Estefânia. Foram sem dúvida duas crianças excepcionais. O santo Padre Cruz esteve mais uma vez com os pastorinhos no verão de 1917 e rezou com eles o terço. Talvez

²²⁷ D' Armada, Fina e Joaquim Fernandes, *As Aparições De Fátima E O Fenómeno Ovní*, Espelho Mágico, Editorial Estampa, Lda, 3ª Edição Revista e Actualizada, 1995.

²²⁸ Neste momento, em que se estão a comemorar cem anos das aparições de Fátima, o jornal Diário de Notícias, na sua edição do dia 11 de Março de 2017, insere um artigo a páginas 16, intitulado: "Espíritas alegam ter previsto Fátima, morte do rei e o primeiro Presidente". Neste artigo destaca-se um anúncio em que pode ver-se um número que irá configurar uma data com extraordinária precisão, seguido de uma mensagem: - " 135917 - Não esqueças o dia feliz em que findará o nosso martírio. A guerra que nos fazem terminará. A.e O." A data foi dois meses depois entendida como 13 do 5 de (1)917, data da 1ª aparição de Fátima, e o anúncio, o fim da guerra para "breve", tal como Nossa Senhora predisse aos pastorinhos. O espiritismo estava muito em voga em Portugal nessa altura. Este período foi fértil em "avistamentos" ou "aparições" por todo o país e até no estrangeiro. Os descrentes destas situações chamavam-lhes "fenómenos".

lhes tenha ensinado a jaculatória que costumava ensinar aos escolares do Telhal quando os visitava e com quem foi fotografado: "Jesus, Maria, José, Santa Ana e S. Joaquim, na vida e na morte lembrai-vos de mim!"²²⁹

É natural que os Irmãos de S. João de Deus tenham acompanhado com natural curiosidade os acontecimentos de Fátima. Não conhecemos relatos dessa altura sobre o assunto entre os Irmãos, mas, mais tarde, nas bodas de prata das aparições, inserem na sua revista *Hospitalidade*²³⁰ um artigo transcrito da *Voz da Verdade* que demonstra o interesse que Fátima já despertava e o desenvolvimento que se verificava na Cova da Iria.

Isso não impedia que se continuassem a fazer peregrinações a Lourdes como era usual desde o século XIX. A propósito, temos connosco uma fotocópia de um apelo da Juventude Católica de Lisboa, que se encontra no Arquivo do Patriarcado, correspondência do patriarca, em que, em vésperas da República, 20 de Junho de 1910, o Presidente da J.C.L., Zuzarte de Mendonça, pede ajuda económica para uma peregrinação nacional a Lourdes, no mês de Agosto, porque desejam levar alguns doentes pobres e adquirir uma "Bandeira nacional que, nas suas cores e emblemas, nos fala da terra que nos foi berço e da Fé de Christo que nos fez heroes e santos".

²²⁹ *Hospitalidade*, Ano IX, Nº 35, 3º do Tomo V. Fotografia do P. Cruz com os escolares do Telhal, 27 de Novembro de 1944.

²³⁰ *Hospitalidade*, 7º Ano, Nº 27, Outubro 1942, Crónica trimestral dos Irmãos de S. João de Deus em Portugal, Redacção e Administração, Telhal-Algueirão. p. 9.

De 1918 a 1920

Portugal no rescaldo da guerra.

A Ordem de S. João de Deus afirma-se pela sua disponibilidade e competência

Em 1834, ano da supressão das Ordens religiosas em Portugal, a Província de S. João de Deus, no nosso país, contava, como já referimos, com 17 Conventos- Hospitais²³¹ e numerosas vocações, não constando que estivesse decadente. E, no entanto, vai ser objecto do mesmo destino que levaram as outras casas religiosas: o encerramento compulsivo e imediato. Os autores da decisão^{232, 233} em breves linhas e em breve espaço de tempo, consumaram uma situação que levaria, mais tarde, décadas a restaurar. Por isso os Irmãos Hospitaleiros, que reentraram em Portugal em 1893, pela mão do restaurador P. Bento Menni, em 1918 continuavam apenas com uma Casa, a Casa de Saúde do Telhal, ligada à Província Espanhola e México e sem poderem ter noviciado.

Daqui podemos inferir que os Irmãos, ultrapassando muitos obstáculos,

²³¹ Há uma distinção a fazer entre *Conventos* e *Casas*. Aqueles concentrando num só edifício todas as actividades, estas distribuindo essas actividades por vários pavilhões.

²³² Almeida, Fortunato de, *História de Portugal*, 3º vol, Bertrand Editora, Chiado 2005. "Dias depois de assinada a convenção de Évora Monte, Aguiar, ministro da justiça, apresentou no Conselho de Estado a proposta para a extinção das ordens religiosas. Nenhum dos membros do Conselho aprovou a violência; porém D. Pedro, o ministro da justiça e certamente o ministério todo estavam firmemente decididos a executá-la. O próprio monarca redigiu por seu punho um projecto de decreto de extinção dos conventos, e solidarizou-se por completo com o ministro. Rejeitada a proposta pelo Conselho de Estado, Aguiar e D. Pedro tiveram uma conferência, na qual se assentou a extinção apesar de tudo.

Redigido o decreto, Joaquim António de Aguiar levou-o à Imprensa Nacional e aí o fez compor e imprimir à sua vista, em o n.º 127 da *Crónica Constitucional de Lisboa* de 31 de Maio; e só saiu da imprensa quando se começava a distribuir aquele jornal pela cidade. [...] O artigo 1.º do decreto extinguiu desde logo todas as casas religiosas de ordens regulares, qualquer que fosse a sua denominação, instituto ou regra. O artigo 2.º mandava incorporar nos próprios nacionais os bens dos conventos. [...] A Companhia de Jesus merecera as honras da perseguição em decreto especial 75p. 233.

acalentassem vários sonhos: restaurar a Província Portuguesa, ter de novo em Portugal o noviciado, aumentar o espaço da Casa do Telhal com novos e modernos pavilhões para benefício dos doentes e criar mais Casas para corresponder a solicitações que lhes iam chegando de outros pontos do país, nomeadamente do norte do Continente, das Ilhas, do Ultramar e até do Brasil.

O trabalho dos Irmãos enfermeiros, na retaguarda do conflito mundial que estava prestes a atingir o seu fim, mas que deixava tantos doentes e feridos para serem tratados, alguns arrastando os seus sofrimentos, físicos ou psíquicos, durante anos, começava de novo a ser reconhecido quer pelas populações, quer pelas autoridades que confiaram e louvaram a competência e o desempenho desta Ordem²³³, a todos os títulos, carismática.

Era portanto altura, agora que a perseguição contra a Igreja começava a dar mostras de abrandar, de a Ordem se expandir com base na comunidade do Telhal. Vimos, em devido tempo, como as experiências feitas em Aldeia da Ponte e em Santa Marta haviam falhado por falta consistente de apoios. Uma tentativa na Ilha da Madeira também se gorou pelo mesmo motivo.

Tinha constado aos Irmãos que uma senhora da Ilha da Madeira, D. Paula, Morgada do Trapiche, estava disposta a oferecer aos Irmãos a sua propriedade para ser ali fundada uma Casa. Isto no início do século. A 6 de Janeiro de 1906 partiam para a Madeira dois Irmãos, um deles o P. Augusto Carreto, para afinal lhes dizerem que a mesma senhora havia mudado de ideias. Voltaram para o Telhal no primeiro barco e já sem terem ido aos Açores, como parece que tinham intenção de fazer.

Também não conseguiram uma Casa na região do Porto, como era desejo de famílias

²³³ Abreu, Luís Machado de, José Eduardo Franco (coord.), *Ordens e congregações religiosas, no contexto da I República*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva, 2010, p. 21. «O substantivo congregação (*congregationis*) deriva do verbo latino *congregare* que significa reunir, criar comunidade, sob a orientação de um determinado ideal (carisma) em função do qual são elaboradas regras que devem orientar a vida dos membros organizados em comunidade. [...] Embora o termo *congregação* (aliás, como acontece com o termo *ordem*) costuma ser o nome vulgarmente atribuído a todos os institutos religiosos em sentido lato, a congregação diferencia-se tecnicamente da ordem religiosa pela não solenidade dos votos públicos como definia o *Código de Direito Canónico* de 1917. Definição que consagra a distinção entre votos simples e solenes realizada pela primeira vez por Santo Inácio de Loyola na Companhia de Jesus. Historicamente, até ao século XVIII todos os institutos religiosos eram designados em sentido estrito por ordens religiosas. Só a partir de 1784, ano em que Pio VI aprovou a última ordem religiosa, a dos Irmãos da Penitência de Jesus Nazareno (suprimida depois por Pio XI em 1935), é que a Igreja passou a criar oficialmente congregações.»

do norte que tinham familiares internados no Telhal.

«Várias famílias, que tinham membros internados no Telhal, lamentavam que não existisse uma casa no norte do país para ajudar a solucionar os problemas dos doentes do foro psiquiátrico. Mas o território português estava então englobado na Província Hispano - Luso- Mexicana; e, como consta dos queixumes dos Irmãos da época, os espanhóis não manifestavam grande interesse em dar solução às necessidades portuguesas»²³⁴.

Mas agora, o R.P.Elias Pereira estava determinado, mais uma vez, a levar para a frente a concretização de sonhos e projectos que os Irmãos perseguiram havia, pelo menos, quatro décadas. Como devemos calcular, pelo que acabámos de referir, não foi fácil e, neste curto espaço de tempo de três anos, deu-se primazia à *herança da guerra*: receber feridos e doentes (entre estes um acréscimo considerável de doentes mentais, afectados pelas condições do conflito, nomeadamente nas trincheiras); combater epidemias: o tifo, a varíola e a pneumónica; chorar os mortos e procurar os desaparecidos...

«Para trás ficavam os sacrifícios de 57.000 portugueses mobilizados para França, com 1.938 mortos, 5.198 feridos e 6.969 prisioneiros ou desaparecidos, ou seja, um total oficial de 14.105 baixas, que representam 24,6 % da força empenhada»²³⁵. Segundo João Medina, na sua *História de Portugal*: «A República teve o mérito de se manter fiel à aliança inglesa; teve o defeito de não encontrar melhor maneira de o fazer e de sonhar demasiado alto para os recursos e realidades do país»²³⁶. Já aflorámos quão desastrosa foi a nossa participação nesta guerra, que enfrentámos em três *teatros* da mesma. Do que se passou em Moçambique, por exemplo, basta dizer que esta campanha" foi o maior desastre que Portugal teve em África" depois de Alcácer- Quibir...²³⁷ Todas estas situações nefastas afastaram os

²³⁴ Torres, José, *História da Casa de Saúde de S. João de Deus*, Barcelos, Editorial Hospitalidade, 2000, p.73.

²³⁵ «O Esforço Militar Português», *Instituto*, Coimbra, 1920, vol. 67, n^o2, pp.118-124.

²³⁶ Medina, João, *História de Portugal, As Forças Armadas ou a República Decapitada*, vol. I, Alfragide, Ediclube, 2004. p. 53

²³⁷ Idem, *Ibidem*. p 49.

militares dos políticos e reflectiram-se nos jovens cadetes que rodearam Sidónio, tal como a juventude académica já se estava a afastar da República desde 1914. A Monarquia do Norte fez uma aparição fugaz, Portugal estava em crise. O desencanto era geral, os recursos económicos escasseavam...

De repente, em apenas quatro anos, a República apresenta-se *velha* aos que esperavam mais do novo regime, aos que queriam o cumprimento das promessas feitas e não concretizadas, aos que tinham investido num sonho que estava a esfumar-se. A participação democrática foi restringida. Depois há que ter em conta o movimento monárquico que se concretiza não só, em operações militares, como também em manifestações ideológicas. Estamos a falar concretamente no *Integralismo Lusitano* que irá pugnar pela restauração da Monarquia ou, em última análise, por uma República *nova*. E, se bem o dizemos, melhor o explicamos, depois de compulsarmos diversos autores de Histórias de Portugal, ao lembrar como D. Manuel II afastou os integralistas da sua causa, que acabaram por se voltar para D. Miguel II, seu primo, e ao chegarmos à conclusão de que muitas ideias dos integralistas foram aproveitadas depois pelo Estado Novo.

Mas a morte de Sidónio Pais, em finais de 1918, precisamente em Dezembro, deixou o país numa situação que podemos considerar caótica. O mês de Janeiro de 1919 foi de desnorte. Bem podemos parafrasear Almada Negreiros quando chama a Portugal: "inferno à beira-mar plantado!" Que esperar de um país assim? Canto e Castro assume a presidência. Ele, que até tinha convicções monárquicas, jura fidelidade à República! Foi eleito pelas duas Câmaras do Congresso da República e soube ser isento, aguentando os pouco menos de 300 dias de um mandato conturbado, até manifestar o propósito de se demitir. Foi substituído por António José de Almeida, eleito em 6 de Agosto de 1919 e empossado em 6 de Outubro. António José de Almeida, que será o único presidente da 1ª República a completar o mandato.

De facto, o ano de 1919 parece ter sido o ano de todos os acontecimentos! Foi o ano da Monarquia do Norte, a chamada "traulitânia" pelos detractores; o ano das inúmeras greves e do aparecimento da Confederação Geral dos Trabalhadores; o ano do Tratado de Paz de Versalhes com Afonso Costa ali presente, a representar Portugal, apesar de se encontrar no exílio de que não regressaria; o ano em que o Partido Evolucionista e o Partido Unionista se uniram e formaram o Partido Liberal Republicano; o ano em que o Presidente do Brasil, recentemente eleito, Dr. Epitácio Pessoa, visitou Portugal, sendo recebido com um brilhante discurso por António José de Almeida que irá retribuir a visita, já como Presidente, no 1º Centenário da Independência do Brasil, em 1922. O ano em que morreu São Francisco, o pequeno pastorinho de Fátima, agora, precisamente um século depois, em 13 de Maio de 2017, canonizado pelo papa Francisco...

Que têm os Irmãos de São João de Deus a ver com tudo isto? Estão providencialmente afastados dos centros da agitação social e política, e até religiosa. A quinta do Telhal foi de facto um achado. Não só permitia isolamento, sossego e bem estar em contacto com a natureza, como o desconhecimento de muitas situações que lhes perturbariam o desempenho da sua missão. Por que teriam os antigos donos vendido tão bela propriedade? Parece que a razão terá sido a construção do caminho de ferro da linha do oeste - Cacém, Meleças, Figueira da Foz - que lhes iria cortar a quinta, o que os terá deixado desgostosos²³⁸.

Apesar de todos os problemas que o país estava a enfrentar, a Ordem de São João de Deus colheu alguns benefícios, ao ser a sua Casa considerada Hospital militar. Nunca será de mais salientar que, com o que o Estado pagava por cada militar ali internado, foi possível contar com todos os Irmãos ao cuidado dos doentes, deixaram de percorrer o país, como até aí faziam²³⁹, e dedicaram-se

²³⁸ Silva, Manuel Ferreira da, *Hospitalidade com S.João de Deus no Coração da História*, s.l., co-edição de Editorial Hospitalidade e de Rei dos Livros, s.d., p.267.

²³⁹ Idem, *Ibidem*. Deixaram de, entre situações que já referimos, ouvir o que o Irmão José dos Santos ouviu um dia: "se não têm com que sustentar os doentes, para que é que os recebem?". p. 176. "O povo começava a esquecer o valor moral e ascético da

inteiramente aos serviços de enfermagem. E, se bem que os Irmãos estivessem preparados para tratar qualquer enfermidade, é às doenças do foro psiquiátrico que especialmente se dedicam. Isto leva-nos a reavivar uma questão: que motivo levou o P. Bento Menni a restaurar a Ordem em Portugal direccionada para esta enfermidade?

«A ideia de optar pelos doentes mentais não tinha raízes fundas na tradição da Ordem Hospitaleira, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Com efeito, nenhum dos hospitais da antiga província, tanto na Metrópole como no Ultramar, tinha esse objectivo e ainda hoje, ao nível de toda a Ordem, apenas cerca de 33% têm como objectivo específico principal a cura dos alienados»²⁴⁰.

Acontece, porém, que, quando o P. Menni chegou a Portugal para restaurar a Ordem, se apercebeu de que os dois grupos de doentes mais necessitados de apoio eram as crianças e os doentes mentais. Uns e outros eram mantidos nos hospitais em condições pouco dignas, negligenciados e muitas vezes objecto de maus-tratos. Digamos que eram até marginalizados, de tal modo que os próprios profissionais de saúde evitavam tratá-los por considerarem um serviço inferior. Só os médicos, que não conseguiam nada melhor, se sujeitavam a ocuparem-se destes doentes, principalmente no que dizia respeito aos doentes mentais.

Os Irmãos de São João de Deus tinham por orientação serem pacientes com os doentes, nunca lhes baterem, tratem-nos mesmo com amor e carinho, o que naquela época não se praticava face muitas vezes às manias, à agitação e à agressividade de alguns deles. Depois, para muitos doentes, havia um diagnóstico tão negativo que desanimava quem deles se ocupava. Todavia os Irmãos persistiam na dedicação e na bondade:

«É a bondade forte, delicada e inteligente que domina e acalma. É ver um Irmão de S. João de Deus no meio dos doentes mais agitados: aqui dá um cigarro

esmola". *Hospitalidade*, 1951, n° 63, pp. 396-398.

²⁴⁰ Filipe, Nuno Ferreira, O.H., *No 75º aniversário da fundação da Casa de Saúde do Telhal*, 1893- 1968, p.17.

a um, ali dá lume a outro; assoa este, prega um botão na roupa àquele; presta-se a todos os serviços ainda os mais humildes; enfim, acarinha a todos, como se fosse a sua própria mãe. Chegando a hora da refeição, a uns serve a comida à boca, a outros procura alimentar e contentar, como pode, não obstante as manias de cada qual. A uns nada os satisfaz e queixam-se de tudo; outros pelo contrário nada pedem: é preciso ir ao encontro das suas necessidades»²⁴¹.

Uma preocupação grande dos Irmãos era ter ocupados os doentes, como já referimos e não è demais relembrar. Já o próprio Santo fundador aproveitava o trabalho dos que podiam auxiliá-lo para proveito dos próprios, que manifestavam melhorias na sua saúde com qualquer actividade que estivesse ao seu alcance e que pudessem desempenhar, quer fosse trabalho manual quer intelectual. Também procuravam distraí- los com divertimentos salutareis, numa ocupação de tempos livres, que muitas vezes era o que mais existia. Assim encontramos estabelecido nas Constituições: "Façam tudo o que possa contribuir para a saúde, alívio e consolação dos enfermos"²⁴².

É precisamente neste contexto que, em 1919, Fr. Juan Jesús Adradas, que estava à frente da Província Luso Espanhola e Americana da Ordem Hospitaleira, depois de uma visita a alguns países da América, resolveu transmitir as suas profundas impressões às Casas da Península Ibérica para que aí fossem implementadas medidas semelhantes, às que tinha observado, de promoção do trabalho dos doentes como meio de recuperação terapêutica:

"Na nossa recente Visita às casas da América, aproveitámos todas as ocasiões propícias. Para visitar estabelecimentos análogos daquelas repúblicas e examinar tudo o que em favor dos doentes se pratica, tendo-nos surpreendido em alguns a sábia e perfeita organização dos trabalhos manuais e até intelectuais a que se dedicam os pobres alienados. Não só se ocupam dos trabalhos do campo os

²⁴¹ Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Portugal-1892-2002*, Lisboa, Edição Editorial Hospitalidade, 2003. p. 76.

²⁴² Idem, *Ibidem*. Apud P. João Gameiro, op. cit., p. 130.

afeiçoados à agricultura e cujas condições físicas são aptas para esses trabalhos, mas também há outros ocupados em oficinas bem montadas de carpintaria, serralharia, de reparações de cozinhas e até de olarias, na forma mais perfeita, não faltando os que cultivam as belas artes de pintura, escultura, poesia e literatura. [...] É bem sabido que o trabalho proporciona muitas vantagens aos nossos doentes, como, entre outras, a do entretenimento, que os preserva da ociosidade, tão prejudicial a todos, e livra de pesadelos, muitas vezes causa da doença ou da sua duração prolongada[,,].

Recomendamos encarecidamente este ponto aos Superiores para que, de acordo com os médicos, estudem a maneira de fomentar o trabalho entre os doentes e pô-lo em prática com firmeza digna de um assunto tão importante e de resultados tão favoráveis e benéficos para os mesmos. Ainda merece mais atenção o trabalho dos nossos Asilos, pois da sua boa e perfeita organização dependerá muitas vezes o futuro de algumas das nossas crianças, para não dizer da maior parte"²⁴³.

É natural que estas directivas tenham sido bem acolhidas no Telhal, mas certamente como complementares do que já ali se praticava. Luís Cebola, como já tivemos oportunidade de referir, mantinha a Casa de Saúde na vanguarda do que de melhor se fazia lá fora no âmbito da saúde mental. Ele mesmo viajou pelo norte da Europa e teve oportunidade de conhecer empreendimentos do género que orientou no Telhal. E temos conhecimento, pelas informações que são do domínio geral, que a acção dos médicos psiquiatras, no início do século em Portugal, estava perfeitamente em sintonia com os avanços verificados nos outros países, O Congresso de Medicina de Lisboa de 1906, presidido por Miguel Bombarda, foi um sucesso.

Além das boas notícias, já referidas, com relação ao andamento da Casa de Saúde do Telhal, podemos acrescentar a continuação do aparecimento de novas vocações que permitiram garantir a formação de novos enfermeiros. Nas tabelas a seguir apresentadas aparece em primeiro lugar a origem dos candidatos, quer ao

²⁴³ *Idem, Ibidem*, Apud, Fr. Juan Jesús Adradas, *Extracto de uma circular de 8 de Dezembro de 1919*, in Aires Gameiro e outros, op. cit. p.215.

postulantado, quer ao noviciado. E não há dúvida de que, o norte do país, com relevância para a Beira interior, distrito da Guarda, é a zona mais promissora de jovens religiosos para esta Ordem. Verificamos também que o número de desistências é inferior às permanências, o que dá sempre um saldo positivo. Quanto à Profissão Simples e à Profissão Solene podemos manter as mesmas observações ressaltando o facto de, na tabela sobre a Profissão Solene, nos aparecerem os falecimentos dos Irmãos mais velhos ao longo de todo o resto do século XX.

Os Irmãos falecidos estão sepultados num talhão próprio no cemitério de Rio de Mouro. Talhão esse que foi adquirido pelos Irmãos e que apresenta dez campas com capacidade para, pelo menos, oito corpos cada. Ali jazem 64 religiosos, alguns dos quais citados ao longo deste nosso trabalho como por exemplo: o Irmão Cassiano Maria Natal (f. 13-06-1960) e o Pe. João Gameiro Alexandre (f. 31-08-1987), ambos na campa nº 3; José dos Santos (Ir. Júlio) (f. 06-01-1982), na campa nº 7; Pe. Augusto Carreto (f. 15-06-1963) e João Monteiro (Ir. Filipe) (f. 20-07-1979), ambos na campa nº 4. No cemitério as campas não têm nomes, apenas números.

Estatísticas dos Irmãos 1918 - 1920

Postulantado

Diocese	Freguesia	Postulante	Saída
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	23-02-1919	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	24-02-1919	
Guarda	Rendo (Sabugal)	23-07-1919	13-09-1921
Guarda	Rendo (Sabugal)	15-01-1920	
Guarda	Rendo (Sabugal)	08-03-1920	
Leiria	Ourém	14-07-1920	06-10-1925
Guarda	Lomba (Sabugal)	18-08-1920	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	18-08-1920	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	18-08-1920	
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	21-09-1920	
Guarda	Rendo (Sabugal)	07-11-1920	
Guarda		12-11-1920	

Noviciado

Diocese	Freguesia	Noviciado
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	06-01-1919
Guarda	Baraçal (Sabugal)	18-01-1920
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	20-06-1920
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	23-06-1920

Postulantado

Noviciado

Anos	Entrada	Saída	Anos	Entrada	Saída
1919	3	1	1919	1	1
1920	9	1	1920	1	

Profissão Simples

Diocese	Freguesia	Profissão	Saída
		Simples	
Guarda	Teixoso (Covilhã)	30-05-1919	
Guarda	Vila Fernando (Sabugal)	15-06-1919	02-01-1923
Guarda	Vila do Touro (Sabugal)	15-06-1919	09-08-1923
Guarda	Quadrasais (Sabugal)	15-10-1919	
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	19-01-1919	

Profissão Solene

Diocese	Freguesia	Profissão	Falecidos
		solene	
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	08-12-1919	06-01-1982*

Lamego	Resende	08-12-1919	22-06-1958*
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	08-12-1919	30-11-1970*
Vila Real	S. José de Godim- Peso da Régua	08-12-1919	15-11-1976*
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	24-02-1920	24-08-1967
Guarda	Teixoso (Covilhã)	26-03-1920	20-04-1923
Guarda	Aldeia de S.º António (Sabugal)	26-03-1920	10-03-1978*
Guarda	Teixoso (Covilhã)	28-04-1920	16-12-1949
Guarda	Teixoso (Covilhã)	28-04-1920	10-10-1949
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	28-04-1920	23-04-1944*
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	28-04-1920	13-01-1987
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	13-05-1920	21-01-1980
Porto	S. Vicente de Loredó (Feira)	13-05-1920	19-05-1971
Guarda	Covilhã	30-05-1920	16-12-1974
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	21-06-1920	07-06-1924
Funchal	Água de Pena (Machico)	08-07-1920	08-10-1947*
Viseu	Meimoa (Satão)	08-07-1920	24-01-1951*

Profissão Simples

Profissão Solene

Anos	Entrada	Saída	Anos	Entrada	Saída
1919	4	1	1919	4	
1920	1		1920	13	

Os Irmãos assinalados com asterisco encontram-se sepultados em Rio de Mouro. Longe vai o tempo em que os cemitérios foram objecto de lutas das populações por causa dos enterramentos fora das igrejas ou afastados delas, em campos próprios, ordenados pelas autoridades na imposição da laicidade, e não só, da higiene e da saúde. E, se pensamos que esses tempos remontam ao célebre levante

da Maria da Fonte, na época dos Cabrais, temos de considerar que não é preciso recuar tanto. A 1ª República encarregou-se de ressuscitar o problema legislando a propósito, retirando dos já chamados "campo santo" todos os símbolos religiosos e todas as "barreiras" que separavam as sepulturas dos católicos das sepulturas de pessoas de outras confissões.

A República, com um zelo escrupulosamente laicista, que temos que lhe reconhecer, colocou o país todo de levante pelos mais diversos motivos, geralmente relacionados com a Igreja, entre eles, e de novo, a questão dos enterros no interior das igrejas, conforme o Decreto de 10 de Novembro de 1910, *Diário do Governo*, nº37, 17 de Novembro de 1910²⁴⁴. Segundo David Luna de Carvalho: "A maioria dos historiadores não deu ainda a atenção devida à Lei da Separação para reparar que neste período surgiu uma legislação considerada «proibitiva» pelos seus contemporâneos. Esta legislação dizia respeito aos enterros religiosos e teve profundas repercussões sociais, antecipando o impacto atribuído geralmente à Lei da Separação"²⁴⁵.

Pode parecer exagero da parte da República voltar a legislar sobre este assunto quando se sabia ser já do conhecimento geral a existência de regras para serem cumpridas, ser do maior melindre esta situação e, sem dúvida, ir provocar agitação social, mas, três anos volvidos, ainda se continuavam a fazer enterramentos nas igrejas, ou porque não se haviam providenciado cemitérios em algumas localidades, ou porque as populações resistiam à *Lei Nova*.

"A 15 de Outubro de 1912, voltando a lembrar-se os setenta e sete anos dos decretos «coibitivos» do enterro no interior das igrejas, assinalava-se que em Castro Vicente (concelho de Mogadouro, distrito de Bragança), ainda se enterravam cadáveres na igreja matriz fazendo perigar a saúde pública"²⁴⁶. "Durante

²⁴⁴ Carvalho, David Luna de, *Os Levantes da República (1910-1917) Resistências à Laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 2011, p. 21.

²⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p.61.

²⁴⁶ Idem, *Ibidem*, nota 50: *O Mogadouro*, nº2, 15 de Outubro de 1912, p.220.

a República também se continuaram a realizar enterros nos adros das igrejas e a sua proibição também deu origem a tumultos"²⁴⁷.

Não se verificou nada disto com os Irmãos de São João de Deus que, com humildade, sem ostentação, iam sendo sepultados no cemitério de Rio de Mouro em campa rasa e com um simples número por identificação. Logo que puderam adquiriram o talhão, a que já fizemos referência, e não lhes passou sequer pela cabeça preparar a igreja, que construíram de raiz, ou mesmo o seu adro, para sepultarem os seus defuntos. Ou não fossem os Irmãos, enfermeiros, conhecedores das consequências, para a saúde, dessa proximidade de corpos em decomposição mesmo que muito resguardados.

Uma pessoa que muito conviveu com os Irmãos durante 37 anos, como sabemos, Luís Cebola, está sepultada no cemitério do Alto de São João, num jazigo adquirido pela sua família. Podemos afirmar que está sepultado num cemitério elitista, construído no início do século XIX, reinado de D. Maria II, numa verdadeira "cidade" dos mortos: amplo, arejado, com belos monumentos funerários dispostos em arruamentos sombreados por belas árvores. Conhecemos o cemitério que hoje é mesmo um espaço turístico onde estão depositados os corpos de muitos notáveis que, em vida, tiveram papel relevante em várias áreas da sociedade. Ali estão figuras que a República quis homenagear. Ali está sepultado Miguel Bombarda.

Luís Cebola faleceu a 11 de Março de 1967, com 91 anos. Os seus últimos anos depois da reforma foram solitários na sua casa em Benfica. Não tinha família própria, nunca casou, embora tivesse um sobrinho, filho de uma irmã e constasse a sua convivência com duas senhoras, Maria da Glória e Maria Caetana, possivelmente suas pacientes no consultório que detinha na baixa de Lisboa. Vivia bem, os Irmãos atribuíram-lhe uma pensão vitalícia, mas o isolamento do final da vida deve ter-lhe pesado porque um dos seus pensamentos mais constantes era sobre

²⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.221.

a morte, daí uma frase que deixou escrita, entre outras: "Cada pessoa escreve a sua história à sombra de um cipreste".

Durante este período, o número de doentes foi aumentando no Telhal, conforme era de prever dados os muitos acontecimentos negativos no país, no campo da saúde. Assim podemos confirmar através da análise dos dados que nos são fornecidos pela própria Casa de Saúde:

Anos	Doentes	Entrados	Curados	Melhores	Na mesma	Crónicos	Falecidos	Total dos saídos	No fim de cada ano
1919	121	82	31	15	14	3	7	70	133
1920	133	55	14	11	16	3	11	55	133

Mas a entrada da década de vinte, do século XX, no meio de muitos atropelos políticos no nosso país, trouxe, apesar de tudo, uma esperança de expansão para os Irmãos da Ordem de S. João de Deus. O novo terreno da sua acção caritativa hospitaleira parecia-lhes ser, para começo, a Ilha da Madeira, lembrados que estavam da disponibilidade em que se encontrava a morgada de Trapiche em lhes facultar a sua propriedade para se instalarem e levantarem uma Casa de Saúde, direccionada para o tratamento das doenças mentais, um manicómio, que tão necessário era naquele arquipélago. Já comentámos como a morgada mudou de opinião e vamos tentar perceber porquê.

No início do século o hospital mais conhecido no nosso país, para doentes do foro psiquiátrico, era o Hospital de Rilhafoles, em Lisboa. Não raro, na imprensa diária, por exemplo, no jornal *O Século*, apareciam notícias de pessoas conduzidas a Rilhafoles por darem mostras de doença mental. Este Hospital, como já referimos, tomou depois, no tempo da República, o nome de Hospital Miguel Bombarda. Era para aqui que eram trazidos doentes de todo o país, inclusive das Ilhas. Foi o próprio Miguel Bombarda que, deslocando-se a certa altura aos Açores e passando pelo Funchal, levantou aí uma polémica²⁴⁸.

²⁴⁸ Gameiro, O. H. Aires, Manuel Maria Gonçalves, *História da Casa S. João de Deus na Madeira, Volume I – Os Irmãos*

No verão de 1898, o conhecido alienista deslocou-se a S. Miguel para participar no planeamento de um manicómio naquela Ilha²⁴⁹ e passou pelo Funchal onde visitou o Hospital da Misericórdia. Referindo-se à falta de manicómios teceu duras críticas à maneira como eram ali assistidos os alienados. A essas críticas se referiram os jornais *Diário Popular e Portugal, Madeira e Açores*, em 12 de Setembro, o que levou o presidente da Santa Casa da Misericórdia do Funchal a reagir, em 29 de Setembro, devolvendo as críticas, chamando a atenção para o tempo que os alienados demoravam a seguir para o Continente com destino a Rilhafoles, que não raro quase se esquecia deles. Eram estes doentes recolhidos, provisoriamente, em espaços pequenos, nada preparados para esse tempo de espera, não havendo portanto nos Arquipélagos qualquer manicómio.

O que disse em concreto Miguel Bombarda? “Hoje acabo de visitar o Hospital da Misericórdia do Funchal!, Sinto o meu coração estrangulado numa dor imensa, porque nada mais doloroso se pode imaginar; Em três quartos infectos sem mais ar nem mais luz do que os que rompem pela única janela gradeada, numa atmosfera de mefitismo de arrancar as náuseas, três desgraçados andrajosos, imundos, de aspecto repelente, vivendo em condições de abjecção que nem feras nas *ménageries* das cidades civilizadas”²⁵⁰. Preocupado com o problema da degenerescência mental “Miguel Bombarda aliou a competência de alienista a um temperamento inquieto, ocupado simultaneamente no ensino, prática clínica, política e filosofia positivista”. A sua definição de Rilhafoles em 1894 era: “asilos de incuráveis”, “prisão de perigosos e criminosos”, “oficina de trabalho”, “laboratório de ciência”, “quartel de disciplina” e “hospital”²⁵¹.

Isto dá bem a conhecer a necessidade de hospitais vocacionados para o

Hospitais e os alienados – Dos Antecedentes a 1960

²⁴⁹ Gameiro, O. H. Aires, “Papel do Dr. Miguel Bomarda no planeamento do manicómio dos Açores no dobrar dos séculos XIX-XX”, *Jornadas de história da psiquiatria e saúde mental*, CEIS, Coimbra, 2011, pp.57-63.

²⁵⁰ Apud Saturnino Figueira da Silva, “Proposta para uma melhor integração dos doentes mentais considerados casos sociais na Região Autónoma da Madeira”, op. cit., p.334.

²⁵¹ “O Hospital de Rilhafoles e seus Serviços em 1892-1893”, in *Medicina Contemporânea*, Lisboa, nº 25 (17-06-1894) p. 248; cit. In Paulo Araújo, *Miguel Bombarda, Médico e Político*. Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 90.

tratamento de doenças incapacitantes como estas, que estavam finalmente na primeira linha das preocupações dos médicos alienistas e, não só, das próprias autoridades centrais e regionais. Miguel Bombarda tinha consciência, melhor que ninguém, dos dramas ligados a esta situação. Como médico e como político, como director de uma instituição de saúde mental, Rilhafoles, é natural que a sua presença nas Ilhas, onde se deslocara com o propósito de impulsionar um projecto pioneiro ali, desse frutos a curto prazo. Era altura também de os Irmãos de São João de Deus manifestarem o seu interesse em se estabelecerem no Funchal. Mas as coisas não correram com a facilidade que era de esperar, apesar de o próprio bispo do Funchal se ter interessado em ver ali os Irmãos de São João de Deus.

D. Manuel Agostinho Barreto (1876-1911), enfrentou dificuldades que se revelaram ser de cariz político e que podemos consubstanciar na frase seguinte: “foi o receio de aumentar o jesuitismo”²⁵². Houve de facto forças políticas adversas à instalação dos Irmãos na Madeira. A Maçonaria liderava esse movimento que não queria lá “nem Congreganistas nem Jesuitismo”²⁵³. Por outro lado havia pessoas interessadas em que fosse construído um hospital, por subscrição pública, sem qualquer interferência religiosa, que seria designado Hospital Câmara Pestana, em homenagem e à memória do ilustre bacteriologista madeirense, Dr. Luís da Câmara Pestana (1863-1899), conforme se lê sob o busto que o representa, junto ao hospital²⁵⁴.

Foi de facto construído o hospital, e até com uma certa celeridade dada a preocupação de obstar a que a Ordem de S. João de Deus ali se conseguisse instalar, como estamos a compreender. Deve-se o impulso maior à acção de João José Rodrigues Leitão, (Ponte da Barca,1843 - Funchal,1925), 1º Visconde de

²⁵² Gameiro, OH, Aires e Manuel Maria Gonçalves, OH, História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira, Volume I, Os Irmãos Hospitaleiros e os alienados-dos antecedentes a 1960. p. 41

²⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 48.

²⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 50.

Cacongo²⁵⁵, que, ao fixar-se na Madeira, se interessou por diversas obras filantrópicas e pelo assunto do hospital com a compra do terreno para esse fim: a Quinta do Rochedo em São Gonçalo, constituindo uma comissão que conseguiu angariar 4.000\$000 (quatro mil reis) para a concretização do projecto. “Pela leitura de dezenas de actas das reuniões da Junta Geral sobre o assunto, decorridas entre Janeiro de 1902 e Novembro de 1907, [...] verifica-se que o parto do manicómio foi longo e difícil. Surge como aposta de um grupo, talvez de pressão, com o Visconde de Cacongo à frente - este participou, em pessoa, nas decisões da Junta Geral, como procurador, com forte influência, em nome da comissão de subscritores do manicómio. A lei de autonomia da Madeira, de 12 de Agosto de 1901, pode ter sido também uma motivação para resolver o problema; e não se exclui a pressão política para contornar os esforços e diligências de D. Manuel Agostinho Barreto (a partir de pelo menos, 1900), para conseguirem antecipar-se aos Irmãos de S. João de Deus. O facto consumado da compra da Quinta do Rochedo pela comissão tornaria a implantação dos “congreganistas” desnecessária”²⁵⁶.

O Manicómio Câmara Pestana terá começado a funcionar a partir de 4 de Abril de 1906 com um director clínico nomeado para o gerir e um corpo de enfermagem proveniente do Porto, do Hospital Conde Ferreira. “Após variadíssimos conflitos” este corpo de enfermagem deixou a Ilha em 1923²⁵⁷. Portanto as coisas não correram tão bem como seria de esperar a ponto de se pôr a hipótese de entregar o Manicómio Câmara Pestana aos Irmãos de S. João de Deus em virtude de este hospital de alienados não estar a assistir os seus doentes convenientemente. Mas o parecer de pessoas avisadas, que queriam o melhor para os doentes, esbarrava

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*. É interessante referir que, João José Rodrigues Leitão foi, de certo modo, responsável pelos direitos de Portugal sobre o território de Cabinda, direitos esses que foram reconhecidos no congresso de Berlim, depois de ele ter insistido, reiteradamente, junto do então governador geral de Angola, conselheiro Ferreira do Amaral, para que mandasse ocupar Cacongo e Massabi, o que foi efectuado pelo oficial Guilherme de Brito Capelo a bordo da Corveta *Rainha de Portugal*. Foi em Cabinda, onde esteve a trabalhar, que obteve grande fortuna e depois, por carta régia de 1884, do rei D. Luís, o título de 1º Visconde de Cacongo, “Por este grande serviço prestado ao seu país”. A decisão de se instalar na Madeira adveio do facto de ter ali vivido com um tio (que teve casa bancária no Funchal), desde os dez anos, até ir para Cabinda. Nota 12. p. 49.

²⁵⁶ Idem, *Ibidem*. p.51.

²⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

sempre no mesmo problema difícil de enfrentar: “jacobinismo antirreligioso e maçónico”, e ainda o Registo Civil!

Quanto à oferta da Quinta do Trapiche o assunto estava como que bloqueado desde que D. Maria Paula G[ouveia Kniglofer] Rego, excelente senhora e muito religiosa, deu a seguinte resposta aos Irmãos: “realmente estive resolvida a isso...mas desisti...de levar essa ideia por diante...”²⁵⁸. Soube-se que “alguns sujeitos” tinham ido ter com ela e a tinham intimidado com o perigo de aumentar o “jesuitismo” na Madeira, “epidemia corrente e intimidatória em todo o país”²⁵⁹. A animosidade era de tal ordem que, sendo inquirida uma autoridade da terra sobre se aprovaria a vinda dos Irmãos para o Funchal, esta respondeu com convicção que “só entrariam na Madeira depois de passarem sobre o seu cadáver”²⁶⁰.

Assim se foram passando os anos com grave prejuízo dos doentes que se amontoavam no hospital por falta de acomodações suficientes, porque os doentes eram em maior número do que se tinha previsto, e outras carências, derivadas de pessoal não habilitado, principalmente. Neste último aspecto houve várias e acesas discussões em reuniões realizadas propositadamente para ver se se chegava a um acordo sobre a cedência dos cuidados de enfermagem aos religiosos, mas as forças políticas mais radicais da República mostraram-se intransigentes. As actas dessas reuniões são extremamente esclarecedoras.

E embora os Irmãos tenham estado sempre em contacto com a Madeira e até com os Açores, onde continuavam a pedir esmolas, não sentiram, até 1920, uma situação de implantação firme para a sua Ordem. Queriam de facto abrir outra Casa, não arrendada, mas comprada, não provisória, mas definitiva, que lhes desse garantias de um trabalho sério e empenhado e também que lhes permitisse aspirar à restauração da Província Portuguesa, separando-os da Província Espanhola e México a que estavam agregados. Por outro lado, sentiam-se motivados, face aos tristes

²⁵⁸ *Idem, Ibidem.* p. 113.

²⁵⁹ *Idem, Ibidem.* p. 114.

²⁶⁰ *Idem, Ibidem.* p. 116.

relatos vindos a público, pelas condições em que os pobres doentes se encontravam.

De nada servia fazer ver àquela gente que, no Continente, os Irmãos do Telhal e as Irmãs da Idanha, eram tolerados pelos republicanos mais radicais, os do PRP de Afonso Costa, e que não havia o perigo de estes religiosos espalharem as suas ideias entre os doentes visto os seus interlocutores serem mentalmente incapacitados. A situação deplorável a que chegou o manicómio e que levou a insistentes queixas e críticas, ocasionou porém, finalmente, a que se estabelecessem contactos entre as autoridades do Funchal, a Diocese e os Irmãos.

“As preocupações da Junta Geral com a situação deplorável do manicómio atingiram o auge no debate da sessão de 28 de Maio de 1920, em que participaram 32 procuradores, num clima em que predominou a mistura explosiva de humanitarismo, sectarismo maçónico e tensões religiosas que já se vinham arrastando desde o início do século em relação aos Irmãos e aos alienados”²⁶¹. Estas preocupações da Junta Geral já tinham levado o presidente, Dr. Vasco Gonçalves Marques, a deslocar-se ao Continente para visitar as casas de saúde do Telhal e da Idanha, porque a ideia era: além de convidarem os Irmãos a virem para o Funchal, trazerem também para a Ilha as Irmãs a fim de darem assistência a mulheres alienadas.

Na sessão de 28 de Maio, organizada propositadamente para debater este assunto, foram apresentadas duas propostas sobre a entrega aos Irmãos da enfermagem do Câmara Pestana: a primeira, que queria a vinda dos Irmãos, era assinada por 2.372 subscritores, a segunda, do procurador civil, que a não queria, foi a que foi aprovada para grande desilusão do Dr. Vasco Gonçalves Marques que já tinha dado quase como certa a aprovação da primeira proposta, a tal ponto que chegaram a aparecer no Funchal dois Irmãos convidados, o Irmão Elias de Almeida,

²⁶¹ Idem, *Ibidem*. p. 60. Apud, nota 3. “Do bispo anterior à República, D. Manuel Agostinho Barreto (1877-1911) escreve Eduardo C.N. Pereira: “Apóstolo intemerato e desassombrado da doutrina católica e da moral social, moveu em toda a sua vida episcopal, uma campanha aberta e ininterrupta à Maçonaria – o maior obstáculo na época à acção religiosa na Madeira – a despeito de ameaças, perseguições, infâmias e colocação dum potente explosivo na sua residência da Penha de França, em 26 de Março de 1890” (*Ilhas de Zargo*, vol. II, ob. cit., p. 454).

Superior do Telhal e o Irmão Manuel Maria Gonçalves, que passados quinze dias regressaram a casa mais uma vez desiludidos e contristados.

2.5.

De 1920 a 1926

O papel da Ordem dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus é reconhecido, enquanto a 1ª República caminha para o fim

Entre Janeiro de 1920 e 13 de Novembro do mesmo ano, o cargo de superior da Casa de Saúde do Telhal começou por ser exercido pelo Irmão José dos Santos que renunciou ao lugar perante o Provincial Frei Juan Jesús Andradas de visita ao Telhal. Para o substituir foi nomeado o Irmão Júlio dos Santos. Este Irmão tinha feito a profissão solene no dia 8 de Dezembro de 1919, nos arredores de Madrid, na casa de Carabanchel Alto, com outros três portugueses: Irmão João José, Irmão Manuel Maria Gonçalves e Irmão Damião de Sousa. Logo nesse mesmo mês começa a assinar as actas do Capítulo Conventual, como Superior interino, tendo sido eleito canonicamente para o mesmo cargo no Capítulo de 1922 e reeleito no Capítulo de 1925²⁶².

Era precisamente em Carabanchel Alto que os postulantes portugueses iam fazer o noviciado desde a implantação da República em Portugal, fugindo assim da opressão existente no país contra os religiosos. Mas entre ilusões e desilusões o tempo foi passando e, mercê de vários factores, os ânimos políticos foram serenando, embora não se tenham desvanecido completamente os sentimentos e procedimentos de hostilidade contra a Igreja. Dada esta aparente acalmia, nos princípios de Maio de 1921 os Irmãos do Telhal pediram ao Provincial, P. Juan Jesús Andradas, a

²⁶² Filipe, O.H., Nuno. «O Irmão Júlio dos Santos. Um grande religioso». Editorial Hospitalidade, 1998. Em Junho de 1928 realizou-se o primeiro Capítulo da Província Portuguesa restaurada. No dia 13 do mesmo mês foi eleito Superior Provincial, cargo para que seria reeleito nos capítulos de 1934 e 1937. Foi condecorado pelo general Carmona. Morreu a 6 de Janeiro de 1982 com 92 anos. Foi um Superior modelar. p.11

restauração do noviciado em Portugal.

“Na reunião do Definitório do dia 8 desse mês, o Provincial conseguiu captar os votos favoráveis dos conselheiros e remeteu a petição ao Superior Geral, para aprovação, o que veio a acontecer, após a aprovação da Santa Sé. A reunião do Definitório, realizada a 7 de Junho, nomeou Mestre de Noviços o P. Miguel Lozano, que não aceitou, alegando o desconhecimento da língua portuguesa e indigitando o nome do P. Miguel dos Santos, que, ao tempo era capelão da Casa de Saúde do Telhal. Alegando idênticas razões linguísticas, declinou também o convite e acabou por ser nomeado como primeiro Mestre de Noviços do noviciado restaurado o P. Lázaro Ribeiro, que até então desempenhava idêntico cargo em Carabanchel”²⁶³.

Foi assim que, em 15 de Dezembro de 1921, a Casa de Saúde do Telhal voltou a ter noviciado, mas secretamente, com a entrada de sete noviços. Estes jovens iam preparar-se para desempenharem conscienciosamente as tarefas que o futuro lhes ia exigir. Mas tinham de usar da máxima prudência porque os tempos ainda não eram de bonança. Vejamos o que nos conta, numa redacção simples mas expressiva, um dos sete noviços:

«Foi assim que, em 15 de Dezembro de 1921, sete postulantes, cheios de generosidade, se apresentaram ao M. R. P. Provincial, Fr. Juan Jesus Andradas, estando fechadas as portas da igreja, para serem despojados do traje secular e vestirem o santo hábito de noviços hospitaleiros. As portas fechadas e o segredo em que tudo era feito enchiam de assombro e davam um certo realce misterioso ao acto cheio de simplicidade. Os novos noviços estavam cheios de alegria. Mas não eram só os noviços que estavam contentes. A alegria reinava no coração de todos. Os olhos marejados de lágrimas dos mais velhos causavam uma profunda impressão em todos nós.

Mas, coisa curiosa, querem saber os mais novos o que se passou? Foi

²⁶³ Montemor, Teófilo de, *NÁ ÓRBITA DO TELHAL - Um Século de Hospitalidade feita Amor*. Cidade de João 1995. Cf. João Ciudad Gómez, *El Resurgir*. pp. 490-491.

muito simples: logo que todos acabámos de ouvir um solene *Te Deum* e de abraçarmos os nossos queridos superiores e estimados Irmãos que, comovidamente, nos abraçavam, alguns sem poderem reprimir as lágrimas de alegre comoção por verem de novo noviços em Portugal, e de sermos entregues ao R. P. Mestre para nos instruir, chegámos à sacristia, e, acto contínuo, mandaram-nos despir o hábito que mais não tornámos a ver até ao dia em que emitimos a profissão temporária, que teve lugar no dia 12 de Fevereiro de 1923»²⁶⁴.

Em 1946, quando se celebraram as Bodas de Prata da restauração do noviciado em Portugal, o então Mestre de Noviços, que fora um dos sete noviços desse primeiro grupo, deu uma ideia do ambiente sócio-político que se vivia na altura e que dá para compreender todas as atitudes assumidas pelos Irmãos:

“As leis de liberdade que enchiam as colunas do *Diário do Governo* eram cadeias de ferro que aguilhoavam a maioria dos cidadãos: expulsavam-se os religiosos, fechavam-se os seminários, cominavam-se terríveis ameaças a todos aqueles que, livremente, como cidadãos, quisessem professar a sua fé em Deus seguindo cada qual a sua vocação. Havia uma contradição flagrante nas próprias leis: proclamavam a liberdade e proibiam os cidadãos, fruir essa mesma liberdade!... E essa contradição levou anos a desfazer...”²⁶⁵

Já vinha de longe esta situação e preocupação, não só no que se refere ao que se passava na capital, como na segunda cidade do país, o Porto. Foi colhido um testemunho da condessa de Samodães inserido numa carta sua de 28 de Março de 1901:

«Vou perdendo as esperanças de sossego completo nesta cidade, só espero coisas desagradáveis e tristes, porque vejo só tratar-se de dar satisfação a todos, menos aos católicos! Não se pode calcular onde isto chegará! É extraordinário que neste País

²⁶⁴ Guiomar, P. Martinho B., *Discursos. Bodas de Prata da Restauração do Noviciado da Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal – 1946*, Ms do Arq. Prov. Telhal, p. 11-13. Cf. Nuno F. Filipe, O.H.: *Irmãos de S. João de Deus, 50 aniversário da restauração da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira 1928-1978*, Telhal, 1980, p.37.

²⁶⁵ Idem, *Ibidem. Um bocadinho de História*, p.11.

onde tanta gente grita que quer liberdade, só para os católicos é que não a há; pode cada pessoa seguir a religião que quer e livremente, mas sendo católico verdadeiro é perseguido!»²⁶⁶

Durante bastante tempo nem as autoridades, nem o povo, se aperceberam do noviciado em Portugal, tão discretamente os Irmãos se comportaram. A ideia que ficou, entre os religiosos, foi de que “...tôda a Casa do Telhal era, na realidade, uma escola onde se aprendia a ser religioso. No Noviciado, ensinava-se a teoria e, no convívio com os Irmãos mais antigos no desempenho das múltiplas obrigações próprias da vida da Comunidade, punha-se em prática a doutrina”²⁶⁷.

Ao aval dado ao ressurgimento do noviciado dos Irmãos de S. João de Deus em Portugal pelo Vaticano, juntam-se outras manifestações de interesse, da parte de Roma, pelo que se passava no nosso país. O papa Bento XV, então à frente dos destinos da Igreja, recebeu em audiência particular, a 26 de Dezembro de 1921, o director do *Diário de Notícias*, Augusto de Castro, a quem manifestou o desejo de “paz religiosa” para Portugal e “prosperidades”, firmando que respeitava todos os regimes²⁶⁸.

A reabertura do Noviciado no Telhal trouxe uma afluência de jovens postulantes, provenientes principalmente do distrito da Guarda, com vista a seguirem esta santa profissão. É impressionante, de facto, o número de candidatos que fizeram aumentar muito os habitantes da Casa de Saúde e trouxeram mais afazeres ao Irmão Júlio dos Santos. Para que a existência do noviciado passasse ainda mais despercebida - já vimos os cuidados a que os Irmãos se davam para não deixarem transparecer as cerimónias referentes ao seu progresso espiritual – estes novos Irmãos chamavam-se Irmãos da escola.

²⁶⁶ Filipe, Nuno Ferreira O.H., In *Teresa de Saldanha, Uma vida para os outros*, Lisboa, 1999, p. 139. Carta da Condessa de Samodães, p.260.

²⁶⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 37

²⁶⁸ *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro de 1922.

Vejam os então as tabelas que nos informam do movimento de vocações, e persistência nas mesmas, neste período ainda tão problemático para a Igreja em Portugal:

Estatísticas dos irmãos 1921-1926

Postulantado

Diocese	Freguesia	Postulado	Saída
Guarda	Rochoso (Guarda)	12-01-1921	
Guarda	Albardo (Guarda)	19-02-1921	
Guarda	Vale de Espinho (Guarda)	23-02-1921	
Guarda	Baraçal (Sabugal)	21-02-1921	30-05-1925
Guarda	Rochoso (Guarda)	07-05-1921	
Guarda	Rochoso (Guarda)	07-05-1921	
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	26-06-1921	
Guarda	Valongo do Côa (Sabugal)	05-08-1921	
Guarda	Albardo (Guarda)	14-10-1921	
Guarda	Bismula (Sabugal)	15-01-1922	
Guarda	Bismula (Sabugal)	15-01-1922	
Guarda	Vale das Éguas (Guarda)	19-02-1922	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	28-02-1922	
Guarda	Marmeleiro (Guarda)	26-03-1922	
Guarda	Bismula (Sabugal)	28-09-1922	07-07-1925
Guarda	Bismula (Sabugal)	28-09-1922	
Guarda	Rendo (Sabugal)	03-11-1922	
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	02-01-1923	
Lisboa	Lisboa	05-01-1923	13-01-1923
Guarda	Rochoso (Guarda)	23-04-1923	

Guarda	Albardo (Guarda)	27-06-1923	
Guarda	Seixo do Côa (Sabugal)	27/11/1923	16-03-1926
Guarda	Marmeleiro	18-01-1924	
Guarda	Albardo (Guarda)	18-01-1924	22-07-1925
Guarda	Bismula (Sabugal)	30-07-1924	19-10-1925
Guarda	Casal da Cinza	14-08-1924	05-06-1925
Guarda	Rochoso (Guarda)	14-08-1924	
Funchal	Prazeres	28-08-1924	
Lisboa	Sto Isidoro (Mafra)	15-11-1924	
Guarda	Albardo (Guarda)	22-01-1925	30-01-1925
Guarda	Nave (Sabugal)	14-04-1925	17-09-1925
Guarda	Vale das Éguas (Guarda)	14-04-1925	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	20-04-1925	
Guarda	Albardo (Guarda)	07-05-1925	
Funchal	Câmara da Lobos	22-08-1925	
Funchal	Sto António (Funchal)	08-12-1925	
Guarda	Aldeia da Ponte (Sabugal)	24-12-1925	
Guarda	Aldeia da Ponte (Sabugal)	24-12-1925	15-07-1929
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	17-01-1926	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	09-02-1926	
Guarda	Rochoso (Guarda)	07-03-1926	21-06-1929
Guarda	Ribeira dos Carinhos (Guarda)	07-03-1926	
Guarda	S.Pedro Jarmelo (Guarda)	13-03-1926	
Guarda	Aldeia da Ponte (Guarda)	19-03-1926	
Porto	Lagares (Penafiel)	19-03-1926	
Guarda	Aldeia da Ponte (Sabugal)	30-04-1926	04-03-1927

Guarda	Rochoso (Guarda)	30-04-1926	06-01-1927
Braga	Guimarães	04-05-1926	04-02-1928
Guarda	Ribeira dos Carinhos (Guarda)	08-05-1926	
Guarda	S.Pedro Jarmelo (Guarda)	13-05-1926	28-06-1926
Funchal	Câmara de Lobos	03-08-1926	
Funchal	Câmara de Lobos	03-08-1926	
Funchal	Câmara de Lobos	08-10-1926	
Funchal	Faial (Sant'Ana)	07-12-1926	
Funchal	São Jorge (Sant'Ana)	23-12-1926	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	23-12-1926	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	23-12-1926	
Leiria	Espite (V.N. Ourém)	23-12-1926	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	23-12-1926	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	23-12-1926	
Funchal	Porto Moniz	30-12-1926	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	31-12-1926	

Estatísticas dos irmãos 1921-1926

Noviciado

Diocese	Freguesia	Noviciado	Saída
Guarda	Rendo (Sabugal)	18-01-1921	
Guarda	Rendo (Sabugal)	18-01-1921	
Guarda	Albardo (Guarda)	18-01-1921	
Guarda	Rendo (Sabugal)	02-06-1921	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	02-06-1921	
Guarda	Rochoso (Guarda)	08-12-1921	

Guarda	Albardo (Guarda)	08-12-1921	
Guarda	Rochoso (Guarda)	08-12-1921	
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	08-12-1921	
Guarda	Vale de Espinho (Guarda)	19-01-1922	16-03-1922
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	19-01-1922	
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	02-06-1922	
Guarda	Lomba (Guarda)	02-06-1923	
Guarda	Rochoso (Guarda)	10-02-1923	
Guarda	Valongo do Côa (Sabugal)	10-02-1923	
Guarda	Albardo (Guarda)	10-02-1923	
Guarda	Bismula (Sabugal)	10-02-1923	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	10-02-1923	
Guarda	Marmeleiro (Sabugal)	10-02-1923	
Leira	S.Simão de Litem (Pombal)	10-02-1923	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	11-02-1923	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	27-08-1923	
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	08-12-1923	28-07-1924
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	24-02-1924	
Guarda	Bismula (Sabugal)	24-02-1924	
Guarda	Rochoso (Guarda)	24-04-1924	28-07-1924
Guarda	Marmeleiro	24-08-1924	21-01-1925
Guarda	Bismula (Sabugal)	24-08-1924	
Guarda	Rendo (Sabugal)	24-08-1924	
Guarda	Albardo (Guarda)	24-08-1924	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	07-08-1925	
Guarda	Rochoso (Guarda)	07-09-1925	

Guarda	Albardo (Guarda)	08-12-1925	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	17-01-1926	14-05-1929
Funchal	Prazeres	18-03-1926	
Funchal	Câmara de Lobos	18-03-1926	
Leiria	S.Simão de Litem (Pombal)	18-03-1926	01-01-1927
Guarda	Ribeira dos Carinhos (Guarda)	07-08-1926	
Porto	Lagares (Penafiel)	07-08-1926	
Guarda	São Pedro (Jarmelo)	07-09-1926	22-03-1927
Guarda	Ribeira dos Carinhos (Guarda)	07-09-1926	

Postulantado

Noviciado

Anos	Entradas	Saídas	Anos	Entradas	Saídas
1921	9		1921	9	
1922	8	1	1922	3	1
1923	5	2	1923	11	
1924	7	3	1924	7	2
1925	9	3	1925	3	1
1926	24	6	1926	9	2

Estatísticas dos irmãos 1910-1926

Profissão simples

Diocese	Freguesia	Prof. Simples	Saída
Guarda	Baraçal (Sabugal)	18-01-21	06-03-23
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	21-06-21	06-08-23
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	21-06-21	19-05-23
Guarda	Rendo (Sabugal)	19-01-22	01-01-26

Guarda	Rendo (Sabugal)	19-01-22	27-02-24
Guarda	Albardo (Guarda)	19-01-22	
Guarda	Rendo (Sabugal)	03-06-22	04-06-25
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	03-06-22	
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	02-02-23	14-03-24
Guarda	Albardo (Guarda)	12-02-23	12-02-26
Guarda	Albardo (Guarda)	12-02-23	
Guarda	Rochoso (Guarda)	12-02-23	
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	12-02-23	
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	03-06-23	
Guarda	Lomba (Guarda)	05-02-24	10-01-26
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	24-02-24	
Guarda	Rochoso (Guarda)	24-02-24	
Guarda	Albardo (Guarda)	24-02-24	
Guarda	Bismula (Sabugal)	24-02-24	
Guarda	Marmeleiro (Guarda)	24-02-24	
Leiria	S. Simão de Litem (Pombal)	24-02-24	
Guarda*	Vale das Éguas (Sabugal)	24-08-24	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	28-08-24	15-01-29
Guarda	Valongo do Côa (Sabugal)	28-11-1924	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	08-09-25	
Guarda	Rochoso (Guarda)	08-09-25	
Guarda	Bismula (Sabugal)	08-09-25	19-03-29
Guarda	Bismula (Sabugal)	08-09-25	
Guarda	Rendo (Sabugal)	08-09-25	
Guarda	Albardo (Guarda)	08-09-25	

Guarda	Rochoso (Guarda)	08-09-26	
Guarda	Vale das Éguas (Sabugal)	08-09-26	

*Falecido em 30 de Junho de 1934

Estatísticas dos irmãos 1921-1926

Profissão solene

Diocese	Freguesia	Prof. Solene	Saída	Falecimento
Guarda	Baraçal (Sabugal)	19-03-21		17-07-68
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	06-01-23		16-06-79
Guarda	Teixoso (Covilhã)	21-06-23		11-03-73
Guarda	Quadrasais (Sabugal)	19-01-25		17-09-86
Guarda	Albardo (Guarda)	19-01-25		14-05-65
Guarda	Rochoso (Guarda)	01-02-26	03-01-45	
Guarda	Albardo (Guarda)	12-02-26		10-12-67
Guarda	Monte Margarida (Guarda)	19-03-26		10-02-75
Guarda	Rapoula do Côa (Sabugal)	08-09-26		16-04-77

Profissão simples

Profissão solene

Anos	Entrada	Saída	Falecidos	Anos	Entrada	Saída	Falecidos
1921	3	1		1921	1		
1922	5			1922			
1923	6	6		1923	2		1
1924	10	3		1924			1
1925	6	1		1925	2		
1925	2	3		1926	4		

Não são só os novos Irmãos seminaristas que chegam ao Telhal que dão mais movimento à Casa de Saúde, mas também os doentes que provêm do Hospital Militar ao abrigo do acordo com o Governo e o Exército. Sem dúvida que isso levou o Irmão Júlio dos Santos a desdobrar-se em actividade e aumentou a sua responsabilidade. Responsabilidade essa que chegou ao ponto de ter sido este Irmão que conseguiu definitivamente remir a Quinta, que era foreira, “isto é , pagava foro ao senhorio directo – o Conde de Redondo”²⁶⁹.

Durante este período o número de doentes é substancialmente maior, como podemos comprovar pela nova tabela, e os falecimentos acentuaram-se em virtude das afecções sofridas por estes novos pacientes. Luís Cebola viajou entretanto pela Europa, visitando Espanha e Itália, onde esteve nos principais manicómios daqueles países de modo a conhecer o que de melhor se praticava por lá e, a propósito, foi entrevistado para o *Diário de Notícias*. Saiu a reportagem no dia 26 de Novembro de 1925, na página 1, poucos dias depois de ter regressado da sua viagem.

É a referência à Grande Guerra que é feita em primeiro lugar, depois de uma breve observação sobre o estado da assistência aos alienados no nosso país:

“- O número de loucos aumenta espantosamente em tôda a parte, desde o início da Grande Guerra. Consequência, portanto, do formidável abalo de povos!... Compreende-se. Um embate tão violento e de tamanha amplitude, não podia ser indiferente ao exercício normal das funções psíquicas. As fortes comoções das batalhas, as intempéries, a insuficiência de repouso, a nostalgia da terra e da família e outros factores de esgotamento orgânico e depressão originaram em milhares de combatentes a neurastenia, a amênciã e a vesânia. Ao embate brutal da luta nos campos de batalha – intrometemos – seguiu-se a desordem dos lares na guerra, talvez mais cruel ainda, na paz. E o distinto alienista acrescentou: “Depois do armistício, a

²⁶⁹ Cf. Pasta, «Vários elementos para a História da Província, existente na Cúria Provincial – Telhal ». p.267.

desordem económica e financeira, com seu cortejo de miséria, esbanjamento, ganância e orgia, trouxe a desordem a milhares de espíritos predispostos, intoxicados e enfraquecidos. E assim se foram espalhando e multiplicando, pelo mundo, sombras de tragédia que hão tido o seu epílogo não só dentro dos manicómios, mas também sôbre as mesas frias dos necrotérios e na escuridão dos cárceres”.

A propósito podemos ver a tabela referente ao movimento dos doentes no Telhal durante os anos registados:

Anos	Doentes	Entrados	Curados	Melhores	Na mesma	Crónicos	Falecidos	Totais dos Saídos	No fim de cada ano
1921	133	68	13	15	14	-	12	54	147
1922	147	72	19	22	4	2	29	76	143
1923	143	112	31	24	8	1	15	79	176
1924	176	96	33	24	10	1	20	88	184
1925	184	99	22	33	2	1	11	69	214
1926	214	115	31	38	3	3	28	103	226

Era com todas estas situações que o director da Casa de Saúde do Telhal tinha de se confrontar diariamente e, apesar dos seus muitos afazeres, ainda tinha tempo para escrever pequenas missivas, ou a lembrar o pagamento de alguma mensalidade em atraso, ou a dar notícias de um doente aos seus familiares, ou ainda a recordar a compra de vestuário de que os responsáveis pelo utente se tivessem esquecido. Outras cartas são dirigidas aos abastecimentos de Lisboa e algumas aos serviços do Exército. É de um livro de capas veneráveis e quinhentas folhas translúcidas, existente na biblioteca do Telhal, que extraímos meia dúzia de exemplos do que acabámos de referir:

«Telhal, 7 de Novembro de 1921

Ex.mº Senhor Comissário dos Abastecimentos de Lisboa

Rogo a V. Ex.ciª a subida fineza de mandar fornecer a este Estabelecimento de

assucar para os doentes e pessoal aqui em serviço em numero de 270 pessoas.

Saúde e Fraternidade

Casa de Saúde Telhal 7 de Novembro de 1921 O Director

Júlio dos Santos

Telhal 7 de Novembro de 1921 Ex.mº Snr.

António J. G.²⁷⁰ Vila Viçosa

Incluso remeto a V. Ex.ciª o recibo da mensalidade de seu Ex.mº Filho referente ao corrente mez, seu Ex.mº Filho felizmente continua bem disposto como sempre.

Sempre com a maxima consideração e respeito de De V.Ex.ciª

M.tº Att. e Obg.dºO Director Julio dos Santos

«Telhal, 7 de Novembro 1921 Ex.mº e R.mº Sr.

Padre José António Marrano²⁷¹ Fozcoa

Incluso envio a V.Ex.ciª o recibo do corrente mez da mensalidade do Rev.dº P.e Luiz G.

O. o qual felizmente tem continuado passando sem novidade de maior, ultimamente teve uma temporada em que celebrou, pois gosava duma época relativamente tranquila; porem uns dias há que já não celebra e está muito excitado, não obstante supponho que esta crise passará pois isto é próprio destas doenças. Sem outro assunto me reitero com estima e apreço

De V.Ex.ciª

Mtº. Att, e Ob.dº

O Director Júlio dos Santos

Telhal 7 de Novembro 1921 Ex.mª Senhora

D.ª Gracinda G. d A.

Vizeu

²⁷⁰ Em alguns casos optámos por substituir os nomes pelas iniciais dos mesmos. Também tivemos o máximo cuidado em manter a escrita das cartas o mais fiel possível quanto à pontuação, acentuação e ortografia.

²⁷¹ Supomos tratar-se do mesmo padre Marrano, autor de uma célebre defesa em tribunal a propósito de acusações feitas contra ele pelos republicanos.

Incluso envio a V. Ex.ciª o recibo do corrente mez da mensalidade do seu Ex.mo marido o qual felizmente continua regularmente bem disposto sem particularidade alguma a mencionar. Sem outro assunto me reitero De V.Ex.ciª

M.tº Att. e Obg.dº

O Director Júlio dos Santos

Telhal 9 Novembro 1921 Ex.mo R.mo Snr.

P.e António Francisco Ribeiro Taipas

Incluso envio a V. Rev.ciª o recibo do corrente mez da mensalidade do Rev. P.e Manuel José da Mota o qual felizmente continua bem disposto sem novidade de maior. Em Agosto findo informei a V. Ex.ciª que ele necessitava um fato e alguma roupa branca e como até à presente data ainda não tenha recebido resposta alguma, devo informar que já dei as necessárias ordens a fim de que lhe seja fornecido tudo o que precisar, cuja importância será lançada no respectivo recibo.

Sem outro assunto sou de V. Ex.ciª M.tº Att e Obrig.dº

O Director Julio dos Santos

11 de Novembro

Chefe da 5ª Repartição da 2ª Direcção Geral de Secretaria da Guerra Lisboa

Em referênciã ao offício de V.Ex.ciª nº 7799 de 27 do mez findo, venho rogar a V.Ex.ciª a fineza de me informar o dia que esta Casa de Saúde deve começar a receber a diária correspondente a 1ª classe, pelo tratamento do Snr. Tenente medico reformado, António Maria P. F.

O Director Julio dos Santos»

Telhal 10 Dezembro 921 Ex.mª Senhora

D. Maria Teresa d´A. G. Ponte de Lima

Venho informar V. Ex.ciª que o Snr. Ministro da Guerra atendeu ao meu pedido, ficando por conseguinte o Ministério da Guerra encarregado de pagar aqui as

mensalidades pelo seu tratamento. A fim de poder requisitar as mensalidades rogo a V^a Ex.ci^a a fineza de me informar a que companhia de reformados Ele pertence e bem assim por onde tem recebido V.Ex.ci^a os seus vencimentos e quaesquer outras informações necessárias para poder fazer os recibos.

Ele continua bem disposto come sempre sem novidade. Sem outro assunto me reitero
De V. Ex.ci^a

M.t^o Att e Obg.d^o

O Director Julio dos Santos

Telhal 11 Novembro 1921 Ex.m^o Snr.

José M. L. Penalobo (?)

Os meus muitos afazeres teem sido a causa de o meu tão prolongado silêncio, pelo que peço mil desculpas.

Seu Ex.m^o Irmão felizmente tem passado regularmente bem disposto sem novidade alguma. Entreguei-lhe o seu postal e carta os que ele leu com bastante atenção: perguntei-lhe se queria responder; disse-me que lá mais para a frente o faria Não vejo inconveniente em V.Ex.ci^a lhe escrever quando quizer.

Não me lembro de ter recebido as suas cartas para Ele.

Desejando a V. Ex.ci^a todas as prosperidades de que é digno me subscrevo com estima e apreço

De V.Ex.ci^a Att e Obg.d^o

O Director

Telhal 16 Novembro 921 Ex.m^a Senhora

D.Maria Henriqueta Batista Ordasqueira

Acuso a recepção da presada carta de V.Ex.ci^a de 8 do mez findo e bem assim o cestinho com bolos para o Fortunato o qual agradece e manda dizer que eram muito bons. Hoje envio o cestinho e as tigelas de barro, vão só duas pelo motivo de uma

chegar partida. Seu Ex.mº marido como se encontra?; todos nós desejamos ardentemente as suas melhoras e a V.Ex.ciª um bem estar.

Com a máxima consideração e estima me reitero De V. Ex.ciª

Muito Att e Obrg.dº

O Director Júlio dos Santos

Telhal 16 Setembro 921 Exmª Senhora

D.Isabel M. Nunes de S. Lisboa

Novamente informo V.Ex.ciª que seu Ex.mº Filho felizmente continua muito bem disposto sem novidade de maior, sendo o seu estado geral relativamente bom; Alimenta- se muito bem e dorme tranquilamente. Sem outro assunto me reitero com estima e apreço.

De V.Ex.ciª.

Mt.º Att. e Obg.dº

O Director Julio dos Santos

16 Novembro

Presidente do Conselho Administrativo do Batalhão nº.3 da Guarda Fiscal

Porto

Cumpre-me informar V.ªEx.ciª que até à presente data ainda não recebi a importância da despesa feita com o tratamento do soldado nº.182, dessa guarda, internado nesta Casa de Saúde, Porfírio do N. M. referente ao mez de Setembro último; pelo que rogo a Vª.Ex.ciª a fineza de dar as suas ordens a fim de que a referida importância me possa ser enviada o mais depressa possível cujo atrazo me está causando grandes transtornos. A este assunto se refere a minha nota nº. 260 de 28 de Setembro findo.

O Director Julio dos Santos»

Supomos que este pequeno lote de cartas permitirá fazer uma ideia

aproximada dos afazeres e preocupações do Irmão Júlio dos Santos com os doentes, não só no que dizia respeito aos utentes da Casa de Saúde como também às suas famílias que decerto esperavam em cuidados por notícias. Este satisfazer dos familiares, que tantas vezes anseiam por serem informados sobre os seus entes queridos, é mais uma prova de humanismo, de delicadeza de sentimentos, que os Irmãos sempre se esforçaram por cultivar.

Mas chegou finalmente a altura de a Ordem ver uma luz ao fundo do túnel, como costuma dizer-se quando se veem jeitos do que é tão desejado vir a ser concretizado. Que desejavam tanto os Irmãos? Alargar a sua acção bem-fazeija para a Ilha da Madeira. É precisamente na entrada desta década de 20 que se apresentam condições favoráveis para tal, embora não isentas ainda de discussões e percalços, que, como já vimos, derivavam de posições políticas extremadas.

Em finais de 1920 e princípios de 1921, o Irmão Elias Pereira da Silva é contactado por D. António para que os Irmãos entrem na ilha, a 8 de Março de 1921, para aí se fixarem, segundo certas condições. O Irmão Elias em resposta refere o interesse pela quinta do Trapiche “se a política do Funchal não obstar a isso”²⁷² e pede ao Bispo que escreva ao Provincial dos Irmãos, em Espanha para que o Provincial veja o interesse da Diocese na presença dos Irmãos. A situação tem a ver com o estado de saúde da dona da quinta, que é grave, e com o testamento feito por esta senhora que contempla a Diocese, além de mais dois herdeiros. Assim o Bispo estaria na disposição de abrir mão da quinta em favor da Ordem Hospitaleira.

A 7 de Fevereiro do ano seguinte desembarcaram do vapor português *Africa*, no Funchal, os Irmãos Manuel Maria Gonçalves e o madeirense António Maria Rodrigues para iniciarem a obra “mas sob o pretexto de realizar um peditório para a Casa de Saúde do Telhal para não exacerbar as oposições político-

²⁷² Gameiro, O.H. Aires, Manuel Maria Gonçalves OH., *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira – Volume I – Os Irmãos Hospitaleiros e os alienados – dos antecedentes a 1960*.²¹ Lisboa, Esfera do Caos, p. 84

sectárias”²⁷³. Logo que se instalaram no Seminário, onde os Irmãos costumavam acolher-se quando iam à Madeira, escreveram uma carta, que os dois Irmãos assinaram, a dar conhecimento do que se estava a resolver. Do Cónego Homem de Gouveia tinham a procuração oral da morgada e do advogado a confirmação do arrendamento imediato da quinta, antes que a proprietária falecesse, “pois nessa altura já seria preciso fazer outras diligências legais”²⁷⁴.

É assim que a Ordem dá finalmente ali um primeiro passo, mas já sabemos que os Irmãos prefeririam comprar a quinta a arrendá-la. Para já concordam nesta solução provisória e descrevem na carta o que encontraram na quinta: “A casa precisa de algumas reparações no telhado, etc. Tem um bom fogão, muito boa mobília, como cadeiras, boas mesas, algumas camas, (sem cobertores) com regulares colchões; e no que se refere a loiças, tanto de cozinha como de mesa, incluindo vários serviços de copos, etc. A capela também está em muito bom estado. O restante da quinta conserva-se pouco mais ou menos, como quando o R. Irmão Elias e eu a vimos da outra vez, à exceção do pinhal que foi cortado, ficando uns cento e tantos pinheiros. Também uma das feitorias já pertence à quinta”²⁷⁵.

No dia 5 de Maio os Irmãos regressaram ao Telhal para no dia 15 do mesmo mês voltarem a embarcar para a Madeira onde chegaram a 17, mas desta vez o Rev. P. Manuel Maria Gonçalves acompanhado do Irmão Sinforiano Lucas Feijão. Foram de novo para o Seminário. “Por ocasião do desembarque, deu-se um episódio curioso: logo que desembarcaram, foram levar algumas das malas ao Seminário e voltaram para levar um fardo de cobertores que traziam.

Pegaram no dito fardo um de cada lado; e quando iam a meio da Cidade, vem um guarda, dá-lhes voz de prisão e leva-os para o posto da Alfândega com o que levavam; depois de longo interrogatório durante o qual o guarda se deliciava em dizer que iam a fugir com contrabando, mas que tinham de pagar a

²⁷³ *Idem, Ibidem.* p. 85.

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ *Idem*

multa... foram severamente admoestados e mandaram-nos embora”²⁷⁶.

Tudo por causa de, na casa de Trapiche, não haver cobertores...Mas o aspecto dos Irmãos também devia chamar a atenção: dois homens novos com fatos pretos, transportando ambos, pela cidade fora, um grande volume de cobertores, despertava pelo menos a curiosidade... Dirigiram-se por certo ao Seminário porque, para chegar à quinta, teriam de utilizar um transporte. Parece que havia um táxi zorra que fazia duas vezes por dia carreira para lá perto. Depois teria de se fazer o resto do caminho a pé, conforme explicavam os Irmãos na tal carta que escreveram para o Telhal. De toda esta movimentação resultou o arrendamento da quinta.

No dia 1 de Julho de 1922, o Provincial Frei Juan Jesus Adradas pedia em carta ao Bispo permissão para a instalação da comunidade canónica na quinta da Diocese, a qual foi concedida por D. António a 11 de Agosto do mesmo ano. Por sua vez a Santa Sé emite o rescrito da erecção canónica a 10 de Outubro. Entretanto os Irmãos começaram logo a preparar as casas, que estavam algumas muito degradadas, casas que havia do lado nascente, Quinta das Rosas, e do lado poente, Quinta das Flores, porque a quinta constava de duas partes assim divididas. Tiveram a ajuda de esmolos que iam angariando e da colaboração de vizinhos. A 22 de Fevereiro de 1923 o Provincial Frei Juan Jesus Adradas²⁷⁷ fez a primeira visita à nova comunidade. Mais tarde a Ordem virá a comprar a Quinta.

Porquê comprarem quintas? Não bastaria adquirirem um grande edifício? Já referimos a importância que tem, para este tipo de doenças, um ambiente calmo e acolhedor, espaço alargado, ajardinamento e terras de cultivo. Logo no início da República se começou a pensar num grande Manicómio em Lisboa que complementasse o *Miguel Bombarda*. Justamente há cem anos foi construído esse hospital que durante muito tempo foi conhecido por *Júlio de Matos*, hoje chamado

²⁷⁶ Idem, p. 96.

²⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 86, nota 16. O irmão Provincial Juan Jesus Adrabas Gonzalo foi martirizado na Guerra Civil de Espanha, no dia 20 de Novembro de 1936, com 22 dos 71 Irmãos de S.João de Deus ocupados no serviço dos doentes. Foram beatificados a 25 de Outubro de 1992. Hoje Juan Jesus Adradas é venerado como Beato pela Igreja Católica.

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (CHPL), mas que só veio a ser inaugurado em 1942, trinta anos depois. Cobre uma área de 22 hectares e, além dos pavilhões construídos, 33, a sua concepção foi entregue a arquitectos e os espaços envolventes a arquitectos paisagistas de reconhecida competência.

Os Irmãos de São João de Deus tinham a mesma ideia para as suas casas como acontecia no Telhal: uma quinta que parece uma aldeia, agradavelmente arborizada, onde os doentes se devem sentir até certo ponto livres e responsáveis, podendo mesmo colaborar e entreter-se nos trabalhos de jardinagem e de agricultura. Mas existe outro ponto a considerar: a privacidade. A quinta do Telhal foi ideal nesse aspecto, estava num sítio isolado. Já o mesmo não vai acontecer com as quintas do *Trapiche* na Madeira, a da *Castanheira* em Barcelos, no norte do Continente e a da *Calha*, em Angra do Heroísmo, nos Açores²⁷⁸, que os Irmãos irão adquirir a seguir.

Temos das duas últimas um relato, que nos impressionou sobre maneira, e que se refere precisamente à falta de privacidade a que se expunham os doentes que deviam ser resguardados da curiosidade de pessoas que não tinham, nem o conhecimento nem a sensibilidade, para compreenderem a infelicidade alheia: Resguardar os doentes dos olhares dos curiosos - «A norte do parque de estância dos doentes, para lá do muro do caminho que o contornava, metia-se pela propriedade da Casa uma nesga de pinhal pertencente a outro dono²⁷⁹.

Como esse terreno ficava num nível superior ao parque, tornou-se moda virem da cidade os desocupados, sobretudo ao Domingo, empoleirar-se na barreira e de lá dirigirem zombarias e inquietarem os doentes, como se fossem animais de jardim zoológico. A situação tornava-se intolerável e várias vezes foi preciso meter os doentes nos quartos, para evitar este abuso. Recorreu-se à polícia, e em vários

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*. O Irmão Sinfiriano Lucas Feijão (15 de Março de 1890-16 de Dezembro de 1949) viria a ter um papel decisivo na fundação da casa de Angra do Heroísmo onde foi vítima da hospitalidade por agressão mortal de um paciente ocorrida em 15 de Dezembro de 1949; p. 120.

²⁷⁹ Torres, José, *História da Casa de Saúde São João de Deus* - ~~28~~ Barcelos, Lisboa, Editorial Hospitaleira, 2000, p. 82.

domingos ela veio manter a ordem, mas não era remédio definitivo nem absolutamente eficaz.

Também o dono da referida nesga de terreno, senhor Moreira, se divertia a contemplar os meneios dos doentes. Chamado à atenção respondia que estava no que era seu, pelo que ninguém o podia fazer sair dali. O então Superior, Irmão Manuel Maria Gonçalves, resolveu propor àquele homem uma troca de terrenos, num alinhamento mais razoável, na condição do terreno pertencente aos Irmãos ser vedado com um muro de ao menos um metro de altura. Esta sugestão foi aceite, até porque o terreno cedido pelos Irmãos era de melhor qualidade».

Situação semelhante acontecia nos Açores descrita pelo mentor desta obra de instalação dos Irmãos nas Ilhas, no jornal «a União», Dr. Joaquim Bartolomeu Flores, médico e primeiro Director Clínico da Casa de São Rafael em Angra²⁸⁰. A primeira referência ao que se passava na cidade e, de certo modo em todas as Ilhas, saiu em artigo em 2 de Julho de 1927 quando já estava em andamento a ideia da fundação de uma Casa no Arquipélago. Mas é no 1ºArtigo de 30 de Janeiro de 1953, nas Bodas de Prata da Casa, que o Dr. Flores nos faz uma descrição mais sentida:

“Havia em mim uma inata tendência... essa tendência impelia-me a senti dó, mágoa, pela forma cruel e desumana com que então se assistia a tais doentes, na nossa terra, onde comecei por vê-los na minha infância, ali, nos baixos do Hospital de Santo Espírito, encurralados à maneira de cães enraivecidos aonde se faziam excursões aos Domingos para gáudio de curiosos desalmados que se divertiam, como eu criança desorientada, excitando os infelizes privados de razão através das grades que os detinham, e contra as quais eles se lançavam encolerizados pelos criminosos espectadores”.

“A triste cena de então!”

²⁸⁰ Tomás, Francisco Caetano, coord., São Rafael... um coração que bate, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2002, p. 17.

Não era só em Portugal que estas cenas se observavam. Em França, por exemplo, ir ver o comportamento dos alienados era considerado um procedimento normal. «O Hospital da Salpêtrière, em Paris, foi fundado em 1656, por um decreto de Luís XIV, sendo um dos quatro grandes hospícios da cidade. Nele eram internadas todas as mulheres doentes, destituídas e idosas. Em 1882, foi criada a cátedra de doenças nervosas, tendo como regente Jean-Marie Charcot, momento a partir do qual este hospital se tornou um centro notável para a formação em neuropsiquiatria. O Hospital de Bicêtre, igualmente localizado em Paris, foi fundado no reinado de Louis XIII, sendo inicialmente projectado como asilo para militares inválidos, tendo-se todavia convertido em asilo para a população masculina. Até ao início da Revolução Francesa, a visita a Bicêtre para observar os loucos era um passatempo comum às famílias burguesas»²⁸¹.

Os primeiros anos da década de vinte do século passado foram particularmente penosos para as relações entre a Igreja e o Estado. Mesmo acontecimentos que à partida pareciam ser políticos tinham a sua implicação religiosa. Os laicistas não toleravam qualquer situação que lhes parecesse menos clara no que tocasse à separação da Igreja do Estado. E logo aconteceu que, sob a presidência de António José de Almeida, e ainda no rescaldo da Grande Guerra e das epidemias que se lhe seguiram e talvez também sob a influência deixada pela presidência fugaz de Sidónio Pais, o País conheceu um surto significativo de acontecimentos que envolveram a Igreja, juntamente com o Estado e deixaram dúvidas aos radicais. Estamos a referir-nos às homenagens prestadas aos dois soldados desconhecidos, à beatificação de Nuno Álvares Pereira e até a alguns funerais de homens conhecidos pelo seu afastamento da Igreja e que tiveram funerais religiosos, como foi o caso de Guerra Junqueiro (7 de Julho de 1923) de que toda a gente conhecia *A Velhice do Padre Eterno!*

²⁸¹ Pereira, Denise Maria Borrega, op. cit., p. 109.

Entretanto também houve assassinatos políticos que tinham a ver com frases ou atitudes religiosas que desagradaram aos puristas da república laica; o caso da *Noite Sangrenta* e da *camioneta fantasma*, que estão ligadas ao assassinato de Machado Santos, Carlos da Maia e António Granjo e também, entre outros, Freitas da Silva, em 19 de Outubro de 1921. Nunca se soube quem foram os verdadeiros assassinos, tal como com o assassinato de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe.

Durante este período morreu o Papa Bento XV (22 de Janeiro de 1922), substituído depois por Pio XI. As relações com o Vaticano iam sendo cordiais. O presidente da República, António José de Almeida, era moderado e procurava encontrar um consenso entre a Igreja e o Estado. Ainda pensou resignar, mas desistiu, o que não aconteceu com o presidente Teixeira Gomes que deixou o poder, desiludido. António José de Almeida sabia definir bem os parâmetros da sua posição nesta questão tão delicada. Quando em 1921 trocou correspondência com o Cardeal Mendes Belo a propósito da questão polémica da acção social da Igreja não deixou de ponderar que não era a falta de religião que ocasionava massacres, mas a ambição dos homens.

Este Presidente, o único a terminar o seu mandato durante esta conturbada República, ainda teve dias de aprazível convívio e honrarias ao deslocar-se ao Brasil em 1922 para confraternizar com os brasileiros nos festejos do 1º Centenário da Independência daquele país. Depois de uma complicada viagem de barco, chegou atrasado uma semana, mas comemorou “em família” como gentilmente lhe fez ver o Presidente brasileiro. Ao mesmo tempo que decorria esta viagem por mar, outra se realizava pelo ar: Gago Coutinho e Sacadura Cabral uniam o Atlântico Norte ao Atlântico Sul e davam aos portugueses um motivo de orgulho que bem precisavam de sentir...

Entretanto o Presidente, rodeado de homenagens, foi convidado a assistir a um Te Deum na igreja da Candelária a que se escusou de comparecer dada

a sua condição de laico, embora enviase um representante e, posteriormente, tivesse ido agradecer pessoalmente e conhecer a belíssima igreja. É nesta ocasião de inesquecíveis festejos e de belíssimos discursos que é lançada a primeira pedra do monumento que virá a ser do *Cristo Redentor* sobre o morro do Corcovado, ex-libris da cidade do Rio de Janeiro. António José de Almeida não deixou de homenagear a futura estátua e o seu significado com palavras de requintado lavor.

Por cá, a capelinha das aparições em Fátima fora dinamitada (6 de Março de 1922). Nunca se apurou quem foi. “A capelinha ficou quase completamente destruída. Fátima continuava a irritar os laicistas”²⁸². Por todo o País lavrou a indignação e por todo o final desta década se foram movimentando os católicos, aumentando o seu número, falava-se mesmo em novas conversões, e aumentando até a sua afirmação política. Além do CADC (Centro Académico de Democracia Cristã), surgiu também o CCP (Centro Católico Português). Foi o despertar dos católicos!

Havia um aspecto que preocupava sobremaneira a Igreja. Tinha a ver com a personalidade jurídica da Igreja. Bispos e párocos receavam praticar actos de compra e venda de bens recorrendo a «homens de palha» estando sujeitos a irem a “tribunal do Estado como autores de negócios jurídicos simulados e não como vítimas de uma perseguição religiosa”²⁸³.

Assim acontecia com os Irmãos de São João de Deus. “Muitos foram os estratagemas utilizados pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus para manter intacta a integridade da sua personalidade jurídica e dos seus bens ao longo dos anos 20 e 30 do século XX. A experiência da extinção de 1834 e as dificuldades que teve de vencer desde a restauração, em 1890, até à implantação da República, foram para ela um contínuo apelo à prudência e à vigilância.

Para fazer respeitar os direitos já adquiridos, a Ordem Hospitaleira reviu

²⁸² Matos, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja – Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*, Alfragide, D. Quixote, 2010, p. 577.

²⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 576.

cuidadosamente e fez aprovar, por Alvará do Governo Civil de Lisboa de 28 de Dezembro de 1921, os Estatutos da Associação dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus sediada na Quinta do Telhal, cujo articulado coincidia sensivelmente com o de 1901, mas apenas no respeitante à vertente caritativa da instituição, pois a vertente religiosa foi suprimida”²⁸⁴.

A turbulência política e religiosa no nosso País irá ter o seu término com o golpe militar do 28 de Maio de 1926, que conduziu ao exílio o Presidente da República Bernardino Machado e procurou restabelecer a ordem e a segurança internas e a credibilidade externa. Para todos os efeitos Portugal vira mais uma página da sua História e já se ouvem os nomes dos novos protagonistas da História, Salazar e Cerejeira, apelidados por alguns de «catolaicos»^{285,286} que irão manter durante quarenta anos um elo, Estado – Igreja, nem sempre absolutamente concordante, apesar da Concordata...

Quanto aos Irmãos de São João de Deus mantêm-se na Casa Mãe da sua Província portuguesa, o Telhal, tendo irradiado para todos os Continentes e mantendo no Artigo Segundo da Associação a seguinte informação: “*a associação destina-se a prestar a sua caritativa assistência a pessoas do sexo masculino, pobres e pensionistas, atacados de alienação mental ou de qualquer outra enfermidade sem excluir as contagiosas, assim como a meninos raquíticos, escrofulosos, aleijados, etc. Poderá a associação exercer outras obras de caridade que possam convenientemente ser praticadas por pessoas do sexo masculino*”²⁸⁶.

²⁸⁴ Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal, 1892-2002*, Editorial Hospitalidade, 2003, p. 118.

²⁸⁵ Matos, Luís Salgado, op. cit. p. 536.

²⁸⁶ Lavajo, Joaquim Chorão, op. cit., p. 119.

Conclusão

República e a Igreja

Esta nossa dissertação pretende dar a conhecer um pouco mais uma época que, nas suas múltiplas facetas, está agora na ordem do dia por, à conta dela, se sucederem os centenários... Referímo-nos aos acontecimentos vividos em Portugal há cem anos atrás, ou seja, durante a 1ª República Portuguesa. E dizemos “dar a conhecer um pouco mais” porque, assim como a acha se lança na fogueira para lhe avivar a chama, assim esperamos que este nosso breve contributo sirva para enriquecer o que já se conhece sobre o manancial de efemérides que estamos presentemente a comemorar.

Falar em efemérides, o que nos parece um vocábulo “rico”, não significa que esses acontecimentos tenham tido uma conotação de felicidade e beleza a que todos nós, criaturas, aspiramos e os povos, mormente os que possuem uma História considerada gloriosa, merecem. No sumatório dos dezasseis anos de vivência da nossa Primeira República quanto de nefasto se deu e se observou! Quantas mortes violentas e inesperadas, quanta legislação repressora e desajustada, quanto sofrimento e lágrimas!

Homens de grande envergadura social e política lançaram-se ao trabalho, ingente e hercúleo, de mudar um país, quase do dia para a noite, de monárquico em republicano, de religioso (católico) em laico, de analfabeto em culto.

Mas esta postura dos revolucionários-reformadores já tinha as suas raízes longe. Vinha-se cimentando desde a Revolução Francesa, desde o Liberalismo. Derrubar em Portugal, primeiro o Absolutismo Real, depois o

Cartismo, (a Carta), depois o Ultramontanismo, (a Igreja de Roma)... Esses homens achavam que Portugal estava atrasado e decadente, e bem assim também a Espanha.. Até o próprio rei o reconhecia, principalmente quando regressava do estrangeiro e dizia que o país era uma piroseira! E quem pensou ter posto o dedo na ferida foi Antero de Quental ao dar a conhecer *As causas da decadência dos povos peninsulares* (1871), nas famosas Conferências do Casino Lisbonense.

Mas citar Antero é referir um conjunto de personalidades do seu tempo que com ele conviveram e comungaram dos mesmos ideais e tiveram intervenções políticas tendentes a alcançarem os mesmos fins: dotar o país de um sistema social e político que lhe permitisse avançar na senda do desenvolvimento e da modernização. E esse sistema só poderia ser a República como garante institucional da Democracia. Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Bernardino Machado, Manuel de Arriaga, António José de Almeida, Afonso Costa, Brito Camacho, José Relvas, Eusébio Leão, João Chagas, Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, Machado Santos, Magalhães Lima e tantos outros, foram os que desde a primeira hora se assumiram como republicanos convictos e se bateram pela transformação do país.

O reinado de D. Carlos foi particularmente afectado por acontecimentos que não deixavam prever nada de bom para o rei, para a família real e mesmo para Portugal. Desde o início se notou uma efervescência, principalmente nos meios académicos, que se manifestou no terceiro centenário da morte de Camões (1880), por alturas do Ultimato inglês (1890) e nas publicações literárias nas quais escritores, como Guerra Junqueiro, por exemplo, não se coíbiam de visar o rei pela negativa. Neste domínio, da literatura, nenhum autor porém chegou tão longe como António de Albuquerque com o seu tristemente célebre romance *O Marquês da Bacalhôa*. A situação agudizou-se quando o rei concedeu uma entrevista a um jornalista francês, Galtier, do jornal *Le Temp*. Também contribuiu para exaltar os ânimos a nomeação de João Franco para primeiro-ministro com poderes ditatoriais, embora o rei tenha

recomendado cautela.

No dia 1 de Fevereiro de 1908 o rei e o príncipe herdeiro eram assassinados no Terreiro do Paço, quando regressavam de Vila Viçosa. As reacções a este bárbaro atentado logo se fizeram ouvir e houve todo o tipo de manifestações: reacções de profundo abalo, de indiferença e até de júbilo! Estava próximo o fim da Monarquia. A rainha D. Amélia e o príncipe D. Manuel, que ficou ferido no atentado, já não eram sério obstáculo à entrada da República em Portugal, até porque os que se diziam monárquicos eram poucos e pouco empenhados pelo que, no dizer do próprio rei D. Carlos, se estava numa situação de uma Monarquia sem monárquicos. E uma Monarquia que agonizava à míngua de recursos...

De facto, dois anos depois tínhamos a República em Portugal! Por onde vão os republicanos começar a “restaurar” o país? Mal é proclamada a República, a 5 de Outubro de 1910, e constituído o Governo Provisório, logo a 8 saem os republicanos a prender os jesuítas e a expulsá-los de todo o território português, continente, ilhas e império ultramarino. Pois não eram os jesuítas os causadores de todos os males de que padecia Portugal? Já tinham sido expulsos pelo Marquês de Pombal (1759), depois por Joaquim António de Aguiar (1834) e de novo agora que já estavam de novo instalados! Foi buscá-los uma coluna militar ao colégio do Barro, a Torres Vedras, e deram-lhes meia hora para saírem, que iam para Lisboa para embarcarem para o estrangeiro. E aos jesuítas vão seguir-se todas as outras Ordens Religiosas, como acontecera com o Mata Frades.

Em Outubro, a República declara “guerra” à Igreja Católica em Portugal. Basta reparar no calendário dos Decretos que o Governo vai cumprindo para não termos dúvidas das intenções laicistas dos novos governantes. Estão estes mais preocupados com a reacção dos padres e dos bispos do que com as tropas de Paiva Couceiro ou de Aires de Ornelas. Senão vejamos o que fez o Governo Provisório: a 12, extinguiu os feriados religiosos; a 18, aboliu os juramentos

religiosos; a 22, suprimiu o ensino religioso nas escolas públicas substituído pelo fomento da educação moral e cívica; a 23, fechou a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e aboliu as orações e juramentos dos lentes nos actos académicos; a 28, procedeu à governamentalização das irmandades e confrarias. Para a entrada de Novembro deixa a aprovação da lei do divórcio e, mais para diante, em Abril, pela mão de Afonso Costa, promulga a Lei de Separação das Igrejas do Estado depois de o clero ter reagido com uma Pastoral Colectiva contra estas leis proibitivas. Entretanto foi criado o Registo Civil obrigatório e a secularização dos cemitérios.

Como o Estado deixa de considerar a Igreja com personalidade jurídica, o Estado apodera-se dos bens da mesma Igreja, bens móveis e imóveis, muitos deles oferta dos fiéis. São feitos arrolamentos dos mesmos e arrestados pelas autoridades. Muito do clero é preso, afastado das suas paróquias, os bispos afastados das suas dioceses e o próprio Cardeal Patriarca, D .António Mendes Belo, também sofre o mesmo tratamento. O Papa Pio X, preocupado com a situação em Portugal, emite uma bula de apoio aos bispos portugueses, *Jandudum in Lusitânia*. Com o aparecimento do Registo Civil o clero secular paroquial é obrigado a entregar os registos paroquiais e esta exigência já é do 1º Governo Republicano presidido por Manuel de Arriaga. O clero deixa de poder usar as chamadas vestes talaes, tocar os sinos antes do sol nascer e depois do sol se por, organizar quaisquer manifestações religiosas fora das igrejas, como por exemplo, procissões. E a sujeitar-se a ser preso, quer pelas autoridades competentes, quer por qualquer popular, se fosse apanhado a violar qualquer destas normas.

No dia 15 de Outubro Afonso Costa, acompanhado pelos seus mais próximos colaboradores, dirigiu-se a um lugarejo, chamado Telhal, próximo de Sintra, por lhe ter constado existir aí uma comunidade religiosa que se recusava a abandonar o país! O todo-poderoso Ministro da Justiça do Governo Provisório e

chefe do Partido Republicano, queria ver com os próprios olhos o motivo de tal atitude e deparou-se com um grupo de Irmãos enfermeiros dedicados ao tratamento de doentes das mais diversas doenças, mas em que predominavam os doentes mentais: eram os Irmãos de S. João de Deus. Acreditamos por uma nota dispersa que nos passou pelas mãos, que Afonso Costa já ali tinha estado antes da República, mas esta era uma visita oficial que ficou registada para a revista *Ilustração Portuguesa* pelo conhecido fotógrafo da época, Benoliel, que fazia parte do staff do político.

Afonso Costa visitou as instalações, inteirou-se da situação que estava a ser acompanhada pelas autoridades de Sintra que teriam prometido aos Irmãos arranjar quem os substituisse. Mas onde encontrar essas pessoas capacitadas e disponíveis para tratarem de uma série de homens doentes, principalmente doenças do foro mental? Afonso Costa compreendeu e ponderou a questão, tanto mais que foi surpreendido por um incidente inesperado: foi reconhecido por um doente que ali estava internado e que tinha sido seu condiscípulo na Faculdade de Direito, o Dr. Vial, que ao vê-lo terá exclamado: Olha o Afonso, também cá estás? Este encontro terá pesado no ânimo do estadista que permitiu que os Irmãos permanecessem no Telhal embora sob certas condições: deixarem os hábitos e usarem fatos pretos e gravata, colocarem atrás da lapela do casaco uma medalha ou placa distintiva, e, como se sustentavam em parte de esmolas, que pediam por todo o país (Continente e ilhas), permitiu-lhes que continuassem a esmolar. Mas tinham que fechar o seminário. Havia também uma circunstância a tomar em consideração, é que a Casa estava em nome de um italiano, Padre Bento Meni e ostentava a designação de Vila. Ora os republicanos não queriam complicações diplomáticas...

São João de Deus e a Ordem Hospitaleira

Acabamos de tomar contacto com um caso de excepção no universo das Ordens Religiosas em Portugal expulsas pelos ventos maçónicos da República. Mas

quem eram estes Irmãos e porquê essa designação: de S. João de Deus? Cremos que será razoável começar pelo princípio: Quem foi São João de Deus? Aqui temos, sem dúvida, uma agradável surpresa. São João de Deus foi um Santo português, nascido no Alto Alentejo, em Montemor-o-Novo, em 1495. Governava Portugal D. João II. Aos oito anos de idade, sem que se saiba porquê, nem quem o levou, foi para Espanha, para a vila de Oropeso, onde viveu como pastor até à idade adulta. Seus pais morreram de desgosto por não saberem do seu único filho. Já adulto, João, de seu nome próprio e Cidade do nome do pai, alista-se no exército do senhor de Oropeso, D. Francisco Alvarez de Toledo que combatia contra a França. Regressado a Oropeso vai incorporar-se no exército de D. Fernando Alvarez, duque de Alba e combater os turcos sob a bandeira do imperador Carlos V.

Foi depois desta campanha que veio a Portugal entrando pelo norte, porque quis ir a Santiago de Compostela, e esteve em Montemor-o-Novo onde só encontrou um tio que o convidou a viver com ele, mas ele recusou e regressou a Espanha. A partir daqui João Cidade procura o seu futuro em várias actividades. Chegou a ir para Ceuta como operário e trabalhar nas obras de fortificação da cidade, depois arranjou um pequeno negócio em Granada de venda de estampas religiosas e livrinhos com leituras pias, que recomendava às mulheres, que tinham crianças, os lessem e explicassem a seus filhos. Por aqui estamos já a ver que João Cidade era um homem bom e religioso. Tinha grande devoção à mãe de Deus, Nossa Senhora, a quem invocava frequentemente rezando a Salvé Rainha. Um dia foi ouvir pregar o grande apóstolo da Andaluzia, João de Ávila, e tão impressionado ficou com o que ouviu que saiu da igreja como louco, sentindo-se um grande pecador, confessando os seus pecados, atirando-se ao chão e provocando uma confusão tal que foi levado para o hospital real como estando transtornado do juízo.

Os tratamentos a que foi sujeito foram tão dolorosos e deprimentes que, quando acalmou e começou a melhorar pediu para ajudar a tratar os outros doentes.

Então, o mordomo do hospital, passou-lhe um documento a atestar que já se encontrava curado. Saindo do hospital João encontrou uma criança que caminhava com dificuldade, pô-la aos ombros e transportou-a até um sítio onde lhe pediu que descesse dos seus ombros porque queria descansar e refrescar-se e quando olhou para o menino viu-o com uma romã na mão, romã essa encimada por uma cruz e ouviu que a criança lhe dizia que voltasse para Granada, que ali encontraria a sua cruz. Assim fez e, chegado a Granada viu uma casa que tinha uma tabuleta que dizia: “aluga-se esta casa para pobres”. João compreendeu que era isso que Deus lhe reservava: encher aquela casa de pobres doentes, que abundavam nas ruas de Granada, e tratá-los como se fossem o próprio Cristo.

Mas houve mais um pormenor na conversa do menino, chamou-lhe João de Deus e vai ser este nome que lhe vai ficar ligado até...hoje! E quando alguém lhe chamava João de Deus respondia com muita humildade, se Deus quiser. Em breve tinha a casa cheia de doentes pobres. Não importava a doença, mas eram muitos os doentes mentais por serem os menos auxiliados. João de Deus tratava-os com carinho e conseguiu, com esmolas que lhe davam e que ele pedia, arranjar camas para todos, comida para os sustentar e remédios para os tratar. Podemos calcular o esforço enorme que isso representava, tanto mais que queria ter tudo muito limpo e arrumado e os doentes quando chegavam cheios de piolhos, desparasitados. Por vezes acontecia, quando chegava a casa, encontrar tudo organizado e quando perguntava quem tinha feito aquilo respondiam-lhe, muito admirados, que ele próprio tinha estado ali a trabalhar, ao que dizia não ser possível por não poder estar em dois sítios ao mesmo tempo. Atribuía então esta preciosa ajuda ao Arcanjo São Rafael de quem era grande devoto.

Temos de facto de saber quem foi São João de Deus para compreendermos donde surgem os Irmãos de São João de Deus, e eles começam logo a aparecer. Alguns homens, que admiravam o trabalho de João de Deus, vieram

oferecer-se para o ajudarem. Não aceitou todos, mas só aqueles mais vocacionados para um trabalho tão cansativo e que exigia tanta entrega e sensibilidade. O primeiro foi Antão Martin (1500- 1553) a que se seguiram depois, Pedro Velasco (1512-1567), Simão de Àvila (1506- 1558), Domingos Piola (1492-1564), João Garcia (1499-1569) e tantos outros que vieram engrossar as fileiras de bem fazer, segundo o espírito de João de Deus que não recusava ninguém, porque além dos doentes permanentes ajudava os que estavam de passagem necessitados de uma cama para dormirem, lume para se aquecerem, ou água para se lavarem. E aqui surge a semente da hospitalidade, do acolhimento: Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus. Muitos destes Irmãos fundaram também eles hospitais, dentro do mesmo espírito.

João de Deus, a quem o povo de Granada começou a chamar santo em vida, morreu aos cinquenta e cinco anos, no dia 8 de Março de 1550, esgotado de tantas canseiras e trabalhos, deixando uma relação das dívidas que tinha para que o seu amigo arcebispo lhas pagasse. Morreu em casa de uma senhora “muito cristã e exemplar” D. Ana Osório que, ao ver a pobreza e desconforto em que estava, insistiu com ele para que aceitasse mudar para um quatinho que tinha em sua casa, porque o santo não queria afastar-se dos seus doentes. Chegada a hora derradeira levantou-se da cama, ajoelhou-se junto ao leito e morreu assim para grande admiração de todos quantos o viram. Já foi amortalhado no hábito de burel preto que o bispo de Tui lhe mandara fazer ao vê-lo tão mal trajado, pois muitas vezes trocava o que trazia vestido pelas vestes, rotas e sujas, dos pobres que transportava.

O seu enterro foi uma manifestação impressionante de pesar e de grande apreço pela obra que aquele homem humilde e bom deixava à cidade de Granada. E não só Granada, que significa em espanhol romã, mas toda a Espanha tem por S. João de Deus um carinho muito especial, basta dizer que, no sul de Espanha, há uma cidade com o nome de Cidade de São João de Deus. Em Portugal o santo é quase desconhecido, passa mesmo despercebido apesar de ser o nosso único santo

Patriarca, ou seja, fundador de uma Ordem Religiosa masculina. Que se passa com este nosso santo? Pensamos que tenha a ver com o estigma!... O Santo foi beatificado por Urbano VIII em 21 de Setembro de 1630. Canonizado por Alexandre VIII em 16 de Outubro de 1690. Proclamado com São Francisco de Lélis, Patrono dos Hospitais e dos Doentes pelo Papa Leão XIII em 27 de Maio de 1886. Declarado celeste Patrono dos Enfermeiros e das suas Associações pelo Papa Pio XI em 28 de Agosto de 1930. Proclamado celeste Co- patrono da cidade de Granada pelo Papa Pio XII em seis de Março de 1940.

A Ordem de São João de Deus em Portugal

Os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus entraram em Portugal por volta de 1606 pela mão dos espanhóis, pois devemos ter presente que estávamos, por essa altura, ligados à Espanha. Os Filipes, por razões que conhecemos bem, governavam então Portugal. Até à Restauração, 1640, os Irmãos portugueses serviram nas armadas e exércitos e alguns morreram de peste e doenças e até às mãos dos infiéis. Em 1635, por exemplo, no Brasil, foram degolados dois Irmãos portugueses. Também houve Irmãos que foram requisitados para criarem hospitais, embora já existissem hospitais reais, todavia insuficientes. Setenta anos depois da sua criação, esta Ordem possuía já treze Províncias em quase toda a Europa e no novo Mundo. Quando nos separámos de Espanha a situação não se resolveu de um dia para o outro, seguiram-se 28 anos de guerra com o seu cortejo de mortos e feridos, principalmente nas fronteiras terrestres. O rei, D. João IV, convidou os Irmãos a fundarem Reais Hospitais Militares em Portugal, também chamados Hospitais de Fronteira, geralmente junto de fortalezas ou castelos. Exerceriam aí as funções de administradores, enfermeiros e capelães.

Dos mapas que se conhecem terá havido uns vinte edifícios localizados em: Ponte de Lima, Valença do Minho, Monção, Chaves, Bragança, Miranda do

Douro, Almeida, Penamacor, Salvaterra do Extremo, Castelo de Vide, Elvas, Campo Maior, Estremoz, Montemor-o-Novo, Olivença, Moura, Castro Marim, Lagos, Castelo de S. Jorge e Peniche, que a Ordem teve nas suas mãos durante 295 anos, de 1640 até ao liberalismo, quando se deu a exclausuração das Ordens Religiosas por Decreto de 29 de Maio de 1834 de Joaquim António de Aguiar, o Mata Frades, apoiado por D .Pedro. Podemos imaginar o que foi essa debandada de frades e freiras de repente desalojados das suas grandes e pesadas instalações onde, por vezes, já só viviam pequenas comunidades. Há relatos de religiosos velhos e doentes que mendigavam pelas ruas de Lisboa e de irem parar ao Hospital de S. José numa decadência de meter dó. O clero secular, nomeadamente os bispos, e até pessoas de boa vontade, criaram instalações para receberem esses mendigos, como aconteceu em Santa Marta , em Lisboa, onde abriu uma casa para clérigos pobres. Mas, a pouco e pouco, as Ordens Religiosas foram regressando.

Em Itália, um padre da Ordem Hospitaleira, P. João Maria Alfieri, em 1867, incumbiu um jovem sacerdote, P. Angel Hercules Menni, de restaurar a Ordem em Espanha e Portugal. Com vinte e seis anos apenas, o P. Bento Menni, como ficou conhecido, não só se desempenhou dessa difícil incumbência, como superou todas as expectativas, ao criar um ramo feminino destinado ao tratamento de mulheres dementes, as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Entrando por Espanha fixou-se em Ciempozuelos, a trinta e dois quilómetros de Madrid, onde abriu um manicómio para homens e um seminário. Rapidamente a obra se espalhou com o aparecimento de novas Casas-Hospitais para homens, mulheres e crianças, estas referidas como sendo crianças deficientes, raquíticas e escrofulosas

Em Portugal entrou em 1890, dirigiu-se a Montemor-o-Novo onde visitou o local da casa dos pais de São João de Deus, disse missa na igreja e visitou o Hospital de Santo André, que tinha sido dos Irmãos e se encontrava na situação de hospital civil. Depois dirigiu-se a Lisboa onde se reuniu com membros de Irmandade

dos Clérigos Pobres que acordaram em que os Irmãos viriam para Portugal para dirigirem o hospício de Santa Marta. As coisas, porém, não correram bem e os Irmãos acabaram por aceitar deslocarem-se para uma localidade na Beira Alta, Aldeia da Ponte, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, para fundarem aí um colégio para rapazes. Também aqui houve problemas, porque os apoios prometidos começaram a falhar, acabando por resolver, o P. Menni, que se devia comprar uma quinta para instalar um hospital direccionado para aquilo para o que os Irmãos estavam vocacionados: tratamento de homens doentes mentais, alcoólicos, tuberculosos... todas as doenças.

A 29 de Julho de 1893, foi assinada em Lisboa uma escritura de compra e venda, de uma quinta, situada nos arredores de Sintra, na zona do Telhal. Os Irmãos de S. João de Deus acabavam de adquirir, por intermédio do P. Bento Menni e com dinheiros adiantados da Província espanhola, uma quinta paradisíaca em extensão, arvoredo, águas correntes, terras de lavoura, belos ares e privacidade. Era uma quinta para hospital e seminário. Os primeiros Irmãos a habitá-la foram espanhóis, nomeadamente os directores, mas entretanto começaram a surgir seminaristas, precisamente do distrito da Guarda. Os Irmãos lançaram-se com entusiasmo a tratar da quinta, a arroteá-la, a fazer pequenas obras nos edifícios que tinha, a prepará-la para receber os primeiros pobres indigentes, e, como devemos calcular, a angariar dinheiro para tudo isso. Daí começaram a percorrer o país para esmolar. Há data da implantação da República já estava à frente da Casa um Irmão português, o P. Carreto, a que se seguiu depois o Irmão Elias. Os Irmãos só conseguiram acabar de pagar a quinta à Província espanhola em 1911, mas só conseguiram libertar-se desta na década de vinte.

O Telhal e a República

Quando Afonso Costa foi ao Telhal, ordenou uma sindicância destinada

a substituir o médico da Casa, Dr. Rodolfo da Silva Teles, por um médico da confiança da República, o Dr. Luís Cebola. Assim ficavam os republicanos descansados quanto à actuação dos Irmãos no campo político. Daí o título tão interessante de um livrinho, que existe na Biblioteca do Telhal, da autoria do P. Aires Gameiro: Um Republicano no Convento. Era um espião ao serviço da República. Mas, contra todas as probabilidades, Luís Cebola e os Irmãos deram-se sempre muito bem, colaborando de forma harmoniosa durante trinta e sete anos, procurando o bem-estar dos doentes, as suas melhoras, e, se fosse possível, a sua recuperação. O Dr Luís Cebola foi uma mais-valia para o Telhal. Por sua vez o Telhal foi o enquadramento perfeito para um clínico que se dedicava por inteiro ao seu trabalho.

Luís Cebola era um médico alienista, discípulo de Miguel Bombarda, sob a orientação do qual defendeu uma tese Mentalidade dos Epilépticos, na Escola Médico- Cirúrgica de Lisboa, onde estudou. Era também um republicano convicto, independente, pois nunca quis pertencer a nenhum partido político, nem tão pouco à Maçonaria. Mas era ateu. Admirava os modernos progressos da medicina, principalmente no campo da psiquiatria, psiquiatria que conheceu, a partir de meados do século XIX, um enorme desenvolvimento, principalmente em França. Os alienistas franceses tiveram grande influência na época sobre os médicos da especialidade portugueses, Miguel Bombarda, Júlio de Matos, Sobral Cid, Egas Moniz, e tantos outros, que cultivaram a admiração pelas teorias que os franceses apresentaram, como por exemplo: a teoria etiológica da degenerescência de Morel (1809-1873), ou a teoria da ligação entre a inteligência e o tamanho do cérebro da autoria de Broca (1824-1880).

Como os Irmãos eram enfermeiros precisavam de ter sempre junto de si um médico e, como à saúde do corpo aliavam a da alma, tinham também sempre um Irmão padre capelão, embora nos Estatutos da Ordem se assumissem como laicos. Os Estatutos eram as regras ou regulamentos pelos quais se orientavam para bem

viverem em comunidade e que foram sendo actualizados democraticamente em sucessivos capítulos gerais. Também, por vezes recebiam recomendações e conselhos, por cartas circulares dos seus superiores. Durante este período da 1ª República quase cessou a correspondência entre Ciemposuelos e o Telhal porque os republicanos apreendiam as cartas. O P. Carreto chegou a levar uma carta em mão para o P. Menni, mas ao regressar a Portugal foi preso na fronteira de Vilar Formoso. Porquê? Acontece que o tomaram por jesuíta por causa do hábito preto. Desfeita a confusão o padre regressou ao Telhal, mas não ganhou para o susto.

Os três primeiros anos da República foram particularmente complicados para a Igreja, mas a República também sofreu os seus reveses e não foram poucos nem pequenos: o eclodir da Grande Guerra, na qual acabámos por entrar, e não só na Europa como no Ultramar; os “aparecimentos” estranhos pelo país, dos quais destacaremos Fátima; a restauração da Monarquia no norte, Monarquia do Norte, a chamada “traulitânia”, que, enquanto durou, perseguiu e castigou bem os republicanos; o terrível surto de peste pneumónica, também chamada “gripe espanhola”, que tantas vidas ceifou; e, se vamos falar de vidas ceifados, quantos republicanos, até dos da primeira hora, e muitos anónimos, foram sacrificados! Estamo-nos a referir, concretamente, à noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921 e à “camioneta fantasma.” Um presidente morto violentamente, Sidónio Pais, e outro que resignou porque não aguentou uma revolta em Lisboa, em 1915, que fez duzentos mortos e mil feridos, Manuel de Arriaga. De todos os presidentes desse tempo, só um conseguiu levar os quatro anos de mandato até ao fim: António José de Almeida.

No meio desta turbulência que abalava o país só uma onda chegou ao retiro do Telhal. O Estado laico republicano lembrou-se dos Irmãos de São João de Deus, que outrora tinham tratado homens de armas no Reino e fora dele, e que agora precisavam de ajudar novamente... Estavam a chegar da França e do Império,

homens feridos, gaseados, doentes, estropiados, alguns dementados. O Estado, apesar de ter um hospital militar, precisava de mais camas e de enfermeiros. Este assunto já foi tratado com o Irmão Elias, que então tinha sucedido ao P. Carreto na direcção da Casa e ficou com fama de grande diplomata, pois não só satisfez o pedido do Estado colocando o Telhal numa posição vantajosa de reconhecimento, como passou a auferir de uma pensão, por cada militar ali internado e ainda pôde libertar, de andarem a pedir esmola pelo país, alguns Irmãos que eram necessários na Casa; e também conseguiu que Irmãos, que estavam em idade de ir à tropa, fossem dispensados para trabalhar nestes hospitais de retaguarda.

Em todo este processo Luís Cebola teve sem dúvida uma palavra a dizer e a oportunidade de trabalhar ali com médicos do Exército que vinham dar apoio aos militares. Em parte deveu-se ao director que as instalações estivessem adequadas pois dirigiu os Irmãos na construção dos novos pavilhões cuja parte clínica permitia realizar operações cirúrgicas. Basta dizer que Egas Moniz operou no Telhal. A Luís Cebola se vai também dever a abertura de uma escola de enfermagem e de um museu onde, entre diversos trabalhos dos doentes, se encontra um desenho de Stuart de Carvalhais, que esteve ali internado em tratamento ao alcoolismo, com o perfil do médico desenhado numa cebola e a inscrição: Cebola Telhã. É uma singela, mas sugestiva homenagem ao homem que, depois de terminar a 1ª República vai publicar mais de vinte livros sobre psiquiatria e política e continuar, até se reformar, com os Irmãos apesar das suas ideias... Entrada a última década deste período agitado os Irmãos de São João de Deus vão conseguir restaurar o noviciado, embora clandestinamente, deixando por isso, os noviços, de terem que ir para Espanha. Por outro lado libertam-se da Província Espanhola ao conseguirem abrir mais duas Casas, uma na Madeira outra nos Açores, não sem terem enfrentado muitos problemas, entre os quais a acusação de jesuitismo. Sempre confiando na Providência Divina, os Irmãos de São João de Deus, conseguiram transformar o

Telhal num hospital de vanguarda onde aplicam o que de mais moderno a medicina lhes apresenta para bem dos seus doentes, não esquecendo aquele pendor humano da hospitalidade, que se cifra em paciência, compreensão e carinho por aqueles que sofrem.

E rematando a conclusão:

1º- A República e a Igreja – Depois de proclamada a República e da ordem de expulsão de todas as Ordens Religiosas, a Ordem Hospitaleira de São João de Deus é a única autorizada a permanecer em território nacional, com o aval de Afonso Costa. Quem é que ia responsabilizar-se pelos doentes que ali estavam? Podemos levantar aqui uma questão que levaria a novas pesquisas: como foi em 1834?

2º-São João de Deus e a Ordem Hospitaleira – Este Santo, que consideramos português porque nasceu no Alto Alentejo, em Montemor-o-Novo, é pouco conhecido em Portugal, ao invés de Santo António, que é extremamente popular, mas que também podemos considerar um santo emigrante. Julgamos que a razão será o estigma a que sempre foram votados os doentes mentais... Fazemos votos para que o avanço da ciência, no domínio da Psiquiatria, venha auxiliar todos os que sofrem, como já se está a perspectivar.

3º-A Ordem de São João de Deus em Portugal – Os Irmãos, por acção de São Bento Menni, restauraram a Ordem em Portugal a partir do Telhal, que se tornou na Casa-mãe da nova Província Portuguesa, depois de os Irmãos terem conseguido abrir mais duas Casas, uma na Madeira, outra nos Açores, na década de vinte.

4º -O Telhal e a República – Quando Afonso Costa foi ao Telhal, em 15 de Outubro de 1910 e reconheceu da impossibilidade de expulsar dali os Irmãos, acabou por nomear para esta Casa-hospital, um novo médico, da confiança dos republicanos, para substituir o que ali dava apoio. Assim começou a nova vida do médico alienista, Luís Cebola, republicano, ateu, entusiasta da ergoterapia e da medicalização e admirador de Miguel Bombarda, de quem fora discípulo, e dos modernos alienistas

franceses. Foi, afinal uma escolha acertada. Entretanto a Grande Guerra levou o Estado a contactar os Irmãos para lhes pedir auxílio no tratamento dos militares feridos e doentes que estavam a chegar da França e do Império (Angola e Moçambique). O Telhal abriu as portas a estes doentes e beneficiou desta disponibilidade.

Bibliografia

Arquivos

Arquivo Histórico da Ordem Hospitaleira de S.João de Deus;

Casa de Saúde do Telhal;

Arquivo Histórico do Ministério da Justiça; Fundos custodiados pela SGMJ /Fundo do Ministério da Justiça e dos Cultos;

Histórico Militar, *C.E.P., Assistência Religiosa*, 1ª Divisão /35 Secção /nº9 / Caixa 1360;

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fontes Impressas

Andrade, Manuel Moreira de, *Cartas de S. João de Deus e Síntese da Sua Vida*. Editorial Hospitalidade, 1998.

Bombarda, Miguel, *O Estado e o Clericalismo*, Conferência. Lisboa. Tipografia Eduardo Roza, 1909.

Camões, Luís Vaz de, *Lusíadas*, I-LIV, Porto, estúdio ALPHA, 1985

Castelo, Alexandre Coutinho, *O Dr. António Mendes Lages, 1838-1916*. Porto, Livraria “Apostolado da Imprensa”, 1920.

Crónica Constitucional de Lisboa, 1834.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão nº. 76 de 11 de Maio de 1903

El Archivo Religioso Hospitalario, Tomo IV, Organo de la Orden de San Juan de Dios, (com censura eclesiástica). Manicomio de San Baudilio de Lobregat. Barcelona, 1910.

Formulas, visita, indulgencias, para la Ordem Hospitalaria de San Juan de Dios, Madrid, Imprenta de la Viuda é Hija de Fuentenebro, 1890.

Freitas, José de Sena, *Ao veio do tempo*. Lisboa 1908. (Aires Gameiro e outros). 1993.

Guiomar, P. Martinho B., in. *Discursos. Bodas de Prata da Restauração do Noviciado da Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal-1946*, Ms do Arq. Prov. Do Telhal.

Ilustração Portuguesa, Revista, nº. 202/214, 1910.

Ilustração Portuguesa, 2ª Série, nº427, 20-4-1914.

Menni, P. Bento O.H. *Cartas del Siervo de Dios – P. Bento Menni O.H. A las Hermanas Hospitalarias del Sagrado Corazon de Jesús por el fundador (1883 – 1913)*. José Gonzales –Editor- Casa Generalícia, Ano Santo.1975.

Milián, Ir. Cosme, in “El Archivo Religioso Hospitalario”, t.II.
O Instituto, «O Esforço Militar Português», vol.67, nº2, Coimbra 1920.
Ordem Hospitaleira de S.João de Deus (Província Portuguesa). *Constituições. Cartas de S. João de Deus. Regra de Santo Agostinho*. Telhal, 1985.
Pacheco, Cónego A. Ayres, *A expulsão do Senhor Patriarca D. António I. Documentos para a história da perseguição religiosa em Portugal*. Lisboa, António d' Almeida e Costa. Typographia e Papelaria Académica de Pires&C^a, 1912
“Relação do Catálogo dos Conventos e Hospitais que tem na Índia Oriental a Religião de S. João de Deus. Quem foram os seus fundadores e o ano em que foi fundado cada um dos ditos conventos, que integra o códice nº177 da Biblioteca Nacional em Lisboa”
Ribeiro, Manuel, *A Catedral*, romance. 4^a ed., Lisboa, Guimarães & C^a., 1923.

Bibliografia

Obras Gerais

Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, t.IV, P.III.Matosinhos, Tp. Leixões, 1921.
Almeida, Fortunato de, *História de Portugal*. III Vol., Lisboa, Bertrand, 2005.
“Cebola, Luíz”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa e Rio de Janeiro. Editorial Enciclopédia, Lda. Vol.VI.
Medina, João, *História de Portugal, As Forças Armadas ou a República Decapitada*. vol. I. Alfragide, Ediclube, 2004.
Meneses, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916 – 1918)*. Lisboa, 2000.
Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.

Bibliografia Específica

Andrade, António Alberto Banha de, *Fundação do Hospital Militar de São João de Deus em Moçambique*. (Separata de STVDIA – Revista mensal-Nº.1 – Janeiro 1958). Agência Geral do Ultramar – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1958.
Andrade, António Alberto Banha de, *O Hospital de Moçambique durante a administração dos Religiosos de S. João de Deus*.

Andrade, Moreira de, (tradução), *Dimensão Apostólica da Vida e Obra de São João de Deus*. Lisboa, Secretariado Internacional de Pastoral de Saúde, Cúria Geral, 1984.

Araújo, António, “As Ordens e Congregações Religiosas e o Direito Republicano” in *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da 1ª República*. Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco (coord.) Lisboa, Gradiva, 2010.

Araújo, Paulo, Miguel Bombarda, Médico e Político, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

Borges, Augusto José Moutinho, “Os reais hospitais militares em Portugal administrados e fundados pelos irmãos de São João de Deus, 1640 -1834”. *Museu São João de Deus*. Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009.

Brito, Pe. Alex. Barbosa de, *Revista Arautos do Evangelho. Associação Internacional de Direito Pontifício*. Nº164. Janeiro 2017.

Cardoso, Ana Mateus, “O Hospital Militar da Ilha de Moçambique” in *XVI Colóquio de História Militar. Na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*, Volume I.

Carvalho, David Luna de, *Os Levantes da República (1910 – 1917) Resistências à Laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*. Porto, Afrontamento, 2011.

Castelão, José Francisco, *XVI Colóquio de História Militar*. Lisboa, Palácio da Independência, 2006.

Catroga, Fernando, “A Maçonaria, as Congregações e a Questão Religiosa (sécs. XIX e XX)”, in *Ordens e congregações religiosas no contexto da 1ª República*, Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco (coords.), Lisboa, Gradiva, 2010.

d' Armada, Fina e Joaquim Fernandes, *As Aparições De Fátima E O Fenómeno Ovní*. Espelho Mágico, 3ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

De Marchi, João M. ICM. *Era uma Senhora mais brilhante que o Sol*. 8ª ed. Fátima, Missões Consolata. 1966.

Dores, Hugo Gonçalves, *A Missão da República – Política, Religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*, Prefácio de D. Manuel Clemente, Lisboa, Edições 70, 2015.

“Dr Hernani Cidade, São João de Deus perante olhos profanos”, in P. Aires Gameiro (apresentação), *São João de Deus – Homenagem de Portugal ao seu glorioso filho – 1550-1950*. Edição Fac-Simile - Alcala – MMVI.

Filipe, OH, F. Filipe, *Irmãos de S. João de Deus, 50 aniversário da restauração da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira 1928-1978*. Telhal 1980.

Filipe, OH, Nuno Ferreira, Teresa de Saldanha, carta da Condessa de Samodães, *Uma vida para os outros*. Lisboa, 1999.

- Filipe, OH, Nuno. *Boletim Informativo. Maio, 1985*. Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus. Edição da Cúria Provincial.
- Filipe, O.H. Nuno. *O Irmão Júlio dos Santos. Um grande religioso*. Editorial Hospitalidade. 1998.
- Filipe, O.H. Nuno. *Porque optou Bento Menni pela Psiquiatria com a Fundação da Casa de Saúde do Telhal (1893)*. Editorial Hospitalidade, 1994.
- Filipe, O.H., Nuno Ferreira. *No 75º aniversário da fundação Casa de Saúde do Telhal.1893- 1968*.
- Franco, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX*. Lisboa, Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano V, 2006. nº 9/10.
- Franco, José Eduardo, *As Expulsões Políticas das Ordens e Congregações Religiosas: na Crista da Onda das Metamorfozes sócio – políticas*, Índice, do livro: *Ordens e Congregações Religiosas no Contexto da 1ª República*.
- Franco, José Eduardo, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes (Dir). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Gradiva, Maio de 2010.
- Freitas, Joana Gaspar de, Manuel de Arriaga, *Fotobiografia*, Horta, Câmara Municipal, 2011.
- Freitas, Joana Gaspar de, e Luís Bigote Chorão, *Manuel d' Arriaga, Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório*. Estudo Introdutório e Notas. Centenário das Memórias Presidenciais, Lisboa, 2016.
- Gameiro, OH, Aires, Augusto Moutinho Borges, Ana Mateus Cardoso, Fernando de Oliveira, *Um Republicano no Convento*. Cadernos do Ceis20, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.
- Gameiro, OH, Aires, E outros. *Casa de Saúde do Telhal - 1º Centenário -1893-1993. Documentos Históricos e Clínicos*. Carta do Irmão Carreto escrita por ocasião do Cinquentenário da Casa do Telhal. Editorial Hospitalidade, 1943.
- Gameiro, Aires e José de Oliveira, *O Telhal à prova na transição republicana*, 1996.
- Gameiro, OH, Aires, *Capelães de Hospitais Militares nos Séculos XVII e XVIII.Papel da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus*. XV Colóquio de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar. Actas. Volume II.
- Gameiro, OH, Aires,Manuel Maria Gonçalves, OH, *História da Casa São João de Deus na Madeira, volume I – Os Irmãos Hospitaleiros e os alienados-Dos Antecedentes a 1960*. 1ª Edição, Lisboa, Esfera do Caos 2014.
- Gameiro, OH, Aires, “Papel do Dr. Miguel Bombarda no planeamento do manicómio dos Açores no dobrar dos séculos XIX -XX”. In *II Jornadas da história*

- da psiquiatria e saúde mental*, CeisXX, Coimbra, 2011.
- Gameiro, OH, Aires, *Hospitais De Retaguarda Na Primeira Guerra Mundial: os Gaseados E A Casa De Saúde Do Telhal*. XIX Colóquio de História Militar, Lisboa. Comissão Portuguesa de História Militar, 2010.
- Gameiro, P. Aires (apresentação), *São João de Deus – Homenagem de Portugal ao seu glorioso filho, 1550 – 1950*. Edição Fac Símile. Alcalá. MMVI.
- Gameiro, OH, P. João, *Os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal, 1606–1834 * 1895–1943*. Telhal, 1943.
- Gameiro, Frei João, Boletim Familiar da Ordem Hospitaleira. *Em visita à Ilha de Moçambique*. Outubro de 1970.
- Gatzihamer, Stefan, “O antijesuítismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)” in *Lusitania Sacra*, vol.V, 1993.
- Gouveia, D. Frei António de, O.S.A., *Vida e Morte de São João de Deus*, Lisboa, 1658, Lisboa, Editorial Hospitalidade/Edições Távola Redonda, 1996.
- Hospitalidade, Revista trimestral da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus. Outubro-Dezembro, Lvº do tomo x . nº76, Lisboa,1954.
- Hospitalidade, “Fotografia do P. Cruz com os escolares do Telhal, 27-XI-1944”, Ano IX, Nº35, 3º do TomoV.
- Lavajo, Joaquim Chorão, *Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal - 1892-2002*, Editora, Editorial Hospitalidade, Lisboa, 2003.
- Lima, Licínio, *Senhora da República- Num Altar Em Fátima Erguido Pela Maçonaria- A verdade sobre a derrata da 1ª República na guerra contra os católicos entre 1910 e 1926*. Lisboa, Editorial Presença, 2017.
- Lobato, Alexandre, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques. 1945.
- Marques, João Francisco, *Ordens e Sociedade Portuguesa entre o Liberalismo e a República*, in *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da 1ª República*. Luís Machado de Abreu e José Eduardo Franco (coords). Gradiva, 1ª edição, 2010.
- Matos, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja – Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. Alfragide, D. Quixote, 2010.
- “Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI”. *Cadernos de Cultura*, nº 25. Novembro, 2011.
- Montemor, Teófilo de, *NA ÓRBITA DO TELHAL – Um Século de Hospitalidade feita Amor*. Cidade de João, 1995.
- Montonati, Angelo, *O preço da coragem, S. Bento Menni*, Itália, Ancora Arti Grafiche 1999.

- Moura, Maria Lúcia Brito, *A Guerra Religiosa na 1ª República*. Lisboa, 2004.
- Museu S. João de Deus -Psiquiatria e História. *Ordem Hospitaleira de São João de Deus – Província Portuguesa*. Editorial Hospitalidade. Lisboa, 2009.
- Pereira, Denise, *Quando descí ao Inferno. Um retrato ideológico, clínico e moral da loucura pelo psiquiatra Luís Cebola (1876-1967) em meados do século XX*. Revista (In) visível- Edição dois, Abril / 2014.
- Pereira, Pedro Vaz, *As Missões Laicas em África na I República em Portugal*, II vols, Ponta Delgada, 2013.
- Pinto, Alexandre de Sousa, *Ordem Hospitaleira de São João de Deus / Comissão Portuguesa de História Militar. O Serviço de Saúde Militar*. XVI Colóquio de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006.
- Ribeiro, Aquilino, *Leal da Câmara, Vida e Obra*. Direcção artística de Abel Manta. Livraria Bertrand, Lisboa. Outubro, 1951.
- Ribeiro, José Alberto, *A Catedral de Papel – O escritor Manuel Ribeiro (1878-1941): Um esteta da Medievalidade e da Espiritualidade Cristã*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lusitana Sacra, 2ª Série, 2004.
- Revista *Hospitalidade*, 1º Trimestre, 1943. O Padre Carreto e a acta lida na inauguração da Casa do Telhal. p. 32.
- Revista *Hospitalidade*, nº70. 1953. O Irmão Elias e os seus dados biográficos, p.300.
- Revista *Hospitalidade*, nº104. 1961. O Irmão Bernardino de S. José e os seus dados biográficos, pp. 468 e 170.
- Revista *Hospitalidade*, nº123. 1966. O Irmão Elias e Afonso Costa, p.240.
- Schebesta, Paul, *Portugal, A Missão da Conquista no Sudeste de África. História das Missões da Zambézia e do Reino do Monomotapa (1560 – 1920)*. Lisboa: Missionários do Verbo Divino, 2011.
- Silva, Manuel Ferreira da, e outros, “Hospitalidade Com São João de Deus No Coração Da História”. Jornadas de História. Comunicações e informações. (7-15.-03-92). Co-edição de Editorial Hospitalidade e de Rei dos Livros – 1994.
- Tomás, Francisco Caetano, coord., *São Rafael... um coração que bate*. Editorial Hospitalidade, Lisboa 2002.
- Torres, José, *História da Casa de Saúde São João de Deus –Barcelos –*, Lisboa, Graficria. Editorial Hospitaleira, 2000.
- Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo; a Revolução de 1910*, Lisboa. 1976.
- Ventura, António, (organização), *O 5 DE OUTUBRO POR QUEM O VIVEU. Reportagens, Depoimentos e Relatórios*. Lisboa, Livros Horizonte, 2010.